

albuquerque

revista de história

issn 1983-9472

e-issn 2526-7280



VOL.13 N.26
jul. - dez. de 2021

**Gênero
em perspectiva
multidisciplinar**



SUMÁRIO

Expediente	5
Editorial	8
Aguinaldo Rodrigues Gomes (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Miguel Rodrigues de Sousa Neto (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)	
Dossiê	
Apresentação - Dossiê Gênero em perspectiva multidisciplinar	11
Antonio Ricardo Calori de Lion (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Graziela Schneider Urso (Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil)	
Uma crítica à compreensão parafílica da sexualidade de mulheres transexuais: os problemas com a teoria da “autoginefilia” de Ray Blanchard	17
Beatriz Pagliarini Bagagli (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)	
Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver! Mulheres contra hegemônicas pensando uma nova forma de ser e existir	33
Dayane Nayara Conceição de Assis (Universidade Federal da Bahia, Brasil)	
Mulheres francesas do século XIX: trajetórias de lutas	47
Vanessa Pastorini (Universidade de São Paulo, Brasil)	
Olhares entrecruzados: pesquisa-ação com agentes do atendimento à mulher em situação de violência da cidade de Bauru-SP	67
Tamara de Souza Brandão Guaraldo (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Daniele Mendes de Melo (Universidade de São Paulo, Brasil), Celia Retz Godoy dos Santos (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Andresa de Souza Ugaya (Universidade Estadual Paulista, Brasil)	
The Kim Kardashian’s bunda: thoughts on sexual politics	83
Tamsin Spargo	
“Criança viada, travesti da lambada”: infâncias queers em imagens incômodas	97
Rafael França Gonçalves dos Santos (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Brasil), Natanael de Freitas Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)	
Les Girls é ter charme, touché!	119
Luiz Morando (Museu Bajubá, Brasil)	

Artigos

- Desafios para uma abordagem efetivamente multimodal dos gêneros discursivos em livros didáticos de Língua Portuguesa** 138
 Peterson José de Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Ensaios

- corporATIVISMO** 160
 Linn da Quebrada

Tradução

- Gênero e Teoria Queer** 165
 Teresa de Laurentis (Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América), tradução de Gabriel Bosco Vaz da Silva (Universidade Federal de Lavras, Brasil) e revisão de Leonardo Lemos de Souza (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
- Gênero: ainda é uma categoria útil de análise?** 177
 Joan Wallach Scott (Institute for Advanced Study, Estados Unidos da América), tradução de Graziela Schneider Urso (Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil)

Entrevistas

- Entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus** 187
 Jaqueline Gomes de Jesus (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil), Antonio Ricardo Calori de Lion (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Graziela Schneider Urso (Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil)

Resenhas

- O amor é uma construção: Considerações acerca de “Tudo sobre o amor: novas perspectivas” (2020), de bell hooks** 194
 Grace Campos Costa (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil), Leilane Aparecida Oliveira (Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais/Prefeitura Municipal de Uberlândia, Brasil)

- Melancolia urbana: o poeta maldito vaga pela Paris oitocentista** 202
 Marcos Antonio de Menezes (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

- Viagem pelo Sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás** 208
 Rafael Alves Pinto Junior (Instituto Federal de Goiás, Brasil)

Crítica Cultural

Moral da História? Não há	212
João Pedro Rosa Ferreira (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)	
Sem mais	218
Thaís Leão Vieira (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)	
Pareceristas desta edição	221



EXPEDIENTE

vol. 13, n.26, jul. — dez. de 2021

Editores-Chefes

Aguinaldo Rodrigues Gomes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Aquidauana, Brasil

Miguel Rodrigues de Sousa Netto, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Aquidauana, Brasil

Editores de Seção

Robson Pereira da Silva, Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Brasil

Antonio Ricardo Calori de Lion, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Assis), Brasil

Revisão de Língua Inglesa

Maíra Dutra de Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais

Miguel Rodrigues de Sousa Netto, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Aquidauana, Brasil

Conselho Consultivo

Alexandre Busko Valim - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Alexandre de Sá Avelar - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

Ana Paula Squinelo - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Camila Soares López - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Junior - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Eduardo José Reinato – Pontifícia Universidade de Goiás (PUC Goiás), Brasil

Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Fábio Henrique Lopes - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil

Flávio Vilas Boas Trovão - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

- Helen Paola Vieira Bueno - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil
- Iara Quelho de Castro - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil
- Jiani Fernando Langaro - Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
- João José Caluzi - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil
- João Pedro Rosa Ferreira - Universidade Nova de Lisboa (NOVA), Portugal
- José Marin - Université de Genève, Suíça Leonardo Lemos de Souza – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil
- Lúcia Helena Oliveira Silva- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil
- Lúcia Regina Vieira Romano - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil
- Luisa Consuelo Soler Lizarazo – Universidad Autónoma de Chile (UA), Chile
- Márcio Pizarro Noronha – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
- Maria Betanha Cardoso Barbosa - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Brasil
- Marcos Antonio de Menezes – Universidade Federal de Jataí (UFJ), Brasil
- Murilo Borges Silva - Universidade Federal de Jataí (UFJ), Brasil
- Nadia Molek - Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina
- Patrícia Zaczuk Bassinello - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil
- Raquel Gonçalves Salgado - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil
- Regiane Corrêa de Oliveira Ramos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Brasil
- Renan Honório Quinalha - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil
- Robson Corrêa de Camargo - Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
- Rosangela Patriota Ramos - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil
- Sebastián Valverde – Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina
- Tadeu Pereira dos Santos - Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
- Tanya Saunders - University of Florida (UF), Estados Unidos da América

Thaís Leão Vieira – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Tiago Duque - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Zélia Lopes da Silva - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Capa

Imagen: “Autorretrato abril” (2020), gentilmente cedida por Gabriel Darcin.

Capa: Roger Luiz Pereira da Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Roger Luiz Pereira da Silva

Contato

albuquerque: revista de história

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Aquidauana

Unidade I

Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição, 163 - Centro, Aquidauana/Mato Grosso do Sul, Brasil.

CEP 79200-000. Aquidauana - MS, Brasil

Telefone +55 67 3241-0309.

E-mail: revista.albuquerque@ufms.br



Editorial: outros mundos possíveis

Editorial: other possible worlds



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14823>

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu?

- Ailton Krenak, em **A humanidade que pensamos ser**

Peço que consideremos a perspectiva a partir da qual olhamos, questionando de modo vigilante com quem nos identificamos, quais imagens amamos. Se nós, pessoas negras, aprendemos a apreciar imagens odiosas de nós mesmos, então que processo de olhar nos permitirá reagir à sedução das imagens que ameaçam desumanizar e colonizar? É evidente que esse é o jeito de ver que possibilita uma integridade existencial que consegue subverter o poder da imagem colonizadora. Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhos.

- bell hooks

O mundo, tal como o conhecemos, foi sendo forjado no curso da história a partir de uma correlação global de forças que fez com que o modelo de humanidade elaborado a partir da Europa se tornasse hegemônico. Podemos considerar, neste modo, que, para muitos dos povos submetidos pelo poderio europeu, a ruptura que levou à queda no abismo ocorreu há cinco, quatro séculos.

Mas, Ailton Krenak, com suas afirmações, também apresenta a possibilidade de surgimento de um outro horizonte de expectativas caso nos coloquemos em posição de enfretamento e desestabilização desse ideário ocidental, promovendo novas rupturas, nos levando à queda no abismo – num outro abismo, ainda a ser vivido, conhecido, experienciado.

Da ruptura, um outro mundo pode ser construído, um novo sentido de ser humano que ultrapasse o modelo branco, ocidental, masculino, violento, proprietário. A caminhada para a queda passa pela crítica ao modelo civilizacional no qual estamos inseridas/os hoje, caracterizado por sua capacidade de submeter grandes contingentes humanos, por construir pânicos morais, por garantir uma poderosa rede de apoio para aqueles que estão em posição mais alta na pirâmide social, por manter vigorosas falácia como a de que somos todas/os iguais, mesmo que apenas perante a lei.

Não somos iguais, somos diferentes, e as diferenças têm sido utilizadas para nos lançar em realidades de profunda desigualdade, marcadas pelas várias formas assumidas pela violência de

gênero, pela aporofobia, pelo racismo, pelo ageísmo etc.

Nesse sentido, é com satisfação que apresentamos a edição número 26 de **albuquerque: revista de história**, publicação do curso de História e do Programa de Estudos Culturais, ambos do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que traz o riquíssimo dossiê **Gênero em perspectiva multidisciplinar**, que participa da necessária crítica que pode nos levar a uma nova sociedade. Agradecemos o trabalho árduo das pessoas que organizaram o dossiê e que contaram com a generosidade de pesquisadoras, pesquisadores e ativistas para fomentar esse profícuo debate que ora apreciamos.

Num país como o Brasil, o gênero e as relações de poder engendradas a partir dessa categoria são geralmente naturalizadas e organizam práticas que produzem assimetrias de poder entre os corpos masculinos/femininos, heterocisnormalizados e transgêneros, especialmente racializados. Essas práticas nos levam a indagar quais são as conexões possíveis entre gêneros, regimes de visibilidade e democracia nas sociedades ocidentais. Seria a democracia um regime que privilegia os homens, principalmente os brancos, em detrimento das mulheres e da população formada por travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas, bissexuais, gays, queers e intersexos, em razão de considerá-los frágeis? Ou, por considerá-los abjetos, passíveis de humilhação, violência e eliminação? Por que esses sujeitos são atacados? A quem pertence a soberania acerca dos corpos que devem ser mantidos vivos e quais não? E, caso sejam mortos, quais são os corpos passíveis de luto?

No discurso de naturalização das diferenças sob a égide da equivalência da diversidade, levantado pelos grupos conservadores, as vidas precárias são plasmadas em regulações e hierarquias de poder mantenedoras de uma necropolítica. Isso tudo, para manter as desigualdades e a mortificação de gênero e um poder dominante do homem branco, heterossexual e rico sobre todas as outras vidas. Para que isso se mantenha, é preciso reafirmar que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, sobretudo por expressar que tal naturalização advém da dissimilitude sexual e genital, e não de um constructo sociocultural. Audre Lorde (2021, p. 143) escreveu:

Em algum lugar, no limite da consciência, existe o que eu chamo de *norma mítica*, que todas sabemos em nosso coração que “não somos nós”. Nos Estados Unidos, essa norma geralmente é definida como branco, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. É nessa norma de poder que residem as armadilhas do poder nessa sociedade.

Compreender que as diferenças sexuais não são naturais, mas construídas socialmente e estão em disputa, é assumir a influência de uma imposição cisheterossexualista sobre as corporeidades, eróticas e sexualidades humanas. Apesar de todos esses entraves, os corpos de mulheres e da população LGBTQIA+ resistem e nos mostram que outras histórias são possíveis.

Assim, neste número encontraremos artigos que versam sobre as experiências socioculturais, corporais e de luta de mulheres cisgêneras e transexuais que enfrentam o patriarcado, o sexismoe racismo, dentro e fora do território brasileiro; e ainda sobre os desafios para a re-existência da população LGBTQIA+, como no caso das travestis que ocuparam os palcos dessa nação e das crianças “viadas” que nos ensinam todos os dias a compreender e respeitar as diferenças.

Na seção ensaios recebemos a contribuição da artivista, cantora, compositora, atriz, performer

Linn da Quebrada que, deslizando no fio da navalha, promove o inovador e potente de “terrorismo de gênero” que transforma seu corpo e suas performances em armas contra a violência do patriarcado.

Nas traduções, apreciaremos os textos **Gênero e Teoria Queer**, de Teresa de Laurentis, e **Gênero: ainda é uma categoria útil de análise?**, de Joan Wallach Scott, que representam o empenho das/os tradutoras/es na divulgação de teorias e análises inéditas em solo brasileiro.

Contamos ainda com a entrevista de Jaqueline Gomes de Jesus psicóloga, escritora e ativista brasileira que tem se dedicado a pensar uma teoria transfeminista.

Leitoras e leitores encontram também três resenhas e uma nova seção intitulada **Crítica cultural**, que conta com dois contos acerca do erotismo e foram produzidos no contexto da pandemia da Covid-19.

Esse Editorial é escrito no dia em que o movimento feminista negro e todos os demais movimentos que lutam pela emancipação humana perdem a escritora e ativista bell hooks, que há décadas tem nos ensinado a transgredir, nos solicitando a vivência de uma ética amorosa no mundo. Que seu legado permaneça. bell hooks nos deixa os anseios de uma crítica cultural e política que leve em consideração os olhares negros.

Leiam, apreciem. Com bell hooks, resistamos.

Os editores!

Referências

Albuquerque: revista de história. Aquidauana, v. 13, n. 26, jul./dez. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. 3 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 2. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ GÊNERO EM PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

INTRODUCTION - DOSSIER GENDER IN A MULTIDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Antonio Ricardo Calori de Lion¹

<https://orcid.org/0000-0001-6746-2240>

Graziela Schneider Urso²

<https://orcid.org/0000-0002-9933-2886>

<http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14736>

*Muito prazer, eu sou a nova Eva
 Filha das travas, obra das trevas
 Não comi do fruto do que é bom e do que é mal
 Mas dichavei suas folhas e fumei a sua erva
 Muito prazer, a nova Eva
 (Eu quebrei a costela de Adão)*

— Linn da Quebrada, quem soul eu.

Nesta edição de **albuquerque: revista de história** almejamos organizar um debate sobre gênero que trouxesse múltiplos olhares para pensar relações sociais, políticas e culturais a partir da categoria gênero como análise. Partindo disso, convidamos autoras e autores de diversas áreas do conhecimento para escrever sobre temas contemporâneos que privilegiasse a interdisciplinaridade na tessitura de seus artigos, evidenciando o caráter em trânsito de pensar relações de gênero descentrando olhares apenas para o foco feminino cisgênero.

1 Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso — Câmpus de Rondonópolis, Brasil. Mestre em História pela UNESP/Assis, Brasil, onde atualmente cursa seu doutoramento em História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do LEDLin - Laboratório de Estudos em Diferenças e Linguagens (UFMS/Aquidauana). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8651248987276573>. E-mail: antonio.lion@unesp.br

2 Possui graduação em Russo e Português (2004), mestrado em Literatura e Cultura Russa (2010) e doutorado na mesma área pela Universidade de São Paulo (2016), Brasil. Suas principais áreas de atuação são línguas, literaturas e culturas estrangeiras modernas, com ênfase em estudos russos e gregos modernos; Estudos da Tradução; Literatura Comparada e Teoria Literária; Linguística; Estudos Culturais; História das Mulheres; Gênero; estudos autobiográficos. Membro de Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124080708548291>. E-mail: graziela@hotmail.com

Desse ponto de vista, partiu a organização do presente dossiê que atravessa variados objetos e sujeitos de estudo, mas tendo como âncora a categoria gênero. O/a leitor/a verá que não há apenas uma área privilegiada, tampouco há um escopo temático que circunscreva todos a uma noção de feixe documental e, portanto, metodológico, comum. O que conecta as análises e reflexões presentes nesta seção é gênero como categoria fundamental para se debater. A tarefa de organizar um dossiê nesses parâmetros nos colocou diante de um caleidoscópio de ideias novas e protocolos de leitura, como também de conceitos-chaves e metodologias das mais variadas que, acreditamos, somam-se para as brilhantes discussões de cada texto.

A ideia para esta discussão surgiu da urgência em linkar debates e estudos que versassem sobre as variadas experiências amargas que o mundo tem passado. No caso brasileiro, o combate ao “moinho de vento” da “ideologia de gênero” tem feito estrago nas conquistas de décadas dos feminismos, dos movimentos LGBTs e das lutas anti-opressões. Nesse caminho, o foco foi tornar possível, mais uma vez, o conjunto de vozes, escritas, pesquisas, escutas e ações contra os infortúnios políticos reacionários e ameaçadores pelo qual temos passado e convivido.

O ponto fulcral, contudo, está em também transbordar os limites disciplinares. Muitas áreas ainda veem estudos de gênero e teorias de gênero alocadas em determinadas caixas seletivas. Isso torna o esforço coletivo em avançar nas discussões um pouco mais lento. Pensar queer, por exemplo, poderia ser atrelado a qual área do saber? Estudos feministas pressupõe reflexões interseccionadas com vários pressupostos de saberes plurais.

A metáfora do nó de Helelith Saffioti, na confluência de três marcadores sociais, como gênero, raça/etnia e classe social, fundamenta a noção intrínseca a se pensar a realidade vivida e o combate as opressões. No ponto de vista da autora, “não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes” (SAFFIOTI, 2015, p. 133). Os marcadores de diferenças, pensados nessa ligação emaranhada das camadas que compõe a complexa sociedade brasileira também perpassam “[...] a geração, sexualidade, religiosidade, nacionalidade. Além disso, a ideia do nó auxilia a entender os processos sociais em suas dimensões micro e macro, pois aponta o emaranhado dos processos macrossociais, nas estruturas históricas nas quais elas se criaram e se consolidaram (MOTTA, 2018, p. 157-158).

A proposta é multidisciplinar porque lida com variadas formas de falar acerca de gênero: sejam métodos e metodologias; conceitos e ideias-chaves. Cada disciplina contribui com a sua maneira de pensar, enriquecendo o debate pelas reflexões de pesquisas sob o prisma das questões de identidade, memória, regulações, relações de gênero e, principalmente, o direito da plena existência.

A ordem dos artigos no sumário foi pensada por proximidade de temas. Todavia, não é uma ordem que se fecha em si mesma. Como proposto pelo dossiê, a multiplicidade do debate e os olhares de cada contribuição das autorias inspiram a expandir as fronteiras entre as áreas de conhecimento, em um diálogo repleto de torções e borrões dos limites disciplinares. Com isso, propomos apenas um enquadramento apresentável no nível estático em que um sumário é dado.

Em Uma crítica à compreensão parafílica da sexualidade de mulheres transexuais: os problemas com a teoria da “autoginefilia” de Ray Blanchard, Beatriz Pagliarini Bagagli

discute sobre os conceitos do sexólogo Ray Blanchard que tem sido reappropriado e influenciado movimentos contemporâneos de feministas ditas radicais, que atuam em movimentos anti-transgêneros e trans-excludentes. A autora demonstra, pelo debate bibliográfico das teorias de Ray Blanchard, de militantes trans que mostram as fragilidades dos argumentos da pesquisa dele, como estas ideias aparecem na violência virtual contra pessoas trans. Deste ponto de vista, o artigo contribui para a compreensão de teorias pautadas em um pensamento cisheteronormativo que tenta agir contra as experiências de pessoas trans sobre seu gênero e sexualidade, além de tocar em aspectos do desejo de outras identidades de gênero. A proposta objetiva a atuar contra a confusão provocada por teorias e debates antiquados sobre teoria de gênero e sexualidade.

Dayane Nayara Conceição de Assis em **Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver!**

Mulheres contra hegemonic pensando uma nova forma de ser e existir apresenta sua reflexão a partir do conceito de Bem Viver que fora “adotado desde 2015 pelos movimentos de mulheres negras e indígenas” que propõe a “transformação do campo teórico dos estudos de gênero, aliando-se as produções desde os feminismos comunitários, decoloniais com um compromisso em ser antirracista e sexista”. A autora debate sobre a contribuição do conceito para se pensar acerca da condição de mulheres brasileiras a partir do nó gênero, raça/etnia e classe contra a precarização de vidas subjugadas a um sistema patriarcal colonial cisheterocentrado. Partindo de seu próprio local de fala, Dayne Nayara Conceição de Assis busca compreender as apropriações dos conceitos para a transformação da realidade em debates de várias outras autoras latino-americanas.

Em **Mulheres francesas do século XIX: trajetórias de lutas**, Vanessa Pastorini discorre sobre o processo de busca por direitos civis de mulheres após a Revolução Francesa, com vistas a problematizar a incursão dos embates de ideias entre progressistas e conservadores sobre a mulher na sociedade francesa, acompanhando as grandes mudanças políticas que ocorreram durante o século XIX. Por esse viés, a autora destaca os enfretamentos intelectuais de sujeitas contra a disseminação de teorias misóginas que angariavam combater a igualdade de direitos civis e liberdades individuais para mulheres francesas. Interessante notar que o pensamento conservador sexista era disseminado por intelectuais ligados a produção filosófica pertinente a manutenção do status quo, contudo as antíteses a esses pensamentos, provindas de mulheres sobretudo, circulavam com intensidade naquele território, construído entre redes de grupos feministas.

No artigo **Olhares entrecruzados: pesquisa-ação com agentes do atendimento à mulher em situação de violência da cidade de Bauru-SP**, as autoras Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Daniele Mendes de Melo, Celia Retz Godoy dos Santos, Andresa de Souza Ugaya sistematizam os dados obtidos pela execução de uma oficina multidisciplinar realizada em parceria entre a UNESP-Bauru, o Ministério Público Federal de Bauru, o Anexo da Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher e o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM). As autoras além de apresentarem dados globais sobre a violência de gênero contra as mulheres, apontam para a melhoria no atendimento e estrutura dos órgãos que atendem mulheres vítimas de violência doméstica, e as formas como asseguram sua proteção e integridades física e psicológica.

O mapa demonstrado no estudo indica dados alarmantes, tanto em nível global, quanto regional. Sobremaneira, tais índices sofreram aumento considerável de violência contra mulheres

durante o período pandêmico de COVID-19. Elas consideram que não há aprimoramento dos órgãos de atendimento e apoio, bem como o combate efetivo a este tipo de violência sem uma melhora significativa e estrutural na rede institucional.

Em 2018, no VI Congresso Internacional de História, Tamsin Spargo proferiu a conferência de abertura e apresentou o ensaio intitulado **The Kim Kardashian's bunda: thoughts on sexual politics** traduzido para o português na coletânea **História & outras eróticas** (2019). Tornamos público agora a versão original em inglês de seu ensaio em que debate sobre corpo, gênero e identidade a partir das ideias-chaves trabalhadas no seu célebre ensaio **Foucault e a teoria queer**, publicado no Brasil, em segunda edição, pela editora Autêntica, em 2017. A autora recapitula suas discussões originais do final dos anos 1990 para trabalhar as atuais políticas sexuais pela exposição do corpo nas novas mídias sociais.

Rafael França Gonçalves dos Santos e Natanael de Freitas Silva mergulham na história do Brasil recente e trazem o emblemático caso da mais nova face da censura no Brasil, ocorrido no governo Temer, em 2017, com a exposição Queermuseu, no artigo **"Criança viada, travesti da lambada": infâncias queers em imagens incômodas**. O início das conturbações desse governo demonstrava o campo de batalha que se instaurava no país após o golpe contra Dilma Rousseff, entre 2015/16: de um lado um Brasil que se mostrava completamente intolerante, violento e notadamente obsceno; do outro vários espectros das lutas sociais encaradas como um brado pela manutenção da democracia brasileira e a vontade de lutar por um país menos opressivo e menos desigual.

Os autores partem de noções teóricas queer para evidenciar os aspectos transgressores na arte brasileira, notadamente após o golpe de 1964 e as variadas criações artísticas voltadas a experenciar o corpo e o corporal na tensão com normas e limites político-sociais. O debate sobre os percursos da censura no Brasil e uma face conservadora destrutiva atual que tenta reviver pressupostos da “moral e dos bons costumes” tornam o artigo embebido na história do tempo presente, pois tratam de “[...] um passado atual ou em permanente processo de atualização” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 25), refletindo sobre problemas contemporâneos nas disputas pela memória em que apontam para um dever ético em relação às infâncias desviantes da cisheteronormatividade.

A arte, a ambiguidade e o trabalho artístico nos palcos de teatros cariocas no início dos anos 1960 é o mote do artigo escrito pelo pesquisador Luiz Morando, que trata em **Les Girls é ter charme, touché!** sobre a arte das montações da virada da metade do século passado em que grupos de artistas até então transformistas ganharam destaque com comédias musicais baseadas no teatro de revista. Sob este prisma, o espetáculo **Le Girls** é privilegiado pelo pesquisador para ser trabalhado pelos vestígios de seu acontecimento presente na imprensa da época. Considerado muito relevante para o teatro musical nacional, principalmente no que se refere aos aspectos da profissionalidade das artes da montação, como o transformismo (chamado também, no período, de “fazer o travesti”), **Les Girls** ainda carece de estudos mais substanciais que pensem tanto sua dramaturgia, quanto os aspectos sociais sobre sua montagem — como frisa Morando — com performers *in drag*, já no período da ditadura militar brasileira. O trabalho de Morando, assim, contribui muito para esta lacuna na historiografia cultural do Brasil.

A convite dos editores para compor esta edição como parte, ainda, do tema do dossiê proposto a artista multiplataforma Linn da Quebrada criou o ensaio **corporATIVISMO**, em que tensiona conceitos, palavras e frases criando uma instigante reflexão sobre artivismo numa composição textual que subverte a estrutura acadêmica: “não venho da academia. de nenhuma delas./mas passeio por entre seus pensamentos pra formar e deformar os meus”. Sua reflexão passa pelo uso do corpo não-conforme diante da cisheteronorma no “terrorismo de gênero” do qual descontina e faz desmoronar noções que se querem arraigadas de centramento de sujeitos (lidos por essa ótica) como “naturalmente” dados.

Este número de **albuquerque: revista de história** conta com duas traduções que fazem parte do tema desse dossiê. O artigo de Teresa de Laurentis, **Gênero e Teoria Queer**, traduzido por Gabriel Bosco Vaz da Silva e revisado por Leonardo Lemos de Souza, aborda a trajetória dos estudos de gênero sob a perspectiva das diferenciações, como tomou corpo várias teorias que convergiram para estudos que ganharam lugar no “guarda-chuva” queer. Esse debate de Laurentis perpassa as últimas décadas e faz crítica sobre como as reflexões sobre o gênero no âmbito marcado das diferenças — tanto de orientações sexuais quanto de identidade — viram queer ganhar um espaço dentro do leque de identificações de gênero. Sob esse ponto de vista, a autora critica a cooptação do conceito — que nascera como adjetivo, substantivo e muitas vezes usado como verbo — como uma definição identitária.

Meu projeto de “teoria queer” consistia em iniciar um diálogo entre lésbicas e homens gays acerca da sexualidade e nossas respectivas histórias sexuais. Esperava que, juntos, quebrássemos os silêncios que se haviam construídos nos estudos lésbicos/gay em torno da sexualidade e sua relação com o sexo/raça (por exemplo, o silêncio em torno das relações interraciais ou interétnicas). As duas palavras, teoria e queer reuniam a crítica social, o trabalho conceitual e especulativo que implica a produção do discurso. Contava com esse trabalho coletivo para poder “construir outro horizonte discursivo, outra maneira de pensar o sexual” (LAURETIS, 1991, p. 11). Embora não fosse um projeto utópico, naquele momento eu ainda imaginava que as práticas teóricas e as práticas políticas eram compatíveis. Pensando na evolução subsequente da teoria queer, já não tenho mais certeza.

Já Joan Scott, em **Gênero: ainda é uma categoria útil de análise?**, traduzido por Graziela Schneider Urso, retoma sua ideia de “gênero” ser uma categoria de análise tomando o espectro dialógico que se ganha nas relações entre homens e mulheres, rompendo com essencialismos sobre “gênero” estar ligado a “mulher”, e não as profundas constituições, regramentos, construções em que se operaram sobre todos os corpos de pessoas nas relações sociais. Por esse caminho, seu artigo revê algumas discussões dos anos 1990 e 2000 no debate acerca do uso de gênero associado a determinados corpos, em que a autora, mais uma vez, demonstra como pensar sobre os gêneros ainda é muito útil. Em suas palavras, “porque requer que historicizemos as maneiras como o sexo e a diferença sexual foram concebidos”.

Para fechar o temático desenvolvido nesse número, convidamos Jaqueline Gomes de Jesus para uma entrevista sobre sua trajetória pessoal e intelectual. Em mais de duas décadas de trabalhos na área da Psicologia, a intelectual tem sido uma expoente no combate às opressões e seu nome é constantemente ligado a renovação dos feminismos, principalmente no ativismo trans. Sua

produção de conhecimento dentro e fora das instituições acadêmicas é de suma importância para pensar e agir na transformação da realidade e num Brasil menos desigual, mais tolerante e com mais equidade.

Desejamos que os textos aqui reunidos ganhem novos sentidos, individual ou coletivamente, para estudos, leituras, reflexões, debates e novas criações frutíferas. Agradecemos a cada autora e autor pela contribuição, assim como as autoras que concederam permissão para as traduções de seus artigos ao português. Boa leitura!

Referências

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90> Acesso em: 08 ago. 2021.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 149-160, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46662>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Martha S.; MENEZES, Marcos Antonio de; SILVA, Robson Pereira da (org.). **História & outras eróticas**. Curitiba, Brazil: Appris, 2019.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Posfácio de Richard Miskolci. Tradução: Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 96 p. (Coleção Argos, 2).

Uma crítica à compreensão parafílica da sexualidade de mulheres transexuais: os problemas com a teoria da “autoginefilia” de Ray Blanchard

A critique of the paraphilic understanding of the sexuality of transsexual women: the problems with Ray Blanchard's theory of “autogynephilia”

Beatriz Pagliarini Bagagli¹



<https://orcid.org/0000-0002-6019-1713>

Recebido em: 30 de outubro de 2020.

Primeira revisão: 07 de agosto de 2021.

Revisão final: 10 de novembro de 2021.

Aprovado em: 17 de novembro de 2021.



<http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12103>

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de abordar criticamente a teoria da autoginefilia de Ray Blanchard. Segundo o autor, existem dois tipos de mulheres transexuais em função de suas sexualidades: aquelas atraídas por homens e todas as demais, que seriam autoginefílicas. A autoginefilia, compreendida como uma parafilia, designa um conjunto de fantasias sexuais a respeito da imagem de si mesmo/a enquanto mulher. Blanchard postula que a etiologia da identidade feminina em mulheres transexuais não-androfílicas seja a autoginefilia. Nos debruçamos, desta forma, sobre a literatura crítica a respeito do tema, dando especial enfoque às perspectivas das próprias mulheres transexuais. Sustentamos que a teoria proposta por Blanchard é não apenas inconsistente com as narrativas das próprias mulheres transexuais, como também responsável por reiterar visões estigmatizantes a respeito da sexualidade das mulheres transexuais, particularmente daquelas que não se atraem exclusivamente por homens.

ABSTRACT: This work aims to critically address Ray Blanchard's theory of autogynephilia. According to the author, there are two types of transsexual women due to their sexuality: those attracted to men and all the others, who would be autogynephilic. Autogynephilia, understood as a paraphilia, designates a set of sexual fantasies about the image of yourself as a woman. Blanchard postulates that the etiology of female identity in non-androphilic transsexual women is autogynephilia. In this way, we focus on the critical literature on the subject, with a special focus on the perspectives of transsexual women themselves. We argue that the theory proposed by Blanchard is not only inconsistent with the narratives of transsexual women themselves, but also responsible for reiterating stigmatizing views about the sexuality of transsexual women, particularly those who are not exclusively attracted to men.

Palavras-chave: autoginefilia, transexualidade, sexualidade, parafilia.

Keywords: autogynephilia, transsexuality, sexuality, paraphilia.

¹ Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Campinas (2015), graduação em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Campinas (2019) e mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2019). Escreve e administra o blog transfeminismo.com e publica na plataforma Medium (<https://medium.com/@biapagliarinibagagli>). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6602183606546784>. E-mail: paglibagli@gmail.com

Introdução a respeito da “autoginefilia”

O termo “autoginefilia” (*autogynephilia* em inglês) foi originalmente usado pelo sexólogo americano-canadense Ray Blanchard no final da década de 1980 para descrever uma gama de fantasias e comportamentos sexuais, tais como: excitação em resposta ao uso de roupas consideradas femininas, fantasias de ter um corpo feminino, fantasias de ser sexualmente apreciada/o como mulher e imaginar-se como mulher enquanto mantém relações sexuais com o/a parceiro/a sexual. Ele derivou o termo de suas raízes gregas para designar o “amor a si mesmo como mulher”.

O autor propõe que existem dois tipos diferentes de mulheres transexuais² em função de suas orientações sexuais. O primeiro grupo refere-se ao de mulheres transexuais atraídas exclusivamente por homens e o segundo abarca todas as demais mulheres transexuais (incluindo as mulheres transexuais assexuais).³ O autor então propõe que a causa subjacente que levaria este segundo grupo à transição de gênero seria a autoginefilia. Assim, o autor postula que virtualmente todas as mulheres transexuais que não são exclusivamente atraídas por homens sejam essencialmente “autoginefílicas”. A hipótese de Blanchard teve influência dentro da comunidade psiquiátrica, como evidenciado pela presença do termo autoginefilia como um especificador no diagnóstico de “transtorno transvestítico” (*tranvestic disorder*) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013, p. 702) no DSM-V.

O autor argumenta a favor da sua tipologia da transexualidade ao alegar que existiria uma variedade de características e distinções clínicas relevantes entre um grupo e outro. O fato das mulheres transexuais não exclusivamente androfílicas aparentemente não vivenciarem uma infância tão marcadamente feminina como as mulheres transexuais exclusivamente androfílicas e buscarem os procedimentos médicos de transição de gênero, em média, mais tarde em comparação às mulheres transexuais exclusivamente androfílicas é frequentemente mencionado como um argumento para a tipologia proposta por Blanchard (1989a, 1989b).

Por outro lado, a teoria de tipologia da transexualidade de Blanchard encontra resistência, na medida em que diversos psicólogos que trabalham com usuários de saúde/clientes/pacientes transgêneros não acreditam que mulheres transexuais possam ser enquadradas em duas categorias estanques e mutuamente excludentes em razão de suas orientações sexuais (BOCKTING, 2005; GOOREN, 2006; LANE, 2008; MOSER, 2008). As diferenças (ou eventuais e/ou supostas diferenças) entre mulheres transexuais de acordo com suas orientações sexuais não implicam necessariamente

2 Neste trabalho, assumimos o significado de *mulher transexual* como a pessoa que foi designada com o gênero masculino ao nascimento e se identifica como mulher e de *homem transexual* como a pessoa que foi designada com o gênero feminino ao nascimento e se identifica como homem. Assumimos o significado de *mulher cisgênera* como a pessoa que foi designada com o gênero feminino ao nascimento e se identifica como mulher e de *homem cisgênero* como a pessoa que foi designada com o gênero masculino ao nascimento e se identifica como homem. Para o objetivo deste trabalho, assumimos *transgênero* como sinônimo de *transexual*. Adotamos, portanto, uma perspectiva transfeminista, segundo a qual o gênero auto-identificado das pessoas transgêneras deve ser reconhecido em sua legitimidade e autenticidade. O leitor deve prestar atenção ao fato de Blanchard designar mulheres transexuais como homens e, portanto, assumir o referencial do gênero originalmente designado ao nascimento para determinar a heterossexualidade e homossexualidade entre pessoas transexuais. Assim, ao referencermos as teorizações do autor, preferimos o uso dos qualificadores *androfílico* (para designar as atrações sexuais orientadas exclusivamente e/ou predominantemente para homens) e *ginefílico* (para designar as atrações orientadas exclusivamente e/ou predominantemente para mulheres).

3 Blanchard (1989b, p. 616) designa a assexualidade por meio do termo *analloerotic*.

em uma tipologia (VEALE, 2014, p. 1178), uma etiologia ou tipologias etiológicas distintas da transexualidade. Moser (2010, p. 764) afirma não ter encontrado, depois de uma pesquisa extensiva da literatura, qualquer necessidade ou utilidade clínica da noção autoginefilia para o cuidado com a saúde de mulheres transexuais.

Ao conectar dois conceitos distintos na sexologia (sexualidade e identidade de gênero), usualmente pensados de forma independente, a teoria de Blanchard aborda **não apenas uma descrição sobre as supostas especificidades da transexualidade** (MOSER, 2010, p. 791), mas a própria concepção da relação entre orientação sexual e identidade de gênero.⁴ Portanto, esta teoria tem amplas implicações; abrangendo, sob um único guarda-chuva de ideias, tanto a transexualidade quanto outras formas de transgênero (WYNDZEN, 2003).

Serano (2020) propõe a designação *female/feminine embodiment fantasies*⁵ como substituta à noção de autoginefilia. Isto se justifica já que a própria noção de autoginefilia é conceituada no interior da teoria de Blanchard, segundo a qual estas experiências constituem uma forma de “parafilia⁶ masculina”, ou, em suas palavras, uma “tendência parafílica masculina de ser sexualmente excitado pelo pensamento ou imagem de si mesmo como mulher” (BLANCHARD, 1991, p. 235). Neste sentido, o uso do termo autoginefilia não é apenas descriptivo, ele é teórico, isto é, implica a adesão a uma perspectiva teórica que concebe as fantasias de incorporação como parafilias (SERANO, 2010, p. 176) e as mulheres transexuais como homens. Patologizar comportamentos consensuais e não criminosos como “parafílicos” pode levar a considerável discriminação contra os indivíduos que os expressam (conferir MOSER, 2008, 2009b). Portanto, neste trabalho iremos adotar a escolha terminológica de Serano.

Através de pesquisas em buscadores acadêmicos como o Google Acadêmico e PubMed, podemos atestar que são inexistentes artigos acadêmicos para o termo “autoginefilia” e/ou que abordem centralmente a autoginefilia em língua portuguesa. No entanto, ao buscarmos o mesmo termo em português no mecanismo de busca tradicional do Google, veremos um número considerável de conteúdo em sites, redes e especialmente em blogs de ativismo anti-transgênero, tais como: “O que é autoginefilia” em *Feminismo Radical/ Arquivista Radical* (plataforma Medium)⁷; “O que é autoginefilia” em *Blogueiras Radicais* (plataforma Medium)⁸; “Mas autoginefilia **não existe!**”: Sexo por telefone, o olhar masculino e como Blanchard e os trans* ativistas estão ambos errados⁹ em *Arquivo Radical* e “Transexuais contra a Essência Feminina”. Por que ativistas transexuais rejeitam com tanta veemência o conceito de autoginefilia?¹⁰ no portal do CONIPSI (Conselho Internacional

4 Para uma compreensão da perspectiva transfeminista a respeito da relação entre orientação sexual e identidade de gênero, conferir Bagagli (2017).

5 Usaremos neste artigo a seguinte tradução: fantasias de incorporação femininas (FIF).

6 Parafilias geralmente são compreendidas como transtornos mentais e interesses sexuais incomuns. No entanto, os limites que distinguem uma sexualidade “normal” das parafilias são controversos (cf. MOSER, 2010; MOSER, KLEINPLATZ, 2006).

7 Disponível em: <https://medium.com/arquivo-radical/o-que-%C3%A9-autoginefilia-4b33d4f1729d>. Acesso em: 15 abr. 2021.

8 Disponível em: <http://blogueirasradicais.com/index.php/2020/07/17/o-que-e-autoginefilia/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

9 Disponível em: <https://arquivoradical.wordpress.com/2017/04/26/mas-autoginefilia-nao-existe-sexo-por-telefone-o-olhar-masculino-e-como-blanchard-e-os-trans-ativistas-estao-ambos-errados/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

10 Disponível em: <https://www.conipsi.com/transexuais-contra-a-essencia-feminina/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

de Psicanálise).

Poucos pesquisadores acadêmicos na área de psicologia ou sexologia ainda promovem a teoria de Blanchard sobre autoginefilia, tais como Anne Lawrence e J. Michael Bailey. Por outro lado, como aponta Serano (2020, p. 733), na última década, a teoria psicológica da autoginefilia tem sido cada vez mais citada no interior do movimento feminista radical trans-excludente.¹¹ As ocorrências que encontramos em buscas pelo Google atestam esta tendência também em língua portuguesa. É notável observar, contudo, que os conteúdos a respeito de autoginefilia em língua portuguesa em redes feministas trans-excludentes são fortemente influenciados por conteúdos em condições de produção de língua inglesa.

Em um dos textos provenientes desta rede de feminismo radical trans-excludente em língua portuguesa, Rica (2020) afirma que a “prática da autoginefilia é incompatível com a superação da misoginia” e que “autoginefílicos não são mulheres”. Além disto, alega que mulheres trans, ao acessarem espaços considerados femininos, destroem os “direitos que foram conquistados pelas mulheres com muita luta”. Também afirma que “um homem em pele de mulher ainda é um homem – e não deixa de ser safado, escroto e predatório por isso”, produzindo uma generalização a respeito de um suposto caráter nefasto do grupo de mulheres trans, especialmente aquelas que seriam “autoginefílicas”.

As teorias de autoginefilia são mobilizadas usualmente nas mídias e redes sociais com o objetivo de caracterizar as mulheres transgêneras como homens sexualmente desviantes de forma a concluir, por exemplo, que mulheres transgêneras possam representar um perigo à segurança das demais mulheres em espaços segregados por gênero, como os banheiros. Em um texto traduzido de língua inglesa para língua portuguesa publicado pela CONIPSI, por exemplo, lemos que a autoginefilia refere-se a “uma condição” que pode impelir os seus portadores a “ameaçar a privacidade de mulheres e meninas de maneiras ainda mais perigosas do que sua mera presença”, sem citar qualquer evidência que mostre que mulheres transexuais autoginefílicas de fato representem um perigo para as demais mulheres em espaços segregados por gênero. O texto então conclui que “sacrificar mulheres e meninas às fantasias eróticas de indivíduos com doença mental não deve ser uma opção” – presumindo, portanto, que a autoginefilia seja uma “doença mental”.

Serano (2020, p. 774) cogita que aqueles que aderem à teoria originalmente proposta por Blanchard o fazem não porque estariam preocupados com as melhores evidências científicas, mas precisamente por razões ideológicas ou pelos posicionamentos sócio-políticos em relação a transexualidade. A teoria da autoginefilia, neste aspecto, pode ser útil para sustentar diversos posicionamentos de negação do reconhecimento da identidade de gênero, principalmente de mulheres transexuais lésbicas e bissexuais. Para os espaços (muitos deles virtuais), posicionamentos e ideologias hostis às pessoas transgêneras, especialmente às mulheres transgêneras, a teoria da autoginefilia é apresentada como um dogma científico bem estabilizado, escamoteando ou ignorando o fato de que esta teoria nunca foi amplamente aceita dentro da sexologia e psicologia, além dos inúmeros estudos posteriores que refutam as suas alegações primárias (SERANO, 2020, p. 734).

Embora Blanchard tenha escrito vários artigos sobre autoginefilia entre 1985 e 1993, a teoria

11 Para uma análise do movimento e discursos feministas radicais trans-excludentes, conferir Bagagli (2019).

não atraiu muita atenção até o início dos anos 2000, quando Anne Lawrence e J. Michael Bailey¹² começaram a propagar e defender publicamente suas teorias (SERANO, 2010, p. 178). A partir de comentários de 119 mulheres transexuais sobre a teoria da autoginefilia de Blanchard, Veale et al. (2012, p. 136) atestaram que 16% foram positivos, 31,9% neutros e 52,1% negativos. A então intensa reação negativa de ativistas trans de língua inglesa aos escritos sobretudo de Bailey foi caracterizada de forma caricatural como a expressão de uma espécie de “raiva narcisista” – uma reação exagerada em massa, irracional e histérica às teorias e diagnósticos supostamente lógicos, razoáveis e bem fundamentados empiricamente de psicólogos (SERANO, 2016, p. 127).

Muitas críticas à teoria de Blanchard foram feitas tanto por ativistas trans quanto por pesquisadores da área. Porém, é flagrante a ausência de textos em língua portuguesa com perspectivas críticas à noção de autoginefilia. Como pudemos mostrar, a esmagadora maioria dos textos em língua portuguesa a respeito da autoginefilia apresentam posicionamentos extremamente hostis às pessoas transgêneras. Tendo em vista estas considerações iniciais, este artigo tem o objetivo de abordar criticamente os principais problemas e aspectos que sustentam a teoria da autoginefilia proposta por Blanchard e suas consequências negativas para a dignidade das mulheres transexuais.

Considerações críticas à “autoginefilia”

Blanchard (1989^a; 1989^b) propõe que existam dois “tipos” fundamentalmente diferentes de mulheres transexuais, cada qual caracterizada por distintas “anomalias eróticas”. O autor designa como “transexuais homossexuais” aquelas mulheres transexuais que se atraem por homens e “transexuais heterossexuais” aquelas mulheres transexuais que se atraem por mulheres, deslegitimando a identidade de gênero feminina de mulheres trans, ao considerar que o gênero atribuído ao nascimento deve preponderar sobre o gênero identificado para a definição de homossexualidade ou heterossexualidade. Mulheres transexuais lésbicas, bissexuais e assexuais seriam “subtipos de um único transtorno” (BLANCHARD, 1989b, p. 620); transtorno esse caracterizado pela “tendência anormal de ser sexualmente excitado pelo pensamento de ser mulher” (BLANCHARD, 1989b, p. 621), designando-as como “autoginefílicas”.¹³ Outros proponentes da teoria, como Bailey (2003, p. 146), sugerem que as mulheres transexuais androfílicas, por outro lado, realizam a transição de gênero com o objetivo de atrair homens heterossexuais. Segundo Serano (2020, p. 773, tradução nossa):

12 Como observa Serano (2016, p. 123), a teoria da autoginefilia formulada por Blanchard foi mais recentemente popularizada e sensacionalizada pelo livro de J. Michael Bailey, *The Man Who Would be Queen*, de 2003. Para a autora, o livro de Bailey é expressamente estigmatizante e promove uma distorção tanto das vidas das pessoas trans como da literatura científica sobre o tema (SERANO, 2016, p. 126). Para Wyndzen (2008, p. 500), o *backlash* contra o livro de Bailey foi motivado não porque ele meramente abordou as fantasias sexuais de mulheres transexuais, e sim porque houve a tentativa de explicar a transexualidade unicamente como efeito da sexualidade de uma forma ainda mais trivializada que as formulações de Blanchard, ignorando outros mecanismos em potencial e caracterizando as mulheres transexuais como fontes “não confiáveis” (mentiroas) a respeito de suas próprias experiências.

13 É importante notar, por outro lado, que o próprio autor reconhece que o aspecto absoluto da categorização “é uma questão empírica que só pode ser resolvida por novas pesquisas” (BLANCHARD, 2005, p. 445).

Os proponentes contemporâneos da autoginefilia parecem acreditar que, só porque Blanchard identificou “dois subtipos” de mulheres trans em uma clínica de identidade de gênero canadense na década de 1980, esses mesmos dois subtipos ainda devem existir da mesma forma hoje, e presumivelmente para eternidade. Isso ignora o grande corpo de pesquisa que demonstra que, embora as minorias sexuais e de gênero existam em todas as culturas, suas identidades e comportamentos específicos são frequentemente moldados por normas locais e pressões sociais, e que mesmo dentro de uma determinada cultura, diferentes cortes geracionais de pessoas LGBTQ+ costumam exibir autocompreensões, trajetórias de vida e histórias性uais dramaticamente diferentes (Hammack, 2005). Nos mais de 30 anos desde que Blanchard conduziu sua pesquisa original, ocorreram grandes mudanças na consciência transgênera, visibilidade, reconhecimento legal e acesso a cuidados de saúde e recursos.¹⁴

Blanchard (1991) se pergunta a respeito de “que tipo de defeito na capacidade de aprendizagem sexual de um homem poderia produzir autoginefilia?”. O pesquisador conceitua a autoginefilia como uma parafilia que surgiria de um “impulso heterossexual mal direcionado” (BLANCHARD, 1991, p. 242) ou de um “erro de localização do alvo erótico”. Este erro de direcionamento do impulso poderia conviver paralelamente com uma “heterossexualidade normal”, mas também estabeleceria com ela uma relação de “competição”¹⁵ (BLANCHARD, 1991, p. 241). A atração sentida por mulheres transexuais que decorre da imagem de si mesma como uma mulher, nesta concepção, é julgada negativamente. Não está claro também como a autoginefilia competiria com a sexualidade “normal”, na medida em que mulheres transexuais categorizadas como “autoginefílicas” se identificam com todas as formas possíveis de sexualidades “normais” (isto é, mulheres transexuais lésbicas e bissexuais efetivamente se relacionam afetivamente com outras pessoas), independentemente da realização da cirurgia de redesignação sexual (MOSER, 2010, p. 805).

Serano (2020) propõe que a teoria da autoginefilia deve ser compreendida no interior das tensões a respeito da divisão entre “transexuais clássicos” (*classical transsexuals*) e “transvestites/crossdressers”¹⁶, presente sobretudo nos primeiros modelos de cuidado com a saúde da população

14 No original: “Contemporary proponents of autogynephilia seem to believe that, just because Blanchard identified ‘two subtypes’ of trans women in a Canadian gender identity clinic in the 1980s, that these same two subtypes must still exist in the same form today, and presumably for perpetuity. This ignores the large body of research demonstrating that, while gender and sexual minorities exist in all cultures, their specific identities and behaviours are often shaped by local norms and social pressures, and that even within a given culture, different generational cohorts of LGBTQ+ people often display dramatically different self-understandings, life trajectories and sexual histories (Hammack, 2005). In the 30-plus years since Blanchard conducted his original research, there have been massive shifts in transgender awareness, visibility, legal recognition and access to healthcare and resources.”

15 Como aponta Moser (2010, p. 802) nenhum dado foi apresentado por Blanchard para sugerir que a maioria das mulheres transexuais ginefílicas (e mais especificamente, autoginefílicas) tenham capacidades diminuídas ou qualquer problema para formar vínculos afetivos com outras pessoas.

16 Como observa Serano (2020), o termo *crossdresser* tem sido mais utilizado contemporaneamente para designar sujeitos que, no geral, se identificam como homens e usam roupas femininas em contextos específicos, particularmente de excitação sexual. O termo *transvestite* foi mais utilizado em literatura de língua inglesa para designar estes sujeitos, particularmente sob a noção de “fetichismo transvestico” (*transvestic fetishism*). Em contextos de línguas latinas, especialmente o português e espanhol, a noção sociocultural da identidade travesti nunca correspondeu à de *crossdresser* tampouco a de fetichismo transvestico ou de *transvestite*, estando mais próxima da noção, em modelos ultrapassados, de um “homem homossexual com mente feminilizada” que, embora expresse uma identificação inequivocamente feminina e realize procedimentos de alteração corporal, não deseja a cirurgia de redesignação sexual (portanto, tanto se aproximando quanto se distanciando da noção de transexual “clássico” ou “verdadeiro” por diferentes aspectos). Segundo Jesus (2012, p. 9), travestis vivenciam papéis de gênero feminino e suas identidades de gênero não coincidem com as expectativas sociais do gênero assignado. York et al. (2020) ressaltam a vinculação da travestilidade a movimentos de resistência que contestam as normas de gênero e discriminações.

trans e pesquisa pautados em perspectivas patologizantes, essencialistas e binárias (conferir DENNY, 2004; DAVY et al., 2018). Estes primeiros modelos conceituavam os “transexuais clássicos” como “homens com mentes feminilizadas” e “mulheres com mentes masculinizadas” e viam, respectivamente, homens homossexuais e mulheres homossexuais como manifestações de um “mesmo tipo de pessoa”, isto é, mulheres transexuais e homens homossexuais se associaram como a expressão de um mesmo “fenômeno”, assim como homens transexuais e mulheres homossexuais. Este modelo supõe, portanto, que a homossexualidade em homens expresse um aspecto de feminilidade, assim como a homossexualidade em mulheres expresse um aspecto de masculinidade, de forma com que a transexualidade fosse vista, a partir de um referencial que estabelece um *continuum*, aos casos de feminilidade mais “extremos” em homens e de masculinidade mais “extremos” em mulheres.

Segundo Butler (2003, p. 38):

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Estas considerações nos permitem avançar na compreensão das relações de (in) coerências ou (des) continuidades entre sexo, gênero, prática sexual e desejo nas vivências de pessoas transexuais. Se, por um lado, podemos considerar a transexualidade como uma identidade de gênero que não decorre da atribuição de sexo, a sexualidade não-heterossexual de pessoas transexuais revela, por outro lado, a própria equivocidade de um modelo normativo que visa supostamente “explicar” a transexualidade por meio da busca de restituição da coerência entre gênero e desejo (“mulheres transexuais devem desejar homens, pois elas são homens extremamente femininos”; “pessoas femininas desejam naturalmente pessoas masculinas”; etc). As vivências múltiplas e concretas de pessoas transexuais nos mostram, ao contrário, não apenas que a identidade de gênero não decorre do sexo, como também que o desejo não decorre necessariamente da identidade.

A desautorização da sexualidade das pessoas trans a partir dos seus próprios referenciais por meio de uma justificativa que mobiliza a noção de sexo como uma matéria biológica (“uma mulher transexual não pode ser lésbica pois biologicamente é um homem”) nos remete, por sua vez, à própria distinção entre natureza e cultura. Para Butler (2003, p. 66), a distinção entre sexo e gênero (que ressoa a divisão entre natureza e cultura) é fruto de uma formação discursiva que produz e sustenta uma relação de hierarquia.

Embora seja frequente a associação da cultura com a masculinidade e, por consequência, ao polo de dominação, é notável considerar inversamente que, no caso da sexualidade dos sujeitos trans, o polo de subjugação se localiza no lado da cultura: enquanto sexo guardaria uma suposta verdade escondida e irrefutável a respeito dos corpos (“uma mulher transexual é na verdade um homem biológico”), o gênero abre brecha para o que seria inautêntico no corpo e sexualidade dos sujeitos trans e, portanto, pejorativamente artificial. Neste funcionamento é como se o sexo pudesse-

se refutar o gênero. Há aqui a negação da possibilidade da criação e uso de categorias pelos sujeitos que desviam das normas de gênero e sexualidade, o que, nas colocações de Wittig (1992, p. 24-35), exemplifica o próprio funcionamento da heterossexualidade enquanto sistema de dominação (que produz, como efeito, a ideia de que esta negação decorra da própria ordem simbólica que nos constituiria enquanto sujeitos de linguagem).

Dada a conceituação e presença de modelos de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo e a matriz cisheteronormativa, muitos pesquisadores presumiam que as mulheres transexuais não só se identificariam como mulheres, mas também deveriam ser femininas na expressão de gênero ao longo de suas vidas e serem exclusivamente orientadas sexualmente por homens (SERANO, 2020, p. 765). *Crossdressers*, por outro lado, são frequentemente vistos como homens heterossexuais masculinos que apenas usam roupas tipicamente femininas ocasionalmente (principalmente em segredo), podendo ou não experienciar excitação sexual decorrente do uso dessas roupas ou de se imaginarem com características físicas consideradas femininas. No interior deste paradigma, o grupo de mulheres trans que se atraem exclusivamente por homens se encaixa de forma simplista e convenientemente às narrativas do “cérebro do homem feminizado” ou da “mulher presa em um corpo masculino” enquanto que mulheres transexuais que não se atraem exclusivamente por homens requerem uma explicação extraordinária (SERANO, 2020, p. 774). Nos modelos de cuidado mais ultrapassados e com tendências mais nitidamente patologizantes, as mulheres transexuais deveriam se encaixar neste ideal de transexual clássico para acessarem o diagnóstico formal e, portanto, os procedimentos de alteração corporal, como hormonioterapia e cirurgias de redesignação sexual.

Como mostra Serano, muitos sujeitos não se enquadram neste modelo de compreensão de gênero e sexualidade (que pode ser descrito tanto como heteronormativo como cismutativo), particularmente as pessoas transexuais homossexuais ou não heterossexuais, isto é, mulheres transexuais lésbicas/bissexuais e homens transexuais gays/bissexuais – já que nestes modelos, é como se a sexualidade não heterossexual dos sujeitos trans pudesse depor contra as suas identidades de gênero, produzindo um suposto efeito de incoerência entre identidade de gênero e sexualidade (ex.: **se uma mulher trans se atrai sexualmente por mulheres, não seria mais simples ou lógico permanecer como um homem heterossexual?**). Mulheres transexuais podem não se enquadrar nestas expectativas em função de diversos motivos, dentre os quais: não apresentar uma expressão de gênero vista como “suficientemente” feminina para os padrões hegemônicos; não apresentar inconformidade de gênero (expressões de feminilidade e/ou rejeição de masculinidade) durante a infância, adolescência e/ou vida adulta; ter sido identificada ou ter se identificado em algum momento de sua trajetória de vida como *crossdresser* e ter uma orientação sexual que não seja exclusivamente direcionada para homens.

Blanchard usa como argumento para a hipótese da autoginefilia o fato de encontrar em sua pesquisa uma porcentagem elevada (87,5%) de mulheres transexuais ginefílicas com experiências de FIF e um número muito menor (15%) entre as mulheres transexuais androfílicas.¹⁷ Além disto, a

17 Outro estudo posterior (SMITH et al., 2005) atestou uma diferença menor entre os dois grupos: 53,8% das mulheres transexuais não-androfílicas e 29,5% das androfílicas relataram experiências de FIFs.

especificidade da etiologia parafílica da transexualidade em mulheres transexuais ginefílicas é também usualmente pensada pela percepção de que homens transexuais não-ginefílicos e/ou (auto) androfílicos não existiriam ou seriam exceções raríssimas. No entanto, pesquisas mais recentes mostram que homens transexuais androfílicos são mais comuns do que se achava anteriormente (BOCKTING et al., 2009). Além disto, o fato da intensidade da disforia de gênero não variar em função da orientação sexual entre as mulheres transexuais (SMITH et al, 2005; DEOGRACIAS et al., 2007) é um indício que depõe contra a teoria da autoginefilia como etiologia específica em mulheres transexuais ginefílicas/lésbicas.

Por mais que a noção de autoginefilia seja mobilizada por Blanchard em uma teoria nova a respeito da taxonomia e etiologia da transexualidade, é notável constatar, por outro lado, que ela se desenvolve por meio do próprio aprofundamento de noções de gênero e sexualidade já amplamente difundidas, provenientes de um modelo de compreensão de gênero e sexualidade hegemonicó, binarista, com fortes tendências patologizantes e que se revela paulatinamente ultrapassado.

Serano (2020, p. 766) argumenta que o problema com a teoria de Blanchard não reside no fato dela meramente abordar as FIFs. O aspecto recusado da teoria da autoginefilia por seus críticos reside no estabelecimento de relações causais entre as FIFs e as classificações etiológicas e taxonômicas. Isto significa dizer que os críticos da teoria não necessariamente recusam por si só a existência dessas fantasias, mas sim a forma como esta teoria em específico as interpreta como uma parafilia, além da tendência de associá-las exclusivamente a uma experiência transfeminina (isto é, de mulheres transexuais) e ignorar as eventuais fantasias de incorporação masculinas. Nesta direção, Serano (2010, p. 181-182) observa que Blanchard postula somente que a autoginefilia seja a causa da disforia de gênero em mulheres trans não androfílicas, mas não cogita as hipóteses de que a disforia de gênero seja a causa da autoginefilia ou de que ambas as características se correlacionem em mulheres trans não androfílicas por alguma outra razão. O fato da hormonioterapia utilizada por mulheres transexuais frequentemente diminuir o desejo sexual sem diminuir a identificação feminina também depõe contra a hipótese de Blanchard.¹⁸ Moser (2010, p. 793) critica ainda o fato de Blanchard classificar qualquer indivíduo que tenha experienciado FIFs alguma vez como autoginefílico, independentemente do quão persistentes e frequentes são as experiências.

Serano (2020, p. 767) defende que uma hipótese mais plausível para a emergência de experiências de FIFs reside em fatores socioculturais que promovem a repressão de inclinações e vestimentas femininas em indivíduos assignados como homens ao nascer. Neste sentido, a autora propõe compreender os impactos que a cultura hegemonicamente masculina possui nas FIFs. Em uma cultura hegemonicamente masculina, cujo ponto de vista, portanto, coincide com um ponto de

18 Muitos indivíduos diagnosticados com uma parafilia e tratados com antiandrógenos (medicamentos destinados para inibir os níveis e os efeitos da testosterona) relatam uma diminuição significativa em seu desejo de agir de acordo com seus interesses parafílicos (cf. GUAY, 2009). Como observa Moser (2010), não é comum que indivíduos com parafilias busquem estas medicações para diminuir seus impulsos sexuais ou tenham interesse em bloquear os seus interesses sexuais (cf. LANGEVIN et al., 1998). A terapia hormonal destinada a mulheres transexuais usualmente inclui medicamentos antiandrógenos em associação com estrógenos. Mesmo se considerássemos, portanto, mulheres transexuais como autoginefílicas em função de se atraírem por mulheres, elas se difeririam dos demais indivíduos parafílicos, pois elas gostam dos efeitos das medicações antiandrogênicas (MOSER, 2010, p. 800). Além disto, o autor também pontua que não há diferenças entre mulheres transexuais androfílicas e ginefílicas em relação ao uso da terapia hormonal.

vista masculino, não é de se estranhar que as fantasias a respeito de se tornar um outro diferente de si mesmo recaiam mais frequentemente sobre os aspectos de feminilidade ou do processo do devir feminino.

A autora pontua a existência de dois estágios possíveis nas experiências de FIFs de mulheres transexuais: em um primeiro momento, mulheres transexuais, particularmente aquelas que foram forçadas a se apresentarem como homens, que tiveram suas expressões de feminilidade reprimidas e/ou tiveram suas experiências como *crossdressers* (frequentemente vivendo vários anos de suas vidas adultas como homens cisgêneros heterossexuais), podem sentir vergonha e dissociação a respeito de suas experiências, de forma com que as suas primeiras experiências decorrentes das FIFs sejam frequentemente marcadas por efeitos que poderiam ser descritos ou vistos como estereotipados, provenientes de um olhar masculino hegemônico em relação à feminilidade; porém, em um segundo momento, que coincide com o ato de assumir e conseguir expressar a própria identidade de gênero, os aspectos de feminilidade deixam de ser uma fantasia dissociada da própria identidade, pois são aspectos espontaneamente incorporados e vivenciados sem auto repressão ou dissociação. À medida em que as mulheres transexuais começam a interagir socialmente nas suas identidades femininas ou a ver as suas inclinações de gênero como autênticas e com orgulho (DOORN et al., 1994; SERANO, 2007), as FIFs adquirem um novo significado na trajetória de vida dessas mulheres.

Para Serano (2020, p. 773), Blanchard nunca conseguiu abordar corretamente esta mudança, caracterizando esta tomada de consciência a respeito do próprio corpo e sexualidade como decorrente do suposto vínculo de par que as mulheres trans estabeleceriam imaginariamente com seus próprios “selves femininos”. Assim, para Blanchard, a redução das FIFs seria análoga a situação dos casais de longa data na qual os cônjuges tendem a se tornar menos sexualmente ativos um com o outro com o tempo. Como aponta Serano (2010, p. 182), esta explicação é um tanto exagerada, pois além de não haver evidências biológicas que sugiram que os humanos ou outros animais sejam capazes de formar pares com eles mesmos e/ou com seus próprios corpos, estas mulheres transexuais simplesmente não se veem impedidas de se relacionarem com as demais pessoas (o que torna ainda mais sem sentido a ideia de que elas teriam “se casado com a imagem delas mesmas”).

Ainda segundo Serano (2020, p. 766), existem diversas objeções à teoria da autoginefilia que partem dos próprios estudos de Blanchard, dentre as quais: a existência de mulheres transexuais que se atraem por mulheres que não expericiam FIFs; a existência de experiências de FIFs em mulheres transexuais que se atraem exclusivamente por homens; a existência de mulheres transexuais ginefílicas que relatam disforia de gênero ou identificação feminina antes de experientiar FIFs (o que inclui os relatos de identificação feminina neste grupo antes da puberdade); o declínio de experiências de FIF relatado tanto por mulheres transexuais como por *crossdressers* (indicando que essas fantasias não são necessariamente centrais para a sexualidade e/ou identidade de gênero dessas pessoas) (NUTTBROCK et al., 2011; SMITH et al., 2005; VEALE et al., 2008; SERANO, 2010).¹⁹ Veale et al. (2008) descobriram que quando as mulheres transexuais foram agrupadas de

19 As parafiliais são geralmente consideradas como “intensas e persistentes” (American Psychiatric Association, 2013, p. 685), pois persistem até que o desejo sexual diminua com o avanço da idade. Assim, Serano (2010, p. 182) observa que o fato de que muitas pessoas trans do espectro MtF (*male to female*) pré-transição (ou mesmo que não transicionam) e que não são especialmente idosas e continuam a ser sexualmente ativas e, mesmo assim, experimentam uma grande di-

acordo com suas experiências de FIFs, elas não diferiram significativamente quanto à orientação sexual. Moser (2010, p. 797) indica problemas metodológicos nos estudos de Blanchard, pois parte significativa de indivíduos com experiências de FIFs que nem ao menos se identificam como transexuais²⁰ serviu para a obtenção de dados e conclusões a respeito do grupo de mulheres transexuais lésbicas, bissexuais e assexuais.

A presença destas múltiplas experiências e narrativas de gênero e sexualidade em mulheres transexuais coloca em dúvida a própria plausibilidade das hipóteses etiológicas e taxonômicas tecidas por Blanchard. As exceções à teoria são retratadas pelos seus próprios proponentes como sendo resultados de relatos não confiáveis ou mentirosos²¹ dos indivíduos transgêneros pesquisados. Como bem pontuam os diversos críticos, a alegação de que os relatos que contradizem a teoria só poderiam ser fruto de mentiras deliberadas revela o caráter não falseável desta teoria (WYNDZEN, 2004), além da adesão tácita a um posicionamento ideológico que tende a conceber os indivíduos transgêneros como essencialmente não confiáveis. Por outro lado, é também muito estranho os proponentes da teoria da autoginefilia acusarem as mulheres transexuais de mentir ou de não serem fontes confiáveis a respeito de suas próprias fantasias sexuais, na medida em que a evidência primária para a teorização a respeito da autoginefilia provém justamente dos autos relatos de mulheres transexuais (WYNDZEN, 2008, p. 500). Segundo Serano (2010, p. 185), o estereótipo de que as mulheres transexuais propositalmente buscam enganar as demais pessoas ao se apresentarem como mulheres também alimenta a presunção comum de que o que as mulheres transexuais dizem sobre as suas próprias identidades e experiências não precisa ser levado em consideração, o que agrava, por sua vez, as inúmeras situações de discriminação e preconceito.

Além disto, Blanchard nunca usou nenhum grupo de controle em seus experimentos, isto é, nunca aplicou os mesmos questionários sobre autoginefilia para mulheres cisgêneras. Outras alegações laterais provenientes das teorizações de Blanchard, tais como a de que as FIF “competem” com a atração sexual direcionada por outras pessoas; mulheres trans assexuais são predominantemente autoginefílicas e mulheres trans bissexuais são “pseudobissexuais”²² (BLANCHARD, 1989b, p. 622) carecem igualmente de plausibilidade (SERANO, 2020, p. 767). Mesmo diante de tantas críticas, Blanchard (2008, p. 436) sustenta, a partir de relatos anedóticos de fantasias sexuais de mulheres transexuais “autoginefílicas”, que haveria um aspecto fetichista que distinguiria de forma essencial as fantasias de mulheres transexuais das fantasias sexuais de mulheres cisgêneras.

minuição na excitação de gênero cruzado e/ou nas FIFs ao longo do tempo sugere fortemente que a suposta autoginefilia não é a força motriz por trás da identidade trans ou da disforia de gênero.

20 O critério de transexualidade neste caso é a persistência da identificação como mulher por pelo menos um ano.

21 Segundo Bailey (2003, p. 175), “há mais uma razão pela qual muitos autoginéfilos fornecem informações enganosas sobre si mesmos que é diferente de mentir descaradamente. Tem a ver com obsessão”.

22 Blanchard (1989a, p. 323-324) acredita que mulheres transexuais bissexuais seriam na verdade pseudobissexuais, pois elas supostamente não se atraíram pelas características masculinas do parceiro, e sim pela própria imagem enquanto mulher em uma relação com um homem. O autor descreve o parceiro masculino de mulheres bissexuais como “geralmente uma figura vaga e anônima, em vez de uma pessoa real e provavelmente tem pouca função excitatória além daquela de completar a fantasia da relação sexual vaginal no papel feminino” (BLANCHARD, 1989a, p. 237). Este entendimento justifica a classificação de mulheres transexuais bissexuais na mesma categoria de autoginefílicas, junto com as mulheres transexuais ginefílicas/lésbicas. Achados de uma pesquisa de Veale, Clarke e Lomax (2008) contradizem a hipótese da “pseudobisexualidade” de mulheres transexuais.

Fantasias de incorporação, sejam relacionadas à feminilidade ou masculinidade, não estão apenas presentes em pessoas transgêneras (sejam homens ou mulheres), mas também em pessoas cisgêneras (sejam homens ou mulheres)²³, de forma com que seja pouco provável que estas fantasias sejam específicas às pessoas transexuais, tampouco que configurem uma causa etiológica da transexualidade (SERANO, 2020, p. 768). Retratar as FIFs como sendo exclusivas de mulheres transexuais dá erroneamente a impressão de que as suas identidades de gênero são exclusivamente sexuais por natureza (JONES, 2016, p. 8), ao contrário das demais identidades. A ideia de que FIFs tem o potencial de causar a transexualidade não é suportada por evidências, e a vasta maioria das pessoas que vivenciam fantasias de gênero cruzado não manifestam desejo pela transição de gênero, nem se identificam como transgênero (SERANO, 2020, p. 768). Pessoas que se atraem por mulheres podem experienciar com maior saliência aspectos de sua atração em relação a seu próprio sentimento de incorporação (*embodiment*), de forma com que seja possível cogitar que as pessoas que não se atraem por mulheres, por outro lado, tenham menos chances de experienciar FIFs como algo particularmente estimulante. Cogitar esta relação, como pontua Serano (2020, p. 771), não implica supor uma causalidade direta (isto é, as fantasias de incorporação supostamente causando ou instituindo uma orientação sexual ou identificação de gênero e vice-versa).

Serano (2020, p. 774) aponta que a divisão proposta por Blanchard de dois “tipos” de mulheres transexuais ressoa com dois estereótipos sociais muito comuns a respeito de mulheres trans: a enganadora (*deceiver*) e a patética (*pathetic*)²⁴ (SERANO, 2007). Uma das razões pelas quais a teoria da autoginefilia parece ser tão convincente para muitas pessoas, a despeito das críticas e falta de evidências, reside no fato dela poder confirmar muitos estereótipos prévios e negativos a respeito de mulheres trans (SERANO, 2020, p. 775). Há uma tendência da mídia hegemônica e do senso comum em hipersexualizar as mulheres transexuais, retratando-as rotineiramente como sexualmente promíscuas e desviantes.

A teoria da autoginefilia de Blanchard reforça estes estereótipos, ao reduzir as identificações e narrativas transgêneras a uma motivação sexual. A sexualização presente na teoria de Blanchard também justifica as posições que defendem a recusa do reconhecimento da autenticidade das identidades femininas de mulheres transexuais, pois a autoginefilia, como uma parafilia, é definida como uma experiência tipicamente masculina de sexualidade. Serano também argumenta que a teoria da autoginefilia compartilha a crença socialmente disseminada de que as identidades transfemininas precisam de uma explicação (já que a transição de gênero do masculino para o feminino seria, a princípio, uma atitude irracional), formulada muitas vezes no interior de uma perspectiva masculina hegemônica segundo a qual as pessoas transicionam tendo em vista atingir um objetivo

23 O fato de uma porcentagem significante de mulheres cisgêneras que passaram pelos questionários semelhantes ou iguais propostos por Blanchard serem categorizadas como autoginefílicas (MOSER, 2009a; VEALE et al., 2008) acaba por colocar em xeque a noção de que a autoginefilia possa ser uma parafilia, tendo em vista que as parafilias geralmente são pensadas como inexistentes ou extremamente raras neste grupo (American Psychiatric Association, 2000, p. 568).

24 Em razão de serem presumidamente visivelmente extremamente femininas, as mulheres transexuais que se atraem exclusivamente por homens são imaginadas como mais frequentemente passáveis, de forma a “enganar” os seus parceiros sexuais de que sejam mulheres cisgêneras. O estereótipo da mulher trans “patética”, por outro lado, é aplicado para a mulher transexual que visivelmente não possui passabilidade cisgênera (o que resulta, como lembra Serano, na frequente atribuição de realização de uma fantasia sexual bizarra como o motivo oculto para a transição de gênero).

sexual, como se tornar objeto do desejo heterossexual masculino (SERANO, 2020, p. 775). Ao ser questionado se acreditava que classificar pessoas transgêneras como portadores de um transtorno contribuiria para o aumento do estigma contra elas, Blanchard respondeu insensivelmente que “não, quero dizer, quantas pessoas que fazem piadas sobre travestis (trannies) consultam o DSM primeiro?” (citado por SERANO, 2016, p. 302).

Conclusão

A teoria da autoginefilia proposta por Blanchard acirra a sexualização das vidas, narrativas e identidades de mulheres transexuais, principalmente aquelas que não se atraem exclusivamente por homens. Ela ignora a diversidade e complexidade das identificações de gênero e sexualidade entre as mulheres transexuais ao aderir a uma tipologia rígida, pautada em uma classificação binária, e tece relações de causalidade que não são consistentes nem baseadas em evidências. Os autores que subscrevem a esta perspectiva teórica explicitamente não reconhecem a legitimidade da identificação transfeminina, e referenciam as mulheres transexuais como homens com desvios sexuais. Isto revela a adesão a um posicionamento ideológico específico em relação a transexualidade. Não é de se estranhar que a teoria tenha usualmente sido recebida, como pontua Wyndzen (2003), como um dogma não-científico não-falseável. Em função disto, esta teoria é capaz de alimentar e sustentar posicionamentos hostis, reducionistas e discriminatórios contra mulheres transexuais.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)**. American Psychiatric Pub, 2013.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-IV)**. American Psychiatric Pub, 2000.
- BAGAGLI, Beatriz P. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- BAGAGLI, Beatriz P. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Letras escreve**, v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017.
- BAILEY, J. Michael. **The man who would be queen**: The science of gender-bending and transsexualism. Washington, DC Joseph Henry Press, 2003.
- BLANCHARD, Ray. Clinical observations and systematic studies of autogynephilia. **Journal of Sex & Marital Therapy**, v. 17, n. 4, p. 235-251, 1991.

BLANCHARD, Ray. Deconstructing the feminine essence narrative. **Archives of Sexual Behavior**, v. 37, n. 3, p. 434-438, 2008.

BLANCHARD, Ray. Early history of the concept of autogynephilia. **Archives of Sexual Behavior**, v. 34, n. 4, p. 439-446, 2005.

BLANCHARD, Ray. The classification and labeling of nonhomosexual gender dysphorias. **Archives of Sexual Behavior**, v. 18, n. 4, 315–334. 1989a.

BLANCHARD, Ray. The concept of autogynephilia and the typology of male gender dysphoria. **Journal of Nervous and Mental Disease**, 1989b.

BOCKTING, Walter O. Biological reductionism meets gender diversity in human sexuality. **Journal of Sex Research**, v. 42, n. 3, p267-270, 2005.

BOCKTING, Walter O.; BENNER, Autumn; COLEMAN, Eli. Gay and bisexual identity development among female-to-male transsexuals in North America: Emergence of a transgender sexuality. **Archives of Sexual Behavior**, v. 38, n. 5, p. 688-701, 2009.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONIPSI. **Transexuais contra a Essência Feminina**. Tradução do texto de Jane Robbins. 2019. Disponível em: <https://www.conipsi.com/transexuais-contra-a-essencia-feminina/>. Acesso em: 15 out. 2020.

DAVY, Zowie; SØRLIE, Anniken; SCHWEND, Amets Suess. Democratising diagnoses? The role of the depathologisation perspective in constructing corporeal trans citizenship. **Critical Social Policy**, v. 38, n. 1, p. 13-34, 2018.

DENNY, Dallas. Changing models of transsexualism. **Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy**, v. 8, n. 1-2, p. 25-40, 2004.

DEOGRACIAS, J. J., JOHNSON, L. L., MEYER-BAHLBURG, H. F., KESSLER, S. J., SCHOOBER, J. M., & ZUCKER, K. J. The gender identity/gender dysphoria questionnaire for adolescents and adults. **Journal of Sex Research**, v. 44, n. 4, p. 370-379, 2007.

DOORN, C. D.; POORTINGA, J.; VERSCHOOR, A. M. Cross-gender identity in transvestites and male transsexuals. **Archives of Sexual Behavior**, v. 23, n. 2, p. 185-201, 1994.

GOOREN, Louis. The biology of human psychosexual differentiation. **Hormones and behavior**, v. 50, n. 4, p. 589-601, 2006.

GUAY, David R. P. Drug treatment of paraphilic and nonparaphilic sexual disorders. **Clinical Therapeutics**, v. 31, n. 1, p. 1-31, 2009.

HAMMACK, Phillip L. An integrative paradigm. **Human Development**, v. 48, n. 5, p. 267-290, 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.dive.sc.gov.br/conteudos/agravos/publicacoes/orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-termos-2-edicao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

JONES, Zinnia. Alice Dreger, Autogynephilia, and the Misrepresentation of Trans Sexualities. **Gender Analysis**, [S. I.], 2016. Disponível em: <https://genderanalysis.net/2016/04/alice-dreger-autogynephilia-and-the-misrepresentation-of-trans-sexualities-book-review-galileos-middle-finger/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

LANE, Riki. Truth, lies, and trans science. **Archives of Sexual Behavior**, v. 37, n. 3, p. 453-456, 2008.

LANGEVIN, Ron; LANG, Reuben A.; CURNOE, Suzanne. The prevalence of sex offenders with deviant fantasies. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 13, n. 3, p. 315-327, 1998.

MOSER, Charles. A different perspective. **Archives of Sexual Behavior**, v. 37, p. 366-421, 2008.

MOSER, Charles. Autogynephilia in women. **Journal of Homosexuality**, v. 56, 539-547, 2009a.

MOSER, Charles. Blanchard's autogynephilia theory: A critique. **Journal of homosexuality**, v. 57, n. 6, p. 790-809, 2010.

MOSER, Charles. When is an unusual sexual interest a mental disorder? **Archives of Sexual Behavior**, v. 38, 323-325, 2009b.

MOSER, Charles; KLEINPLATZ, Peggy J. DSM-IV-TR and the paraphilias: An argument for removal. **Journal of Psychology & Human Sexuality**, v. 17, n. 3-4, p. 91-109, 2006.

NUTTBROCK, L.; BOCKTING, W.; MASON, M.; HWAHNG, S.; ROSENBLUM, A.; MACRI, M.; BECKER, J. A further assessment of Blanchard's typology of homosexual versus non-homosexual or autogynephilic gender dysphoria. **Archives of Sexual Behavior**, v. 40, n. 2, p. 247-257, 2011.

RICA, Adriana. O que é autoginefilia? **Blogueiras Radicais**, [S. I.], 2020. Disponível em: <http://blogueirassradicais.com/index.php/2020/07/17/o-que-e-autoginefilia/>. Acesso em: 15 out. 2020.

SERANO, Julia M. The case against autogynephilia. **International Journal of Transgenderism**, v. 12, n. 3, p. 176-187, 2010.

SERANO, Julia. A matter of perspective: A transsexual woman-centric critique of Dreger's "scholarly history" of the Bailey controversy. **Archives of Sexual Behavior**, v. 37, n. 3, p. 491-494, 2008.

SERANO, Julia. Autogynephilia: A scientific review, feminist analysis, and alternative 'embodiment fantasies' model. **The Sociological Review**, v. 68, n. 4, p. 763-778, 2020.

SERANO, Julia. **Outspoken**: a decade of transgender activism & trans feminism. Oakland, CA: Switch Hitter Press, 2016. E-book.

SERANO, Julia. **Whipping girl**: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity. New York: Seal Press, 2007.

SMITH, Y. L., VAN GOOZEN, S. H., KUIPER, A. J., & COHEN-KATTENIS, P. T. Transsexual subtypes: Clinical and theoretical significance. **Psychiatry Research**, v. 137, n. 3, p. 151-160, 2005.

VEALE, Jaimie F. Evidence against a typology: A taxometric analysis of the sexuality of male-to-female transsexuals. **Archives of Sexual Behavior**, v. 43, n. 6, p. 1177-1186, 2014.

VEALE, Jaimie F.; CLARKE, Dave E.; LOMAX, Terri C. Sexuality of male-to-female transsexuals. **Archives of Sexual Behavior**, v. 37, n. 4, p. 586-597, 2008.

VEALE, Jaimie F.; CLARKE, David E.; LOMAX, Terri C. Male-to-female transsexuals' impressions of Blanchard's autogynephilia theory. **International Journal of Transgenderism**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2012.

WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 1992.

WYNDZEN, Madeline H. A Social Psychology of a History of a Snippet in the Psychology of Transgenderism. **Archives of Sexual Behavior**, v. 37, n. 3, p. 498-502, 2008.

WYNDZEN, Madeline H. Autogynephilia and Ray Blanchard's mis-directed sex-drive model of transsexuality. All mixed up: A transgendered psychology professor's perspective on life, the psychology of gender, & "gender identity disorder". **Gender Psychology**, [S. I.], 2003. Disponível em: http://www.GenderPsychology.org/autogynephilia/ray_blanchard/ Acesso em: 15 out. 2020.

WYNDZEN, Madeline H. The banality of insensitivity: portrayals of transgenderism in psychopathology. All mixed up: A transgendered psychology professor's perspective on life, the psychology of gender, & "gender identity disorder". **Gender Psychology**, [S. I.], 2004. Disponível em: http://www.GenderPsychology.org/psychology/mental_illness_model.html Acesso em: 15 out. 2020.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. 1-12, 2020.

Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver!¹ Mulheres contra hegemônicas pensando uma nova forma de ser e existir

Against Racism, Sexism and for the Well-Living! hegemonic women thinking about a new way of being and existing

Dayane Nayara Conceição de Assis²



<https://orcid.org/0000-0003-0885-0715>

Recebido em: 23 de novembro de 2020.

Primeira revisão: 15 de maio de 2021.

Revisão final: 30 de julho de 2021.

Aprovado em: 06 de agosto de 2021.



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12181>

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar algumas notas introdutórias sobre o conceito de Bem Viver, bem como estabelecer as possíveis conexões existentes com aquilo que tem sido produzido pelas mulheres negras e indígenas no Brasil. Partindo da experiência da Marcha de Mulheres Negras e a Marcha das Mulheres Indígenas sucedida em 2015. A ampliação do uso do conceito cinco anos depois é inegável, e chama a atenção para aquelas pessoas que pretendem produzir conhecimento acadêmico a esse respeito. Dialogando com a literatura latino-americana sobre Bem Viver, a escrita das feministas comunitárias; e as reivindicações das mulheres contra hegemônicas brasileiras; pretendo instigar as pessoas leitoras desse trabalho a pensarem a construção do Bem Viver para além de uma hipótese utópica, mas sim como uma proposta em curso e que já não pode ser interrompida.

ABSTRACT: The present work intends to present some introductory notes about the concept of Well-Living, as well as to establish the possible existing connections with what has been produced by black and indigenous women in Brazil. Based on the experience of the March of Black Women and the March of Indigenous Women in 2015, the expansion of the use of the concept five years later is undeniable, and draws attention to those people who intend to produce academic knowledge in this regard. Dialoguing with Latin American literature on Well-Living, the writing of community feminists and women's demands against Brazilian hegemonic; I intend to encourage people who read this work to think beyond a utopian hypothesis about the construction of Well-Living as an ongoing proposal that can no longer be interrupted.

Palavras-chave: Bem Viver, mulheres negras/indígenas, feminismos comunitários, decolonialidade.

Keywords: Well-Living, black/indigenous women, community feminisms, decoloniality.

¹ Essa frase vem sendo usada como jargão nos movimentos de mulheres negras desde 2015, quando a marcha das mulheres negras se tornou pauta central desse movimento.

² Membra de terceira geração da Família Alcântara Coral (MG). Doutoranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismos (UFBA), Brasil. Bolsista FAPESB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2646641025063825>. E-mail: ladaiane@hotmail.com

"Nós somos o começo, o meio, e o começo." (nêgo bispo)³

De forma cada vez mais vigorosa a discussão sobre a ruína do sistema socioeconômico sob o qual vivemos tem sido constatada de diversas formas. Se antes a possibilidade de revitalizar o sistema capitalista constituía-se como uma expectação que atraia inúmeros adeptos, cada vez mais assistimos em âmbito mundial ganhar forças as teorias que proponham modelos alternativos a forma de viver que até então conhecemos no ocidente.

O reconhecimento do desgaste dos recursos naturais e das formas de governo aliadas ao conservadorismo não são uma novidade; ocasionalmente ao longo das últimas décadas essas pausas ganham visibilidade, sobretudo, no sentido de buscar alternativas a esse quadro quase sempre ligadas a noção de desenvolvimento.

O que temos de novo (porém nem tanto) é a forma como os marcadores sociais da diferença como gênero, raça, sexualidade, colonialidade, são incluídos nestas análises como conceitos indispensáveis para pensar as noções de desenvolvimento, e de que forma as mesmas atingem a cada indivíduo e por consequência coletivamente os grupos sociais aos quais pertencem, essa mudança no olhar altera o tom dessa discussão e ganha protagonismo como noções indispensáveis para o debate.

Na América Latina ao mesmo tempo em que assistimos preocupados o avanço do conservadorismo político é perceptível a ofensiva dos corpos racializados, gendrados e que questionam os falsos limites entre centro e periferia recusando como revolucionaria qualquer tentativa de transformação que se recuse a construir-se fora dessas análises.

Para esse artigo interesso-me apresentar algumas reflexões iniciais sobre as propostas apresentadas pelos movimentos de mulheres negras e indígenas nos seus mais recentes debates, partindo de um conceito que tem ganhado eco dentro e fora das construções acadêmicas, a saber, a noção de Bem Viver.

Desde meu conhecimento situado como mulher negra, acadêmica, periférica que viveu os momentos iniciais da organização da Marcha das Mulheres Negras (2015) busco ponderar as correspondências entre as práxis políticas na América Latina que subsidiam a formulação de tal conceito com a radicalidade das propostas feitas pelas mulheres não hegemônicas brasileiras. De forma secundária, porém não menos importante, evidenciar de que forma essas convicções questionam desde dentro entendimentos sobre a categoria gênero aliadas às perspectivas individuais e neoliberais também é o foco deste trabalho.

Procedendo desde o questionamento de pressupostos tão estanques como a própria noção de pessoa, desenvolvimento e subsistência interessa-me pensar o impacto das propostas formuladas a partir das teorias do Bem-Viver, bem como, perceber de forma crítica as apropriações indevidas dessa proposta sem a devida transformação social para os grupos envolvidos.

Convido as leitoras/es a embarcarem nessa leitura entendendo que a mesma é marcada por eventos que estão em curso no momento em que essas ideias se constituem e que, portanto, trans-

³ Trecho do poema recitado pelo Quilombola na ocasião do prêmio Mestre da Periferia. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=35610>. Acesso em: 23 nov. 2020.

crevem uma realidade ainda em construção.

Ser feliz, não soridente!

Desde que ganhou visibilidade na realidade dos movimentos sociais em meados de 2013, tendo seu ápice em 2015, o conceito de Bem Viver tem sido acompanhado de uma imprecisão conceitual no que se refere ao seu marco de surgimento e origem quanto a localidade. É de comum acordo que se trata antes de tudo de uma cosmovisão partilhada por diversos povos tradicionais da América Latina, embora com nomenclaturas diferentes.

Partindo da concepção de que se trata da tradução espanhola do quéchua *Sumak Kawsay* ("Sumak" significaria plenitude e "Kawsay", viver) ou do aymara *Suma Qamaña* com igual sentido é necessário sinalizar que antes de traduzir-se como uma categoria política o *Bun Vivir* é uma filosofia de vida, um modo de existir e como tal ao ser traduzido agrega as concepções e elementos de outra cultura; uma vez que sistemas filosóficos em sua diversidade possuem engrenagens próprias para seu funcionamento.

E como definir então esse conceito? Como referência para nós nesse debate convém relembrar Alberto Acosta em que ao escrever **O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outro mundo possível** o autor nos chama atenção para a seguinte definição do conceito:

Neste livro, o Bem Viver, Buen Vivir ou Vivir Bien também pode ser interpretado como sumak kawsay (kíchwa), suma qamaña (aymara) ou nhandereko (guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. Não se trata de uma receita expressa em alguns poucos artigos constitucionais e tampouco de um novo regime de desenvolvimento. O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza. (ACOSTA, 2015, p. 23)

Percebam que para Acosta (2015) é importante retomar a ideia do caráter filosófico do conceito desde uma perspectiva indígena e que ao ser traduzida como uma política de Estado não pode tornar-se a letra fria da lei. Trata-se de uma proposta que tem como intenção trazer um novo marco civilizatório frente a um mundo que como conhecemos já não se sustenta. Com isso, acredito ser importante destacar alguns pontos basilares desta proposta. O primeiro deles é a compreensão que a divisão do mundo como desenvolvidos ou subdesenvolvidos, tendo como base apenas aspectos econômicos, já não é mais facilmente justificável frente a realidade social na contemporaneidade.

Ainda sobre a ideia de desenvolvimento podemos dizer que historicamente construiu-se objetivos inalcançáveis para grande parte do mundo, tendo como espelho sociedades que se formaram assim como são a partir da exploração colonial. Com isso, a sensação de impotência frente a realidade social, e a internalização de valores civilizatórios estabelecidos como subdesenvolvidos, acaba por definir a realidade dos povos fora da centralidade europeia.

Enquanto marco histórico há um entendimento de que as noções sobre Bem Viver aludem aos escritos do indígena Aymara Felipe Guamán Poma de Ayala (1611) que ao escrever **Primer Nueva Crónica y Buen Gobierno**, reivindicava práticas de bom governo e bem viver que só poderiam ser alcançados quando os povos tradicionais pudesssem novamente administrar seus territórios a partir de

seus saberes (LACERDA; FEITOSA, 2015). Desde então é seguro dizer que se tornou um termo polisêmico no qual as realidades locais ditam em certa medida seu significado sem perder de vista alguns pressupostos comuns como sua base.

Uma outra definição sobre o conceito proposta por DÁVALOS (2018) chama a atenção em buscar estabelecer uma relação entre desenvolvimento econômico, mercantilização da vida e a proposta da construção de um outro mundo possível; partindo da ideia de *Sumak kawsay* oriundo dos povos Kechwa o autor dirá que:

O bem viver é uma concepção de vida distante dos parâmetros mais caros da modernidade e do crescimento econômico: o individualismo, a busca do lucro, a relação custo-benefício como axiomática social, o uso da natureza, a relação estratégica entre os seres humanos, a mercantilização total de todas as esferas da vida humana, a violência inerente ao egoísmo do consumidor, etc. O bem viver expressa uma relação diferente entre os seres humanos e com seu ambiente social e natural. O bem viver incorpora uma dimensão humana, ética e holística à relação do ser humano com a sua própria história e com a sua natureza. (DÁVALOS, 2018)

Um ponto central da discussão sobre Bem Viver é o questionamento que se faz sobre a falsa divisão estabelecida ao longo da história do mundo ocidental de que o Homem, e aqui já chamo atenção para a percepção de gênero sobre essa definição, com o que estabelecemos como Natureza. Dentro dessa visão a noção de que homem e natureza são polos antagônicos corrobora para que seja aceitável a noção que o primeiro se estabelece em posição superior ao segundo; isso em última medida se transformará na ideia de que o homem está para cultura, assim como a mulher está para a natureza, sendo que a cultura nessa trama significa a superação da natureza fortalecendo concepções sexistas em nossa sociedade (SORJ, 1992).

Essa visão antropocentrista, ou seja, voltada para o homem na centralidade do existir é rejeitada dentro da perspectiva do Bem Viver que reitera que enquanto comunidade somos parte integrante dessa Natureza na mesma posicionalidade das demais existências que compõem esse complexo sistema. Nesse sentido, a chamada racionalidade não se constitui como um diferencial suficiente para nos colocar em posição de centralidade no sistema, antes pelo contrário, o chamado antropoceno evidencia-se como a era em que a destruição dos mais variados sistemas na Terra avançou de forma significativa.

A esse respeito considero importante destacar o pensamento do intelectual indígena Ailton Krenak que aponta para o fato de que historicamente a sociedade ocidental aprendeu a pensar a Natureza como sistema infinito em termos de uso de recursos. Krenak (2019) nos inquieta a pensar a maneira como construímos essa percepção da Natureza como uma figura materna de onde jorra inesgotáveis recursos para nos suprir e que será eterno como uma das maiores marcas do antropoceno, além disso esse deslocamento da humanidade do próprio sistema da natureza ainda encontrou resistência nos povos marginalizados em todos os cantos; como pontua o autor:

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, na margem dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombos, aborígenes- a sub-humanidade [...]. (KRENAK, 2019, p. 21-22)

Vale ressaltar que a proposta do Bem Viver se apresenta como um anseio global, porém não homogênea uma vez que sua intenção é agregar as mais diversas propostas partindo de um pressuposto decolonial de valorização das experiências locais dadas as especificidades de cada sociedade. Por essa razão, podemos dizer que a crítica ao desenvolvimentismo, a produtividade como valor absoluta e a busca pela plenitude, apresentam-se como pressupostos dessa filosofia de vida, contudo, o significado até mesmo do sentido de produtividade deve ser construído a partir das vivências diversas de cada lugar; ainda citando Acosta (2015, p. 39):

A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar--se com força nos debates mundiais. Poderia ser inclusive um detonante para enfrentar propulsivamente a crescente alienação de uma grande maioria dos seres humanos. Em outras palavras, a discussão sobre o Bem Viver não deveria circunscrever-se às realidades andina e amazônica. Apesar de reconhecermos a extrema dificuldade para se construir o Bem Viver em comunidades imersas no turbilhão do capitalismo, estamos convencidos de que há muitas opções para começar a praticá-lo em outros lugares do planeta, inclusive nos países industrializados.

Não posso deixar de mencionar que um dos principais pressupostos do Bem Viver é que ele não se apresenta como uma alternativa ao capitalismo, antes, porém, sua principal intenção é demonstrar que não há uma via alternativa a esse sistema; daí a radicalidade da proposta. Uma interessante provocação nesse sentido é pensar a diferença entre as concepções de Desenvolvimento Alternativo e Alternativa ao Desenvolvimento, uma vez que a primeira proposta visa ajustes para tornar mais “confortável” a esse sistema, enquanto a segunda, diz sobre a possibilidade de um novo mundo que somente será possível fora dos paradigmas em que hoje vivemos.

Sobre essa diferença é importante estarmos atentas ao que nos apresenta Constante (2018) quando a mesma escreve desde uma perspectiva calcada nas teorias decoloniais propostas por Quijano (2005) onde se lê:

O Buen Vivir consiste em uma proposta de superação e construção de uma alternativa de mundo (nesse momento não cogitada por muitos) que permite reflexionar sobre a construção e consolidação de uma teoria econômica alternativa a partir da América Latina e da epistemologia da periferia mundial. (CONSTANTE, 2018, p. 86)

É importante salientar que a busca pela plenitude através da alternativa ao desenvolvimento proposta pelo Bem Viver, embora nasça de uma cosmovisão filosófica, sua tradução busca concretizar-se por meio de mudanças constitucionais e políticas de Estado contrariando uma das principais críticas feitas a seu respeito; que é o caráter utópico desses pressupostos. Isso fica evidente

quando observamos o caso da Bolívia e do Equador onde desde uma discussão sobre os Estados Plurinacionais e a transformação das constituições a partir dos povos originários ocupando esses espaços políticos, incorporaram constitucionalmente a proposta do Bem Viver.

Embora a efetivação de tais propostas enquanto direito constitucional ainda enfrente obstáculos, somente o fato de garantir a inclusão no texto constitucional e a ocupação de cargos políticos por mulheres e homens indígenas, podem ser vistas como um avanço histórico de uma discussão que já vinha ganhando escopo nos movimentos sociais. Como veremos a seguir no caso Brasileiro principalmente os movimentos de mulheres negras e indígenas se inspiram e buscam fazer o mesmo caminho, embora as particularidades da sociedade brasileira e da própria formação dos feminismos contra-hegemônicos tornem um pouco mais difícil essa tarefa.

Portanto, quais seriam as possíveis correspondências entre movimentos feministas e Bem Viver? Como primeiro passo para responder a esse questionamento considero importante apontar que dentre as proposições apontadas pela cosmovisão assentada nos princípios do Bem Viver é que ele só é possível desde que haja a valorização de princípios comunitários, e esses princípios, sejam construídos de maneira a valorizar as contribuições de todos sem distinção.

Não se trata, contudo, de romantizar os conflitos sociais ou minimizar sua existência, antes, porém, o grande contributo dessa perspectiva é não exacerbar e hierarquizar as diferenças sociais como ocorre na atualidade. Dessa maneira, apresenta-se como uma grande possibilidade de tornar-se uma ferramenta aliada no combate às desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade entre outras questões que nada mais são do que marcas tangíveis da colonialidade.

A seguir irei apresentar alguns pontos da discussão a partir da visão das mulheres negras e indígenas que apontam para um novo rumo da discussão no contexto brasileiro, entendendo de que maneira essas mudanças de perspectiva impactam as dinâmicas dos movimentos sociais e a produção de conhecimento acerca do tema desde a experiência dessas mulheres.

Contra o machismo, racismo e pelo bem-viver! As propostas das forasteiras de dentro⁴

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).⁵

Não há como negar que o ano de 2015 sem dúvida representou um marco no que diz respeito aos movimentos de mulheres negras e indígenas no Brasil, marcados com suas respectivas marchas e propostas políticas. Já no processo de construção da marcha das mulheres negras no ano anterior

⁴ Essa foi a temática da Marcha das mulheres negras em 2015, sobre o conceito de forasteiras de dentro ofereço a proposta trazida por Patricia Hill Collins desde o feminismo negro norte-americano onde a mesma apresenta como *outsider wins* as mulheres negras por estarem à margem da produção teórica sobre os feminismos; forasteiras de dentro, portanto, é uma tradução livre feita pela autora desse trabalho.

⁵ Trecho do documento final da Marcha das mulheres Negras (2015). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

a definição da temática trazia em seu cerne o Bem Viver como ideia central defendida por essas mulheres.

Se entendermos que as teorias efetuam viagens transatlânticas e que de fato as discussões sobre gênero e feminismos na América Latina têm ganhado visibilidade pelo protagonismo das mulheres inscritas em categorias não hegemônicas, não seria incorreto afirmar que as discussões sobre Bem Viver, já em estado avançado em outros países do continente, tenham chegado até aqui.

As correspondências entre feminismos e Bem Viver já se estabeleceram entre as mulheres que defendem a perspectiva comunitária do feminismo, se colocando de forma crítica em relação aos chamados feminismos da igualdade e da diferença que tiveram sua efervescência na década de oitenta; esse feminismo enxerga no fortalecimento da comunidade como um todo a chave para romper com as desigualdades de gênero, nas palavras de Julieta Paredes define-se da seguinte forma:

El feminismo comunitario es un movimiento social, que responde a la forma circular del conocimiento y del pensamiento, que recuperamos críticamente de nuestros pueblos originarios, formas del ser y del pensar que hoy las tomamos, las repensamos y replanteamos, para que nos permitan superar formas de construir conocimiento, fragmentado, androcéntrico, lineal, racional y dominador de la naturaleza, formas que son incapaces de relacionar y tejer formas de la vida, para todo lo que vive y existe. (PAREDES, 2018, p. 62)

Refletindo sobre o que nos apresenta Paredes (2018) é possível perceber que de fato aqui há uma correspondência como o que apontamos anteriormente em relação ao conceito de Bem Viver, sobretudo, a dimensão que se refere a falsa dicotomia entre cultura e natureza típica do pensamento ocidental.

Por esse motivo, as discussões feministas a esse respeito entendem que a dominação/exploração da natureza está diretamente ligada à dominação e desigualdade de gênero vivida pelas mulheres (SORJ, 1992). É por essa razão que a prática do Bem Viver pode vir a ser útil para repensar essas relações; embora muitas vezes esse questionamento vindo de mulheres inseridas nos grupos hegemônicos não proponham uma ruptura completa com o modelo neoliberal.

No caso dos feminismos comunitários convém relembrar as palavras de Cabral (2010, p. 6-7), que aponta:

Quiero iniciar diciendo que, para mí, eles una recreación y creación de pensamiento político ideológico feminista y cosmogónico, que ha surgido para reinterpretar las realidades de la vida histórica y cotidiana de las mujeres indígenas, dentro del mundo indígena. Esta propuesta ha sido elaborada desde el pensamiento y sentir de mujeres indígenas que nos asumimos feministas comunitarias.

Observe que desde essa epistemologia feminista o Bem Viver é visto como uma ferramenta que torna possível a operacionalização dos princípios pensados por essas mulheres para suas comunidades, nesse caso trata-se da metodologia organizacional para que aquilo que pretende esse feminismo se torne real. Nas palavras de Paredes (2014, p. 88) essa metodologia pensada a partir do Bem Viver possui cinco campos de ação, a saber: “o corpo das mulheres, o espaço das mulheres, o tempo das mulheres, o movimento das mulheres e a memória das mulheres”.

Algumas correspondências podem ser estabelecidas com as propostas de Bem Viver levantadas pelas mulheres negras e indígenas brasileiras, a primeira delas que desejo destacar, é a importância da comunidade dentro da prática feminista negra. Embora teoricamente não seja possível afirmar que o surgimento do feminismo negro no Brasil tenha se dado com base nos princípios comunitaristas das mulheres indígenas e não brancas, de maneira geral na América Latina, não é difícil identificar a importância do alcance comunitário que as mulheres negras reivindicam no Brasil.

Entre as feministas negras que optaram por pensar o lugar da mulher negra no Brasil Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, entre tantas outras, apontaram a dupla militância dessas mulheres negras em garantir suas pautas nos movimentos de mulheres e movimentos negros de forma simultânea. Lélia Gonzalez (2018) foi assertiva no sentido de pontuar como nós negros nos encontramos na “lata de lixo da sociedade brasileira”.

É correto dizer que de modo geral, guardada as devidas diferenciações, os feminismos construídos pelas mulheres negras brasileiras sempre apontaram para a árdua tarefa de evidenciar as profundas desigualdades em nossa sociedade, derivadas não só do racismo estrutural, mas também do atravessamento do sexism que impede essas mulheres de saírem da invisibilidade que lhes é imposta. Entre essas intelectuais negras nos chama a atenção o pensamento de Lélia Gonzalez justamente por trazer essa percepção que valoriza a aproximação entre as lutas das mulheres negras e indígenas.

Ao apontar a forma como Gonzalez (1980) ao nos identificar como Américanas demonstra que essas mulheres poderiam ser sujeitos de diferentes feminismos, Cardoso (2014, p. 05) irá escrever:

Amefricanidade, categoria cunhada por Lélia Gonzalez nos anos de 1980, que se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. A partir das resistências, como mecanismos estratégicos de visibilidade da história desses grupos, tem por objetivo pensar ‘desde dentro’ as culturas indígenas e africanas e, assim, afastar-se cada vez mais de interpretações centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu. Na verdade, a proposta de Lélia Gonzalez é epistemológica, pois, do ponto de vista da amefricanidade, propõe a abordagem interligada do “racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos.

Necessário recordar que a Marcha das Mulheres Negras e a Marcha das Mulheres Indígenas no ano 2015 foram resultados de uma intensa organização dos movimentos dessas mulheres, onde anteriormente se articularam à nível municipal e estadual até culminar nessa grande marcha. Como é comum a toda organização que se estabeleça dessa forma os encontros e reuniões preparatórios em todo Brasil serviu de base para diálogo sobre o que enfim queriam essas mulheres para Si, para sua comunidade e para o país como um todo.

Convém lembrar que do ponto de vista político vivenciávamos o crescimento exponencial de uma onda conservadora que combate toda e qualquer aproximação aos debates de gênero, raça e sexualidade e que, portanto, organizar-se de forma autônoma, sobretudo financeiramente, cancelou a força e estratégia organizacional dessas mulheres que em suas diversidades projetou, inclusive, internacionalmente a relevância dos movimentos de mulheres negras e indígenas por aqui.

Os documentos produzidos a partir dos momentos preparatórios e das próprias marchas das

mulheres negras e indígenas demonstram o alinhamento desses movimentos a essa forte onda em toda América Latina de pensar uma nova forma de organização social partindo da concepção do Bem Viver. A seguir destaco alguns tópicos que considero relevante para nossa discussão⁶:

a) Alinhamento Transnacional da proposta do bem viver.

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexism, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório. (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015)

A percepção de que o Bem Viver é uma concepção que rompe com barreiras como nacionalidade e que se pretende como uma proposta que pode ser levada desde uma perspectiva transnacional é uma importante característica desse conceito. Desde que atravessadas por um mesmo ou mais de um eixo de subordinação conforme propõe Crenshaw (1993) mulheres de sociedade diversas compartilham de experiências que devem ser pensadas desde suas similitudes para que ferramentas contra opressão sejam pensadas desde esse princípio. Não se trata, contudo, de um processo de universalização dessas mulheres, uma vez que a localidade e o conhecimento situado subsidiado desde o ponto de vista privilegiado de mulheres que estando à margem também enxergam o centro, chamadas por Collins (2016) de *forasteiras de dentro*, são significativos e valorizados.

b) Reivindicação dos saberes ancestrais como base organizacional

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). (CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2015)

Não é incomum que os escritos sobre Bem Viver em todas as suas versões reivindiquem a sabedoria ancestral para fundamentar suas propostas; a ideia de valorizar os conhecimentos e modos de vida daqueles que vieram antes de nós representa nesse sentido o desejo de recuperar o momento anterior a todo esse processo de colonização e ocidentalização que vivemos, e que nos trouxe ao estado atual das coisas. Essa concepção de vida contrapõe a uma perspectiva vivida pelos grupos hegemônicos que se instauraram nas estruturas de poder e que enxergam o chamado novo mundo como uma superação desse modo de vida ancorado nos saberes ancestrais.

Desse modo, me parece correto afirmar que só é possível a prática integrada do Bem Viver quando voltarmos nosso olhar para os fundamentos de nossas tradições; entendendo aqui o conceito de tradição em um lugar que admite a mutabilidade de acordo com as mudanças sociais. Trata-

6 Os trechos abaixo compõe os documentos da Marcha das Mulheres Negras, e da Marcha das Mulheres Indígenas disponíveis online, nos seguintes endereços: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>, <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>

-se, portanto, de estabelecermos cosmovisões outras para a gestão da vida coletiva como um modo de garantir a possibilidade da existência de outras bases organizacionais para nossas sociedades baseadas nos conhecimentos milenares apagados pela colonização.

c) Protagonismo das mulheres e dos povos tradicionais na condução da mudança

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexism e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros. (CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2015)

Esse ponto em específico nos leva a refletir que embora o Bem Viver nasça como uma filosofia, uma cosmovisão sobre a possibilidade de um novo pacto coletivo, suas acepções encaminham para a transformação das estruturas sociais para que sua realização seja possível. Nesse tocante, a condução para os caminhos que levam a essa nova possibilidade de existir devem ser obrigatoriamente pelos povos e comunidades tradicionais, e a frente deles as mulheres na ocupação dos espaços de poder. Sobre essa questão, como mencionamos anteriormente, a Bolívia e o Equador tem sido exemplos na América Latina em tornar as concepções do Bem Viver política de Estado de uma maneira transversal.

No Brasil, não podemos dizer que tal nível ainda não foi alcançado, porém é notável o crescimento de uma nova onda liderada por essas mulheres no intuito de frear essa onda conservadora que avança, e certamente o fazer político dessas mulheres nos grupos contra hegemônicos já se consolidam como uma tendência política e esboçam em seus postulados políticos aquilo que indica o Bem Viver como um todo.

d) "Território: Nosso corpo, nosso espírito"

Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. (CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2015)

Entender o corpo como território é fundamental quando nós voltamos para a construção das lutas que se estabelecem desde a perspectiva do Bem Viver, desde esse ponto de vista a construção ocidental que valoriza a separação corpo e mente em uma falsa dualidade não se sustenta. Dessa maneira, o território enquanto espaço geográfico e o corpo ocupam em grau de importância já que não faz sentido entendermo-nos como humanos versus a natureza enquanto espaço biosocial e conforme nos alerta Krenak (2019) nós somos a natureza, a montanha é nossa irmã e aquele rio nosso avô.

Essa reivindicação tem sido mais frequente nas falas das mulheres indígenas o que é perfeitamente entendido se não pertermos de vista a perspectiva histórica que nos demonstra o genocídio

em curso dos povos indígenas e a busca em garantir sua inexistência partindo de várias frentes de ataque sendo a perca de seu território uma delas e talvez a mais cruel.

Compreender o corpo como campo de batalha também pode ser um caminho para a superação das imagens de controle (COLLINS, 2000), historicamente construídas sobre os corpos de mulheres negras e indígenas, e reposicioná-las socialmente desde o controle de seus corpos antes subjugados construindo narrativas próprias.

Partindo da perspectiva construída dentro dos feminismos comunitários que, como já mencionamos anteriormente, se ancoram nas premissas do Bem Viver para existir, Julieta Paredes nos ensina que é necessário “fazer política desde o corpo”. “Entendo tal perspectiva como uma metodologia onde as histórias e sabedorias que carregam os corpos de mulheres, corpos esses diversos, é a própria práxis política” (PAREDES, 2018 p. 96).

O discurso histórico de Célia Xakriabá na Marcha das Mulheres Indígenas afirma que “as mulheres indígenas aprendem muito mais com a árvore viva, do que com o papel morto” segue a linha dessa discussão que propomos ao pensar a corporalidade dentro da concepção de Bem Viver, nas palavras dela: “vai ser nós, mulheres indígenas, com nossos corpos, que vamos descolonizar a sociedade brasileira que tem matado a nossa história e a nossa memória”.⁷

Para além do que já foi exposto, acredito que a dimensão do território aqui colocada tem servido como elo de aproximação entre os movimentos feministas urbanos e rurais que a muito haviam se distanciado na construção de uma luta coletiva. Sinto-me esperançosa em dizer que a percepção da necessidade de unir pautas das mulheres da cidade e do campo tem se tornado uma urgência.

Algumas outras percepções e notas inconclusivas

Embora a exposição feita acima sobre o conceito de Bem Viver e a prática política das mulheres negras a partir dessa experiência tenha sido introdutória alguns pensamentos podem ser elaborados a partir dela. Um deles é que a adoção dos pressupostos oriundos dessa filosofia pelos movimentos sociais na América Latina, sejam eles feministas ou não, cresce como uma corrente e se mostra no momento como uma frente contra o avanço do conservadorismo.

Embora adquira contornos diferentes em cada sociedade há alguns pontos de encontro nas pautas dos movimentos sociais que demonstram que para além dos problemas comuns frutos das fendas nos sistemas coloniais, as práticas políticas tem se deslocado e vencido as barreiras geográficas e isso torna-se visível na unificação e apoio entre os movimentos sociais, sobretudo, os feministas contra hegemônicos.

Essa concepção é partilhada por Curriel (2017) quando nos fala sobre a possibilidade de uma “Corrente Feminista Autônoma Latino Americana” e seria justamente esse o caminho trilhado pelas mulheres negras e indígenas brasileiras em sua diversidade que buscam a descolonização de seus corpos, saberes e lutas. É nesse mesmo ínterim que a autora nos convida a pensar aquilo que seria

⁷ Célia Xakriabá na Marcha das Mulheres Indígenas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wUn5jaOFr-jY&ab_channel=CanaldaResist%C3%A3ncia Acesso em: 30 nov. 2020.

esse feminismo decolonial, que se define da seguinte maneira:

a descolonización para nosotras se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de "cimarronaje" intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas. (CURIEL, 2009, p. 3)

No meio académico arrisco-me a dizer que as correspondências entre os feminismos negros no Brasil e o conceito de Bem Viver tem se dado ainda de forma muito lenta no que diz respeito as produções teóricas. De maneira geral, as produções que mais tem se aproximado das discussões sobre a proposta do Bem Viver são encontradas nos campos da ciência socioambiental, que de alguma maneira se entremeiam com algumas propostas que se denominam como Ecofeministas, contudo, essa produção em sua maioria não é feita por mulheres negras ou indígenas.

Com isso, não posso deixar de destacar que a dificuldade de acesso e silenciamento das mulheres não hegemônicas na academia se reflete na ausência do debate qualificado acerca de temas transversais como esses confirmando o epistemicídio que nos atravessa cotidianamente. Mais uma vez, como é comum no que se refere ao caso dessas mulheres, os movimentos sociais se colocam a frente do ambiente acadêmico em compreender o conceito de Bem Viver e sintetizá-lo em suas práticas cotidianas.

Outro aspecto que vale a pena abordar é que, em muitos casos, Bem Viver tem se traduzido por aqui como sinônimo de autocuidado. Se por um lado uma proposta que instiga ao viver plenamente está intimamente ligada a esse aspecto, alguns cuidados são necessários para a conotação simplista que essa associação pode levar.

O Centro de Estudo e Associação Feminista- Cfmea lançou a cartilha **Bem viver para a militância feminista – Metodologias e experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas** em que descreve práticas integrativas aplicadas e vividas por mulheres militantes, e as intitula como Bem Viver sendo que se ancoram sobre alguns princípios, a saber: Proteção e Reverberação.

Embora seja inegável a importância de construirmos espaços empáticos e embebidos de afeto para o exercício de uma militância feminista é necessário compreender que o sentido do Bem Viver está ligado a uma perspectiva política de emancipação bem mais ampla, reduzi-la a práticas de autocuidado pode ser uma armadilha ainda influenciada pelas bases neocoloniais em que se assenta nossa sociedade.

A imprecisão conceitual com que o conceito de Bem Viver tem sido usado, ao meu ver, se apresenta como um dos grandes desafios à expansão qualificada do debate na produção acadêmica, isso porque embora o número de citações em que o conceito aparece em alguns escritos, um esforço teórico em desvendar as correlações propostas por esse conceito ainda está para acontecer. Obviamente que a consolidação e difusão dessas ideias feita pelas mulheres negras e indígenas obriga os estudos de gênero a olharem com maior cuidado e interesse para o tema, o que ouso dizer tende a provocar uma mudança no campo teórico a partir dessas provocações.

Em suma, o que esse artigo procurou fazer foi apresentar algumas notas introdutórias sobre o conceito de Bem Viver, sua expansão na América Latina e suas possíveis correlações com as propostas das mulheres negras e indígenas no Brasil nesses últimos tempos. Pensando as produções teóricas e fazeres políticos que se espalham com uma onda nesse continente, as mulheres contra-hegemônicas no Brasil abraçam essa tendência e se traduz em suas marchas e documentos políticos produzidos a partir dele.

Adotado desde 2015 pelos movimentos de mulheres negras e indígenas a ideia de Bem Viver apresenta-se como uma ideia promissora de transformação do campo teórico dos estudos de gênero, aliando-se as produções desde os feminismos comunitários, decoloniais com um compromisso em ser antirracista e sexista.

Embora as bases conceituais por trás dessa filosofia de vida não sejam uma novidade a adoção do conceito pelos movimentos sociais e, consequentemente, a entrada pelas portas do conhecimento acadêmico, é um fenômeno recente, e pode representar uma tendência que ofereça ferramentas para pensar uma outra possibilidade de viver outros mundos.

Desse modo, qualquer que sejam as produções nesse sentido colaboram para um debate qualificado sobre o tema o que requer, inclusive, que estejamos atentos aos riscos contidos nessa proposta, e a garantia de que o protagonismo de mulheres negras e indígenas na consolidação desse caminho seja protegido e garantido à medida que ela se consolida.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción y la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ASOCIACIÓN PARA LA COOPERACIÓN (Eds.). **Feministas siempre.** Feminismos diversos: el feminismo comunitario. España: ACSUR-Las Segovias, 2010. Disponível em: www.acsur.org. Acesso em: 10 maio 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.

CFEMEA. **Bem viver para a militância feminista – Metodologias e experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas.** Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/bem_viver_para_militancia_feminista.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

CIM. **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final:** “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida” Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **The black feminist thought.** London: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 11. nov. 2020.

CONSTANTE, Paula de Souza. **O Buen Vivir e a construção de uma alternativa ao desenvolvimento:** olhares sobre a Bolívia. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens:** interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Traduzido por Carol Correia. 1993. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A1ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, 1., 2009, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: [S.n.], 2009.

DÁVALOS, P. **Reflexiones sobre el Sumak Kawasy (El Buen Vivir) y las Teorías del Desarrollo.** 2008. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/25617>. Acesso em: 05 maio 2021.

GELEDÉS. **Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgar. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Argentina: Clacso, 2005.

LACERDA R. F.; FEITOSA, S. F. **Bem Viver:** Projeto U-tópico e De-colonial. **Interritórios. Revista de Educação**, Caruaru, v. 1, n. 1, 2015.

PAREDES, Julieta. ¿Que es el Feminismo Comunitario? Bases para la despatriarcalización. 2. ed. Bolivia: Mujeres Creando Comunidad, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SORJ, Bila. O Feminino como Metáfora da Natureza. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 143-150, 2º sem. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15806>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Mulheres francesas do século XIX: trajetórias de lutas

French women of the 19th century: trajectories of struggles

Vanessa Pastorini¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9602-3367>

 <http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14405>

Recebido em: 10 de setembro de 2021.

Primeira revisão: 12 de novembro de 2021.

Revisão final: 19 de novembro de 2021.

Aprovado em: 25 de novembro de 2021.

RESUMO: Como forma de contribuir para a compreensão da luta das mulheres por direitos, sobretudo na evolução e retrocessos vivenciados pelos personagens femininos, o presente artigo enseja esboçar um panorama das mulheres francesas do século XIX. O trabalho toma como pressuposto acompanhar as mudanças políticas ocorridas no cenário da França, e como elas marcaram a vida das cidadãs. Ao lado dos grandes marcos, lançamos luz sobre as “re-ações” de personagens femininos que culminaram na estruturação do chamado feminismo.

ABSTRACT: As a way of contributing to the understanding of women's struggle for rights, especially in the evolution and setbacks experienced by female characters, this article aims to outline a panorama of French women in the 19th century. The work is based on the assumption of following the political changes that occurred in France, and how they marked the lives of female citizens. Alongside the major events, we shed light on the reactions of female characters which culminated in the structuring of the feminism.

Palavras-chave: História das Mulheres, feminismo francês, século XIX.

Keywords: Women's History, french feminism, nineteenth century.

¹ Doutoranda pelo Programa de Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística (FFLCH-USP), Brasil, com objeto de estudo os discursos feministas. Mestre em Linguística pelo POSLIN (UFMG), Brasil. Bacharel em Letras/Francês com período de intercâmbio na Universidade do Algarve, Portugal, na área de Línguas e Comunicação. Foi Assistente Editorial na Revista Brasileira de Estudos Políticos, autuou no projeto Embaixadores Universitários da França - UFMG promovido pelo SCAC/BH, no projeto Portal de Periódicos da UFMG e como representante discente suplente junto ao colegiado do POSLIN (UFMG), Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1715112593054789>. E-mail: vanesa.pastorini10@gmail.com

Para falarmos do século XIX, é preciso, antes de mais nada, situar de que período estamos lidando exatamente. No caso aqui assinalado, tomaremos este como sendo o momento correspondente entre os anos 1789 e 1914 (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994). As duas datas marcam acontecimentos que, em grande medida, simbolizam a transição entre o Antigo Regime e a sociedade moderna: iniciado pela Revolução Francesa (1789) e encerrado pela Primeira Guerra Mundial (1914). Não apenas a transição entre dois períodos de turbulências, importante lembrar que o século XIX é também reconhecido pelos progressos sociais conquistados pelo povo francês, como: o ensino primário laico e obrigatório (1881-1882), o direito sindical (1884) e a separação do Estado e da Igreja (1905) (NORA, 1986).

Ao lado dos avanços notáveis, vemos um século que em muito contribuiu para a formulação do ideal de “domesticidade feminina” das cidadãs francesas, imputando-lhes a carga dos afazeres do lar e a sua exclusão compulsória do espaço público. Michelle Perrot (1998, p. 37), pesquisadora assídua da história das mulheres, evidenciou a existência de lugares “praticamente proibidos às mulheres — políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos —, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados — lavanderias, grandes magazines, salões de chá”. A associação da imagem da mulher como mãe de família, submissa ao homem, sendo este compreendido como o “provedor” da casa e detentor da racionalidade, tornou-se cada vez mais difundida ao longo do século XIX, cujos ecos perpetuaram (ou perpetuam) a relação hegemônica estabelecida entre os sexos. A mulher, “membro subordinado da família, não pode alcançar nem a individualidade nem a cidadania” (PERROT, 1998, p. 112), sendo-lhe privado o direito ao voto e suas atividades restritas ao âmbito doméstico.

Apesar de tentador, afirmar que as cidadãs francesas se encontravam “trancadas em suas funções de esposas ou mães, [isso] é insuficiente para apreender a riqueza da sua realidade” (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993, p. 27).² O movimento de domesticação do Outro, percebido por Beauvoir (1970)³, conforme veremos ao longo deste artigo, provocou comportamentos em algumas mulheres que, devido a contextos sociais adversos, empenharam-se para formular “re-ações” de defesa. Graças a esses confrontos é recorrente considerar, por parte de estudiosos da luta das mulheres por direitos (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994), o século XIX como o momento de nascimento do feminismo na França.

Apresentada as formulações que perpassam o presente trabalho, nosso esforço se norteia pela compreensão de uma história da França voltada para situação das mulheres, iluminando a coabitação de atuações femininas. Ao refletir sobre o problema da construção da história das mulheres, o artigo de Dauphin et al. (1986, p. 25) reforça a importância de “em lugar de ratificar o fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina, [...] pode-se propor uma reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história”. Empenhamos, consequentemente, em lançar luz sobre os aspectos mais relevantes para a compreensão das mulheres francesas do século XIX. Não ilustradas como personagens imóveis, mas como fontes de “re-ações” contra o controle do poder por parte dos homens, apontamos ainda para personalidades que se empenharam para reverter o sistema em vigor. Pretendemos endossar a necessidade de se compreender o silêncio sobre a história feminina, abrindo a possibilidade de novas reflexões sobre o período.

2 Tradução livre de: “Affirmer qu’elles sont enfermées dans leurs fonctions d’épouses ou de mères est insuffisant pour saisir la richesse de leur réalité”.

3 A autora coloca a alteridade como categoria intrínseca ao pensamento humano; nesse sentido, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela.” (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções temerárias e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (PERROT, 1995, p. 13)

Acreditamos, por fim, que personalidades femininas foram elementos-chave no que se refere à organização de focos de lutas, seja por meio de discursos proferidos, por tomadas de linha de frente nos confrontos armados, ou por meio da publicação de periódicos voltados exclusivamente à defesa dos direitos das mulheres. Mesmo o termo "feminista"⁴ sequer ter a conotação/circulação que adquiriu na contemporaneidade, tais personagens, dada a preocupação pela defesa da causa das mulheres, em muito pode contribuir para o desenvolvimento dessa corrente de pensamento. A divisão deste artigo será feita, portanto, segundo os acontecimentos considerados de maior importância na luta por direitos das mulheres francesas do século XIX, sejam eles de ordem política ou religiosa. Serão apresentadas, nessa perspectiva, as personagens que tiveram papéis cruciais no interior do movimento, bem como os posicionamentos por elas adotados em diferentes conjunturas, a fim de criar um terreno fértil para compreender as mulheres a quem os discursos eram dirigidos.

Revolução Francesa: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão x Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã

No estudo do fenômeno da Revolução Francesa, em 1789, foi constatado que não eram apenas os homens que atuavam nos confrontos. Graças a uma revisão histórica, é possível afirmar a presença de mulheres pertencentes às classes trabalhadoras e operárias (HUFTON, 1999). Muitas mulheres formaram grupos entre si, atuando na tomada da Bastilha, em julho de 1789, e na reivindicação pela vinda do Rei a Paris. Outras, apelidadas muitas vezes de *tricoteuses*⁵ e Fúrias da guilhotina, eram mulheres vistas em meio à multidão, lutando lado a lado dos homens, em posse de armamento bélico. É possível afirmar que a cidade cedeu, pela primeira vez, espaço para suas cidadãs, permitindo-lhes atuarativamente na formação de grupos revolucionários: de organizações comandadas/organizadas inteiramente por mulheres, à participação de assembleias (HUFTON, 1999).

Ao se tomar como objeto de análise a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, formulada no mesmo ano da queda da Bastilha e do início da revolução, em 1789, o que se destaca é o paradoxo do seu viés político acerca das mulheres. Segundo o documento, eram excluídos da noção de "igualdade" de direitos à participação da vida pública três grupos: pobres com renda inferior a 3 dias de trabalho; servis, devido a não garantia de imparcialidade política; e, por fim, as mulheres (HUFTON, 1999). O indivíduo político era concebido de acordo com a imagem e semelhança do homem branco rico, sendo este o responsável por gerir os demais membros do grupo social, marginalizados devido aos seus atributos submissos.⁶ Excluídas

⁴ A palavra "feminismo" surge pela primeira vez no dicionário francês **Le Robert**, em 1837, o qual atribuiu-lhe o sentido de doutrina que visava a extensão dos direitos e deveres das mulheres na sociedade

⁵ Parte de uma conspiração interna por grupos de jacobinos, as *tricoteuses* são, em um primeiro momento, consideradas como símbolo do patriotismo. (cf. HUFTON, 1999)

⁶ Era considerado como indivíduo oprimido aquele que se encontrava submisso ao poder individual de outrem, e que não compartilhava da integralidade dos direitos do cidadão. (cf. GODINEAU, 1995)

por meio do documento ao acesso do espaço público, a capacidade e a atuação das mulheres se tornaram restritas às atividades ligadas à reprodução e, majoritariamente, à educação dos filhos e aos afazeres do lar.

País da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a França é, de fato, o penúltimo país do continente a ter concedido o direito de voto às mulheres, em 1944... ‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e em dignidade’, dizia a Declaração do Homem e do Cidadão. Então, as mulheres não eram ‘seres humanos’? (PERROT, 1998, p. 120)

A própria participação das mulheres durante a revolução é colocada em pauta, visto que sua atuação nos cenários de confronto não perdurou por muito tempo, sendo posteriormente rotuladas pejorativamente como os “fantasmas da subversão” (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994). Nada mais que um trabalho discursivo cujo propósito era o de remodelá-las a permanecerem ao espaço doméstico. O imaginário das revolucionárias, relacionados às fúrias da guilhotina e tricouteuses, levou-as a serem compreendidas como exemplos de violências. Sequer as mulheres que se posicionaram contra a revolução se viram salvas, uma vez que a influência feminina foi tomada como uma das causas para a queda do Antigo Regime (PRIMI, 2006). Até mesmo as associações criadas e geridas por militantes femininas, que predominaram nos espaços revolucionários franceses de 1793, passaram a ser proibidas e perseguidas pela polícia (DEVANCE, 1976).

Malgrado a exclusão das mulheres do espaço público, não se pode afirmar o fracasso dos seus esforços empreendidos, visto que “em 1790 suprime-se o direito de progenitura e o privilégio de masculinidade... em 1792, uma lei estabelece o divórcio e com isso atenua o rigor dos laços matrimoniais” (BEAUVOIR, 1970, p. 141). A “liberdade testamentária” também foi estabelecida, permitindo aos jovens revolucionários, de ambos os sexos, não temerem represálias por parte dos pais no que tange aos direitos à herança (XAVIER 1996). Todavia, a quantidade ínfima de direitos adquiridos não privou as mulheres dos deveres como membros da sociedade, uma vez que “[...] as mulheres [eram] chamadas a assegurar as funções familiares, mas, enquanto cidadãs, deve[riam] ultrapassá-las para se ocuparem da felicidade comum” (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 37). Suas vidas podiam ser compreendidas segundo a ambiguidade proporcionada pelo fato de se configurarem como um sujeito regido pelas leis do Estado, sem, contudo, se constituírem como um sujeito apto para poder usufruir das potencialidades que este oferecia. Para as mulheres deste período, a expressão *citoyenne* (cidadã) representou um paradoxo. São elas “cidadãos” apenas por pertencerem a um grupo social, uma mera formalidade, pois ainda estavam longe de possuírem direitos políticos (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993).

Olympe de Gouges (1748-1793) é um nome que colocamos em evidência, por ter pertencido ao grupo das mulheres que atuou de forma direta em defesa da causa feminina, questionando os argumentos apresentados pela declaração. Seu poderio não veio da luta armada, mas por intermédio da sua escrita e da sua própria versão, em um primeiro momento, do **Contrato Social** de Jean-Jacques Rousseau (SCOTT, 2005), e, posteriormente, da **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã** (1791). Na sua versão da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, a intelectual apontava que os deveres compartilhados entre homens e mulheres ao cidadão, caso infringissem a lei, deveriam sim ser os mesmos, mas também os direitos deveriam ser compartilhados. Sua escrita proclamou, em síntese, que “[...] tanto o homem quanto a mulher são responsáveis pela reprodução, tendo ambos, portanto, direito à voz pública” (SCOTT, 2002 p. 85). Não obtendo o devido mérito na época pelo seu tratado, o fim obtido por Gouges foi a sua execução na guilhotina em 1793, face a um imenso auditório. Apesar do fim precoce, sublinhamos que a sua contribuição para o modo de pensar os direitos das mulheres foi inegável. Isso porque “[...] ao feminizar explicitamente, de uma maneira quase obsessiva, a Declaração de 1789, Olympe de Gouges põe em xeque a política do

macho e desmascara as exclusões implícitas e as ambiguidades devastadoras de um universalismo acima de toda a suspeita" (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 53).

Gouges utilizou sua voz para dar eco ao modo como os conceitos universais de igualdade e fraternidade não atingiam de fato seu potencial. Sua crítica recai especialmente para a falha da aplicação dos direitos, dada a contínua marginalização da situação das mulheres (SCOTT, 2002). De acordo com Maria Moraes, no prefácio da **Reivindicação dos direitos da mulher** (2016, p. 10), tanto Mary Wollstonecraft quanto Olympe de Gouges representaram o que foi o feminismo iluminista, pois ambas compartilharam "da mesma crença da importância da educação e para a universalidade de direitos". Para Gouges, seus ideais defendidos foram responsáveis por seu fim prematuro. Apenas anos mais tarde, como veremos no decorrer dessa síntese, o fruto dos seus pensamentos será encontrado fortemente enraizado na imagem de Jeanne Deroin.

Golpe 18 de brumário de 1799: Napoleão Bonaparte e formulação do Código Civil de 1804

A tomada do poder por Napoleão Bonaparte, dia reconhecido na história como o golpe de 18 de Brumário, em 1799, inseriu a França em um regime autoritário, período marcado pela imposição de fortes censuras tanto à imprensa quanto às obras literárias (NORA, 1986). Dentre os moldes sociais que começaram a ganhar destaque, tem-se, no âmbito político, a estipulação do Código Civil de 1804, também nomeado como Código Napoleônico. No texto, Bonaparte, ao analisar a necessidade de unir a "nova sociedade", extremamente balançada pelos repetidos movimentos de revoluções desde a tomada da Bastilha, estabeleceu a relação entre Estado e Sociedade a partir da intervenção de um documento específico (JAUME, 2009). A redação do Código Civil buscava, como prioridade, pôr fim às discussões de temáticas conflituosas, dentre elas a concepção da categoria de indivíduo, da moral, da religião, da família, como também dos interesses existentes entre homens que participaram da atividade cívica (JAUME, 2009).

O repertório moral apresentado pelo Código Civil não trouxe contribuições significativas para a causa das mulheres; pelo contrário, o que se observou foi um retrocesso quando levantada a questão da possibilidade de integração desse grupo social nas atividades da vida pública. Em síntese, ao abordar a situação das mulheres francesas, o código assinalou a interdição do direito ao divórcio⁷, o restabelecimento do direito sucessório paterno e o total controle salarial da esposa por parte do marido (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). O casamento passou a ser ressignificado, assimilado a uma necessidade intrínseca à natureza humana, saindo do âmbito do particular para adentrar no recinto do controle estatal (JAUME, 2009). Napoleão enxergou a mulher casada como uma potencialidade única, a de ser mãe, e atribuiu à família o caráter de "célula básica da sociedade civil" (PERROT, 1998, p. 112). Até as agressões no âmbito conjugal, por parte do cônjuge masculino, foram permitidas em favor de uma sociedade bem estruturada, focada na reprodução da espécie (JAUME, 2009). Ao marido, em contrapartida, foram atribuídos plenos poderes sobre a esposa, considerados necessários para a reestruturação do tecido social e para a fundamentação dos valores da família (XAVIER, 1996).

Permanecer numa vida solteira se prefigurava como uma melhor opção para muitas mulheres. Sobretudo porque o Código Civil permitia direitos civis quase idênticos aos dos homens às mulheres solteiras de mais de 21 anos, enquanto uma mulher casada era associada aos alienados ou menores de idade (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1993). Outras mulheres, após se submeterem ao sacramento do matrimônio, se viram livres com a viuvez, e acabavam por permanecer solteiras, o que contrariava os princípios estabelecidos pelo

⁷ Jaume (2009) observou que, entendido não apenas como compromisso social, mas também como um tratado público, o casamento não pôde ser dissolvido por meras questões de incompatibilidade.

Código.⁸ O celibato permitia às cidadãs uma vida com etiquetas mais fáceis, configurando-se como um gesto político, sem a atuação constante das regras impositivas masculinas.

O código napoleónico (*sic*), que fez escola entre os seus vizinhos europeus, oferece, no entanto, uma alternativa às mulheres sós: fora do casamento, a rapariga torna-se maior, portanto, responsável por si mesma e pelos seus bens. A ‘mulher só’, contrariamente à esposa, conserva os mesmos direitos que o homem, sem, no entanto, se transformar jamais em cidadã. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 482)

O desafeto do então Imperador Napoleão para a parcela feminina da população francesa não era algo indireto, apesar de não haver, na redação do Código Civil, nenhuma justificativa para o motivo da não concessão de direitos às mulheres (PRIMI, 2006). Nos ciclos sociais, o Imperador deixava explícito o seu descontentamento em relação às mulheres ilustradas, criticando abertamente os salões promovidos pelas personagens femininas pertencentes à alta sociedade francesa. Descontentamento embasado no fato de que os encontros atraíam membros dos altos escalões políticos, tanto da França como da Europa, e eram frequentemente regidos por mulheres com certa notoriedade nos círculos intelectuais. A capacidade persuasiva destas mulheres, atestada pelo sucesso dos seus salões literários e do público que os encontros cativavam, colocava em xeque o poderio do napoleônico (NORA, 1986). É o caso das festividades promovidas pela escritora Mme. de Stael (1766-1817) (ABRAHAM; DESNÉ, 1987). A título de lição, Napoleão Bonaparte, após censurar **Delphine** (1802) e **Corine** (1807), ambas de Stael, por tratarem de temas políticos e sociais tomados como perigosos (SCHWARTZ, 2017), impôs à escritora o exílio forçado, servindo como forma de militar a sua atuação e “interferência” política.

Ao contrário de silenciar uma escritora de peso que foi Stael, o exílio permitiu-lhe atestar a importância e a utilidade da sua tribuna literária. Mme de Stael declarou que sua exclusão do espaço público intensificou sua independência de espírito e permitiu à sua escrita desenvolver aspectos políticos e pessoais (LOTTERIE, 2000). Entretanto, a presença de autoras como Stael não foi o suficiente para fomentar uma mudança significativa na sociedade, tendo a inferiorização do sexo feminino criado também raízes no âmbito da literatura. Ao contrário, às mulheres foi atribuído o ideal de sentimentalismo, docilidade inata e submissão natural atribuída à sua espécie, criando um modelo de “musa inspiradora”.

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas. (PERROT, 1988, p. 179-180)

Beauvoir (1970) chamou a atenção para o fato de que, caso a mulher de carne e osso fugisse à definição atribuída ao nomeado “eterno feminino”, estaria ela fugindo ao que seria natural do seu sexo. Por mais que as mulheres estivessem sempre presentes nas obras publicadas, seu uso, nesses casos, ficava restrito na renovação dos estereótipos estabelecidos por meio do ponto de vista masculino. Uma jovem indefesa à espera do amado, uma mulher enciumada dos encantos do marido, uma mãe que vive unicamente em função dos filhos, dentre outros modelos esperados. Nas palavras da filósofa,

⁸ Ao exaltar a família regida por uma autoridade masculina, o Código Napoleônico se apresentava contrário ao celibato, por não ter utilidade social, como por incitar a “faculdade de reprodução” apenas de forma anárquica (XAVIER, 1996).

[...] à existência dispersa, múltipla das mulheres, o pensamento mítico opõe o Eterno Feminino único e cristalizado; se a definição que se dá do Eterno Feminino é contrariada pela conduita das mulheres de carne e osso, estas é que estão erradas... Na realidade concreta, as mulheres manifestam-se sob aspectos diversos; mas cada um dos mitos edificados a propósito da mulher pretende resumi-la inteiramente. (BEAUVIOR, 1970, p. 299 - 300, grifos da autora)

Poder-se-ia considerar as obras literárias de autoria feminina um contraponto à ideia de um "Eterno feminino", massivamente presentes nas publicações de autores masculinos. Contudo, muitas mulheres acabavam igualmente sucumbindo ao estereótipo imposto pela sociedade, acompanhando os padrões ideais da família francesa, defendidas pelo Código Civil. As produções de mulheres ficavam, consequentemente, restritas a alguns romances, livros normativos, cujos conteúdos deveriam servir para a educação de outras mulheres (PRIMI, 2006). Àquelas que optaram por resistir aos modelos regulamentares a serem seguidos por meio da escrita o faziam por meio da redação de ensaios políticos, literatura ficcional, e, sobretudo, por intermédio da participação na imprensa de opinião. Primi (2006) considerou que, ao publicar um texto que escapa às identidades femininas impostas, as mulheres escritoras passaram a exercer, em contrapartida, uma atitude política. Entretanto, a evolução da escrita de opinião exclusivamente feminina só será concretizada anos mais tarde, no tocante às sansimonistas, conforme vamos elucidar no desenvolvimento deste trabalho.

Monarquia de julho de 1830: desenvolvimento do socialismo utópico ou Saint-simonismo

Passado o período napoleônico, o advento da industrialização em massa, em meados de 1830, foi acompanhado por uma nova corrente teórica: o sansimonismo. Base para o socialismo utópico, o sansimonismo foi idealizado pelo intelectual Claude Henri, ou Conde de Saint-Simon (1760-1825). Descrito "como um homem de espírito aberto e utópico, frequentemente profético e mestre-pensador de uma escola filosófica, uma sociedade econômica, bem como de uma seita religiosa" (AMARANTE, 2010, p. 112). A doutrina postulada por Saint-Simon clamava, em súmula⁹, a reformulação radical de toda estrutura social, visando tratar dos problemas urgentes, como a pobreza e a desigualdade social (PILBEAM, 2000). O cerne do sansimonismo acreditava nas possibilidades originárias do advento da indústria, por ser ela a solução do problema da exploração do "homem pelo homem", o que permitiria que a humanidade passasse do antagonismo à associação (ABRAHAM; DESNÉ, 1987). Isso se daria a partir da distribuição dos lucros da indústria a todos os seus membros de forma igualitária, por meio da revogação de hierarquia.

Após a morte do conde, em 1825, seus ensinamentos foram retomados por um grupo de jovens intelectuais, dentre eles o novo mestre da doutrina, Barthélemy Prosper Enfantin (1796-1864). Permanecendo na mesma esteira de pensamento do seu fundador, Enfantin defendia que as origens dos problemas enfrentados pelas mulheres eram consequências diretas do sistema vigente.¹⁰ Ao tratar da temática do casamento, Prosper encarava a cerimônia burguesa como um mal a ser extirpado do corpo social, por estar associado a arranjos de sociedade desiguais. O próprio casamento contemporâneo foi condenado por exercer um duplo padrão de moralidade sexual, em que, ao fomentar a incapacidade das mulheres de se verem livres economicamente, servia como manobra para elas terem que optar entre a prostituição e o casamento forçado

⁹ Traçar os contornos do sansimonismo, conforme afirmou Veauvy (2017), não é uma tarefa fácil. Existe uma pluralidade dos domínios sobre os quais o sansimonismo recobriu: uma doutrina, uma escola religiosa, um laboratório de ideias sociais.

¹⁰ Segundo Pilbeam (2000), a prostituição, aos olhos dos sansimonistas, era um fenômeno decorrente do abandono das mulheres em situação de pobreza.

(FORGET, 2001).

O que Enfantin propôs seria, indo na contramão da moral vigente, a separação entre os gêneros a partir das diferenças naturais. Devance (1976), ao estudar a evolução da situação das mulheres no sansimonismo, constatou que a própria especificidade natural entre homem e mulher justificaria a emancipação desta última, visto ser um potencial único e insubstituível, mesmo que vinculados no âmbito familiar. Esse fenômeno tornou possível a elaboração de um “casal ideal”, com homens e mulheres complementando as necessidades uns dos outros, de acordo com suas especificidades e talentos naturais, e estabelecendo, assim, uma “união de igualdade” (FORGET, 2001). Por meio do projeto de “família universal”, pautado na imagem de Enfantin como a representação do pai e a da adepta do sansimonismo, Claire Bazard (1794-1883), como a da mãe, os problemas ocasionados pela divisão de classe seriam sanados. A sociedade deveria ser constituída à imagem de uma grande família, baseada na divisão sexual: ao homem seria atribuída a característica de “reflexão”, e à mulher, a de “sentimento”. Ao contrário da supremacia vigente ao atributo da “razão”, o sansimonismo elevou os valores ligados ao sentimento (MOSES, 1984), almejando o equilíbrio.

Todo o retorno ao movimento sansimonista se justifica pelo fato deste ter se tornado, sob as rédeas de Enfantin, o primeiro grupo socialista francês a se voltar para a causa feminina (MOSES, 1984), persuadindo mulheres de diferentes estratos sociais a integrarem no movimento. A presença das mulheres, além da supracitada Claire Bazard, contribuiu para a evolução da reflexão acerca dos problemas da parcela feminina na sociedade francesa do período. Já em 1831, a hierarquia saint simoniana se encontrava dividida entre masculina e feminina, sendo a primeira sob a liderança de Enfantin, e a das mulheres, a cargo de Claire Bazard. Os homens e as mulheres da doutrina se viram atrelados por objetivos em comum, como a liberação das mulheres e dos operários (PILBEAM, 2000).

Será nesse cenário de efervescência, e até certo ponto “harmonia” entre homens e mulheres, que o sansimonismo ganha uma forte adepta, Flora Tristan (1803-1844). Fruto da relação de uma francesa e um peruano, que, por não terem oficializado a união, a deixaram sem meios de subsistência, Flora Tristan surgiu na cena política incitando a luta pela emancipação feminina e pela emancipação dos assalariados (MICHEL, 1979). Na sua defesa pelos trabalhadores contra a ordem burguesa, as suas reflexões levantavam a hipótese de que “as injustiças [que] lhes são impostas são o resultado da violência da sociedade baseada no lucro” (AMARANTE, 2010, p. 113). Interessante evidenciar que as suas relações com as ideias do sansimonismo acabaram levando-a a enveredar por outros lados, constatando que “o interesse pela terrível situação do mundo operário não implicará no recrudescimento da luta pelas mulheres que sofrem uma dupla exploração: pelo sexo e condição social” (AMARANTE, 2010, p. 115).

Flora Tristan nos serve como mais um exemplo de mulher que acreditava no poder da sua escrita como arma a favor daqueles que sofriam das misérias, traduzindo suas palavras e materializando suas próprias reflexões. São pontos encontrados nas suas publicações, frutos de viagens e estudos de campo, como o **Peregrinations d'une paria** (1838), **Promenades en Londres** (1840) e **L'Union ouvrière** (1843). Apesar de ter ganhado espaço na vida pública com seus escritos, a militante idealizou que deveria dirigir-se pessoalmente aos círculos de operários da França, caso quisesse se fazer, de fato, ouvida. Consequentemente, em 1844 Tristan empreendeu o movimento que ficou conhecido como “Tour de France”, visitando diversas cidades francesas: Auxerre, Dijon, Chalon, Saint-Etienne, Lyon, Marselha, Avignon, Toulon, Montpellier, Béziers, Carcassonne, Toulouse e Bordéus. “Em cada parada, organiza reuniões, faz visitas a personalidades importantes, oficinas de trabalhadores, tenta um trabalho verbal de sensibilização até o esgotamento físico, que culmina com sua morte, no mesmo ano” (AMARANTE, 2010, p. 115).

Apesar da franca expansão, o avanço das ideias progressistas, ou da formulação do chamado “casamento experimental”, em meados de 1832 por Enfantin, acabou por desagravar as militantes femininas do

movimento. Isso porque o casamento convencional, conforme o novo pensamento, sinônimo das amarras da sociedade, não permitiria às mulheres alcançarem o seu potencial sentimental. O novo casamento, ao contrário, seria baseado em uniões temporárias, estruturadas a partir de um “amor livre”, mas acaba sendo considerado imoral pelas mulheres sansimonistas (PILBEAM, 2000). Tendo em vista a rejeição, Enfantin radicaliza, removendo todos os membros femininos do quadro hierárquico da doutrina, a partir de um “divórcio” com a figura da “mãe”, tal como concebida anteriormente. A justificativa dada consistia na “espera da mulher” e argumentando a necessidade de se encontrar um modelo feminino considerado mais adequado, capaz de auxiliá-lo na reformulação dos dogmas moralizantes adotados pelo sansimonismo (FORGET, 2001). Em virtude do decreto de prisão de Enfantin, no mesmo ano, seus discípulos se dividiram pela busca da verdadeira “Mulher messias”, cujos dons intelectuais necessários para auxiliar o líder, em uma viagem para o Oriente, rumo ao Egito.¹¹

Mesmo sendo perceptível os atritos existentes entre os adeptos da doutrina, é importante destacarmos que o movimento permitiu às mulheres amadurecerem enquanto associação preocupada com os seus próprios direitos. Fato que as possibilitou se estruturarem, pela primeira vez, enquanto organização independente.

O socialismo teria conseguido proporcionar o afloramento da massa de mulheres proletárias, que implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento de seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua individualidade, por meio de seu livre desenvolvimento intelectual e profissional. (ANDRADE, 2015, p. 268)

O sansimonismo não pode ser apenas pensado como uma doutrina que não conseguiu atingir os seus objetivos, apesar de ter fracassado em inúmeros aspectos. Foi justamente no seio do movimento que as suas discípulas aperfeiçoaram o desenvolvimento de uma escrita engajada, ao responsabilizá-las, por exemplo, com parte da documentação existente. Autores como Veauvy (2017, p. 15) destacam que “são elas que vão se tornar as autoras de uma parte importante da massa de escritos legados pelos saint simonianas, os quais se agrupam em grandes categorias: i) os escritos de tipo jornalísticos; ii) o gênero epistolar; iii) as brochuras e autobiografias”. Os jornais publicados por essas mulheres, vide o **La Femme nouvelle** (1832) e o **La Femme libre** (1832), na iniciativa de propagar e discutir os novos desmembramentos da doutrina sansimoniana, constituíram o que hoje se considera como a primeira imprensa feminista (PERROT, 2015). Apesar do difícil acesso aos documentos, sobretudo ao fator de armazenamento dos arquivos, pode-se concluir sua importância, visto sendo algumas de suas publicações consideradas a “primeira experiência conhecida no mundo de um periódico redigido por mulheres e destinado às mulheres” (VEAUVY, 2017, p. 18).

Revolução de 1848: abdicação de Luís Felipe I e início da Segunda República

A instauração da Nova República trouxe consigo novos ares para as lutas pelos direitos das mulheres. Em consonância com os propósitos das teorias socialistas, os esforços pela emancipação das mulheres se vêem indissociáveis da emancipação da classe trabalhadora, fazendo do feminismo deste período um “femi-

11 Moses (1984) lembra que, na prática, a experiência das mulheres no sansimonismo era, até 1832, marcada por uma competitividade e ciúme entre as mulheres, como a submissão à autoridade do “pai” (MOSES 1984).

nismo socialista" (ALBISTUR; ARMOGAHTE, 1977). As operárias eram agora compreendidas como aquelas que sofriam abusos, tanto por parte dos patrões, quanto pelos encargos imputados no seio familiar.¹² Nas fábricas, as trabalhadoras ficavam encarregadas das tarefas mais peníveis para o corpo, expostas às altas temperaturas e a frios congelantes, com salários que não chegavam à metade do recebido pelo sexo masculino.¹³ As que trabalhavam com a indústria têxtil eram as mais prejudicadas no quesito salarial, tendo em vista a necessidade de exercerem a atividade costureira no âmbito doméstico, sem limite de tempo nem de pagamentos adequados.

O caso da confecção questiona também a imagem idealizada do trabalho executado no domicílio como adequado para as mulheres, por permitir a combinação da domesticidade e do trabalho remunerado... As trabalhadoras de vestuário eram habitualmente pagas à peça e os salários na maioria dos casos tão baixos que dificilmente elas podiam subsistir com o que ganhavam; o ritmo e os horários de trabalho eram intensos. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 450)

Dadas as dificuldades de subsistência com salários tão diminutos, muitas mulheres optaram por outras formas para completarem a renda; ou se tornando prostituta ou se tornando empregada doméstica. Historiadores como Pilbeam (2000) alegam que a origem da prostituição e dos encargos domésticos sobre as mulheres seriam consequências do sistema ao qual elas estavam submetidas, uma vez que exercer um trabalho adequadamente remunerado era-lhes interditado. Em todos os cenários, a ausência de uma instrução adequada, ou de qualquer tipo de proteção legal, as operárias se viam frequentemente entregues ao livre arbítrio do patrão (ALBISTUR; ARMOGAHTE, 1977). No esforço de reduzir as desigualdades, um grupo de mulheres se organizaram em associações, como é o caso do la Société de la Voix des Femmes (1848), fundado por Eugénie Niboyet (1796-1883). As associações tinham o intuito de debater e reivindicar a criação de cooperativas de trabalho, nas quais os salários e as horas de serviço deveriam alcançar patamares mais justos. Apesar do projeto não ter seguido adiante, sobretudo por falta de apoio do governo, o contexto de debates com a classe operária fomentou novos pensamentos. Eis que a saint simoniana Jeanne Deroin (1805-1894) apareceu como porta-voz das reivindicações das mulheres das fábricas, por defender tanto a necessidade de atribuição de direitos à essa parcela quanto o acesso à educação. Deroin incluía em seus discursos, por exemplo, a educação para os trabalhadores das indústrias, apostando na possibilidade de transformação da sociedade e no combate à miséria, não por meio da violência, mas por meio do ensino (RANVIER, 1908). Seus trabalhos deram continuidade às demandas proferidas por Olympe de Gouges, acrescidas, no entanto, da reflexão provinda dos sansimonistas. O direito ao trabalho e o direito ao voto se tornam em 1848 indissoluvelmente entrelaçados, cabendo à Deroin "organizar associações operárias para discutir a questão salarial e promover a mobilização pelo voto" (SCOTT, 2002).

À semelhança de Gouges, o paradoxo do voto a ser encarado por Jeanne Deroin tem raízes, em suma, na **Declaração do Direito do Homem e do Cidadão**, reforçado pela nova constituinte (1848). O documento criticado restaurava pelo período de um ano o chamado "sufrágio universal", dando direito ao voto os cidadãos aos franceses maiores de 21 anos, que estivessem em dia com todos os seus direitos civis e políticos, e a todos os homens maiores de 25 anos.¹⁴ Universal mas que não incluía um sufrágio às cidadãs

12 "As mulheres poderiam tornar-se 'socialmente assexuadas' ao fazerem trabalho de homem e podiam emascular os seus maridos se passassem muito tempo fora de casa a ganhar os seus salários." (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 465)

13 Albistur e Armogathe (1977) averiguaram que, em 1848, o salário médio de um trabalhador na França correspondia a 1,75 francos, enquanto que, para a mesma carga horária, uma trabalhadora recebia 77 centavos.

14 Ao contrário do sufrágio censitário, implementado em 1815, o sufrágio universal de 1848 não demandava a contribuição

francesas. A justificativa apresentada pelos redatores do documento se baseou no que seriam os limites naturais das mulheres e sua condição de pessoa “inter-dependente”.¹⁵ Não apenas novamente excluídas como cidadãs, as mulheres foram barradas dos grupos de organizações políticas em voga na época, pelo fato de a presença delas ser, uma vez mais, considerada perigosas aos bons costumes.

A perda progressiva de espaço para as mulheres incitou Jeanne e as demais saint simonianas a adotarem uma abordagem diferente, propondo a candidatura da então renomada escritora George Sand (1804-1876) para um cargo na Assembleia Legislativa (ALBISTUR; AMORGATHE, 1977). O argumento usado, a fim de justificar o empreendimento, consistiu no fato de que os homens não olharam para as necessidades das mulheres, da mesma forma como os burgueses não olharam para as do proletariado (SCOTT, 2002). Sand optou, contrariando as expectativas, por desdenhar a defesa pelo direito ao voto, sendo unicamente relevante para a autora a reformulação do direito civil das mulheres casadas. Todavia, Jeanne Deroin tomou para si a responsabilidade, lançando sua própria candidatura para a assembleia legislativa em 1848. Apesar do caráter revolucionário, os esforços de Jeanne foram todos derrubados com argumentos de que “a constituição não abriu às mulheres as portas das assembleias deliberativas e o dever exige que se curvem às prescrições da Constituição” (ZÉVAÈS, 1931, p. 132).¹⁶

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), pensador fervoroso na construção de discursos misóginos no período, foi um dos responsáveis pelo descrédito das ações de Jeanne Deroin.¹⁷ As abordagens de Proudhon buscavam reforçar a superioridade masculina face à feminina, tanto por publicações de obras como **De la justice dans la Révolution dans l'église** (1858), quanto por meio de ensaios publicados em alguns jornais da imprensa da época.¹⁸ Seus embasamentos encontravam justificativas na ciência, em grande medida graças ao avanço das constatações observadas pelo recurso das analogias¹⁹, como a da suposta inferioridade cerebral feminina de 2/3 quando comparada com um homem (ANDRADE, 2015).

Tendo aparecido pela primeira vez na literatura frenológica em 1830, as implicações dos resultados de paridades, tiradas, por exemplo, com base na comparação entre cérebros e crânios, se solidificam no discurso científico em 1850 (STEPAN, 1994). Construídas e descartadas segundo a demanda vigente por parte dos poderes dominantes, as analogias foram reinterpretadas no exercício constante de renovação dos “conhecimentos” que já se encontravam estabelecidos.

Observou-se que a mulher se igualava aos negros pelo crânio estreito, infantil e delicado, tão diferente das mais robustas e arredondadas cabeças que caracterizavam os machos de raças ‘superiores’ ... As mulheres e as raças inferiores eram consideradas impulsivas por natureza, emocionais, mais imitadoras que originais e incapazes de raciocínio abstrato e profundo igual ao do homem branco. (STEPAN, 1994, p. 74)

ção por renda do cidadão. Contudo, sua existência não foi duradora, desaparecendo com o restabelecimento do Império, em 1852. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/fiches/23911-les-etapes-de-la-conquete-du-droit-de-vote> Acesso em: 27 maio 2020.

15 “Com efeito, uma das razões da exclusão das mulheres das fileiras dos indivíduos e dos cidadãos tinha a ver exatamente com a sua condição de pessoas (inter-dependentes) em virtude de seus deveres para com os filhos, para com o marido e para com a sociedade”. (SCOTT, 2002, p. 121)

16 Tradução livre de: “la constitution n'a pas ouvert aux femmes les portes des assemblées délibérantes et le devoir commande de s'incliner devant les prescriptions de la Constitution.”

17 Beauvoir (1970) relembra o ataque sofrido por Jeanne Deroin, por Proudhon, durante o banquete das mulheres socialistas.

18 Vide **Le Peuple** (1848-1849), **La justice** (1858) e **La pornocratie ou Les femmes dans les temps modernes** (1875).

19 Andrade (2015), analisando os escritos de Proudhon, constatou que, “de acordo com ele, os homens teriam maior potencial físico e intelectual por terem cérebros diferenciados, o que os tornaria aptos a desempenhar funções públicas. Já as mulheres... deveriam ser relegadas aos assuntos domésticos, próprios à sua frágil constituição física e mente limitada” (ANDRADE, 2015, p. 265-266).

A credibilidade atribuída a tais argumentos foi extensa²⁰, mas não devido à veracidade dos fatos assinalados. O mérito atribuído aos pensamentos frenológicos em muito se deu por eles se posicionarem de forma congruente com a expectativa cultural futura (STEPAN, 1994). Os adeptos da nova vertente do sansimonismo passam a se valer do argumento de diferenças naturais, reforçando os valores misóginos encontrados na doutrina, para retirarem o apoio às lutas das mulheres. A atenção se voltou exclusivamente ao proletariado, deixando suas companheiras militantes em um combate solitário. Consequentemente, ao final da II^a República, as mulheres se viram mais desamparadas de direitos políticos quando comparado com o reinado de Luiz Felipe (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). Apesar de não ter obtido o sucesso desejado, Jeanne Deroin pode ser considerada a militante mais ativa dentre as mulheres que se encontravam em meados de 1848 (ZÉVAÈS, 1931).

Fim da Segunda República em 1870: Comuna de Paris

A Comuna de Paris, de 1871, marca, por um breve período de dois meses — que vai de 18 de março a 28 de maio —, a conciliação entre o interesse de classe e o interesse de sexo em favor da construção de uma República igualitária. Tendo como ponto de partida o fim do Império de Napoleão III, acrescido da constante ameaça da invasão de Paris pelo exército prussiano, um grupo de parisienses repensou a sua forma de governo. Os republicanos, contrariando as demandas da população, desejavam o armistício com a Prússia, o que, para os habitantes de Paris, bem como para os revolucionários e os operários, se configurava como uma traição contra o seu próprio povo (MENDES, 2011). A população da capital francesa empreendeu uma luta pela tomada de poder, instaurando um regime pautado na importância “dos orçamentos participativos, da igualdade salarial e da abolição de todos os privilégios e imunidades que tradicionalmente desfruta a classe política e a burocracia estatal” (BORON, 2011, p. 247).

Schulkind (1950) ressaltou que o sucesso para a criação do governo na comuna se deu, em grande medida, graças à coragem e à vigilância das mulheres que se encontravam no interior do movimento. Foram elas quem, segundo o autor, se organizaram com a Guarda Municipal, colocando-a contra o governo republicano e permitiram que as eleições da Comuna ocorressem pela população parisiense. Contudo, os dirigentes do movimento não se preocuparam em atribuir nenhuma atividade às mulheres, sendo que os esforços organizados por esses personagens femininos, percebidos ao longo dos estudos da história da comuna, foram estruturados, na verdade, por elas mesmas (SCHULKIND, 1950). A maior associação feminina criada e dirigida por mulheres foi a l'Union des femmes pour la défense de Paris et les soins aux blessés²¹ (1871), tendo como responsáveis Elisabeth Dmitrieff (1851-1910) e Nathalie Le Mel (1827-921). Dentre as atividades exercidas pelo grupo, podemos citar a proteção da população civil, o tratamento dos feridos, a demanda pela

20 Michelet, ao publicar **La femme** pela primeira vez, em 1859, também “recorre a estudos científicos para justificar a inferioridade biológica e anatômica das mulheres e sua consequente incapacidade de atuar como sujeitos históricos” (ANDRADE, 2015, p. 266).

21 A associação pode ser definida como um grupo de mulheres, adeptas de uma ideologia revolucionária, preocupadas com a necessidade de se organizarem e participarem dos confrontos ao lado dos trabalhadores, conquistando assim sua própria emancipação (SCHULKIND, 1950). O movimento serviu, ainda, de exemplo para outros grupos organizados por mulheres, como: Commission d'Enquête et d'Organisation du Travail de la Commune, *Éducation nouvelle*, Club de la *Délivrance*, *Comité des Citoyennes*, todos em 1871.

imposição de um ensino laico, a organização do trabalho feminino e o recrutamento de mais mulheres para a causa.²² Importante lembrar que as associações são compostas, majoritariamente, por mulheres pertencentes à classe operária, representando, pela primeira vez, a luta pela emancipação feminina, na prática, ligada à luta pela emancipação das mulheres operárias (SCHULKIND, 1950).

Apesar da intensa atuação das associações femininas no período de defesa do movimento revolucionário e da sua autogestão, dirigentes da comuna não caracterizaram as atividades empreendidas pelas mulheres como oficiais, obrigando-as a exercerem suas atividades de forma quasi-oficial. O rebaixamento, contudo, não diminuiu os esforços empreendidos por estas mulheres, como é o caso das atuações realizadas por André Léo. Pseudônimo para Léodile Champseix (1824-1900), André Léo ficou conhecida por seus romances, ensaios e, principalmente, seu trabalho empenhado como jornalista na cobertura da Comuna de Paris. Seus escritos forneciam à população o panorama da participação feminina no combate, tanto na linha de frente quanto nas assembleias das associações. Na imprensa dedicada ao Partido livre, Léo empreendeu uma “batalha de opinião e do futuro, erguendo antecipadamente os insurgentes em vítimas e mártires”²³ (COSSET; MALANDAIN, 2016, p. 9).

Essas mulheres serviram como exemplo de revolucionárias, apresentando aos homens suas capacidades de organização em favor de uma causa comum. Tal poder atribuído às mulheres, mesmo que sendo um instrumento necessário para a tomada de poder, não é percebido com bons olhos por aqueles que estão no comando, tornando-as figuras perigosas para a própria República.

Há dois clichês que tornavam a mulher inimiga da República. O primeiro dizia respeito à figura da mulher indisciplinada, sexualmente agressiva e irracionalmente desordeira, que a iconografia popular frequentemente usava [...] O segundo clichê que transformava a mulher numa ameaça à República caracterizava-a como serva pia e supersticiosa do padroado. (SCOTT, 2002, p. 172-173)

O uso da imagem das chamadas “pétroleuses”²⁴, representando as supostas velhas mulheres que vagavam pelas ruas de Paris à noite, com garrafas de explosivos, serviu como instrumento de propagação do imaginário da mulher descontrolada, de fúria indomável (FEDERICI, 2017). Por mais que nunca se tenha realmente constatado a existência das “pétroleuses”, era possível encontrar algumas mulheres nas linhas de frente dos confrontos. Consequentemente, nos ofícios emitidos pelo Conselho de guerra, constituído com o propósito de julgar as atitudes dos militantes após a queda da Comuna (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977), foi-se consagrado o “procès des pétroleuses”, que condenava o grupo de mulheres que lutou no movimento à morte ou à deportação. Novamente aqui o poder de organização dessas personagens femininas, atestado desde a tomada da bastilha, não era visto, como somos levados a crer, com maus olhos por aqueles que participavam dos grandes acontecimentos. Ao contrário, era esperado que as mulheres apresentassem tal atitude, para que coubesse exclusivamente aos homens a dar continuidade da ação. Deste modo, era atribuído a elas, nesse segundo momento, o dever de se contentarem apenas a apoiá-los.

22 Conforme Schulkind (1950), não foi possível traçar uma trajetória clara das demandas apresentadas pelas associações, devido à escassez dos materiais remanescentes do período.

23 Tradução livre de: “bataille de l’opinion et de l’avenir, érigent par acanve les insurgés en victimes et en martyrs”.

24 A tradução para “pétroleuses”, em português, seria bem-aceita como “as petroleiras”. Entretanto, manter o termo na escrita do texto, tal qual concebido no discurso histórico, permite uma melhor compreensão dos aspectos elencados na construção da exposição.

Terceira República em 1871: fim da Comuna e avanço dos ensinamentos marxistas

A implementação da Terceira República na França, entre 1871 e 1940, reagrupou todas as demandas das mulheres relativas aos movimentos precedentes, principalmente a luta a favor do “sufrágio feminino”, conforme mostraremos mais adiante. Com o advento dos moldes capitalistas de produção, tem-se o desenvolvimento das teorias marxistas, que começaram a ser divulgadas por toda a Europa. Passou-se a ter um novo olhar sobre as lutas das mulheres, ao declararem que, ao lado da opressão sofrida no seio da família burguesa²⁵, tem-se também o olhar recaído sobre a opressão imposta pelo patronato. Uma trabalhadora é duplamente oprimida, como proletária e feminina, porque além do trabalho no âmbito doméstico e fabril, sua participação nos meios de produção já é prevista de antemão pelo seu status de mulher (ARTOUS, 1978).

A principal marca do período entre 1870 a 1914, na França, consistiu, portanto, na introdução das ideias marxistas nos círculos intelectuais. São traduzidos os ensaios **Misère de la philosophie**, em 1847, e **O Capital**, entre 1872 a 1875. Entretanto, consideram-se as obras **Les manuscrits économico-philosophiques**, em 1844²⁶ e depois **L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État**, em 1893, aquelas que mais abordaram os problemas enfrentados pelas mulheres do período. Tentador em suas propostas, os ideais defendidos pelo marxismo ganharam espaço entre as militantes femininas, ao postularem a opressão sofrida não mais como um fenômeno de ordem natural. Ao contrário, o marxismo era considerado necessário ao tentar esclarecer as origens da suposta submissão das mulheres, afirmando que “a opressão das mulheres não é uma invariante da história, mas um produto de determinada formação social, as relações entre os sexos não são naturais mas sociais” (VINTEUIL, 1983, p. 16).

Em sua análise dos **Les manuscrits économico-philosophiques** (1844), Andrade (2015) esclareceu que a nova corrente de pensamento marxista associou a situação da mulher com o problema enfrentado pela servidão humana no capitalismo, considerando que a libertação feminina só se daria por meio do rompimento das relações estabelecidas no seio da família individual moderna.

A libertação da mulher exigiria, como primeira condição, a inclusão total do sexo feminino na indústria social, o que, por sua vez, requereria a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. A indústria doméstica se converteria em indústria social e o tratamento e a educação das crianças passariam a ser uma questão pública. (ANDRADE, 2015, p. 277)

É colocada em xeque, como papel hegemônico proveniente do seio da família, a questão do trabalho doméstico, exercido por tantas cidadãs francesas. Deve-se pensar a cidadania em sentido moderno, em que são elencados como princípios básicos para se enquadrar no patamar de cidadão possuir, antes de mais nada, o acesso aos direitos civis. Direitos como a possibilidade de votar e de ser votado, como também o direito de contratar funcionário e o de processar outro cidadão pelas vias judiciais (DAUNE-RICHARD, 1996). Ao não elevar o trabalho exercido no âmbito do lar como um ofício de mais-valia, muitos indivíduos são colocados pela sociedade como excluídos da produção de mercadorias — mulheres e crianças — e acabam por sofrerem isolamento social, devido à sua restrição ao espaço privado, e das opressões masculinas (ANDRADE, 2015).

25 Com a ruptura estabelecida entre o trabalho doméstico e trabalho industrial, “o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como meio para a reprodução e a acumulação de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 34).

26 Os manuscritos só serão conhecidos e traduzidos para o francês em 1929, pela **Revue Marxiste**. Nota-se, contudo, influência das reflexões propostas no interior dos manuscritos refletidas na concepção das obras posteriores de Marx (MARX, 1929).

Boa parte dos direitos que se encontravam negados às mulheres foram justificados pela condição que fora imposta sobre as mesmas, ou seja, pela sua atuação restrita quase exclusivamente ao trabalho doméstico.

Todavia, por mais que Marx abordasse o problema das mulheres no seio da sociedade capitalista, ele não desenvolveu o aspecto da divisão do trabalho na esfera industrial e na esfera doméstica (ARTOUS, 1978), responsável pela manutenção da mulher como submissa ao julgo da família e da criação da imagem *femme-mère*.²⁷ A responsabilidade de exercer um olhar exclusivo sobre as causas das mulheres recaiu, uma vez mais, sobre as militantes femininas do movimento (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). Foram elas que passaram a compreender que o fim da luta de classe, tão preconizada pelos adeptos do marxismo, não resultaria na igualdade entre homens e mulheres. Fazia-se necessário, ao contrário, combater o poder do patronato, bem como superar a hostilidade masculina predominante nas fábricas. Perrot (1988, p. 83) ressaltou a associação da imagem do patrão com a do pai:

O paternalismo por muito tempo foi, e por vezes ainda continua [sic] a ser, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho [...] O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protegendo-os, associa-os à história de sua família.

Foram observadas, sobretudo, a estruturação de organizações sindicais femininas e a realização de greves motivadas sobretudo por mulheres. Ao contrário do que se possa deduzir, a movimentação em favor das lutas operárias era encorajada essencialmente por militantes femininas pertencentes à burguesia. Marguerite Durand (1864-1936), intelectual integrante dos círculos da alta sociedade parisiense, era uma delas. Tendo integrado o quadro de membros da Comédie Française, sua prática teatral permitiu à jovem tanto desenvolver sua eloquência quanto abrir os caminhos para o que viria a ser a “elite instruída do feminismo republicano” (CHENUT, 2012). Durand se tornará uma personagem relevante por se colocar na linha de frente desse movimento, acreditando na necessidade de auxiliar essas mulheres trabalhadoras, vindo a publicar posteriormente o primeiro jornal produzido inteiramente por mulheres, o **La Fronde** (1897-1928). Além de publicações específicas, a atuação das mulheres sindicalistas se deu por meio de inúmeras greves, sendo uma centena em meados de 1880, chegando a milhares em 1905. As greves eram enxergadas como modo de pressão e de expressão mais eficazes possíveis de serem empreendidas pela população (PERROT, 1998).

O período marcou, concomitantemente, a criação de associações como a L'Association pour le droit des femmes, em 1870, por Léon Richer e Maria Deraismes e La Ligue française pour le droit des femmes, em 1882, também por Richer. Os jornais passam a contar com o apoio membros distintos, como o escritor Victor Hugo, que chega a escrever uma carta em defesa desta nova modalidade imprensa nascente, ou “imprensa feminista” (PASTORINI, 2020). Válido destacar que Beauvoir (1970), como posteriormente Moses (1992), consideraram o aparecimento das associações o início da história do feminismo. Segundo Morse (1992), graças a esse fenômeno é possível apreender o desenvolvimento de forma direta e evolutiva de um feminismo, valendo-se de teorias e estratégias do século XIX, mesmo que isso simbolize um escopo bastante menor do feminismo atual. O objetivo principal das duas associações era a luta pelo estabelecimento da igualdade entre os sexos, para que se concretizasse o desejo da organização de uma “República ideal” (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985).

Apesar do breve período de existência, tendo em vista as censuras impostas pelo governo, a importância da construção das associações não deve ser deixada de lado. São nas associações que estão agrupadas todas as reivindicações empreendidas pelas lutas feministas precedentes: direito ao trabalho, direito civil,

27 Observa-se, nesse sentido, a renovação de discursos da designação natural da mulher para o lar e para ser mãe, sendo preciso que ela saia o menos possível, e deixando ao cidadão masculino o acesso à esfera pública. (ARTOUS, 1978)

sufrágio e reconhecimento das atividades domésticas como um trabalho à parte (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977). As associações possibilitaram, ademais, a elaboração dos primeiros congressos feministas, como o primeiro Congrès International du droit des femmes, entre 25 de julho a 9 de agosto de 1878. Mais voltados para a situação da classe operária, os eventos discutiam sobretudo a situação das mulheres trabalhadoras, dando destaque a aspectos como: acesso às profissões, igualdade de remuneração, igualdade de formação profissional, a defesa dos trabalhadores nos tribunais do trabalho e dos comerciantes na Câmara do comércio, integração das mulheres nos sindicatos e a fundação de sindicatos femininos, a proteção ou, ainda, a recusa da proteção das mulheres na legislação trabalhista (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985).

Pensar na solidificação de uma luta feminina mais estabilizada não implicou na estruturação de um feminismo único. Ao contrário, o movimento de luta pelas mulheres se diversificou, não encontrando um único núcleo duro, mas sim pequenos grupos fragmentados (CHENUT, 2012). Outro personagem forte no seio do nascimento dos movimentos feministas foi a militante e jornalista Hubertine Auclert (1848-1914), atraída especialmente pelas propostas de Maria Deraismes e Léon Richer. Contudo, o foco na emancipação feminina ligada à constituição de uma sociedade democrática republicana laica, e a cautela com as consequências de reclamarem cedo demais direitos políticos às mulheres, acabaram por contrariar Auclert (TAÏEB, 2008). As divergências levaram a militante a concentrar suas energias naquilo que se tornou, progressivamente, o ponto de convergência do feminismo: “o sufrágio” (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985). Auclert publicou ainda o **La Citoyenne** (1881-1891), periódico voltado quase que exclusivamente pela luta de uma sociedade mais igualitária para as mulheres, como também será a primeira mulher a se autodeclarar feminista (CHENUT, 2012).

Nem tudo eram flores e, no período anterior à primeira guerra mundial, o avanço das teorias feministas ocasionou o desenvolvimento do “ideal antifeminista”, termo inclusive amplamente difundido pela imprensa no período (CHENUT, 2012). Passou-se a ser profusamente aceito o emprego de conteúdos, sejam eles bíblicos e escritos jurídicos, discursos científicos, psicológicos e médicos, como forma de atestar o real comportamento das mulheres (BEAUVOIR, 1970). O “eterno feminino” reapareceu (ou podemos afirmar que ele nunca saiu de cena) como uma necessidade natural das mulheres de serem protegidas pelo ideal do “homem cavalheiro”, dada a predisposição desse grupo à esfera da vida privada e inaptidão à vida pública na esfera política (CHENUT, 2012).

Os antifeministas desse período puderam ser representados, segundo Chenut (2012), através de três pontos de vista: medo, por parte dos homens, de perderem seus privilégios tidos essenciais para sua identidade; uso dos argumentos “naturais” como forma de justificar o patriarcado²⁸; e, por fim, um posicionamento dos conservadores face às mudanças que as lutas das mulheres implicariam nos costumes franceses. Os esforços renderam frutos aos antifeministas, influenciando os republicanos a conceber o direito ao voto feminino como uma ameaça ao novo modelo político recém-alcançado. “O feminismo entre nós continuaria ser um fato “social”, não político. A ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos” (PERROT, 1988, p. 184).

28 O patriarcado serve como outro nome para ilustrar o sexism institutionalizado, ou seja, trata-se de uma discriminação fundamentada no sexo que, no caso, a inferioridade do sexo feminino (HOOKS, 2018), entretanto, esse termo para as teorias de gênero não contempla as especificidades da dominação masculina.

Reflexões finais

A história das mulheres, como bem pontuado por Perrot (2015), é ainda algo muitas vezes da ordem do nebuloso, com lacunas a serem preenchidas e que demandam um esforço especial da parte do pesquisador ou daquele que se interessa em aventurar por tais caminhos. Ao fazer um retorno histórico, indo do início do século XIX, culminando na sua entrada no século XX, este trabalho buscou evidenciar a trajetória de luta das mulheres francesas, enfatizando sobretudo as variações sofridas por esse grupo no contexto político francês. Consequentemente, tomamos como ponto de partida os fenômenos transcorridos que mais afigiam a situação da mulher francesa, fossem eles da ordem política ou religiosa. Ao invés de apenas apresentar como se deu a construção da situação política da mulher, nosso olhar percorreu ademais as formas de resistência que foram empreendidas por personalidades femininas. Personagens estas que apresentavam estar dotadas de uma forte consciência da situação de precariedade na qual se encontravam. Isso porque, retomando a reflexão de Dauphin et al. (1986, p. 24),

A partir do estudo de uma ruptura — transformação ou subversão — tocando diretamente ou indiretamente a vida das mulheres, pode-se interrogar sobre a maneira pela qual evolui ultimamente a relação entre os sexos, e trabalhar sobre as eventuais modificações dos sistemas de representação.

O aspecto que mais se destaca, findada a construção deste panorama, é o caráter “não linear” e “não progressivo” das mazelas que recaiam sobre as mulheres francesas, como também a não padronização de um foco de luta empreendida por essas mesmas mulheres, em especial no que tange às suas formas de “re-ação”. Na posição de destaque, temos os recursos dos textos (manuscritos, impressos ou orais) produzidos por esses personagens, que “querem-se e são políticos, tanto pelo seu conteúdo (temas e linguagem) como pelos seus destinatários (os seus concidadãos ou concidadãs, ou, mais frequentemente, os legisladores” (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 31). Não limitadas ao âmbito da linguagem, são empreendidas ações na própria cena pública, atuando, se preciso, com armamentos e participando dos motins.

Não se pode afirmar que os discursos de rebaixamento da mulher se deram de forma contínua ao longo da história. Muito pelo contrário, ao evidenciar que as variações situacionais as levavam a repensar diferentes formas de subversão, somos instigados a pensar que a própria situação da mulher era oscilante. São mapeados movimentos de ganhos e perdas mas que permitiram, ao final, culminar em um foco comum: a luta por sufrágio “verdadeiramente universal”. A afirmação não implica ignorar contextos fortemente repressivos, como na época napoleônica, face a períodos de certa forma mais “brandos”, encontrados na efervescência do sansimonismo, ou nas situações em que as mulheres eram incitadas a participarem dos confrontos de tomada de poder. É preciso ter cautela ao se fazer generalizações, mas que nada nos impede de pensar que nem mesmo o século XIX foi apenas de opressão feminina, havendo a coabitação de forças relevantes que eram favoráveis à causa das mulheres.

Por fim, a adequação de uma pesquisa tão ampla para os moldes de artigo acaba por acarretar na perda de muitas reflexões que poderiam enriquecer ainda mais o debate. Entretanto, como o foco principal era apresentar um panorama amplo da vida das mulheres francesas de um lado, com a atuação de militantes de outro, acreditamos ter contribuído para a “fermentação” de outros olhares sobre o período. Novas possibilidades de estudos e de interpretações não se esgotaram. Ao contrário, muito ainda sobre a história das mulheres do século XIX merece uma dedicação à parte, dando destaque para os movimentos de ir e de vir,

como também o que as diferentes formas de atuação feminina representou para a constituição do feminismo tal como concebemos na contemporaneidade.

Referências

- ABRAHAM, Pierre; DESNÉ, Roland. **Manuel d'histoire littéraire de la France**: 1789-1848. Poitiers: Aubin, 1987. 4 v.
- ALBISTUR, Maïté; ARMOGATHE, Daniel. **Histoire du féminisme français**: de l'empire napoléonien à nos jours. Paris: Éditions des Femmes, 1977. 2 v.
- AMARANTE, Maria Inês. Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas. **Revista Katal**, v. 13 n. 1, 2010.
- ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 265-300, 2015.
- ARTOUS, Antoine. Système capitaliste et oppression des femmes. **Critique Communiste**, n. 21, 1978.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BORON, Atílio A. Os duradouros ensinamentos da Comuna de Paris. **Lutas Sociais**, n. 25-26, 2011.
- CHENUT, Helen Harden. L'esprit antiféministe et la campagne pour le suffrage en France, 1880-1914. **Cahiers du Genre**, v. 52, n. 1, p. 51-73, 2012.
- COSSET, Charlotte; MALANDAIN, Gilles. André Léo journaliste. Engagement et témoignage (1866-1871). **Cahier d'histoire: Revue d'histoire critique**, n. 132, p. 139-154, 2016.
- DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Travail et citoyenneté: un enjeu sexué hier et aujourd'hui. **Cahiers du GE-DISST**, n. 16, 1996.
- DAUPHIN, Cécile et. Al. A História das Mulheres – Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Annales ESC**, n. 2, p. 271-293, 1986.
- DEVANCE, Louis. Femme, famille, travail et morale sexuelle dans l'idéologie de 1848. **Romantisme**, n. 13/14, p. 77-103, 1976.
- DUBY, Georges; FRAISSE, Genevieve; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 4 v.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FORGET, Evelyn. Saint-Simonian Feminism. **Feminist Economics**, v. 7, n. 1, p. 79-96, 2001.
- GODINEAU, Dominique. Femmes en citoyenneté. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 300, p. 197-207, 1995.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HUFTON, Olwen H. **Women and the Limits of Citizenship in the French Revolution**. Toronto: University of Toronto Press, 1999.

JAUME, Lucien. Terminer la Révolution par le Code civil?. **Association française pour l'histoire de la Justice**, n. 19, p. 183-202, 2009.

KLEJMAN, Laurence, ROCHEFORT, Florence. Le féminisme sous la troisième république: 1870-1914. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, n. 1, p. 8-11, 1985.

LOTTERIE, Florence. De la littérature comme une chose sérieuse: Chateaubriand, Madame de Staël et Napoléon. **Bulletin de l'Association Guillaume Budé**, n. 3, p. 259-272, 2000.

MARX, Karl. Notes sur le communisme et la propriété privée. **La revue marxiste**, n. 1, p. 6-28, 1929.

MENDES, Samanta Colhado. Louise Michel e a Comuna de Paris (1871). **História Revista**, v. 16, p. 69-90, 2011.

MOSES, Claire Goldberg. **French Feminism in the Nineteenth Century**. New York: State University of New York Press, 1984.

MOSES, Claire Goldberg. Debating the Present. Writing the past: "Feminism". **Radical History**, n. 52, 1992.

NORA, Pierre. Retour au XIX^o siècle. In: MITTERAND, H.; LECHERBONNIER, B.; RINCÉ, D. **Litterature: textes et documents**. Paris: Nathan, 1986. p. 3-6.

PASTORINI, Vanessa. Victor Hugo em defesa da imprensa feminista do século XIX. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 62, 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

PILBEAM, Pamela. **French Socialists Before Marx**: workers, women and the social question in France. Teddington: Acumen, 2000.

PRIMI, Alice. "Être fille de son siècle": L'engagement politique des femmes dans l'espace public em France et em Alemanha de 1848 à 1870. 2006. Tese (Doutorado em História) — Universidade Paris 8, Paris, 2006.

RANVIER, Adrien. Une féministe de 1848: Jeanne Deroin. **Bulletin de la Société d'histoire de la Révolution de 1848**, n. 26, p. 480-498, 1908.

SCHULKIND, Eugene W. Le rôle des femmes dans la Commune de 1871. 1848. **Revue des révolutions contemporaines**, n. 185, p. 15-29, 1950.

SCHWARTZ, Jorge (org.). **Borges babilônico**: Uma enciclopédia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos dos homens. Tradução Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, v. 13, n. 1, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses** – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TAÏEB, Édith. Le politique et le domestique: l'argumentation d'Hubertine Auclert sous la Troisième République. Mots. **Les langages du politique**, n. 78, 2005.

VINTEUIL, Frédérique. Marxisme et féminisme. **Critique Communiste**, n. hors de série, 1983.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Tradução: Ivania Pocinho Mota. São Paulo: Boitempo, 2016.

XAVIER, Martin. Fonction paternelle et Code Napoléon. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 305, p. 465-475, 1996.

ZÉVAÈS, Alexandre. Une candidature féministe. **La Révolution de 1849 et les révolutions du XIXe siècle**, n. 138, p. 127-134, 1931.

ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. Femmes sans droit / Droits des femmes au XIX^º siècle. Les femmes face à la citoyenneté. **Cahiers du GEDISST**, n. 6, p. 11-27, 1993.



Olhares entrecruzados: pesquisa-ação com agentes do atendimento à mulher em situação de violência da cidade de Bauru-SP

Interlocking looks: action research with agents of women care in situations of violence in the city of Bauru-SP



Tamara de Souza Brandão Guaraldo¹
<https://orcid.org/0000-0001-7925-2021>



Daniele Mendes de Melo²
<https://orcid.org/0000-0002-5007-9226>



Celia Retz Godoy dos Santos³
<https://orcid.org/0000-0003-4473-8122>



Andresa de Souza Ugaya⁴
<https://orcid.org/0000-0001-9864-5971>

Recebido em: 30 de outubro de 2020.

Primeira revisão: 16 de fevereiro de 2021.

Revisão final: 04 de abril de 2021.

Aprovado em: 14 de agosto de 2021.



<http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12106>

¹ Doutora em Ciência da Informação pela FFC Unesp - Marília (2013). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da FFC Unesp (PPGCI). Professora Assistente Doutora dos cursos de Relações Públicas, Design e Radialismo da FAAC UNESP- Bauru, Brasil. Bolsista Capes no Doutorado e no Mestrado em Comunicação pela UNESP (2005), graduada em Comunicação Social - Jornalismo, UNESP (2000). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/988903149784442>. E-mail: tamara.guaraldo@unesp.br

² Mestrado em curso pela Universidade de São Paulo na área de Desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. Master of Comparative Constitutional Law pela Samford University, EUA. Especialização lato sensu pela Instituição Toledo de Ensino, ITE, Brasil. Graduada em direito pela Instituição Toledo de Ensino, ITE, Brasil. Exerce o cargo de Juíza de direito na 2^a Vara Criminal de Bauru/SP e de Coordenadora do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Bauru/SP, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7598436743809256>. E-mail: dmendmel@gmail.com

³ Doutora em Sociologia (Unesp), Mestre e graduada em Comunicação Social (Unimep), Brasil. Publicou mais de 130 trabalhos em anais de eventos nacionais e internacionais, possui 20 livros publicados, 43 capítulos de livros e cerca de 200 itens de produção técnica. Atua na área de Comunicação, Relações públicas, opinião pública. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3759662136447410>. E-mail: celia.retz@unesp.br

⁴ Graduação (1999), mestrado (2008) e doutorado (2011) em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Lecionou nas universidades Cidade de São Paulo, Cruzeiro do Sul e Nove de Julho atuando nas seguintes subáreas: Ginástica (geral, rítmica, artística); Atividades Rítmicas e Expressivas; Ritmo e Movimento; Dança; Educação Física Infantil e Estágio Supervisionado. Atualmente é docente do departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências da UNESP, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4952020883947768>. E-mail: andresa.ugaya@unesp.br

RESUMO: O estudo relata uma pesquisa-ação realizada na cidade de Bauru/SP com os agentes da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Com a finalidade de levantar as dificuldades nos serviços prestados a partir de um processo dialógico, a pesquisa propiciou a produção de conhecimento voltada ao aperfeiçoamento dos serviços e a reflexão de seus atores. Os resultados dos diversos olhares dos agentes da rede de atendimento às mulheres favorecem a capacitação recíproca e uma perspectiva de mudança coletiva.

ABSTRACT: The study reports an action research carried out in the city of Bauru/ SP with the agents of the service network for women in situations of domestic and family violence. In order to raise the difficulties in the services provided from a dialogical process, the research provided the production of knowledge aimed at the improvement of services and the reflection of its actors. The results of the different views of the agents of the women's service network favor mutual training and a perspective of collective change.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, políticas públicas; rede de enfrentamento à violência.

Keywords: Violence against women, public policies, network to eliminate violence.

A colaboração entre entes públicos e a sociedade tem resultado em experiências inovadoras para a solução de problemas sociais. Trata-se de um meio de dilatar o conceito de cidadania, adequando-o a um novo paradigma de participação social integrativa. Ante a natureza eminentemente associativa da pessoa humana, da solidariedade natural característica da humanidade e da fraqueza dos indivíduos isolados, o engajamento nas atividades sociais deixou de representar mera faculdade, podendo ser interpretada como um dever (DALLARI, 2004).

De longa data os achaques aos direitos das mulheres têm subalternizado o papel destas na sociedade, tornando-a uma cidadã de “segunda categoria”, quando não invisibilizada. A obrigação de estabelecer uma política de eliminação da discriminação contra as mulheres, enraizada em fatores relacionados ao gênero, deve, portanto, orientar todos os agentes e órgãos do Estado, além da própria sociedade civil.

Políticas públicas demandam um permanente realinhamento entre desenho e implementação. Quando voltadas ao enfrentamento da violência de gênero contra a mulher, sua efetividade depende, ainda, da interlocução dos diversos setores chamados a atuar diante de uma complexidade de fatores causadores e reprodutores das mais variadas violências. Desse modo, “é necessário avaliar se as políticas projetadas estão sendo efetivamente implementadas e, quando efetivamente implementadas, a efetividade de tais intervenções” (PASINATO; MACHADO; ÁVILA, 2019, p. 15). A despeito dos vários estudos e contribuições teóricas sobre as práticas de enfrentamento à violência contra a mulher, mudanças estruturais não têm se concretizado. Esse fato demanda a investigação de óbices e equívocos dos gestores dos programas estatais e, de outro lado, uma readequação de postura para assumirem novos desafios nos serviços prestados (PASINATO; MACHADO; ÁVILA, 2019).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres em todo o mundo (35%) já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, seja em casa, em suas

comunidades ou mesmo no ambiente de trabalho. A maior parte dos casos é de violência infligida por parceiros. Em todo o mundo, quase um terço (30%) das mulheres que estiveram em um relacionamento relatam ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual na vida por parte de seu parceiro. Globalmente, 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro masculino (ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017).

Disseminada em todo o mundo, como se verifica dos dados acima apresentados, a violência contra a mulher é considerada um problema social e de saúde pública, constituindo-se em uma ofensa aos direitos humanos. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência de gênero assume diferentes formas, dificultando a construção de uma resposta padrão para todos os casos.

Neste artigo objetiva-se apresentar o relato de uma intervenção social voltada aos agentes que atuam em órgãos governamentais e não governamentais de atendimento à mulher em situação de violência na cidade de Bauru, via pesquisa-ação, a partir dos olhares dos próprios agentes envolvidos os quais são chamados a interagir em grupos mistos e, a partir desse processo dialógico, encontrar as dificuldades e possíveis soluções para o aperfeiçoamento desse conjunto articulado de ações que constitui a rede de enfrentamento.

O relato está dividido em quatro subtópicos, além desta introdução e das considerações finais, a saber: 1) Direitos das mulheres como uma construção histórica; 2) Violência contra a mulher no Brasil; 3) A oficina como intervenção participativa (metodologia); e 4) Resultados da pesquisa de campo: a oficina.

Direitos das mulheres como uma construção histórica

A violência de gênero, doméstica e familiar no Brasil passou por um novo prisma e abordagem com a vigência da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. A partir dela entendeu-se que a violência é social, que a justiça tem uma dimensão coletiva e que devemos trazer a comunidade para junto dela. Trata-se de transformar a comunidade desde a comunidade. Conquanto a legislação tenha estabelecido a responsabilidade da sociedade ao lado da família e do poder público para criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos nela previstos (artigo 3º, §2º), a exortação legal é insuficiente para uma adesão massiva sem que esse processo seja internalizado pela comunidade (BRASIL, 2006). Prospectivamente analisada, a Lei Maria da Penha contribuirá para a reversão de um pensamento patriarcal cristalizado somente através de uma postura ativa da sociedade. A lei depende, para ser efetiva, do engajamento da sociedade, uma vez que nela, justamente, está introjetada a violência cultural de gênero, que retroalimenta a violência direta e estrutural.

Não se pode ignorar que a construção da lei é fruto de um processo histórico e não mera abstração que passa a reger indivíduos pelo simples fato de integrar o ordenamento jurídico do país.

Em uma breve digressão, pode ser lembrada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) (OEA, 1994), como o primeiro documento internacional que reconheceu a violência contra as mulheres como uma violação dos

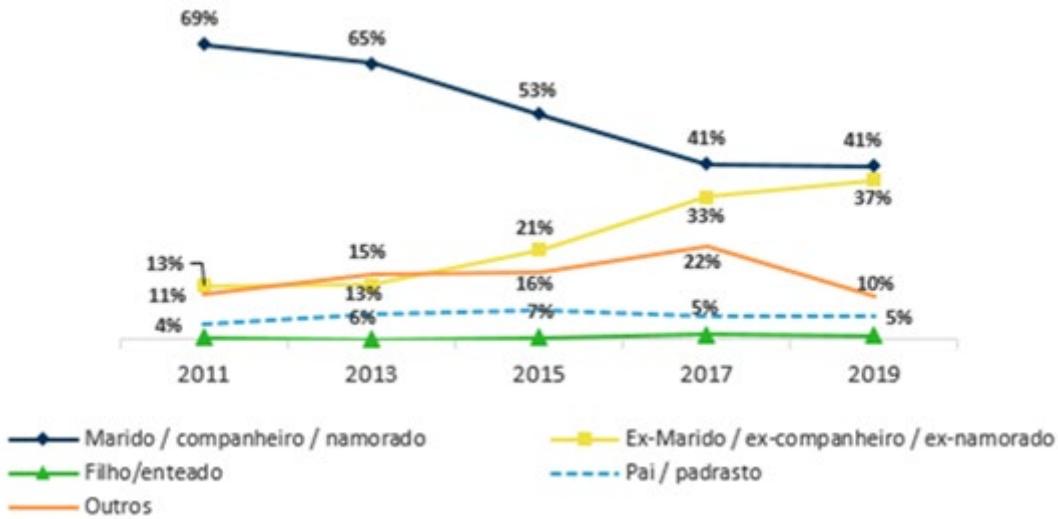
direitos humanos. Todavia, agendas variadas de organizações de mulheres e movimentos sociais, no Brasil e exterior, cada qual em sua realidade sócio-histórica, trouxe contribuições para o avanço paulatino na restauração do regime democrático, eliminação das desigualdades e conquista da cidadania (SEVERI, 2018).

No Brasil, no contexto do regime militar, o movimento de mulheres tem seu marco inicial mais expressivo, mas a história de resistências e ações políticas contra variadas formas de violência retroagem à época colonial e à escravidão, anteriores ao século XX. Desde então, a luta por direitos civis, políticos, econômicos e sociais, encampada por coletivos organizados, tem avançado, passando a integrar programas e plataformas eleitorais. Em 1987, ano precedente à outorga da Constituição Federal, a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes representou a semente germinal do que passou a ser considerado o projeto jurídico feminista brasileiro (SEVERI, 2018). Esse “[...] marco histórico da práxis política da mulher, grandemente influenciada pela teoria e práxis feministas dos últimos 10 anos” (PIMENTEL, 1987, p. 72) obteve êxito em inscrever inúmeros dispositivos que integram a atual Constituição Federal de 1988. Também propiciou ampla repercussão na alteração do Código Civil, Código Penal e outras legislações marcadamente discriminatórias contra a mulher (SEVERI, 2018).

Nesse passo, somente uma digressão histórica permite compreender que o enfrentamento à violência direta e estrutural — retroalimentadas pela violência cultural — não pode ser descontextualizado de um processo de mobilização da sociedade. Na medida em que a sociedade é o meio propagador da desigualdade que afeta as mulheres, o mecanismo desconstrutor dessa discriminação passará, necessariamente, por ela, o que implicará conversão de crenças, mudança de mentalidade da sociedade em geral e dos operadores do direito.

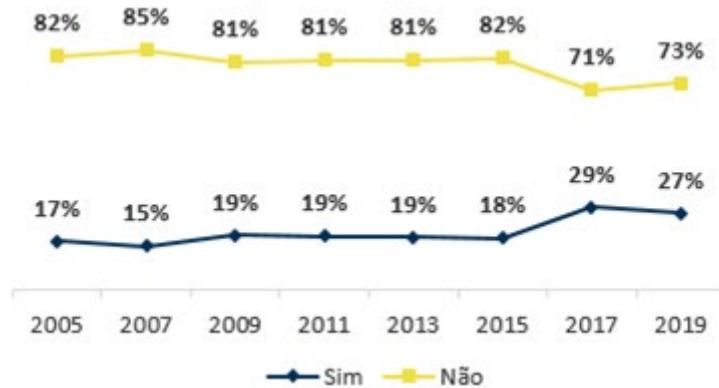
Violência contra a mulher no Brasil

O Instituto de Pesquisa DataSenado, que realiza pesquisa de opinião bianualmente, ouviu 2.400 mulheres de todas as unidades da Federação acerca de agressões por elas sofridas e publicou um relatório em dezembro de 2019, no qual constatou-se que, por um lado houve queda no percentual de mulheres agredidas por maridos, namorados ou companheiros, o que pode (pelo menos em tese) indicar maior poder de enfrentamento e autonomia por parte da mulher para se afastar do agressor — problema estrutural caracterizado pela subordinação desta em relação ao homem e pela naturalização da opressão e da violência em relação à mulher; por outro lado, houve aumento na incidência de agressões cometidas por ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados, que subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019, representando um aumento de 285% desses casos (Figura 1).

Figura 1 – Percentual de agressões conforme a tipologia

Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado (2019, p. 10)

Em relação às mulheres que declararam já ter sofrido algum tipo de agressão, o índice se manteve estável comparado com o último relatório de 2017, considerada a margem de erro. Das entrevistadas, 27% declararam ter sofrido agressão (Figura 2).

Figura 2 - Índice de mulheres que sofreram violência provocada por homens

Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado (2019, p. 7)

Os assassinatos de mulheres (registrados, sem abranger os diversos casos de subnotificações), aumentaram na última década, com um crescimento de 30,7%, de acordo com o **Atlas da violência 2019**, que analisou o período compreendido entre 2007 a 2017. Considerando os dados referentes ao ano de 2017, o documento registrou que cerca de 13 mulheres foram assassinadas por dia, correspondendo a 4936 mortes no ano (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

O documento **Análise da violência contra as mulheres no Brasil** (SILVA; GREGOLI; RIBEIRO, 2017), confeccionado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado Federal, publicado em 2017, buscou um aprofundamento do diagnóstico do problema da

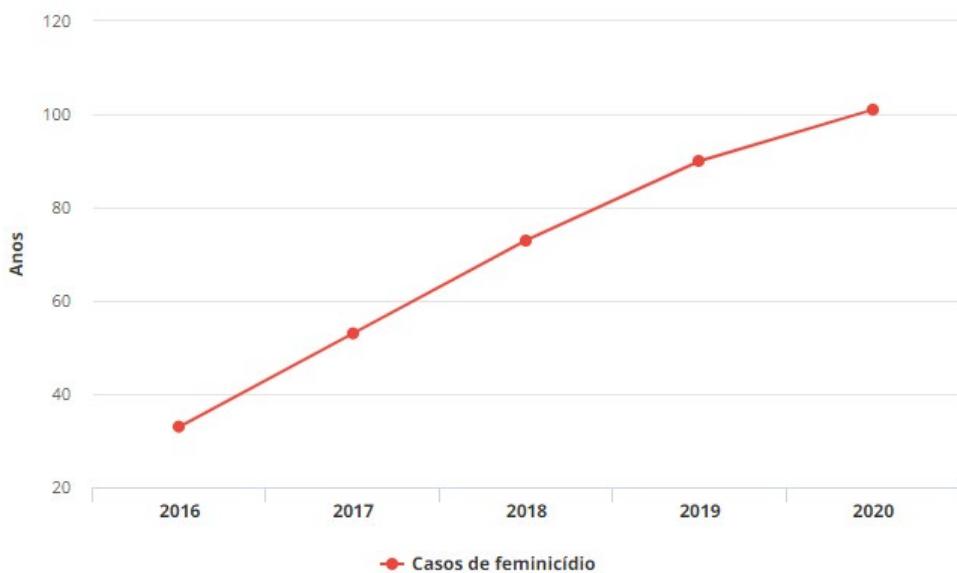
violência contra as mulheres e concluiu que existem particularidades nas diversas regiões do país. Cita como exemplo as taxas de homicídio no ano de 2013: o Estado de Roraima apresentou taxa superior a 15 por cem mil enquanto os Estados do Piauí e de São Paulo apresentaram taxas inferiores a 3 homicídios por grupo de cem mil mulheres. Desse modo, concluiu que a análise da taxa de forma isolada não reflete a complexidade do fenômeno (SILVA; GREGOLI; RIBEIRO, 2017).

Chama a atenção, ainda, o referido documento, sobre a possibilidade de subnotificação e de classificação diferente entre os Estados para um mesmo tipo de violência. Observou-se também que a violência atingiu mulheres brancas e negras de formas distintas. Alguns Estados, a exemplo de São Paulo e Santa Catarina registraram taxas inferiores a 30% da média nacional, enquanto Alagoas, Goiás, Mato Grosso e Roraima, taxas superiores a 1,5% a média (SILVA; GREGOLI; RIBEIRO, 2017).

A última edição do **Atlas da violência**, em 2020, traz um dado que indica queda do aumento de assassinatos de mulheres entre os anos de 2017 e 2018. No ano de 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada cem mil habitantes do sexo feminino. Esse índice seguiu uma tendência de redução da taxa geral de homicídios no país, a taxa de homicídios contra mulheres apresentou uma queda de 9,3% entre 2017 e 2018 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020).

Embora 2018 tenha apresentado certa redução da violência letal contra as mulheres na comparação com os anos mais recentes, quando se observa um período mais longo no tempo, é possível verificar um incremento das taxas de homicídios de mulheres no Brasil e em diversos Estados, pois entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020).

Agravado pela pandemia de Covid-19, no Estado de São Paulo, por exemplo, o número de casos de feminicídios registrados no primeiro semestre de 2020 atingiu a maior marca desde 2016. O levantamento foi realizado pelo **G1** e **GloboNews**, com dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Entre janeiro e julho deste ano, as ocorrências de feminicídio atingiram a marca de 101 casos, 12% a mais do que os 90 registros feitos no mesmo período de 2019. É o maior número da série histórica, iniciada em 2016, para este período. Em 2016, 31 feminicídios foram registrados durante o primeiro semestre. Em 2017, 48; 2018 teve 57; 2019 foram 85 e em 2020 o número chegou a 101. Dos casos de 2020, 83% tem autoria de companheiros ou ex-companheiros das vítimas, 68% ocorreram dentro da casa da vítima e 43% do total tiveram prisão em flagrante. A média de idade das vítimas é 31 anos, 55% são descritas nos boletins de ocorrências como brancas e 45% como pretas ou pardas (ARCOVERDE; ACAYABA, 2020).

Figura 3 - Feminicídio no Estado de São Paulo no período de 2016 a 2020

Fonte: Arcoverde e Acayaba (2020).

A Convenção de Belém do Pará define a violência contra a mulher como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (OEA, 1996). Nos documentos internacionais o conceito de “violência contra as mulheres” especifica que ela é baseada no gênero, o que significa que “[...] a violência é dirigida contra uma mulher porque ela é mulher ou que as afeta desproporcionalmente” (TOFFOLI, 2019, p. 10). Isso constitui violação de seus direitos humanos, segundo o Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (sigla em inglês, adotada pela Recomendação Geral n. 19, de 1979). A CEDAW reconheceu, na Recomendação Geral n. 35, que a expressão “violência de gênero contra as mulheres” contribui para a “[...] compreensão dessa violência como um problema social e não individual, requerendo respostas abrangentes, para além de eventos específicos, agressores individuais e vítimas/sobreviventes” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 19). Silvia Pimentel (2008, p. 17), que foi membro do Comitê até 2005, esclarece que a CEDAW:

[...] é a grande Carta Magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano.

Ainda de acordo com Pimentel (2008), as Recomendações Gerais (acima se mencionou as de número 19 e 35) buscam interpretar os direitos e princípios previstos na citada Convenção.

No âmbito interno, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral (artigo 5º da Lei Maria da Penha). A Lei 11.340/2006 trouxe importante inovação

na responsabilização dos homens autores de violência doméstica e familiar. A partir dela, toda e qualquer violência praticada contra a mulher que ocorra no âmbito doméstico, familiar ou relação de afeto, desde que baseada no gênero, passou a ser objeto de proteção da lei (artigo 7º). As infrações praticadas com violência dirigida à mulher em razão do gênero, ou seja, pelo simples fato de serem mulheres ou que as afetem de modo desproporcional, deixaram, a partir da lei de ser consideradas de “menor potencial ofensivo” (artigo 41), situação que favorecia, na maior parte das vezes, uma transação penal para evitar a persecução criminal, o que era interpretado como impunidade (BRASIL, 2006).

Sua divulgação tem sido superficial, em relação aos procedimentos e suportes que a lei oferece e a maioria dos cidadãos desconhece os veículos de publicação dessas. A grande massa da população tem uma visão míope do saber jurídico, o que pode contribuir para a deformação da conjuntura social, porque o papel pedagógico das Leis acaba não produzindo os efeitos sociais que elas preveem. Da mesma forma, não é pela coerção que se garante a ordem coletiva, mas sim, pela comunicação socioeducativa, que se dá quando da socialização dos aportes jurídicos das leis em linguagem apropriada ao cidadão. E, para que uma lei consiga influir no comportamento humano e assegurar a extinção de um delito, é preciso que ela seja entendida e conhecida pela sociedade.

A oficina como intervenção participativa

Ao refletirmos sobre o porquê da dificuldade de se mudar as práticas de enfrentamento a violência contra a mulher, sob a perspectiva dos promotores das ações de atendimento, duas questões se apresentam: a concepção do que é e como se produz a violência de gênero; e a incompatibilidade da mudança com o viés positivista existente no processo de trabalho dos agentes e órgãos públicos. A fragmentação dos atendimentos dos diferentes atores (agentes dos sistema de segurança pública e de justiça, saúde, assistência social etc.), designados para contribuir de forma efetiva na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, pode ser prejudicada sobremaneira quando o conjunto dos procedimentos operativos não estão articulados de forma a promover a resolução integral do problema.

A remoção dos obstáculos que ocorrem em um contexto estrutural de discriminação e desigualdade não é uma tarefa fácil. Para dar essa resposta complexa devemos questionar, antes, de que forma e quais atores devem atuar para impedir essa espiral da violência. Essa dimensão coletiva do trabalho materializa-se na rede de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

Na cidade de Bauru, região centro-oeste do Estado de São Paulo, a Assistência Social atua via o Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência (CRM), juntamente com o Centro de Referência Especializado (CREAS/CRAS). São os órgãos municipais encarregados do atendimento à mulher (e sua família) em situação de risco pessoal e social, representado pela violência nas suas variadas formas. O papel articulador dos serviços interdisciplinares disponibilizados à mulher em situação de violência está afeto ao primeiro. O município dispõe, ainda, de um serviço de acolhimento institucional em abrigo para mulheres em situação de violência. A “Casa da Mulher”,

afeta à Secretaria da Saúde, dispõe de um ambulatório de atendimento particularizado às mulheres em situação de violência. As comunicações de infrações penais são feitas na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Os inquéritos policiais, solicitações de medidas protetivas de urgência em favor das vítimas e processos criminais tramitam pelo Anexo da Violência Doméstica e Familiar de Bauru. A Ordem dos Advogados do Brasil, por suas advogadas, realiza atendimento *pro bono* às mulheres que necessitam de orientação jurídica no CRM e DDM, em dias pré-definidos. O Conselho Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM) desenvolve articulação intersetorial e interinstitucional para mobilizar ações em prol das mulheres. Outros órgãos governamentais e não governamentais, embora não disponibilizem um atendimento particularizado, também atendem mulheres que vivenciam a violência na cidade.

A intervenção social realizada foi voltada aos agentes de órgãos governamentais e não governamentais de atendimento à mulher em situação de violência, que atuam em contato direto com as usuárias dos serviços. A pesquisa-ação mobilizou os diversos órgãos da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Bauru e a partir dos múltiplos olhares desses agentes, foram levantadas as barreiras no atendimento e na interlocução com os demais serviços da rede. Esse processo dialógico possibilitou a produção de um conhecimento refletido com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido. A inovação dessa pesquisa-ação residiu na mescla grupal e na divisão dos grupos por temas amplos, o que favoreceu uma capacitação recíproca baseada nos saberes “do outro”. Os grupos focais, horizontalmente dispostos, identificaram falhas e possíveis mecanismos de mudança no atendimento de todos os setores da rede, através de um pensar coletivo.

Por isso, esta pesquisa-intervenção que se utilizou da estratégia participativa, buscou compreender como as necessidades desses agentes poderia ser mais bem organizada, a partir do enfoque da gestão da informação num contexto de totalidade.

A pesquisa-ação é uma metodologia utilizada em projetos que exigem a participação dos envolvidos para a resolução de problemas. Segundo Thiollent (2011), sua orientação metodológica possibilita produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive para capacitação e tomada de consciência dos envolvidos. Este tipo de investigação traz condições para ações e transformações no ambiente baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um determinado grupo social. É uma abordagem colaborativa que melhora a racionalidade e a justiça das próprias práticas sociais, como também aclara o entendimento dessas práticas e de situações nas quais elas acontecem. Ela pode ser entendida como uma construção coletiva, que é empreendida por sujeitos, que se envolvem, compondo um grupo com objetivos e metas comuns, para resolverem um problema que emerge num dado contexto.

A forma inicial de pesquisa-ação é caracterizada pela colaboração e negociação entre especialistas e práticos integrantes do processo de pesquisa. Por isso, foi efetuada a montagem e a execução de uma oficina de trabalho, que foi realizada no dia 09 de outubro de 2019 no período da tarde e da noite no campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP) câmpus de Bauru-SP, a partir de uma parceria entre a UNESP-Bauru, o Ministério Público Federal de Bauru, o Anexo da Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher, e o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres

(CMPM). A organização da oficina, a elaboração da pesquisa-ação, a mediação dos grupos focais e a compilação dos resultados e a análise final ficaram a cargo das autoras, com o apoio e parceria do Instituto de Educação e Pesquisa em Práticas Pedagógicas da Unesp (IEP3), do Programa PET - Saúde Interprofissionalidade - UNESP/FC, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Bauru), pelo programa “OAB por Elas” e da Secretaria de Bem Estar Social de Bauru (SEBES).

Todos os órgãos envolvidos com a rede de atendimento à mulher em situação de violência foram convidados a participar e, posteriormente, os agentes que atuam nesses órgãos foram divididos em dez grupos focais mistos, mediado por um pesquisador e um assistente observador, responsáveis por relatar as observações referentes aos procedimentos da pesquisa-ação. A dinâmica do grupo focal se iniciou com a apresentação do tema aos participantes pelo mediador e a proposta de discussão em três frentes: 1) Importância da temática; 2) Dificuldades no serviço e nas equipes de atendimento à mulher; 3) Ideias e propostas para a melhoria dos serviços e equipes que atuam no atendimento à mulher.

Os grupos, constituídos pelos representantes dos diversos serviços ou órgãos, de forma mista, desenvolveram um amplo processo de reflexão sobre a práxis vivenciada pelos profissionais, suas falhas e dificuldades no atendimento público voltado à mulher e sobre as articulações que poderiam ser desenvolvidas para aperfeiçoar o trabalho em rede. Deste modo, iniciaram uma avaliação crítica, a partir de seu *locus*, abrangente de sua área de atuação e dos demais, em um processo recíproco de capacitação.

Devido ao limite de extensão deste artigo, privilegiou-se, por sua relevância e proposta de pesquisa, focalizar dois aspectos diretamente relacionados com o atendimento e com as barreiras identificadas junto aos agentes. Assim, embora a oficina tenha sido composta por dez grupos de discussão com diferentes temáticas e direcionamentos, foram selecionados os seguintes para exposição: A) Barreiras e dificuldades no trabalho dos agentes, e B) Atendimento às mulheres em situação de violência (*usuárias*). Esses dois grupos foram formados por múltiplos agentes da rede de enfrentamento à violência na cidade, tais como: psicólogos de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da rede, assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), funcionários da Saúde (Maternidade Santa Isabel), policiais militares, funcionários do Tribunal de Justiça - Anexo da violência, da Delegacia da Mulher, voluntários e advogados do projeto da OAB “Todas por ela”, e contou ainda, com a representação de usuárias dos serviços por meio das conselheiras do CMPM.

Nesta experiência identificou-se a predominância da verticalização da gestão e decisões, assim como, da fragmentação da rede de atendimento à mulher. Os resultados demonstram a importância da socialização do conhecimento entre os agentes envolvidos para uma melhor compreensão sobre o assunto, além da percepção presente sobre este serviço pelos participantes, que foram experienciados e relatados, conforme apresenta-se no próximo item.

Resultados da pesquisa de campo: a oficina

Uma reflexão extensa, pautada na realidade que os agentes da rede de enfrentamento à violência vivenciam, foi oportunizada durante a sessão da oficina. A metodologia adotada para este levantamento mostrou-se adequada: afora a contribuição decisiva destes profissionais para a instrumentalização, valorização e empoderamento deste serviço, favoreceu-se aos envolvidos no processo que se reconhecessem mutuamente. A partir dos olhares dos demais agentes, propiciou-se uma avaliação da aplicabilidade e eficácia das práticas desenvolvidas nos atendimentos e na recepção das usuárias dos serviços.

Os resultados não ficaram centrados na simples transmissão de informações sobre as demandas e problemas, mas também na capacitação recíproca dos profissionais e nas ações conjuntas que poderiam ser desenvolvidas para aperfeiçoar o processo de atendimento e os espaços disponibilizados para isso. Romper com o paradigma do atendimento setorizado, ainda que eficiente, envolve um amadurecimento dos atores que atuam no enfrentamento à violência. Alterar o modelo impositivo-demandista, que prioriza a ação após a comunicação da violência, para outro cujo objetivo é uma atuação proativa dialógica, que permita reconhecer-se como uma parte da engrenagem acionada na rota crítica percorrida pela mulher até o rompimento do ciclo da violência, é um processo longo, mas o único consistente com o princípio da proteção integral que visa recompor a mulher no seu papel de sujeito de direitos.

Esse modelo de atuação proativa-dialógica entre os atores participantes está em consonância com o artigo 8º, da Lei Maria da Penha, que prevê um conjunto articulado de ações entre os diversos poderes e esferas governamentais e não governamentais para o enfrentamento da violência de gênero, doméstica e familiar, com avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas (inciso II) e capacitação permanente dos agentes envolvidos (inciso VII) (BRASIL, 2006).

A violência doméstica e familiar é um fenômeno complexo e cíclico, que exige respostas abrangentes, seja na fase de prevenção ou enfrentamento, quando já instalada. Somente a mobilização dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com a interlocução articulada entre os diversos órgãos que compõem a estrutura do Estado e a sociedade permitirá encontrar alternativas para a reversão do pensamento patriarcal cristalizado, que dá sustentação à violência de gênero praticada contra a mulher.

Os grupos mistos foram compostos por servidores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria de Assistência Social e da Saúde, Polícia Civil e Militar, Poder Judiciário, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão Municipal da Mulher, estudantes, dentre outros.

Quando do convite feito às organizações presentes, foi explicitado os objetivos da oficina — reflexão sobre os serviços da Rede de atendimento — e deixado claro que a participação seria voluntária. No dia da oficina, antes do início das discussões em grupo, foram novamente retomados o objetivo do encontro e cada grupo contou com um mediador para dar início às discussões, e um assistente observador munido de uma ficha para avaliar a intervenção conforme as orientações passadas pelos pesquisadores responsáveis pela oficina, sempre respeitando os padrões éticos da

pesquisa com seres humanos e não identificação dos participantes.

Como dito, nas discussões dos dois grupos selecionados foram abordadas: A) **Barreiras e dificuldades no trabalho dos agentes**, cuja temática central abrangeu questões estruturais; administrativas (burocracia, falta de capacitação e integração entre as equipes), excesso e a sobrecarga de trabalho e também de informações; as informações incompletas e/ou parciais; questões de responsabilidade, de sua capacidade como agente para fazer uso ativo do conhecimento técnico e humano no seu ambiente de trabalho. A questão principal que iniciou a discussão desse grupo foi: Há capacitação para exercer as atividades que realizamos?

No grupo B) **Atendimento às mulheres em situação de violência (usuárias)**, discutiu-se os problemas no atendimento prestado às usuárias pelos agentes, assim como as dificuldades das usuárias tanto no entendimento da mensagem quanto da situação de violência. As questões chave que guiaram a discussão foram: Quais os problemas mais comuns? Como realizar um atendimento em uma perspectiva humanizada? Quais as estratégias de atendimento para melhor atendê-las?

Em ambos os grupos buscou-se apontar a necessidade de troca de experiências, de reconhecimento das dificuldades específicas e de possibilidades de articulações, além de sugestões sobre o aprimoramento no atendimento às usuárias, via fortalecimento da capacitação profissional dos agentes (formação, escuta e planejamento de ações).

Os grupos enfatizaram a necessidade de um reaparelhamento dos órgãos estatais voltados à persecução criminal do agressor e à concessão (e fiscalização) das medidas protetivas de urgência às vítimas, notadamente a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). A despeito da importância na prestação de um serviço não-vitimizante e humanizado nesse ambiente, não se observou uma preocupação com situações em que a vítima não deseja comunicar o fato criminoso a esses órgãos estatais.

Mais especificamente no grupo B, que abordou sobre o atendimento às mulheres em situação de violência (usuárias), destacou-se: garantir o direito da mulher (em situação de violência) de ser atendida/acolhida no serviço público com dignidade; oferecer possibilidade em continuar com seus filhos e manter seus bens materiais conquistados; diminuir os casos de feminicídio; e ajudar no empoderamento da mulher.

De modo geral, as dificuldades verificadas grupalmente demandam a abertura de agenda política para a efetivação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Políticas educativas, a médio e longo prazo, segundo os participantes de ambos os grupos, são fundamentais para modificar o quadro de intolerância e desigualdade de gênero que caracterizam esta espécie de violência.

Os participantes da pesquisa-ação vislumbraram, ainda, a possibilidade de aperfeiçoamento do trabalho em rede por meio de protocolos de atuação unificados, audiências públicas, recomendações, reuniões, além da divulgação dos serviços realizados por todos e as dificuldades correlatas à prestação do trabalho, tais como: a falta de comunicação entre os prestadores dos serviços; a escassez de profissionais e lugares adequados para o atendimento (segurança pública e área da saúde mental); a inexistência de projetos específicos relacionados à temática e de ações interdisciplinares nas escolas; a necessidade de imprimir celeridade no atendimento; a problemática da dependência financeira e

emocional da mulher em situação de violência; a falta de apoio da família; o desconhecimento do serviço por parte da mulher; o desencorajamento da denúncia em alguns serviços; a inexistência de atendimento adequado e especializado desde o primeiro contato em determinados serviços; a baixa quantidade de funcionários que compõem as equipes de atendimento; a falta de atendimento 24 horas na Casa da Mulher e o tempo de espera nos agendamentos.

Já sobre ideias e propostas para a melhoria dos serviços e das equipes que atuam no atendimento à mulher, ambos os grupos aqui comentados sugeriram ações e estratégias que envolvam capacitação dos agentes, melhora dos espaços, ampliação do número de funcionários, horário e forma de atendimento, além de integrar os diferentes serviços (Quadro 1).

Quadro 1 - Ideias e propostas para melhorias pelos grupos A e B

GRUPO A	GRUPO B
1) Caderno de Orientações para profissionais envolvidos; 2) Políticas públicas para inclusão social das mulheres em situações de violência 3) Agenda e encontros para planejamento e desenvolvimento de ações integradas; 4) Ações voltadas para a capacitação do agente envolvido.	1) Melhor capacitação/qualificação dos profissionais do atendimento; 2) Centros especializados para diferentes públicos com atendimento multidisciplinar; 3) Maior integração entre os serviços, para que não haja dúvidas na sua execução e proporcione fluidez no atendimento; 4) Melhorar a divulgação do serviço; 5) Integração à rede de proteção à mulher (o atendimento é apenas uma etapa do processo); 6) Melhor comunicação entre os profissionais dos diversos serviços

Fonte: Pesquisa direta, 2020.

Observa-se então, que no intuito de promover mudanças e aperfeiçoamento da atuação em rede, com vistas a reduzir as desigualdades e possibilitar a inclusão social das mulheres, os grupos apresentaram medidas abrangentes de três dimensões temporais. A demanda a **curto prazo**, referente a questões de maior visibilidade, correspondente à melhoria do atendimento via reaparelhamento da rede de enfrentamento à violência; a de **médio prazo**, que envolve as ações para reduzir a perpetração de crimes contra as mulheres (amplitude de atendimento e efetividade a medidas de proteção e políticas públicas); e a de **longo prazo**, por meio de ações educativas que podem modificar o quadro de violência conjuntural da sociedade.

Considerações finais

Quando a violência de gênero saiu da esfera privada para ingressar na esfera pública, ganhando especial visibilidade e respaldo jurídico a partir da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, coube às organizações públicas, oficialmente, atender as demandas das mulheres em situação de violência nos diversos contextos e formas em que ela se apresenta. As demandas decorrentes da violência física, moral, sexual, psicológica e patrimonial, representativas da violência direta, passaram a ser direcionadas a atores dos órgãos estatais da saúde, bem estar

social, segurança pública, educação, habitação, além do próprio Poder Judiciário, incumbido de processar e julgar o autor da infração e conceder proteção às vítimas através de medidas urgentes.

A responsabilização do agressor através do sistema de Justiça, que atua conjuntamente com os serviços policiais, muitas vezes, não satisfaz a pretensão da mulher que sofreu a violência. Uma intervenção jurídica, desacompanhada de outras medidas, também não impede a reprodução da violência pelo mesmo homem. O abalo emocional, físico e psíquico demanda um atendimento amplo para a superação do ciclo da violência e todas as suas consequências. Ações e programas articulados entre diversos setores estatais devem unir esforços para a prevenção e eliminação da violência, como também para que a violência doméstica saia da invisibilidade e isolamento.

É sabido que a violência contra a mulher está alicerçada em estereótipos socialmente construídos na sociedade. Essa violência cultural, que também encontra seu reflexo nas estruturas de poder do Estado, retroalimenta a violência doméstica e familiar contra a mulher. Por isso, transformar as relações sociais significa demover contradições do próprio sistema. Para tanto, a estruturação e capacitação da rede e seus agentes assume especial relevância, dado a sua inerente permeabilidade e capilaridade nos serviços intersetorialmente disponibilizados.

A oficina realizada em Bauru propiciou análises críticas sobre as deficiências no trabalho em rede pelos próprios agentes envolvidos como também estabeleceu um canal para uma ação política. Ao reunir as várias instâncias do Estado, da universidade e da sociedade civil, sob a estratégia pedagógica da pesquisa-ação, abriu-se um espaço para discussões emancipatórias.

Os **olhares entrecruzados** conduziram os participantes da oficina a um processo reflexivo que contribui para a superação das lacunas existentes entre as políticas públicas disponibilizadas e sua efetividade para as usuárias do sistema.

Cinco aspectos merecem destaque na pesquisa-ação: heterogeneidade de participantes (origem setorial diversa); caráter participativo; capacitação recíproca; adesão ao resultado e impulsionamento para a mudança social.

O conhecimento produzido coletivamente levantou problemas recorrentes e trouxe sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho em rede. Esse modelo participativo favorece, ainda, uma maior adesão às propostas, gerando um resultado motivacional. A mescla dos grupos ampliou, também, as capacidades de compreensão sobre a área de atuação alheia. Desse modo, os diversos olhares sobre o tema trouxeram expansão do conhecimento da realidade em que todos estão inseridos gerando a expectativa de que futuras mudanças empreendidas revertam em favor de um atendimento integral e mais humanizado às mulheres em situação de violência, buscando também um entendimento particularizado de sua condição, de gênero, histórica, material, interseccional e que supere a categoria “mulher” como entidade universal (LUGONES, 2014).

De fato, essa oportunidade de dinâmicas interativas e não excludentes, gerou diálogos mais simétricos e intercâmbios entre os agentes, que relataram suas práticas, saberes e tomada de decisões em distintos níveis organizacionais, possibilitando sugestões plurais, mais adequadas às diversidades e dilemas da sociedade atual. Por isso, pode-se dizer que os diferentes olhares entrecruzados dos agentes da rede de atendimento abrem outras portas para diagnosticar e resolver a comunicação e as problemáticas desta rede.

Referências

ARCOVERDE, Léo; ACAYABA, Cíntia. Feminicídios voltam a crescer durante a pandemia em SP e nº mais do que dobra em julho; 2020 tem o maior nº de vítimas. **G1**, São Paulo, 9 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/09/feminicidios-voltam-a-crescer-durante-a-pandemia-em-sp-e-no-mais-do-que-dobra-em-julho-2020-tem-o-maior-no-de-vitimas.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Recomendação geral n. 35 sobre violência de gênero contra as mulheres do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2019. (Série Tratados internacionais de direitos humanos)

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em: 25 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: IPEA; São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2020**. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 25 out. 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set/dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher**. Belém: CIDH, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Folha informativa: violência contra as mulheres. **OPAS Brasil**, [atualizada em] nov. 2017. Disponível em: <https://www>.

paho.org/pt/search/r?keys=folha+informativa+violencia+contra+as+mulheres+Brasil. Acesso: 10 jul. 2020.

PASINATO, Wânia; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de. Políticas públicas de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. In: PASINATO, Wânia; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de (coord.). **Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher**. São Paulo, Marcial Pons, 2019. p. 13-26. (Direito, transdisciplinaridade & pesquisas sociojurídicas, v. 6)

PIMENTEL, Silvia. **A mulher e a Constituinte**: uma contribuição ao debate. São Paulo: Cortez, 1987.

PIMENTEL, Silvia. **Experiências e desafios**: Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW/ONU): relatório bienal de minha participação. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: princípios do direito político. São Paulo, Pillares, 2013.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Lei Maria da Penha e o projeto jurídico feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SILVA, Roberta Viegas e; GREGOLI, Roberta; RIBEIRO, Henrique Marques. **Análise da violência contra as mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. (Textos para discussão, v. 228)

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOFFOLI, Dias. Apresentação. In: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Recomendação geral n. 35 sobre violência de gênero contra as mulheres do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2019. (Série Tratados internacionais de direitos humanos). p. 9-10.

THE KIM KARDASHIAN'S BUNDA: THOUGHTS ON SEXUAL POLITICS¹

A BUNDA DE KIM KARDASHIAN: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA SEXUAL

Tamsin Spargo²

Received: 20 December 2020.

Accepted: 30 March 2021.

<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12358>

ABSTRACT: This essay was presented as the opening talk of the VI International History Conference under the theme "History and the challenges of the 21st century: politics, feminisms and gender performances" that took place at the Federal University of Goiás, Jataí, in 2018. The author suggests the enduring value of analysing discursive construction and the competing knowledge and narratives that condition our lived experience, but also that we must, as historians of, and in, the present, be aware that we are occupying socially and temporally contingent positions.

RESUMO: Este ensaio foi apresentado como conferência de abertura do VI Congresso Internacional de História com o tema "História e os desafios do século XXI: política, feminismos e performances de gênero" ocorrido na Universidade Federal de Goiás, Jataí, em 2018. É tratado sobre as questões pós-identitárias utilizando a perspectiva de Michel Foucault nas pesquisas sobre a história da sexualidade. Há uma (re)visão do célebre ensaio Foucault e a teoria queer sob a ótica dos avanços mundiais nas questões identitárias. A autora reflete sobre as políticas sexuais e os limites do pensamento pós-identitário.

Keywords: identity, sexual politics, gender.

Palavras-chave: identidade, políticas sexuais, gênero.

¹ A translated version to portuguese of this essay was published in Brazil in the book **História e outras eróticas** (Ed. by SANTOS; MENEZES; SILVA, 2019). This is the original english version of the opening talk of VI International History Conference, held at the Federal University of Goiás (UFG) - Jataí city - August 2018. (Editor's Note).

² Dr. Tamsin Spargo holds a Ph.D. in Cultural Theory from Cardiff University. Is now an independent writer and cultural historian, based in Cornwall, U.K. She was Reader in Cultural History and Director of the School of Media, Critical and Creative Arts at Liverpool John Moores University and Visiting Professor in English at the University of Malaya. Website: <https://ljmu.academia.edu/TamsinSpargo>

So much has changed so quickly since I wrote the original version of **Foucault and Queer Theory** in 1999 and I welcome the opportunity to return to some of my earlier observations and to see if they still have value. My purpose is to raise questions and suggestions for work that I hope some of you will explore. I am no longer based in a university as I chose, three years ago, to move from the city of Liverpool to my birthplace in rural Cornwall. Now I balance my time between writing and community work. So my thoughts today are “modified” object today will be to explore some features of contemporary discourse on sex, gender, and sexuality that interest me. My hope is that some of you may find food for thought and further analysis.

I call myself an “improper historian” - I find it hard to identify fully with, or within, the discipline and I am interested in the challenge to trying to capture the elements of the present that bear conflicting traces of the past. Something that has struck me forcefully since I returned to my rural birthplace in Cornwall is that time does not move at a universal pace and that each of us may live within several “time zones” or “moments” at once. I have been elected to serve on my local Council and have been shocked to discover that while male councillors are called “Councillor Brown” or “Councillor Smith”, the female councillors are all identified by their marital status. When I was automatically hailed as “Councillor Mrs Spargo”, I thought I had been transported to the 1950s! Our officers have now compromised by addressing me as “Councillor Dr Spargo” - my relative “status” as a professional was seen as a counterbalance to my marital indeterminacy! - but I have yet to win this almost antique battle.

I mention this because I believe that we must not forget that we inhabit a world where we may sit and read articles on the potential power of non-binaries while the most entrenched discursive structures and knowledges hold people in places and positions that are restrictive and oppressive. I have a very strong sense, as I explore the representation of many aspects of gender, sex, and sexuality, in my own society, that we are living in a period when time seems to be looping back on itself as multiple discourses collide in claiming the truth of sex, gender, and sexuality. I hope that, in this talk, I can suggest the enduring value of analysing discursive construction and the competing knowledges and narratives that condition our lived experience, but also that we must, as historians of, and in, the present, be aware that we are occupying socially and temporally contingent positions.

I was originally commissioned to write **Foucault and Queer Theory** in 1998 as part of a series entitled **Postmodern Encounters**, whose intention was to explore connections between key philosophers, and post-structuralist theorists, and various topics. I expected my little essay to be read by a few postgraduate students and activists in the United Kingdom but it has since been translated into 11 languages and, while I have no illusions about the importance of my own work, its popularity indicates the centrality of issues of sexuality and gender, and sex, to our lives across the world.

At the core of my interest in the work of Michel Foucault in relation to sex, gender, and sexuality, was his overturning of the notion that the history of sexuality is one of progress from repression

towards a liberation of a sexuality that is already there, and, by extension, sex and genders that are innate and waiting for full expression in the right situation. I do not have space or time to rehearse his arguments here and am sure that many, if not all of you, are familiar with them. But I will be relying on his approach of analysing multiple “discourses” as historically situated material practices that produce subject positions and power relations and is bound up with constructed knowledges, institutions, and practices. I will suggest that in analysing some of the discourses now in circulation, and their impact on people, we can find a way to talk about the present.

When I wrote **Foucault and Queer Theory**, I was determined that, although the title of my essay had to stress the role of an academic in the development of a theoretical “movement”, I would also explore the greater impact of the multiple and diverse activities of activists and others - in response to the AIDS crisis and their own socio-political contexts - on changing ideas about sexuality and gender. Today, I will also focus on the popular rather than the academic but it may be helpful if I offer a brief reminder of some key points in **Foucault and Queer Theory** that may connect with my observations today.

I focused then on the strategic interventions and activism of groups such as Act Up and Queer Nation, including the and redeploying of “queer” and non-assimilationist critiques of heteronormativity. The recuperation of the term “queer”, once used predominantly pejoratively, connected late-twentieth-century activists with marginalised men and women whose ways of being were not congruent with the subject positions available in the dominant discourse of post-1960s’ gay and lesbian liberation. From a cultural-historical perspective, one could see contemporary activists finding common cause with figures from earlier eras, whose transgressive, or ludic, or queer ways of living could not be assimilated into normative social structures and whose positions within normative discourses would always be marginal. This included figures of “camp” culture, as defined by Moe Meyer, where the hyperbolic performance of gender and sexual-identity stereotypes (SPARGO, 1999, p. 60). By their transgressive difference, by what David Halperin called “eccentric positionality” queer subjects had, and have, the potential to queer the “normal” or normative, the respectable, the dominant (SPARGO, 1999, p. 64).

I was keen in 1999, and am still, to stress the difference between performance and performativity. In my understanding of queer theory, Foucauldian models of discourse and power were brought into dialogue with Judith Butler’s work on the performativity of gender. Butler argued that the effect of gender as “social temporality” was created through the stylised repetition of particular bodily acts, gestures, and movements (SPARGO, 1999, p. 56). This repetition is “at once a reenactment and reexperiencing of a set of meanings already socially established; and it is the mundane and ritualised form of their legitimization” (SPARGO, 1999, p. 57). Butler did not present gender as a choice but as a necessity if one is to have any intelligible identity in terms of the current system. I will return in the final part of this talk to this point, as there are signs of positive challenges to the dominant system of sex-gender knowledge but first I want to explore some of the less encouraging developments since 1999.

In 1999 I wrote that “Queer critiques of normativity cannot overlook the ability of dominant discourses and knowledges to appropriate and contain subversion” (SPARGO, 1999, p. 62). Judith

Butler had referenced, predominantly “male as female”, drag in her work on performativity, rejecting earlier feminist critiques of drag as reinforcing a stereotyped femininity and arguing instead that its hyperbolic parody exposes the imitative structure of gender itself. What has interested me in recent years is what might be called “Straight Women’s Drag”: the production of a semi-virtual, bio-plastic bodily enactment of hyperbolic femininity that is presented as empowering through the claimed “ownership” of this hybrid body (politic). I want to suggest some subversive potential in this “bodily work”, but that in the mainstream circulation of narratives of bodily construction and desirability I see an, almost sadistic, appropriation of this enactment that reinforces the hierarchy of natural over artificial and punishes the deviant.

Kim Kardashian’s Bunda

I find myself wondering if Michel Foucault would have found Kim Kardashian’s bunda of interest if he were still writing his history of sexuality in the West? I am not, of course, commenting here on Ms Kardashian’s motives, beliefs, character or life beyond the production and circulation of a famously hyperbolic body, defined by buttocks that literally seem to be “beyond belief”. There have been famous big bundas before. I will just, as an example, choose US singer and actor Jennifer Lopez’s *bunda*. In her “JLo” phase, Lopez capitalised on her curves, and her big bunda, rather than capitulating to demands that she lose weight to fit a, predominantly white-, Western-, norm of female celebrity body in North America, and the elements of European society that are bound up with US-trends. Lopez connected her shape with her Puerto-Rican heritage as well as her ambitious workout regime. At the time, and since, commentators have claimed that Lopez changed the way that female bodies were categorised in the contemporary media. Impressionistically, Lopez’s success and the ubiquity of her image in the media from the 1990s, does seem to have contributed to a media fashion for bigger bunda.

Lopez’s body was presented as overtly sexual and questions about objectification versus empowerment must surely be asked of any commodified image. I am also aware that these bodies are read not only in terms of sex/gender but other forms of difference. In the case of both Lopez, Kardashian and other female US celebrities, their images are also widely read in terms of race. Lopez is a New Yorker of Puerto-Rican parentage, while Kardashian, whose Armenian and English antecedents locate her in the category of “white” American, has a high-profile relationship with the African-American musician Kanye West, and has been frequently criticised for appropriating black culture. The notorious early image of Kardashian, described as “breaking the internet”, in which she balances a glass of champagne on her *bunda*, was a copy of a photograph of a black model in a similar pose but naked in a 1976 book called *Jungle Fever*, which also featured a naked Grace Jones snarling in a cage. The book sparked a row about its racist presentation of its subjects which was revived by the Kardashian image and this, in turn, reminds us that bodies are multiply encoded in terms of race and ethnicity as well as sex/gender/sexuality.

Porn, pudenda, and punishment

Some have connected Kardashian's hyperbolic body with what has been called the "pornification" many Western societies. I find this partly persuasive although I am uneasy about the sweeping nature of the concept. The term itself has been criticised for occluding the specificities and differences in the cultural and social domains, but numerous academics in diverse disciplines, have argued that pornography is saturating society to an unprecedented degree, through the reach, and interactivity of social media. Some have argued that this is an unqualifiedly negative, and regressive, development reinforcing gender and sexual hierarchies and stereotypes (BOYLE, 2010; DINES, 2011). Others read it as part of a "democratisation of desire", educating consumers in the diversity of sexualities and practices (MCNAIR, 2013, p. 15). The latter argument seems, to me, to echo the assumption challenged by Foucault that the history of sexuality was one of progress from repression to liberation, and to be at best utopian in its assertion that pornography effects the introduction of hitherto marginalised groups into "sexual citizenship".

Concerns about the impact of pornography on children and young people who access even the most extreme forms on their cellphones have led, in the UK, to the government commissioning a report on possible harms. It is certainly worth considering the type of sexual narratives that children encounter and through which they negotiate their own emerging desires and orientations. But in much of the debate on pornography and its impact, and on "hypersexualisation", there is an implicit assumption of an authentic, pre-existing sexuality that is corrupted by a depraved construction, leading us back to the normative understanding of sex, gender, sexuality.

My focus, though, is on the changed representations of the sexualised body to which the exaggerated, and sometimes hyperbolic, features of mainstream pornography contribute. There are undoubtedly pornographic texts that transgress and subvert conventional models of masculinity and femininity but it is the smooth, over-inflated female body of the mainstream that has become a key reference for Western body modification. Lip fillers are now widespread among young British women who feel the need for the extreme pout, characteristic of the mainstream porn-star, but I have been most struck by another changed female grooming habit in recent years.

In the late-twentieth century in the UK the intensification of discourse about paedophilia, leading at times to public hysteria, coincided with an unprecedentedly widespread fashion among young women for removing all traces of pubic hair. It seemed ironic, to say the least, that the loud reinforcement of the (in my judgment understandable) prohibition on sexual relationships with children should coincide with a powerful injunction on grown women showing signs of sexual maturity. This "fashion" has been ascribed to the influence of pornographic images in which genitals must be exposed to the gaze, but very swiftly a narrative started to circulate among young people in particular in which pubic hair was presented as unclean, disgusting. In the nineteenth-century, critic John Ruskin's horror when seeing his young wife's pubic hair on his wedding night, having only seen hairless classical representations, was judged exceptional. Now, if media accounts are to be believed, young women assume that any boy would be horrified if they failed to wax and express disgust at their own bodies should they allow their own hair to grow. A result of the trend for hairlessness

has also been an increasing number of young women seeking medical interventions, or expressing extreme anxiety, because their exposed genitals do not meet the neat, often surgically-altered, pornographic norm. Surely we can read this as a discursive circulation of apparent knowledge that demands that young women present themselves in a way that mimics sexual immaturity in order to be sexually desirable or acceptable.

At this point I feel I should ask a question that you might want to pick up after the paper. Here I plead ignorance but also curiosity. In the UK, a full waxing that returns female pudenda to a smooth, pre-adolescent state is called a "Brazilian". Brazil is also referenced in the media debates about the status of celebrity "butts", to use the favoured North American term. "She's had a Brazilian Butt Lift" is often the answer when a plastic surgeon is asked for an opinion on whether or not a celebrity's buttocks are "for real". In both cases, Brazil is identified as the source of the modishly hyper-sexual and I hope to hear more about this from you.

I would argue that the case of Kim Kardashian's *bunda* points to a particular element of what we might refer to as the *scientia sexualis* of our own age: anxiety about what is natural. Most questions asked of Kardashian's *bunda* are not about its desirability, or its racial coding, but about its authenticity. It is possible to see, in the hyperbole of the celebrity bottom, a recognition of the constructedness of our sexual, and gender, characteristics and positions. Caitlin Moran, a popular feminist commentator in the UK who is frequently cited as influential in contemporary popular feminism, recently wrote an article in praise of cosmetics in which she wrote: "I am all for artifice, and unnatural things for women. Using contraceptives is unnatural; my emergency caesarian was unnatural [...]. as is my acne medication; my eyebrow-threading and my Clairol Dark Chocolate hair dye [...] The idea that a woman is born a fixed and unchangeable thing is dispiriting" (MORAN, 2018, p. 5). Moran foregrounds a range of empowering, even life-saving, interventions against the "natural way", creating a vision of hybrid of the natural and artificial that differs markedly from traditional feminist critiques of medical and aesthetic processes as unnecessary supplements to natural female sufficiency. So can the overtly false body, or body part, be subversive?

It depends, of course, on context. With some notable exceptions - "When people say my butt's fake, I take it as a compliment", US - actor Coco told *In Touch* website (24 Oct 2017) - most "celebrities" still claim their body parts are "natural" and an enduring hierarchy of value places the 'natural' above the artificial in most commentaries on the body. The hyperbolic body is easily read as morally suspect, a pretence that, in the roles still allotted in our (soap opera) narratives of desire as well as ambition, marks the soul within that body for tragedy. Whatever the claims to empowerment on the part of the female celebrity, her life will be interpreted within the structure of romance, even when that romance is itself understood as a "brand": Kim and Kanye, themselves or itself so often viewed against their less hyper, less disruptive, but still romantically turbulent, others/other Beyoncé and Jay-Z.

In a recent edition of a celebrity-gossip magazine (which I obviously only read in the doctor's waiting room!), I read a story of a minor British 'reality- television star' who, in the judgment of the writer had undergone excessive plastic surgery. The female, celebrity's minor-television-celebrity "boyfriend" was asked for his thoughts and quoted as replying "I like the false look". This

brief narrative intrigues me. In the shocked-but-knowing discourse of celebrity fandom, in print and online, readers engage with *petit récits* about figures whose lives are performed according to an overarching narrative of, usually failed, romance. Career success, for the female would-be star, is implicitly acceptable only at the price of personal happiness and the old story of 'lucky in life but unlucky in love' is given a new twist. The tragic trajectory of the fame-seeker is played out through a body that is repeatedly re-made to reach an ideal of youth and desirability, but the story demands that the quest fail and the tragedy is played out as grotesque comedy; readers are incited to sympathise with, but also laugh at, the literal disintegration of the ambitious woman. In the UK many of these, ostensibly heterosexual, dyads are hybrid actors/'real people' who achieved fame through 'scripted reality' shows that shape and hone the interaction of characters to create drama, to produce stories. The permeability of the boundary between programme and 'real life' as constructed through the media could be argued to invite an ever-wider range of people to take part, to perform their lives in its, tragic, terms.

Trump? #MeToo

A couple of years ago I woke to hear the BBC news on the radio. The two lead items were the President of the USA facing accusations of bribing a prostitute to conceal details of an affair and the latest accusation of a prominent male media figure sexually harassing a young female actor and the #MeToo campaign response. It felt for a moment as if I had been transported back to the early 1970s, to a time when Second Wave feminists were fighting for equal rights and pay and raising consciousness of male privilege and abuse. I want to consider #MeToo (but maybe not Mr Trump!). The rapidity with which the #MeToo movement gained momentum surprise me in several ways, but particularly the extent to which so many women's lives had been untouched by the apparent legal and political gains of feminism. In one way, the global reach and claimed solidarity of the #MeToo movement reminds those of us in the relative freedom of academic culture that the world is not what we think and its critiques of gender inequality are proving empowering for many. And yet, I have concerns.

Inevitably, the #MeToo movement, even in the US where it originated, encompasses diverse strands that sometimes appear to be woven together in a banner of outrage against male behaviour that does not adequately discriminate between abuses such as rape and coercive use of power and the liminal area between flirtation and impropriety. There has also been an uncomfortably neo-colonialist tenor to commentaries that imply that diverse campaigns on gender equality in India, Afghanistan, Japan and many other societies have been prompted, or energised, by this high-profile, star-led movement. A global campaign based on conjoining myriad individual experiences risks occluding difference both in those experiences and in the conditions that give rise to behaviours. The globalised can also be the universalised. While #MeToo may serve as a tactical network that connects disparate campaigns across the world, the place afforded to women is that of "victim", and the implicit reliance on an unproblematised category of "woman", and, indeed, 'man', is also troubling.

What has struck me is that the claims and rhetoric of #MeToo resemble those of liberal feminism, the liberal-humanist approach to gender, that balanced precariously the concepts of autonomous individuality and common cause between women. The resurgent claims of female oppression and rights, as voiced within the #MeToo movement, connect with a model of identity politics that depend on the stability of gender categories but also a model of power that all-too-easily relies on an oppressor versus oppressed, male versus female opposition. In this respect the liberal-feminist discourse of rights and wrongs shares the binary structure that underpins another, apparently different, feminist discourse.

While #MeToo appears, like liberal feminism, to ignore the question of what makes a woman, there has been a notable resurgence in some contexts of “radical feminism” in its essentialist mode that posits a fundamental female difference. Like the #MeToo quasi-liberal-feminist movement, resurgent radical and essentialist feminism targets male abuse of power but explicitly locates it within a transhistorical patriarchal system. While #MeToo participants have been ‘calling out’ men for unacceptable sexual behaviour, and reviving the old liberal-feminist calls for equal pay and rights, some radical feminists have spotted what they argue is a new threat to women: trans men.

Transgender transitions

In the final aspect of contemporary sexual politics that I want to consider, I see evidence of a positive fracturing of established binary gender categories and their restrictions on human lives. I also see the, sometimes fearful and sometimes angry, response from those who see the tangible outcomes of changed legislation and custom as a threat to those who are already oppressed.

In 1999 I asked: “If sexuality is a cultural construct or category of knowledge, and if [...] gender is culturally produced, then why do we assume that sex, conceived as a binary opposition between male and female, is simply there?” (SPARGO, 1999, p. 55). The contingent nature of the apparently “natural” and “universal”, opposition of male and female sexes (genetically programmed, physically manifested, and culturally lived-out), as well as genders, can be exposed by recognition of non-binary groupings, such as the Māhū of Hawaii and the Hijra of South Asia, but, in most Western societies, the assumption that Western medicine simply discovers and describes the natural condition of human bodies is powerful and enduring. Here I should add a note about the limitations of my own project. In 1999 I chose to analyse figures from the UK media, not, I hope, because of arrogant anglocentricity, but because I do not believe in universalising theory and I do believe in the limits of my own knowledge. Although undoubtedly across the world there are many people living in ways that refute binary categorisation, and cultures whose knowledges and positions are different, it is not for me to speak of them. What I can comment on is the popular-cultural nexus of Western media.

One of the most striking changes since I wrote **Foucault and Queer Theory** has been the significant attention paid to transgender, intersex, and non-binary subjects in academic and activist work in various contexts including in juridical and associated discursive structures in the UK.

In the UK over the past decade legislative changes have encoded new rights for transgender

citizens but has there been a change in the understanding of gender and of its relation to sex? The recent proliferation of stories in the mass media by, and about, those whose assignation of sex at birth has resulted in cognitive dissonance and often trauma indicates both the fragility of biological sex as a category of knowledge and the all-too-real impact on our lives. Recognition of the limits of binary sex constructions, epitomised by the baby whose biology or biochemistry does not neatly fit male or female models, could be seen to challenge the apparent sufficiency of those either/or categories. But within the juridical, medical, and associated discourses and knowledges at work in revisions to the rights of transgender subjects in the UK, those categories appear to be reinstated with minor revisions. The gains for transgender subjects, if assessed in the terms of a movement towards equality, have been considerable. Changes of UK law, both within the overarching legal structure of the European Union and independently, culminated in the Gender Recognition Act of 2004, which allowed people to apply to change their legal gender and to have the change recorded on pre-existing official documents such as birth certificates and passports. The Act requires that transgender people must present evidence of their "transition" to a "Gender Recognition Panel" in order to be granted a "Gender Recognition Certificate". The applicant does not have to undergo surgical treatment but must have 'transitioned' for two years.

I do not want to deny that these changes to the legal status and rights of those who identify as a different gender to the sex assigned to them at birth will have had a positive impact on many lives. But it is interesting to note that the discourse of "transitioning" and the processes of gaining the new legal identity do much to reinforce both the conventional binary oppositions of male/female, man/woman and that the re-writing of the birth certificate effectively re-writes the history of the individual, giving them a new natural point of origin. Preserving the idea that the transgender person has been assigned the wrong sex makes this a human error on the part of a medic rather than an indication that the binary system may be inadequate. Our knowledge about sex and gender as properly conjoined in binary opposition is fundamental, and fundamentally unchanged. Successful transition also changes history. Data Protection legislation in Europe now means that, for example, if in a school a teacher, or student "transitions", all traces of their earlier gender assignment must be erased. Being "transgender" is, then, a temporary condition. It is something to be endured, under the protection of the law, until you can seamlessly be re-embodied, in law and in life as the old either/or, man or woman.

The cultural impact of changed legislation on transgender subjects reveals the ongoing battles over the terrain of gender and sexual politics. A recent controversy concerned the issue of "All-Women Shortlists" of political candidates for the Labour (broadly left-wing) party. This positive discrimination strategy was adopted in response to the fact that women constituted less than 10% of elected Members of Parliament in the UK in the 1990s. The prospect of trans candidates who had earlier identified as men being eligible for selection has disturbed some radical and essentialist feminists. Here, despite my own orientation towards anti-foundationalist and essentialist thinking, I have a sense of unease. Some of the voices of opposition to "trans politics" are those of black British lesbian feminists whose multiplied experience of marginalisation contrasts sharply with the relative privilege of academic advocates of queer thinking on gender. Like the #MeToo campaign,

the oppositional stance of radical feminists including Linda Bellos and Clare Heuchan reminds us that we still live in a time of multiple inequalities, and that the troubling of gender categories, and possible emergence of different ways of being cannot be a utopian process (**The Guardian**, 6 October 2017). Changes will take place at a cost, and possibly a cost to those least able to pay. But have the women-only shortlists and either/or logic of gender, defended by essentialists and liberals alike, really created a world to celebrate?

Intersex, non-binary, genderqueer, agender? Identities or orientations?

Although recent modifications to the legal and social position of transgender subjects appears to reinforce the male-female sex and gender opposition, what of "intersex" and "non-binary"? Traditionally the term intersex is applied to those born with biological characteristics that do not fit with conventional medical categorisations of male or female. They will have been assigned a gender with which they may or may not identify and may or may not have had surgical or medical procedures to reinforce a sex-gender category. "Intersex" has, in recent years, been reappropriated, a little like queer; it has been turned from a negative label for an abnormal subject to an anti-normative disruption of the binary. Non-binary, genderqueer, and agender, are also used in different contexts by people who identify outside or against the male/female opposition, whatever their physical characteristics. Revised nomenclature, and categorisation, can be seen as an attempt to create a new knowledge. The coining of the term "Cisgender", for those who identify with their assigned sex-gender, or, perhaps it is better to say, who do not identify with a gender diverse experience, is particularly significant, implying that what has hitherto been the "norm" is now just another category. It will be interesting to see if this challenge to the assumed norm of the biologically and culturally congruent man or woman will be taken up.

There are signs that non-binary identification is being accommodated as a non-pathological category in some societies. In 2017, for example, Germany introduced birth certificates with Male, Female, or Neither options, allowing parents to avoid the either/or choice. "Mx", which has been in use for some decades as a non-gendered title, is used by an increasing number of organisations and institutions including UK government departments, although its pronunciation varies wildly and it has little or no usage in the US. Teachers' trades unions in the UK advise members on seeking a trans or non-binary student's own preference and advocate the avoidance of any gendered address in general.

Yet even if these changes permeate mainstream cultures, do the additions of identity categories effect radical change? In **Foucault and Queer Theory** I asked if queer had "already become just another identity category"? (SPARGO, 1999, p. 66). Certainly in the twenty years since I wrote that "queer" has continued to be a chosen identity, as has "genderqueer", and, to an extent both have been assimilated within a remarkably resilient discursive structure that accommodates additions as long as the hierarchy of power relations is retained. But, while the pull to a stable identity remains strong - how do we speak of ourselves without some form of temporal continuity? and who are we, academics, to deny the right of others to identify? - I believe that what might be called the "queer

project” still has value. If queer is understood as a verb it may still act to unsettle assumptions about sexed and gendered being and doing, challenging the normal and normative. Might we see the calls for a “Cisgender” category, and the use of “Mx” as gender-queering tactics?

If, in theory, the challenges to the normative are encouraging, what of the practice? In universities and among many Western millennials, it seems that the diversity of possible gender and sexual-preference identifications is unprecedented. Facebook, ever awake to the opportunities of addressing consumers’ preferences, offers 56 gender identification options, while the dating site Tinder offers 37. Intriguingly, though, there is also evidence that the same millennials who are encouraged to explore alternative ways of identifying, are losing interest in sex as an activity. **The Sunday Times** newspaper (6 May, 2018) announced “Sex is virgin territory for intimacy-fearing millennials”, describing research at University College, London and Lincoln University which noted rising ages for first sexual encounters. One psychotherapist, Susanna Abse, ascribed this to young people fearing intimacy as a result of a “culture of hypersexuality” which makes them afraid to “measure up” to ideals (Kim Kardashian’s *bunda*?) and also to a ‘new morality’ in reaction to the hypersexual.

And I wonder. I wonder how we can read the incitements to identify and disidentify, to categorise and to refuse categories, to talk again and again about gender, and sex, and sexual preference in this moment? Michel Foucault overturned the “repressive hypothesis” that the Western Victorian age censored sex, uncovering instead a proliferation of discourses on sex that created knowledges and subject positions. Now, in the early twenty-first century, are our, competing and overlapping, discourses of sex, gender, and sexuality, offering identities but on condition that they are experienced as traumatic? If the discourse of #MeToo offers me a gendered identity as a woman on the basis of my “victim status”, if the medico-juridical-social discourses of sex-gender assignment offers me an identity in terms of what has been done to me, then my longed-for, even if illusory, autonomy as a human being may seem like a cruel trick.

Liberation models of identity politics may seem to offer gains for some but at the cost of assimilation or being the “addition”. Whatever Derrida may have argued about the “supplement” challenging the sufficiency and plentitude of the original, living as a supplement isn’t much fun! (DERRIDA, 1976, p. 281). Better to turn away from the society I meet on my cellphone, and the political engagement that demands my victimhood, or pariah status, better to opt out, turn inwards, and weep. This is no recipe for collective or social action or empowerment.

Genderquake?

Yet, is there a way of being, or at least imagining being, that allows us to orient ourselves in relation to sex, gender, and sexuality, and also towards each other?

I argued earlier that popular media casts the hyper-real celebrity women (and, it should be said, many gay men) in a modern version of tragic-comic soap opera that dooms them to a sad lonely end in which the publicly devoured disintegration of bodies and faces appears to manifest a corrupted interior. Yet a recent twist on the global television phenomenon - “Big Brother”- suggests

that the potential to “queer” conventional narratives, and discourses, of gender, sex, and sexuality.

In case you have escaped this phenomenon, “Big Brother” recruits a group of unknown people and isolates them in a house where their every moment and move (except use of the lavatory) is filmed. This is streamed live but also edited to produce programmes designed to turn the interaction of people under pressure into entertainment. Over the years, and series, the programme’s narratives turned from popularity contest, with sweet-natured heroes and dastardly villains competing to win audience approval and “win” fame, to romance and, ultimately, to a “peep show” incitement to broadcast sexual encounters. Interestingly “Celebrity Big Brother” hinges on the playing out of power games between contestants; these people who have already “won” the fame game are incited to behave as losers in life, fighting with each other or breaking down over supposed failings. You might describe “Big Brother” then as offering narratives that punish excess even as they incite and demand it.

So the prospect of a new adaptation of the formula, called “Genderquake” did not seem appealing. The programme was aired on the same UK television channel as the original series of “Big Brother” and worked to a similar formula, but lasting only for one week and without the competitive structure producing a “winner”. Eleven people were brought together to live in a house in the countryside, complete with hot tub and stray cows. “It’s never been more confusing to be young, free and single” claimed the voiceover at the start but what could have been a freak show of manipulation and sensationalism instead encapsulated many of the issues for the non-binary and genderqueer.

The housemates included: Campbell, a trans woman, Brooke, born as a boy with an extra X chromosome who experienced the trauma of developing breasts at a boys’ school, and Phoenix who experiences her gender as 70% female. One straight man, Tom, appeared to have been cast as the “villain” but his initial, bluntly expressed, either/or view of sex and gender is shown as quickly giving way as he hears about the experiences and views of his fellow housemates: “I’ve learned more in the last six or seven hours than I’ve learned in my whole life. It’s fucking crazy”. The supportive community, held together by discussions of many aspects of non-binary life, from bullying to beauty, as well as shared time in the hot tub, might seem utopian. A sharp reminder of social and cultural hostility and prejudice was dramatised in the group’s visit to a local bar, where a local man denounces non-binary as “quite fashionable [...] nothing more”.

“Genderquake”, like #MeToo, consists of different people telling their stories, often of abuse and suffering. This is no ideal society. There is no attempt to create a common identity, to conflate diverse understandings and experiences of being within a single category, but nor is this a utopian world of queered identities. This is also a staged scene in which performed (in the strong, Butlerian sense) sex, gender, and sexual identities are acted out, but it is a scene of conversation; it is what I will call a “conversation piece”.

In the eighteenth century there was a fashion for informal group portrait paintings that were known as “conversation pieces”. These were originally understood as representations of people in conversation, which meant not only talking, but interacting in within a group. Later the term “conversation piece” was applied to objects that were interesting enough to inspire conversation. To

me, "Genderquake" may be read in both senses. Intriguingly, the term "conversation" itself, in the sense of behaviour with others, was widely used in colloquial English from the fourteenth-century on as a synonym for sexual activity. Could the word be more apt for our use?

So, I want to end by offering "conversation" as a modest, but not prudish, model for future engagement as we embark not only on these few days of discussion but on the exploration of our places in the world.

I ended **Foucault and Queer Theory** with these words by Foucault:

The critical ontology of ourselves has to be considered not, certainly, as a theory, a doctrine, nor even as a permanent body of knowledge that is accumulating; it has to be conceived as an attitude, an ethos, a philosophical life in which the critique of what we are is at one and the same time the historical analysis of the limits that are imposed upon us and an experiment with the possibility of going beyond them. (SPARGO, 1999, p. 69)

In the genderquake moment in which we are living, which is also the moment of liberal- and essentialist-feminisms and of entrenched and retrenched gender categories, it is, perhaps, our role to engage this dual process of analysing the limits imposed upon us and experimenting with going beyond them. In gestures and refusals, styles and questions, in our conversation, we may queer the universalising, the dominant, and the normative and work together, differently, to create new ways of being in our world.

References

- BOYLE, Karen. Selling the selling of sex: secret diary of a call girl on screen. **Feminist Media Studies**, v. 10, n. 1, p. 113-116, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Of Grammatology**. Baltimore: Johns Hopkins, 1976.
- DINES, Gail. **Pornland**: how porn has hijacked our sexuality. Boston: Beacon, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **The History of Sexuality**: An Introduction. Harmondsworth: Penguin, 1984.
- FOUCAULT, Michel. 'What is Enlightenment?'. In: RABINOW, Paul (ed.). **The Foucault Reader**. Harmondsworth: Penguin, 1986.
- HELLEN, Nicholas. Sex is virgin territory for intimacy-fearing millennials. **The Sunday Times**, London, 7 may 2018. Available from: <https://www.theaustralian.com.au/world/the-times/sex-is-virgin-territory-for-intimacyfearing-millennials/news-story/aee30814eea0bfd6d8d128c7025f2fe5>. Access in: 20 dec. 2020.
- HEUCHAN, Claire. If feminist Linda Bellos is seen as a risk, progressive politics has lost its way. **The Guardian**, London, 6 oct. 2017. Opinion. Available from: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/oct/06/feminist-linda-bellos-women-trans-male-violence>. Access in: 20 dec. 2020.
- KIM KARDASHIAN, Jennifer Lopez and More — Are Their Butts Real Or Fake?! In Touch, New York,

24 oct. 2017. Available from: <https://www.intouchweekly.com/posts/kim-kardashian-jennifer-lopez-and-more-are-their-butts-real-or-fake-39740/>. Acces in: 20 dec. 2020.

MCNAIR, Brian. **Porno? Chic! How pornography changed the world and made it a better place.** New York: Routledge, 2013.

MEYER, Moe. **The politics and poetics of camp.** London: Routledge, 1994.

MORAN, Caitlin. Caitlin Moran: why I love make-up. **The Time Magazine**, 2 jun. 2018. Available from: <https://www.thetimes.co.uk/article/caitlin-moran-why-i-love-make-up-fmtnjdx8>. Acces in: 20 dec. 2020.

SPARGO, Tamsin. **Foucault and Queer Theory.** Cambridge: Icon, 1999.

SPARGO, Tamsin. Política sexual na contemporaneidade. In: SANTOS, Martha S.; MENEZES, Marcos Antonio de; SILVA, Robson Pereira da (org.). **História & outras eróticas.** Curitiba, Brazil: Appris, 2019.

“CRIANÇA VIADA, TRAVESTITI DA LAMBADA”: INFÂNCIAS QUEERS EM IMAGENS INCÔMODAS

“FAGGOT CHILD, TRANSVESTITE LAMBADA”: QUEERS CHILDHOODS IN DISTURBING IMAGES

Rafael França Gonçalves dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0002-3662-2456>

Natanael de Freitas Silva²

<https://orcid.org/0000-0002-7532-4312>

Recebido em: 16 de novembro de 2020.

Primeira revisão: 27 de maio de 2021.

Revisão final: 30 de julho de 2021.

Aprovado em: 07 de agosto de 2021.



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12168>

RESUMO: Neste artigo apresentamos algumas problematizações sobre a noção de criança viada a partir da exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, promovida pelo Santander Cultural em Porto Alegre, e censurada em setembro de 2017, após alguns meses em cartaz. Para compreender o contexto histórico e político de tal exposição, recorremos a uma explicação sobre o significado da expressão queer e algumas possibilidades de seu uso, mesmo no contexto brasileiro, seja como conceito e área de estudos acadêmicos, ou como expressão usada para se referir às posições de identidade que questionam a heteronormatividade. Optamos por destacar duas obras apresentadas nessa exposição que permitem uma reflexão sobre o potencial crítico da produção artística e seu caráter histórico. Essa abordagem, bem como a escolha do tema, se deram em função da pertinência da discussão em um contexto de produção de pânicos morais associados à diversidade sexual e de gênero, particularmente quando relacionadas a uma etapa do curso de vida ainda pouco pensada criticamente no campo historiográfico brasileiro: a infância.

Palavras-chave: infância, queer museu, criança viada.

1 Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Membro do LabQueer – Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros/UFRRJ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958034812497049>. E-mail: rafael.fgs@hotmail.com

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPHR/UFRRJ/CAPES), Brasil. Membro do LabQueer – Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros/UFRRJ e do Laboratório de Educação em Direitos Humanos, da UFABC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3252227264923513>. E-mail: natanaelfreitass@gmail.com

Keywords: childhood, queer museum, faggot child.

O queer que eu tenho com isso?

Já hoje o termo queer assume uma polissemia que nos impede de tentar capturá-lo a partir de uma definição estática e hermética. Fazendo uma pequena digressão, entendemos que trata-se de uma palavra de língua inglesa que, de sentido pejorativo, mobilizado para desqualificar e humilhar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, foi reappropriado politicamente e assumiu uma conotação de luta, uma forma transgressora de estar, ser e pensar no e o mundo contemporâneo. Dessa forma, os estudos ou teorias queer(s) (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2012, PEREIRA, 2015; PÉREZ NAVARRO, 2018) surgiram como uma possibilidade de tensionar as prescrições normativas em torno dos corpos sexuados e compreender o movimento daqueles e daquelas que fissuram e/ou transbordam da trajetória considerada normal, no campo do sexo-gênero-sexualidade. Desta feita, queer tornou-se uma ferramenta política de reafirmação de si e de denúncia da hetoronormatividade (MISKOLCI, 2012).

Sendo praticamente impossível nos limites e objetivos desse artigo apresentar uma vasta discussão em torno das teorias, das práticas e das políticas queers³, optamos em sinalizar algumas das propostas e concepções produzidas e possibilitadas por esses estudos, inclusive por autoras e autores nacionais que contribuem para esse campo teórico e na forja deste texto escrito a quatro mãos. Portanto, queer soa como uma busca pela elaboração discursiva (escrita) de experiências consideradas não legítimas, abjetas e marginalizadas. Nesse movimento, é possível que sejam produzidas outras formas de capturas e produção de normatividades, mas ainda assim existirão outras formas de ser e estar no mundo que permanecerão queer, transgressivas e até inaceitáveis para os parâmetros das cisheternormatividade (como experiências travestis, transsexuais e intersex). A reflexão no campo queer demonstra seu potencial transformador ao romper e/ou tensionar com a episteme dominante, ao definir-se no não-espaço do saber; o conhecer queer é sempre provisório e intrigantemente instável, definindo-se por uma lógica que pode escapar ao domínio regulatório dos corpos, das sexualidades e das discursividades e, enfim, expressar uma possibilidade de transgressão mais profunda do que aparenta. Nas palavras de Guacira Lopes Louro: “Mais do que uma nova posição de sujeito, queer sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante” (2009, p. 135).

Seguindo a provocação de Guacira Lopes Louro (2009), entendemos que o queer remete à ideia de sujeitos que se dispõem a viver a e na diferença, de modo que essa atitude provoca fissuras no sistema de normalização e normatização dos corpos, desejos e afetos. Recorremos, então, ao amparo teórico oferecido pelo pensador francês Michel Foucault (2006), que contribui sobremaneira para a reflexão sobre essas transformações, quebras e/ou desmontes em curso na episteme dominante. Para tanto, é preciso nomear essa episteme, entender sua genealogia e, também, compreender que tipo de domínio é exercido, de quem sobre quem, ou sobre o que. Estamos,

³ Sobre críticas e limites a determinadas concepções da política queer, consultar: GAMSON, Joshua. “Must identity movements self-destruct? A queer dilemma”. In: SEIDMAN, Steven (ed.). **Queer Theory/Sociology**. Oxford: Blackwell, 1996; HECKERT, Jamie. Anarquismo e sexualidade: rumo a relações consensuais. **Verve**, n. 28, p. 169-195, 2015.

aqui, olhando para o conjunto de saberes que instituiu historicamente a heterossexualidade e a cismaridade como o padrão de normalidade para corpos e os desejos. Para tanto, entendemos que a ciência moderna, amparada por uma história calcada no poder soberano, tem sido a substância que valida e fundamenta esse processo de produção de normais. Mas sempre há aqueles que escapam!

Os sujeitos queer enfrentam o sistema heterodominante, às vezes sua luta é solitária, em outras, os grupos são um importante mecanismo de fortalecimento mútuo. Isso ocorre, como aponta McLaren (2016, p. 157), ao pensar no lugar do coletivo nas políticas de identidade, em que compartilhar experiências com membros de seu próprio grupo pode ajudar a consolidar a própria identidade e ações políticas, gerando empoderamento psíquico aos indivíduos membros de grupos oprimidos. Todavia, a autora também informa que uma política pensada por e a partir de uma determinada concepção de identidade, pode homogeneizar o grupo e cristalizar categorias, instituindo outros processos de exclusão e normatização⁴.

Todavia, poucas foram as vezes em que a História, compreendida enquanto um campo disciplinar de produção de saberes, se permitiu conferir espaços a esses sujeitos silenciados e invisibilizados (NETO; GOMES, 2018; GOMES; LION, 2020). É por isso, pois, pertinente e provocador o alerta feito por Foucault (2006, p. 80):

um delinquente arrisca a sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o opõe. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas contam melhor do que outras e falam a essência do verdadeiro. Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem; é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não têm a forma de evolução, mas justamente a da história.

Por isso, ao refletirmos sobre as infâncias⁵ e sua histórica produção (BRAGA, 2015), torna-se oportuna uma análise queer, permitindo-se o questionamento da suposta naturalidade da heterossexualidade (KATZ, 1996). Como lembra Paul B. Preciado, o policiamento de gênero que faz com que os pais, muitas vezes, se tornem meros “representantes repressivos da lei do gênero” e eduquem as crianças “como se fossem presumidamente heterossexuais” (PRECIADO, 2013, p. 96-99) e com isso privam as crianças de terem um pai e uma mãe que poderiam ter cuidado e a amado.

Além disso, uma análise queer da infância precisa considerar

⁴ Neste sentido, entendemos que as identidades precisam ser vistas e compreendidas em sua historicidade, tal qual apontara Foucault (2004), as identidades funcionam como um efeito do aparato regulatório que define, classifica e sujeita os indivíduos no âmbito da heteronormatividade. Consultar também: HAIDER, ASAD. **Armadilha da identidade:** raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

⁵ Reconhecemos que existe uma vasta produção sobre as infâncias nos campos da psicologia e da psicanálise (MACIEL, 2016), principalmente os escritos que abordam as contribuições de Sigmund Freud. Porém, para os propósitos deste artigo, focalizamos uma discussão que tematiza a infância sob perspectiva histórica, tendo como premissa o momento em que uma sociedade disciplinar, tal qual sugere Foucault (1988), engendrou dispositivos de controle do sexo, estabelecendo objetos privilegiados de saber como “mulher histérica, “a criança masturbadora”, o “casal malthusiano” e o “adulto perverso”.

cenas da vida social de crianças, em diferentes paisagens, marcadas por discursos e práticas moralizadoras, exclusões, violências e, também, resistências, acionadas pelas próprias crianças em seus movimentos de fuga e escape das redomas erigidas em nome da proteção, da educação e da civilização. (RODRIGUES et al., 2018, p. 1)

Nesta linha de estudos, uma das importantes reflexões é apontada pela teórica estadunidense Judith Butler (2003), que questiona também a noção de sexo. Construído como um dado natural e biológico, Butler defende que ele só adquire significado em um contexto histórico-cultural específico, de modo que seria inadequado entender que o gênero está para a cultura, e o sexo para a natureza ou a biologia, pois ambos são produto e efeitos dos sistemas culturais que os produzem discursivamente. Don Kulick (2009) observou que para Butler o conceito de sexo biológico é, por si só, um conceito generizado; é a partir das noções de gênero culturalmente estabelecidas que se torna possível a produção do sexo como um dado natural (KULICK, 2009, p. 240), e, como demonstrado por Thomas Laqueur em **A invenção do sexo** (2001), o sexo é um conceito historicamente construído, localizado e localizável nas tramas das relações e das práticas sociais prescritivas das masculinidades e das feminilidades.

É, pois, nesse movimento de desconstrução, que buscamos compreender a emergência do queer. Para o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2012) a consolidação do queer se dá na década de 1980, quando eclodiu a epidemia do hiv/aids. Para ele, o queer foi um catalisador, uma forma de reação e resistência frente ao novo movimento biopolítico instaurado. Mais do que reivindicar o respeito às diferenças, buscava-se desconstruir as normas regulatórias que eram responsáveis pela reprodução das injustiças e desigualdades historicamente estabelecidas, e assim definir uma nova ordem, que proliferasse e que reconhecesse a legitimidade das diferenças sexuais, raciais e de gênero. Este exercício indica a frutífera aproximação dos Estudos Queer com as reflexões propostas por Michel Foucault, como apresentado por Guacira Louro (2009), Richard Miskolci (2009a) e Fábio Lopes (2017).

Ao pensar na intersecção entre os estudos queer e as proposições filosóficas de Michel Foucault, a partir desses trabalhos, podemos identificar que: primeiramente, assim como Foucault, o queer questiona noções clássicas de “sujeito, de identidade e de agência” (LOURO, 2009, p. 136); colocam em suspeição o binarismo de toda ordem (homem/mulher/, hetero/homo, normal/anormal/, cisgênero/transgênero etc); em seguida, busca dissecar, examinar e perscrutar a sexualidade contemporânea para compreender “como ela opera dentro do binário interdependente da hetero-homossexualidade naturalizando, e portanto privilegiando, as relações entre pessoas do sexo oposto” que, por sua vez, a partir de discursos e enunciados prescritivos de gênero, vão “subalternizando, silenciando e tornando invisíveis no espaço público as relações homoeróticas” (MISKOLCI, 2009, p. 331). Em terceiro lugar, a teoria queer prescinde de um “antiessencialismo radical e pela recusa ao fechamento identitário no plano da orientação sexual e do gênero. Daí talvez o caráter estratégico que estados ‘inter’ e/ou ‘trans’ (intersexuais, travestis, transexuais e transgêneros) assumem para essa teoria” (LOPES, 2017, p. 174). Como nos lembra Preciado (2004, p. 51) “os movimentos queer representam o trasbordamento da própria identidade homossexual por

suas margens: viados, maricas, boiolas, transgêneros, putas, gays e lésbicas deficientes, lésbicas negras e chicanas, e um interminável etc”.⁶ É na esteira desse pensamento anti-fundacionista (SPARGO, 2017) que o queer nos permite refletir sobre modos de vida não normativos, inclusivos e abertos à diferença, inclusive na infância.

Democracia, corpo e arte

As tentativas de controlar, censurar e reprimir a liberdade de pensamento e de manifestações artísticas, no Brasil, não são uma novidade. Desde os anos 1970, no contexto da ditadura civil-militar, os ideólogos do regime autoritário (COWAN, 2014), que associavam homossexualidade com “subversão comunista”, e com apoio de segmentos da sociedade civil⁷, promulgaram leis, decretos e criaram órgãos, como a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), cuja função era aprovar ou recusar, a partir de laudos produzidos pelos censores, conteúdos midiáticos dos mais diversos, como livros, revistas, peças teatrais, músicas, considerados uma ameaça à ordem social, tais medidas eram justificadas em nome da defesa “da moral e dos bons costumes”⁸.

Durante a ditadura, a retórica vigente era em torno da defesa da “pátria, família e religião” (MARCELINO, 2011), produziu uma amalgama discursiva entre pânico moral e religião que, por sua vez, construiu uma insidiosa relação de censura e repressão à liberdade de pensamento. Registra-se que, após a implementação do AI-5º, cerca de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, aproximadamente, 1000 letras de música e algumas dúzias de capítulos e sinopses de telenovelas foram censurados¹⁰.

Entre os anos 1960-1970, no âmbito do regime sexual autoritário (QUINALHA, 2017), emergia também os valores da contracultura, como a ênfase na experimentação artística, na produção de

⁶ Todavia, há tensões entre os chamados identitários e queers no âmbito das práticas de atuação política entre os agentes do movimento LGBTI + brasileiro, consultar: MISKOLCI, Richard. “Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea”. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011, p. 37-56.

⁷ Segundo Douglas Marcelino (2011, p. 191), as entidades religiosas, como O Movimento por um Mundo Cristão (MMC), a união Cívica Feminina (UCF) e o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), atuaramativamente antes do golpe de 1964 e após a implantação do regime, “na demanda pela radicalização da censura referente à moral e aos bons costumes”. Para saber do vasto conjunto de associações religiosas que atuaram na época, ver os capítulos 5 (Em defesa dos bons costumes: a censura moral) e 7 (Pátria, família e religião: quando moral e política se misturam) da referida obra.

⁸ Essa expressão se popularizou a partir de 1970, quando o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, produziu o documento intitulado: *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Este, por sua vez, acabou servindo de base jurídica para justificar a promulgação do decreto n. 1077, de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo general Emílio Garrastazu Médici, que institucionalizava a censura previa a periódicos e livros que abordassem temas considerados ofensivos à moral e aos bons costumes. Ver: BUZAID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

⁹ O AI-5 durou aproximadamente 10 anos, promulgado em 13 de dezembro de 1968, sendo suspenso em 31 de dezembro de 1978, quando da chamada “abertura política”.

¹⁰ Para alguns estudiosos da área, esses números podem estar subestimados. Autores como Zuenir Ventura e Deonísio da Silva apresentam uma quantificação distinta. Deonísio afirma que, na época que Armando Falcão era ministro da Justiça do Governo Geisel, a censura de livros atingiu mais de 500 livros, além de cartazes, jingles e produções diversas no âmbito artístico e cultural entre os anos de 1974-78. Conferir: VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

novos modos de vida e no uso do corpo como espaço de resistência e de fruição micropolítica, na “intersecção do estético com o político no final dos anos 1960” (FAVARETTO, 2019, p. 18), que se tornou alvo do AI-5.

Ao focalizar o uso do corpo no campo das artes brasileiras nos anos 1970, Flavia Bortolon (2020) evidencia que na segunda metade do século XX o corpo passou a ter destaque nas artes, em sua maioria, por meio das performances¹¹ e experiências sensoriais. A autora afirma que, se na arte moderna “o corpo nu aparecia fragmentado, deformado, e distante dos antigos ideias de simetria, na segunda parte do século XX o corpo se aproxima especialmente da animalidade, e a materialidade humana é reconhecida no lugar dos padrões clássicos que buscavam divinizar o corpo” (BORTOLON, 2020, p. 44). Assim, continua a autora, na arte contemporânea, entre os anos 1960 e 970, “os corpos representados tinham imperfeições e marcas de vivências cotidianas que eram expostas sem reservas, até mesmo por uma questão política” (BORTOLON, 2020, p. 44).

Nessa linha e no âmbito da crise política instaurada pelo golpe de 64, diversos artistas brasileiros colocaram o corpo no centro de suas obras, como Hélio Oiticica¹² e Lygia Clark¹³. E acrescentaria as fotos do nu masculino produzidas pelo fotógrafo Alair Gomes¹⁴. Todavia, o fato que Bortolon destaca e nos ajuda a historicizar essa tentativa de controle e censura do que é produzido no campo da arte, é a exposição não autorizada do nu de Antonio Manuel¹⁵.

11 Um exemplo da performance como subversão, transgressão de gênero, pode ser visualizado na performance do grupo teatral *Dzi Croquettes*. Ver: SILVA, Natanael de Freitas. *Dzi Croquettes e as masculinidades disparatadas*. **História, Histórias**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 80-99, 2018.

12 O autor desenvolveu obras abordando a fragmentação do corpo como, *Bólido caixa 18, poema caixa 2, homenagem à Cara de Cavalo*, de 1966, e *Parangolés*, de 1969. Ver: HÉLIO OITICICA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa48/helio-oiticica> Acesso em: 25 abr. 2021.

13 Pintora e escultora, trabalhou com instalações e *body art*. Seus trabalhos focalizavam a relação da arte com a terapia. Algumas obras em destaque, *Casulos* (1959), *Bichos* (1960), *Trepantes* (1963), *Obra-Mole* (1964). Ver: LYGIA CLARK. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1694/lygia-clark> Acesso em: 25 abr. 2021.

14 Segundo João Luiz Vieira (2011), Alair Gomes, ao longo dos anos 1970, dedicou-se exclusivamente à elaboração de uma ampla e significativa obra fotográfica, produzindo “um painel erótico de proporções gigantescas, dedicado à beleza e à nudez do corpo masculino, mediante a apropriação de imagens “roubadas” de jovens nas praias cariocas.” Em geral, suas imagens eram capturadas da janela de seu apartamento em Ipanema. Para se ter uma ideia da magnitude de sua obra, depositada na seção de iconografia da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, Vieira (2011, p. 283) destaca que o conjunto de negativos superam o número de 100 mil, “classificados pelo próprio autor da seguinte maneira: Sinfonia dos ícones eróticos, série dedicada ao corpo jovem masculino, com 14.700 negativos; retratos e imagens de jovens, somando 15 mil negativos; jovens na praia, num total de 26 mil imagens; outra série denominada Sonatina, composta de 11.700 negativos; jovens a caminho da praia tomadas da janela, com 7.700 imagens; jovens na ginástica da praia, com 5.600 negativos”. Em julho de 2017, uma exposição no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (antiga Casa do Estudante Universitário da UFRJ), celebrou o pioneirismo da fotografia homoerótica brasileira, apresentando ao público registros inéditos do acervo de Alair Gomes. Entre 03 de agosto e 7 de outubro do mesmo ano, na Galeria Paulista Fortes D’Aloia & Gabriel, na Vila Madalena, São Paulo, pela primeira vez, uma exposição aproximou os trabalhos de Alair Gomes (1921-1992) e Robert Mapplethorpe (1946-1989), tendo como ponto de aproximação entre os artistas, conforme consta no release da exposição, “o desejo – compartilhado por ambos os artistas em textos e entrevistas – de fazer presente em suas obras a experiência de transcendência do sexo”. Ver: ALAIR GOMES E ROBERT MAPPLETHORPE. Fortes D’Aloia & Gabriel, São Paulo, 3 ago. 2017. Disponível em: <https://fdag.com.br/> Acesso: 05 mai. 2021.

15 “Em 1970, Antônio Manuel propõe o próprio corpo como obra, no Salão de Arte Moderna, realizado no Museu de Arte Moderno do Rio de Janeiro (MAM/RJ). A proposta é recusada pelo júri. Na noite da abertura da exposição, o

O evento ocorreu em 15 de maio de 1970 quando o museu de Arte Moderna recebeu convidados para a abertura do XIX Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro, evento tutelado ao Governo Federal e sob responsabilidade da Comissão Nacional de Belas Artes, este, por seu turno, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Na ocasião, Antonio Manuel,

artista que estava presente oficialmente apenas como visitante, mas que, após a inauguração do evento, chamou a atenção do público para si, e em seguida declarou que propunha seu próprio corpo como obra de arte, tirando a roupa e ficou nu defronte a todo o restante do público presente. Em seguida uma mulher que estava próxima também tirou a sua roupa, tendo ficado apenas de calcinha, e o casal desfilou nu, optando por retirar-se em seguida para evitar uma possível detenção. (BORTOLON, 2020, p. 46)

Sob o grito de “eu sou a própria arte”, o artista teria ficado nu, chocando o público. Na época, e de acordo com a narrativa de Bortolon, esse acontecimento foi noticiado em diversos periódicos como “o homem nu dentro do museu”. Segundo Artur Freitas (2017), essa ação seria um exemplo da arte de guerrilha, em que por meio de atos micropolíticos, buscava denunciar a ingerência dos censores sobre o campo artístico em suas múltiplas linguagens.

Como afirma Judith Butler, em entrevista publicada pela **Revista Cult**, em 2017, para que tenhamos uma verdadeira democracia é necessário que os corpos se movam livremente. “Sem a liberdade de reunião – uma liberdade que pressupõe que os corpos podem ir e vir, pensar e falar – nunca teremos democracia. Isso sugere que não há democracia sem corpos que se movam e se expressem” (BETTONI; LAGE, 2017), afirma.

No momento em que escrevemos este artigo, tramita na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) um projeto de lei para proibir a veiculação de publicidade com personagens LGBTs ou de famílias homoafetivas no estado de São Paulo. O projeto é de autoria da deputada estadual Marta Costa (PSD) que é evangélica e filha do pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB¹⁶ (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) entre os anos de 1988

artista apresenta ao público seu corpo nu. Segundo o artista, com *O Corpo É a Obra*, a idéia é questionar os critérios de seleção e julgamento das obras de arte. O ato passa a ter o caráter de protesto contra o sistema político, artístico e social em vigor. Sobre a performance, o crítico Mário Pedrosa escreve que o artista faz ‘o exercício experimental da liberdade’. A partir desse momento, seu interesse centra-se na questão do corpo e seus sentidos.” Ver: ANTONIO MANUEL. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa368/antonio-manuel> Acesso em: 25 abr. 2021.

16 A CGADB é uma entidade representativa das Assembleias de Deus, criada em 1930. Sua sede é localizada no estado do Rio de Janeiro. Em 1989, ocorreu uma primeira cisão, quando foi fundada a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil - Ministério de Madureira (CONAMAD), com sede em Brasília, presidida desde então pelo Bispo Manoel Ferreira. Em 2015, a CGADB mobilizou mais de 40 mil pastores para a coleta de assinaturas que possibilitaram a criação de um novo partido político que congregue todos os políticos da denominação. O nome sugerido é Partido Republicano Cristão (PRC). Ver: ASSEMBLEIA DE DEUS coleta assinaturas para criar partido. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, São Leopoldo, 08 set. 2014. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/535049-assembleia-de-deus-coleta-assinaturas-para-criar-partido>. Acesso em: 24 abr. 2021. Em 2017, após a disputa pelo comando da entidade, uma nova convenção foi criada, a CADB (Convenção da Assembleia de Deus no Brasil) sob o comando do pastor Samuel Câmara, a nova entidade nasceu com aproximadamente 25 mil pastores dissidentes da CGADB. Uma das inovações da nova entidade é a ordenação de mulheres ao ministério pastoral. Sobre a presença dos evangélicos na política nacional, ver: LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder:** análise da atuação parlamentar na Assembleia de Deus Constituinte (1987-1988). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

a 2017. Hoje, a entidade é presidida pelo pastor José Wellington Costa Júnior, irmão da deputada. A apresentação desse projeto de lei, ocorre após algumas propagandas veiculadas na mídia nacional, como a de Dia dos Pais da Natura, em 2020, em que Thammy Miranda (PL-SP), primeiro homem trans eleito vereador na capital paulista, aparece com o filho. E a propaganda do Boticário para o Dia dos namorados, em 2015, que colocou casais gays em cena. Na época, o pastor Silas Malafaia, autodenominado inimigo nº 1 da população LGBT, sugeriu que fiéis boicotassem os produtos da marca. Com a crescente ascensão de segmentos evangélicos fundamentalistas e midiáticos na política brasileira, coroados com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, vivemos sob uma crescente escalada do neoconservadorismo maquiado de defesa da “família” e da infância.

Esse cenário é cuidadosamente analisado por Maria das Dores Campos Machado (2020) que compara essa escalada do neoconservadorismo no Brasil e na Colômbia. Segundo a autora esse fenômeno é parte das políticas antigênero em curso na América Latina e no mundo. A defesa da chamada família natural, da infância e dos valores tradicionais e conservadores figuram como elementos comuns dessas políticas. A ideia de combater a “ideologia de gênero”, sob a alegação da defesa da “inocência da infância”, por exemplo, faz parte desse repertório antigênero (JUNQUEIRA; CÁSSIO; PELLANDA, 2020, p. 201).

Na apresentação da PL 504/2020, a deputada alega que a proibição de personagens LGBTs na publicidade objetiva “impedir desconfortos sociais e atribulações de inúmeras famílias e situações evitando, tanto a possibilidade, quanto a inadequada influência na formação de jovens e crianças” (QUEIROGA, 2021).

De certa maneira, esse projeto se assemelha a iniciativas já efetuadas em outros países como na Rússia que, em 2013, a Duma (Câmara de Deputados) aprovou uma lei alegando proibir a “propaganda homossexual entre menores de idade” (G1, 2013). Essa onda neoconservadora pode ser entendida como um contra-ataque aos avanços dos Direitos Humanos da população LGBT, nos últimos 30 anos. A ascensão de governos autoritários em países europeus como Polônia¹⁷, Hungria¹⁸, Turquia¹⁹, Brasil e demais países da América Latina²⁰, com uma retórica antigênero, mobilizam “um exército de pessoas convertidas, convencidas e comprometidas com o que eles denominam de “trazer o governo de Deus à terra” (SILVA, 2019, p. 333) e acendem um alerta para toda a comunidade LGBT internacional que, por sua vez, é classificada nesses discursos como agentes da “desordem”,

17 Ver: PÔLONIA DESAFIA União Europeia com leis anti-LGBT. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.correobraziliense.com.br/mundo/2021/04/4919067-polonia-desafia-uniao-europeia-com-leis-anti-lgbt.html> Acesso em: 25 abr. 2021.

18 Ver: HUNGRIA PROÍBE ADOÇÃO de crianças por casais do mesmo sexo. **DW**, Europa, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/hungria-proibe-adocao-de-criancas-por-casais-do-mesmo-sexo/a-55951895> Acesso em: 25 abr. 2021.

19 Ver: PRESIDENTE TURCO ATACA duramente pessoas LGBT. **Estado de MINAS**, Minas Gerais, 01 jan. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/02/01/interna_internacional,1234092/presidente-turco-ataca-duramente-pessoas-lgbt.shtml Acesso em: 24 abr. 2021.

20 Indicamos o documentário **Género Bajo ataque** (Gender under attack), que mostra como a defesa da infância frente a chamada “ideologia de gênero” arregimentou boa parte da população em países como Peru, Colômbia, Costa Rica e Brasil. Ver: **Género Bajo Ataque**, direção de Jerónimo Centurión, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PjJZQGjs9ck>

“inimigos da família” e das religiões monoteístas²¹ com rígida moral contra as homossexualidades.

Em vista do exposto, e guardado as devidas proporções, entendemos que o neoconservadorismo e a cruzada antigênero que tem sido mobilizada por parte da segmentos da sociedade brasileira, principalmente aqueles associados ao campo religioso fundamentalista e também na atuação de agentes do estado brasileiro, como a pastora Damares Alves, atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, retoma fantasmas da época da ditadura como o medo do comunismo, o temor de uma suposta “destruição da família heterossexual” e apostam numa divisão da sociedade entre “pessoas de bem” versus “inimigos internos” como feministas, LGBTs, ateus e demais identidades classificadas por essa narrativa como agentes do “mal”, ou, partidários da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”. E dentro desse quadro social complexo que abordamos como a censura ao Queermuseu materializa a ascensão autoritária no Brasil nos últimos 10 anos²².

Infâncias infames, as crianças viadas e o Queermuseu!

Pessoas que transitam e transgridem a “verdade” do trinômio estável sexo-gênero-sexualidade ocupam o lugar que pode ser compreendido como esse da verdadeira infâmia, pois pertencem a essas “milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastros” (FOUCAULT, 2003, p. 206). São esses corpos com poucos anos de vida, ou com décadas de existência que, percebidos como fracos e frágeis, são violentamente nomeados de viados, bichas, pervertidos, acusados de exercerem má influência, dentre muitos outros nomes, que rompem ou simplesmente tensionam a cisgêneridade²³.

O imperativo esbravejado pelo presidente do Brasil na primavera menos florida dos últimos anos: “Tem que deixar de ser um país de maricas”²⁴, mobiliza uma mensagem há muito ouvida

21 Neste quesito, não só o cristianismo, em suas múltiplas vertentes, mas também a ascensão do islã no mundo ocidental, potencializa a homofobia constituinte dos discursos e das práticas de seus fiéis. Todavia, reconhecemos a tentativa de diversos grupos sociais marginalizados, como a população LGBT e feministas, na reinvenção de novas práticas de fé, inclusive dentro do cristianismo, como as chamadas igrejas inclusivas (SILVA, 2018) com uma teologia gay/ queer e, em menor grau, no islã e no judaísmo contemporâneo.

22 Entendemos que a ascensão autoritária não despontou abruptamente em 2018, quando da eleição de Jair Bolsonaro, apoiado por boa parte das denominações evangélicas, fundamentalistas e midiáticas. Pelo contrário, para compreender esse fenômeno, é preciso observar e analisar as articulações políticas de lideranças evangélicas nos últimos 20 anos. E, para isso, é preciso indagar: como eles se serviram da associação com a gestão dos governos do PSDB e do PT no nível federal? Quais as concessões que esses governos fizeram ao segmento evangélico em nome da governabilidade? É refletir também sobre os equívocos de uma aliança contingente entre os governos de Lula e Dilma e a subsequente formação de uma bancada evangélica no congresso. O recuo da presidente Dilma, em 2011, no enfrentamento da homofobia, cancelando a distribuição do kit anti-homofobia pelo Ministério da Educação, que foi apelidado pelos religiosos de “kit-gay” e, por tabela, cedendo o comando da Comissão de Direitos Humanos aos deputados da bancada evangélica. Esses são alguns acontecimentos que precisam ser observados sob uma perspectiva histórica crítica dos usos, dos abusos, dos limites e das apropriações das pautas feministas, negras e LGBTs na composição política e partidária brasileiras.

23 Conforme explica Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 14): “Cisgênero - Conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”.

24 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-combate-a-covid-19/> Acesso em: 14 nov. 2020.

por crianças e adolescentes em todo o Brasil: não seja marica, boiola, baitola, viado, mariquinhas, bicha; por conseguinte, não seja uma criança viada!

Conforme sugere Preciado, a infância/criança queer denota uma possibilidade de questionar e desestabilizar o ideal de construção de masculinidade e feminilidade regido pela heterossexualidade compulsória. Por isso há uma constante vigilância sobre os modos e comportamentos de meninos e meninas a partir da reiteração de expressões discursivas como “menino não chora”, “isso é coisa de menina” etc. Ou, ainda, as táticas pedagógicas de separação entre as chamadas “coisas de menino” (jogar futebol, brincar de luta, polícia e ladrão) e “coisas de menina” (brincar de casinha, usar maquiagem, cores de roupas e objetos etc.). Assim, não é por acaso que figuras de autoridade na política contemporânea como a atual ministra de Direitos da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, conforme analisado em texto anterior (SILVA, 2019) declarou que é a “hora da igreja governar” e que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Esses enunciados não podem ser entendidos como meras expressões anedóticas, pelo contrário, são operações discursivas que condensam imagens, configuram práticas, expressando uma visão heterocentrada e binária na gestão e produção dos corpos sexuados, excluindo e não reconhecendo a legitimidade de outras possibilidades de ser e de existir, ainda na infância.

Durante a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira” inaugurada em 15 de agosto de 2017, no espaço Santander Cultural, foram expostas 223 obras de 84 artistas brasileiros. Neste acervo duas obras chamaram a atenção dos grupos que a atacaram e requereram seu encerramento (Figura 1):

Figura 1: Reprodução das obras de Bia Leite “Travesti da lambada e Deusa das águas” e “Adriano Bafônica e Luiz França de She-há”, 2013



Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2018/08/queermuseu-abre-no-rio-vencendo-a-censura-e-a-polemica>. Acesso em: 09 set. 2018.

Criadas pela artista brasiliense nascida no Ceará, Bia Leite, elas fazem parte da série “Criança Viada”, inspirada no tumblr homônimo. O tumblr²⁵ “Criança Viada” foi inventado pelo jornalista Iran Giusti²⁶ em 2012 e tinha como objetivo a divulgação de fotografias pessoais de adultos em sua fase de criança²⁷ desconstruindo expressões de gênero tidas como normais e naturalizadas. Considerando que a fotografia tem um papel preponderante no registro da imagem e na (re) produção da memória, o tumblr tornou-se um espaço profícuo para a recriação de imagens da infância que provocam o sistema heteronormativo, e incomoda as memórias apaziguadas de que a infância é um tempo vazio de desejos e expressões de gênero.

Em maio de 2021 nova polêmica foi criada em torno da expressão “criança viada”. Contemplado em um edital de apoio à cultura, pela Lei Aldir Blanc, Daniel Olivetto foi responsável pelo projeto intitulado “Roda Bixa”, cuja live de abertura seria “Criança Viada Show”²⁸. A atividade, porém, foi cancelada a pedido da prefeitura de Itajaí (SC), governada por Volvei Morastoni (MDB). Tal ação de censura mereceu o comentário elogioso do secretário de Cultura, Mário Frias. Vemos, pois, que as ações antigênero continuam a espreitar a cultura e a arte, produzindo censura, perseguição e coação.

Ao problematizar a relação das mídias digitais com as questões de gênero e sexualidade, Christian Gonzatti e Felipe Machado (2018) concordam que há uma espécie de espalhabilidade de códigos, sentidos e práticas de ícones da comunidade LGBTI+ no âmbito da cultura digital brasileira (como no uso de Facebook, Twitter, Instagram etc). Para tal feito, os autores abordam o fenômeno travesti Leona, que surgiu na internet no final da década de 2010, tornando-se um ícone pop da diversidade, uma “criança viada”.

Sua popularidade ocorreu após a produção e publicação de uma série de vídeos publicados no Youtube em 2009 em que Leona, até então um menino de 13 anos, interpretava uma vilã inspirada na novela mexicana **A Usurpadora**. Para Gonzatti e Machado, Leona, que se constituiu numa travesti negra, se tornou um sucesso de nicho. Além disso, através de suas performances, Leona

cresceu através de quadros mediáticos e espalháveis do YouTube, sendo enaltecidada como diva por alguns, tendo suas performances reduzidas ao humor, por outros, e, ainda, em alguns contextos, sendo tomada como lugar de incômodo pelas rupturas geradas no que se refere às ordens de gênero e de sexualidade que marcam, também, os corpos infantis. (GONZATTI; MACHADO, 2018, p. 259)

Um exemplo de como a infância pode ser um espaço marcado pela violência e injúria encontra-se na autoetnografia do sociólogo peruano Giancarlo Cornejo. Ao descrever parte da sua experiência

25 Tumblr é uma plataforma disponível na internet que permite o compartilhamento de vídeos, textos e imagens, como um blog.

26 TUMBLR ‘CRIANÇA VIADA’ é reativado após repercussão de obras do QueerMuseu. **Sul21**, [S.l], 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2017/09/tumblr-crianca-viada-e-reactivado-apos-repercussao-de-obra-do-queermuseu/>. Acesso em: 01 set. 2018.

27 Conforme disponível em: <http://criancaviada.tumblr.com/> Acesso em: 30 ago. 2018.

28 Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/entenda-polemica-envolvendo-projeto-sobre-memoria-lgbtqia-em-itajai/> Acesso em: 20 mai. 2021.

escolar, na cidade de Lima, Peru, nos anos 1990, o autor narra que a primeira vez que foi interpelado pelo termo “maricón” foi por uma colega de classe, por volta de 4 a 5 anos de idade. Com efeito, Cornejo argumenta que,

a homofobia depende do enorme poder de ferir das palavras. A injúria marca o corpo e define as identidades. Neste caso, a injúria marca um corpo muito antes que ele tenha consciência da referida marca. A injúria “marica” me interpelou antes mesmo que eu me desse conta de que eu era uma.²⁹ (CORNEJO, 2011, p. 82, tradução nossa)

Ao longo de sua autoetnografia, e em diálogo com Sedgwick (2003), Cornejo destaca como a imagem do menino afeminado materializada em seu corpo e em sua “expressão de gênero”³⁰ mobilizava, ao mesmo tempo com singular virulência e crueldade o indício da homossexualidade e sua respectiva patologização. Em um dado momento do texto, após enumerar as diversas tentativas de capturá-lo e reinseri-lo dentro de uma ordem binária e heterocentrada, ele relata ter recebido pela ação da psicóloga que o acompanhava o diagnóstico de “transtorno de identidade de gênero” (CORNEJO, 2011, p. 85).

Com efeito, Cornejo destaca conexões, sobreposições de sentido e limites entre a percepção social em torno da transgeneridade e da homossexualidade. De modo geral, a identidade de gênero e a orientação sexual são vetores que desestabilizam a equação sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003). A partir das considerações de Cornejo, entendemos que a condição de menino afeminado, ou, “criança viada”, configura um deslizamento das fronteiras sociais entre os campos masculino e feminino. Na autoetnografia do autor, fica evidente que tal vivência como um menino afeminado, não necessariamente se traduzia ou configurava o prenúncio de uma subjetividade transgênera, como alegava o diagnóstico recebido pelas mãos da psicóloga.

Por sua vez, quando interpelado sobre as críticas e tentativas de censura ao Queermuseu, que acusavam as imagens da série “criança viada” de promoverem uma suposta sexualização da infância, Iran Giusti, idealizador do *Tumblr*, declarou:

A gente tem que entender que gênero é diferente de orientação afetiva sexual e é diferente de sexualidade e principalmente de sexo. Quando a gente fala de criança viada a gente está falando de uma fase em que os papéis de gênero não estão enraizados (ainda bem), porém os adultos – e muitas vezes outras crianças – fazem leituras e são LGBTfóbicas, então a gente precisa falar disso. (WARKEN, 2017).

A partir desses exemplos, entendemos que tal ação reguladora de gênero (BUTLER, 2014), evidencia a incidência do poder e do saber normatizador e normalizador dos corpos sexuados e

30 Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 94) a “expressão de gênero” configura a forma como a pessoa se apresenta, constrói sua aparência (acessórios, vestuários) e comportamento, de acordo com as normas sociais que regem e institui os campos masculino e feminino. Logo, acrescentamos que, quando a pessoa não se enquadra nessa lógica binária, geralmente gays e lésbicas, pode ser classificada como “afeminada”, no caso de homens que não expressam o gênero de modo masculino, viril, ou, “sapatão”, no caso de mulheres que não expressam o gênero de modo considerado feminino, submisso, delicado. Pois, essas expressões de gênero dissonantes da heteronorma, colocam em suspeição o caráter não natural da relação entre sexo, gênero e desejo.

generificados (*gendered*) que atuam na manutenção da ordem binária da economia significante da heterossexualidade (BUTLER, 2003). No discurso neoconversador mobilizado contra o Queermuseu, além de acusar as imagens de propagar uma sexualização da infância, podemos entender como um contra-ataque as tentativas de potencializar outros modos de existência que transgridem os arquétipos de masculinidade e de feminilidade.

Desta forma, Cornejo problematiza que, ser visto como um menino afeminado, ou uma “criança viada”, marcou e constituiu os jogos de pertencimento e exclusão, evidenciando como as interpelações homofóbicas são agenciadas pelo dispositivo pedagógico cisheterossexual desde a mais tenra infância. Nas palavras de Didier Eribon (2008, p. 28), a injúria “me faz saber que sou alguém que não é como os outros, que não está na norma. Alguém que é viado [queer]: estranho, bizarro, doente. Anormal”. Por consequência, a injúria produz efeitos sobre a subjetividade e marcam a existência daqueles e daquelas que fogem ao binarismo de gênero.

As obras contemporâneas que compõem a série de quadros de Bia Leite misturam silhuetas de crianças representadas como meninos e meninas – com cores historicamente instituídas como de menino, o azul, ou de menina, o rosa – e frases reconhecidas como expressões associadas ao chamado universo LGBTI+³¹, desestabilizando e/ou criticando uma complexa trama prescritiva do gênero na e pela arte.

Feitas de tinta acrílica sobre tela, com dimensão de 100 x 100 cm, tais obras priorizam traços leves com cores alegres e sua simplicidade as aproximam de desenhos infantis. Evidenciando uma histórica condição de possibilidade de sua produção, elas provocam a naturalização da normatividade de gênero, e questionam como esses padrões recaem sobre a produção das subjetividades desde a mais tenra infância. Além disso, Bia Leite provoca os ânimos daqueles menos afeitos à reflexão crítica, e reposiciona palavras e termos usados para agredir e ofender as crianças, tornando-os autoexpressão de um orgulho de existência. Com isto, a autora instaura uma animosidade entre aquelas e aqueles que ainda insistem em desconsiderar a historicidade da infância (ARIÈS, 1981) e, por isso, ainda a percebem como um tempo do sagrado vivido por seres angelicais, destituídos de sexualidade, de expressão de gênero, de vontades e desejos.

Consonante a Judith Butler (2003, 2019), em uma sociedade forjada e estruturada na heterossexualidade compulsória, toda e qualquer performance de gênero considerada “inadequada” e/ou dissidente na ordem binária, provoca uma “perturbação” no sistema sexo/gênero e, em alguma medida, almejam escapar da teia de sentidos, práticas e discursos que configuram corpos sexuados, dóceis e heterocentrados. Logo, quando uma criança age de modo a embaralhar os signos historicamente atribuídos como masculino e/ou feminino, evidencia que os nossos corpos “nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização” (BUTLER, 2019, p. 16), uma reação heterocentrada em nome da suposta defesa da infância e da família se materializa por meio de discursos moralizantes e de práticas censórias reificadoras da ordem e dos “bons costumes”.

31 Sobre a ampliação da sigla LGBT para LGBTI+ pode-se consultar a recente publicação Manual de Comunicação LGBTI+ e que se destaca a inclusão do I para se referir aos e às intersexuais e o + como uma forma de incluir outras orientações性uais, identidades de gênero e expressões de gênero, conforme indicado no Manual. (REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.)

A evidência de que as obras de Bia Leite provocaram reações conservadoras das mais diversas relacionadas à sacralização da infância podem ser corroboradas pelo teor dos ataques advindos de grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) que acusaram a autora como incentivadora da pedofilia³², da zoofilia e de ofender a “moral cristã” (LANDINI, 2018; VIGÁRIO; DAHER, 2020). Com isso, mais uma vez, percebe-se uma atualização de uma lógica que associa a diversidade sexual e de gênero à homossexualidade, e esta última à perversão e a suposta destruição da família natural dentre outros repertórios que compõem um cenário que pode ser compreendido como de pânico sexual ou campanha moral (RUBIN, 2003) empreendidas no contexto brasileiro atual, em que grupos autodeclarados como conservadores, buscam a manutenção/reprodução da heterossexualidade e da cisgenderidade.

De acordo com o sociólogo Richard Miskolci, o “pânico moral” pode ser definido como “o consenso, partilhado por um número substancial de membros de uma sociedade, de que determinada categoria de indivíduos ameaça a sociedade e a ordem moral” (MISKOLCI, 2007, p. 112). Desta maneira é que indivíduos associados ao já indicados grupos conservadores³³, como os agentes do “Escola Sem Partido” e os ideólogos da “ideologia de gênero”, em sua maioria de caráter cristão, têm mobilizado parte da opinião pública para justificar suas investidas e tentativas de interdito no campo da educação, das artes e da cultura³⁴.

Além disso, entendemos que esse controle sobre a infância diz muito mais sobre o mundo dos adultos, da manutenção da heterossexualidade compulsória, das hierarquias entre homens e mulheres e do pânico da homossexualidade, do que da própria subjetividade infantil. Como já demonstrado por Foucault (1979), é na infância que o masculino e o feminino começam a ser produzidos pelo dispositivo da sexualidade. Essas categorias, conforme sublinha McLaren, “são prescritivas, ao invés de simplesmente descreverem categorias” (2016, p. 173), ou seja, é a partir do controle dos gestos, das práticas, das brincadeiras, dos usos dos corpos e dos prazeres - como o controle da masturbação-, que uma histórica noção de sexualidade vai sendo moldada e saturada pelas relações de poder, principalmente no âmbito da Família, da Igreja, do Estado e do saber médico, produzindo corpos sexuados femininos e masculinos, sustentáculos do sistema sexo/gênero binário.

Com efeito, quando uma criança não atende tais prerrogativas atribuídas ao seu gênero, podem sofrer *bullying*, injúrias (bichas, boiolas, baitolas, viados, sapatona, machorra, etc) e agressões que levam à morte simbólica ou até mesmo física, conforme o caso do menino Alex, de 8 anos de idade, que em 2014, teve o fígado dilacerado depois que o próprio pai desferiu uma série

32 Conforme pode ser constatado em: LANNES, Paulo. Artista de Brasília é autora de obra acusada de pedofilia pelo MBL. Metrópoles, [S.l], 11/09/2017. Disponível: <https://www.metropoles.com/entretenimento/exposicao/artista-de-brasilia-e-autora-de-obra-acusada-de-pedofilia-pelo-mbl>. Acesso em: 09 set. 2018.

33 Em texto anterior (SILVA, 2019), abordamos como surgiu o Escola Sem Partido e como se deram as articulações dos mesmos com os agentes da “ideologia de gênero”, no Brasil, entre os anos 2004 e 2014.

34 Vide o recente caso de censura na 19ª edição da Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em setembro de 2019, em que o Prefeito Marcelo Crivella determinou o recolhimento do romance gráfico **Vingadores, a cruzada das crianças** (Salvat), devido à imagem de um beijo entre dois personagens masculinos. COELHO, Henrique. Autores e editores fazem manifesto contra censura na Bienal do Livro do Rio. G1, Rio de Janeiro, 08 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/08/autores-e-editores-fazem-manifesto-contra-censura-na-bienal-do-livro-do-rio.ghtml> Acesso em: 09 set. 2019.

de socos, pois o filho era visto como “pouco másculo”³⁵. Atos como esse expressam o que Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2012, p. 23) denominam de efeminobia, isto é, medo e/ou aversão de associar, plasmar elementos considerados femininos ao histórico universo masculino.

Em sua análise sobre a existência da “bicha” no contexto brasileiro, e muito atenta sobre como o “ser bicha” é parte de um longo processo que começa desde a infância, Megg Rayara de Oliveira lembra que a infância marca a existência da “bicha do tempo presente” (2020, p. 78). Com isso, a autora evidencia a infância como um momento da vida em que se dá a construção desse lugar da “bichisse”, que será evidenciado na idade adulta, mas que tem encontros anteriores. Ao caminhar pelos “trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação” (OLIVEIRA, 2020), Megg Rayara encontra essas crianças viadas na escola, palco privilegiado para a ocorrência de uma série de violências, como ela mesma registra ao formular analiticamente sua experiência de vida: “Ao ser nomeada como bicha, tentaram me eliminar ainda criança. Não apenas meus trejeitos afeminados precisavam ser controlados, mas também os papéis sexuais que eu supostamente viria a desempenhar” (OLIVEIRA, 2020, p. 83).

Ao analisar as chamadas “vivências afeminadas”, Murilo Nonato (2020) observa que, no âmbito das experiências dissonantes da norma binária, como os corpos “tomboys”³⁶, buches e de pessoas afeminadas”, desponta um movimento de “ressignificação, reposicionando a masculinidade e a feminilidade, excedendo o seu significado previamente estabelecido, possibilitando a produção de microfissuras no sistema ao proporcionar a ele outros usos e outros sentidos” (NONATO, 2020, p. 98). Todavia, e em diálogo com Butler (2003, 2006, 2019) e Elvira Díaz (2013), Nonato reconhece que:

os valores dessas ressignificações são distintos, pois, [...] o ato performativo se opera dentro do poder e dos marcos da normalidade. A reapropriação nem sempre se dá de maneira subversiva ou opera em direções tidas como libertadoras. Esses deslocamentos, produzidos pelas pessoas afeminadas, por exemplo, podem apoiar-se na misoginia ou na reiteração de estereótipos de gênero. O deslocamento, para que seja subversivo, precisa produzir corpos e subjetividades que questionam as normatividades. (NONATO, 2020, p. 98)

Neste sentido, entendemos que trazer a educação para o centro da reflexão significa, dentre outras coisas, evidenciar que a escola, enquanto instrumento privilegiado do processo educativo formal, é peça-chave da produção e reprodução da ordem cisheteronormativa (VERGUEIRO, 2016). O controle sobre o corpo infantil de Megg Rayara, assim como o corpo infantil de Giancarlo Cornejo, foi exercido por esse “cistema”³⁷ que tem na escola um de seus mais importantes aliados

35 Ver: MENINO TEM FÍGADO dilacerado pelo pai por ser “afeminado”. **O tempo**, Rio de Janeiro, 05 mar. 2014. Disponível em: <https://www.otime.com.br/brasil/menino-tem-figado-dilacerado-pelo-pai-por-ser-afeminado-1.799612> Acesso em: 01 out. 2019.

36 Segundo Halberstam (2008), *Tomboys* é uma categoria que comprehende a vivência da masculinidade feminina ainda na infância. O autor afirma que o “tomboyismo” costuma ser tolerado socialmente até a pré-puberdade. Mas, quando a menina entra no período de transição para a vida adulta, se espera que ela se adeque as expectativas sociais atribuídas ao gênero feminino, caso contrário, toda uma pedagogia heterossexista é mobilizada contra o sujeito dissidente da norma. Uma indicação cinematográfica é o filme francês, *Tomboy*, lançado em 2012 e sob direção de Céline Sciamma.

37 Utilizamos “cistema” como uma corruptela da palavra sistema, para fazer referência ao modelo de organização da sociedade pautado no modelo cis-sexista, conforme sugerido por Viviane Vergueiro (2015) a partir da leitura de Ramón

institucionais. Nesse sentido, Rogério Junqueira entende que a escola atua na “gestão das fronteiras da normalidade” (2013, p. 482), na medida em que por meio do seu currículo e do próprio cotidiano escolar, a cisheteronormatividade é protegida e incitada.

Outra instituição que trabalha em fina parceria com a escola, e que também realiza um importante papel educativo, é a família. Desse modo, a “criança viada” está cercada por todos os lados, e sob cerrada vigilância. Em função disso, não é raro a ocorrência de intensas violências nesses espaços que por vezes aparecem como sacralizados, supostamente os espaços mais seguros para uma criança. Segundo bell hooks:

por mais que as estatísticas de violência doméstica, homicídio, estupro e maus-tratos a crianças indiquem que a família patriarcal idealizada está longe de ser um espaço “seguro”, que as vítimas de violência têm maior probabilidade de ser[em] atacadas por pessoas semelhantes a elas que por estranhos e diferentes, esses mitos conservadores se perpetuam (2013, p. 43-4).

Ou seja, por mais que se propague a ideia de que a família natural (heterossexual e cisgênera) seja o espaço mais seguro e adequado à formação dos indivíduos, tal assertiva geralmente não se sustenta quando essas famílias se deparam com uma “criança viada”.

Esse pânico moral em torno do suposto “desvio” sexual, ainda na infância, alimentou boa parte dos ataques a exposição Queermuseu, pois “questionava a fixidez identitária com obras que, na sua potência de presença, aqui-agora, apresentavam-nos modos de subjetivação desviantes dos regimes normativos” (TIETBOEHL et al., 2018, p. 245).

Entretanto, apesar dessa mobilização de uma campanha moral que conseguiu o fechamento da exposição no Santander Cultural em 2017, diversas manifestações apareceram como resposta e disputa pelo espaço de produção da arte e da realidade simbólica. O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, respondeu com deboche sobre a possibilidade de a exposição ocorrer em um espaço público da cidade, o Museu de Arte do Rio (MAR): “Saiu no jornal que vai ser no MAR. Só se for no fundo do mar”³⁸. Esqueceu-se, porém, que h(á)mares, e vida nas profundezas. Foi realizada uma campanha de financiamento coletivo que viabilizou a abertura da exposição no Parque Lage no Rio de Janeiro de 18 de agosto a 16 de setembro de 2018³⁹. Além disso, e também nessa disputa simbólica por espaço de construção da memória e da história, bem como em busca pelo reconhecimento da existência da diversidade sexual e de gênero em todas as idades, o Coletivo MÃes pela Diversidade lançou uma campanha durante a 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: “#criançaLGBTExiste”. Mais uma vez essa ação, assim como as obras de Bia Leite, foram alvo de ataques de grupos autodenominados de conservadores.

Grosfoguel (2012) em relação ao sistema-mundo.

38 MARTÍN, María. Crivella veta no Rio a exposição Queermuseu, censurada em Porto Alegre. *El País*, Rio de Janeiro, 04 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html. Acesso em: 09 set. 2018.

39 Conforme informações disponíveis em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/queermuseu/> Acesso em: 07 set. 2018.

Considerações finais

Sendo assim, e mediante o exposto, entendemos que é preciso desconfiar de toda e qualquer narrativa que tenta cristalizar a ideia de uma infância como um lugar vazio de expressões e experimentações do gênero. Além disso, podemos identificar o desconforto social e/ou perturbação de gênero proporcionada pela “criança viada”, pois entendemos que a “criança viada” e/ou queer, indaga um ideal normativo de desenvolvimento do “eu” regido pela heterossexualidade compulsória.

A “criança viada” está autorizada a existir emudecida pelas injúrias LGBTIfóbicas, mas causa incômodo quando grita orgulhosamente e defende sua bichisse, o principal alvo das violências sofridas, tanto fisicamente quanto simbolicamente.

A “criança viada” é como um sintoma e a expressão de que o gênero e a sexualidade são compreendidos como parte de um mesmo processo, em que o feminino e as feminilidades estão colocadas a partir da associação com performances meigas, delicadas e sexualmente passivas, enquanto que o masculino e as masculinidades representam a força, a brutalidade e a posição sexualmente ativa (como aquelas que são capazes de penetrar o corpo alheio - feminilizado e feminilizando-o). A delicadeza, a meiguice e os “trejeitos” (OLIVEIRA, 2020) performadas por crianças que habitam corpos nomeados como masculinos, são acionadas como indícios de que esses sujeitos são e serão homossexuais, umas bichas, umas crianças viadas. Por sua vez, analisar as reações ao fenômeno “criança viada” é evidenciar os elementos e as estratégias engendradas pelos agentes sociais na demarcação e manutenção das fronteiras que “normalizam as identidades⁴⁰” (FIORAVANTE; SCHMIDT, 2018, p. 271), e perceber que ainda somos capazes de pintar a infância com muitas cores e resistir por meio da arte.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BALADELI, Daniella Tizziani. **O conceito de infância na historiografia acadêmica**: um mapeamento (1991-2008). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

BETTONI, Rogério; LAGE, Mariana. “Não podemos esperar que só assembleias e protestos produzam mudanças”. **Revista Cult**, São Paulo, 06 out. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-nao-podemos-esperar-que-so-assembleias-e-protestos-produzam-mudanca/> Acesso em: 25 abr.2021.

BORTOLON, Flavia Jakemiu Araujo. **Corpos (tra)vestidos**: a imagem do grupo Dzi Croquettes na imprensa brasileira dos anos 1970. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas,

⁴⁰ A respeito desse processo de normalização das identidades e de produção de subjetividades adequadas ao modelo cisgênero, sugerimos a leitura do trabalho de Sofia Favero (2020). Ao interpellar diversas fontes documentais e produções bibliográfica, Favero incita as leitoras a refletir sobre a diferença entre a criança viada e a criança trans (essa diferença existe mesmo?) e a naturalização da cisgenderidade, bem como a respeito da patologização aparentemente bem-intencionada (FAVERO, 2020, p. 159) que acaba por circunscrever as “infâncias trans em um *a priori* clínico” (FAVERO; MACHADO apud FAVERO, 2020, p. 160).

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BRAGA, Douglas. A infância como objeto da história: um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**, Ano VI, n. 10, p. 15-40, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Paidós: Barcelona, 2006.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. N-1 Edições: São Paulo, 2019.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afemiando: uma autoetnografia “queer”. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 39, p. 79-95, ene. 2011.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 27-52.

CRIANÇAVIADA. Disponível em: <http://criancaviada.tumblr.com/> Acesso em: 30 ago. 2018.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DÍAZ, Elvira. B. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**, v. 4, n. 7, p. 441-464, 12 jul. 2013.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EAVPARQUELAGE. Queermuseu no Parque Lage. 2018. Disponível em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/queermuseu/> Acesso em: 07 jul. 2018.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Devires, 2020.

FIORAVANTE, Tiago; SCHMIDT, Saraí. Sobre ciborgues e monstros ou como a mídia representa a infância queer. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, p. 268-287, maio/out. 2018.

FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 5.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manuel. (org.). **Ditos e escritos - Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault: uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, São Paulo, v. 5, p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal,

1988. v. 1.

FREITAS, Artur. **Arte de Guerrilha**: vanguarda e conceitualismo no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2017.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; LION, Antonio Ricardo Calori de (org.). **Corpos em trânsito**: existências, subjetividades e representatividades. Salvador: Editora Devires, 2020.

GONZATTI, Christian; MACHADO, Felipe V. Kolinski. Notas sobre o espalhamento da criança viada na cultura pop digital brasileira. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 248-267, 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntrica rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina**. Barcelona: Egales, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensino a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed., rev. e ampl. Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia**: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CÁSSIO, Fernando; PELLANDA, Andressa. Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil 2020: enquadramentos e enfrentamentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Direitos em disputa**: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 512-532, set./dez. 2018.

LANNES, Paulo. Artista de Brasília é autora de obra acusada de pedofilia pelo MBL. **Metrópoles**. [S.I]. 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/exposicao/artista-de-brasilia-e-autora-de-obra-acusada-de-pedofilia-pelo-mbl> Acesso em: 09 set. 2018.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, Fábio Henrique. Possibilidades de conexão. Michel Foucault, relações de gênero e estudos queer. **Bagoas**, Natal, v. 16, p. 162-196, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: VEIGA-NETO, Alfredo; RAGO, Luzia Margareth (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2º sem. 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Marco Juan (orgs.). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MACIEL, Maria Regina et al. A infância em Piaget e o infantil em Freud: temporalidades e moralidades em questão. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 329-338, ago. 2016.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTÍN, María. Crivella veta no Rio a exposição Queermuseu, censurada em Porto Alegre. **El País**, [S.I], 04 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html Acesso em: 09 set. 2018.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, jan. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./ jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009a, p. 325 – 338.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.101-128, jan./jun. 2007.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. (org). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. Retórica antigênero e ordem pública: a cruzada das crianças. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 473–489, 2020.

NETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo (org.). **História e Teoria Queer**. Salvador: Devires, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhos

pretas na educação. In: OLIVEIRA, Megg Rayara de. **Nem ao centro, nem à margem:** corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador: Devires, 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer **decolonial:** quando as teorias viajam. Contemporânea. São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, jul./dez. 2015.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. História feminista, genealogías queer. **Revista TransVersos**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 12-35, set./dez. 2018.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? **Revista Jangada: crítica, literatura, artes**, Viçosa, jan./jun. 2013.

PRECIADO, Beatriz. **Entrevista por Jesús Carrillo.** Disponível em: http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis15/Poiesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf Acesso em: 10 nov. 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUEIROGA, Louise. Entidades repudiam projeto de lei da Alesp que busca proibir propaganda com diversidade sexual relacionada a crianças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/entidades-repudiam-projeto-de-lei-da-alesp-que-busca-proibir-propaganda-com-diversidade-sexual-relacionada-criancas-24980119> Acesso em: 24 abr. 2021.

RASSY, Gabriela. Queermuseu abre no Rio vencendo a censura e a polêmica. **Hypeness**, [S.I], ago. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/08/queermuseu-abre-no-rio-vencendo-a-censura-e-a-polemica/> Acesso em: 09 set. 2018.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+.** Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RODRIGUES, Alexandre et al. Crianças desviadas, sexualidades monstruosas, educação pervertida: paisagens alteritárias de infâncias. **Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 1-4, maio/out. 2018.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 set. 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do Armário.** Coimbra: Editora Angelus Novus, 2003.

SILVA, Natanael de Freitas. Entre a fé e o prazer: códigos morais e o cristão LGBTI+. **Poder & Cultura**, v. 5, p. 156-177, 2018.

SILVA, Natanael de Freitas. Escola sem partido e a ideologia de gênero: pânico moral e ataque à educação pública brasileira. In: ASSUMPÇÃO, Luis F. Bantim; BUENO, André; CAMPOS, Carlos E.; CREMA, Everton; SOUSA NETO, José Maria de. (org). **Aprendendo História:** Experiências. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019. p. 331-340.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer:** seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Tradução: Heci Regina Candiani; posfácio de Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SUL21. Tumblr 'Criança Viada' é reativado após repercussão de obras do QueerMuseu. 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2017/09/tumblr-crianca-viada-e-reativado-apos-repercussao-de-oberas-do-queermuseu/> Acesso em: 01 set. 2018.

TIETBOEHL, Léo Karam; CAVALHEIRO, Rafael; KVELLER, Daniel. Quem tem medo de crianças queer? Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 234-247, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneride como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

VIEIRA, João Luiz. Alair Gomes, Djalma Batista, Pedro Almodóvar: o circuito do desejo. In: PENTEADO, Fernando. M., GATTI, José. **Masculinidades**: teoria, crítica e artes. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2011. p. 277-289.

VIGÁRIO, Jacqueline Siqueira; DAHER, Anna Paula. Democracia e arte. **Albuquerque: revista de história**, Aquidauana, v. 12, n. 24, p. 126-139, jul./dez. 2020.

WARKEN, Júlia. Criança Viada: o que está por trás da obra que gerou revolta? **Revista Claudia**, São Paulo, 17 set. 2017. Seção Cultura. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/cultura/crianca-viada-o-que-esta-por-tras-da-obra-que-gerou-revolta/> Acesso em: 24 abr. 2021.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

Les Girls é ter charme, touché!

Les Girls is having charm, touché!

Luiz Morando¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9315-0299>

Recebido em: 29 de setembro de 2021.
Primeira revisão: 29 de outubro de 2021.
Revisão final: 15 de novembro de 2021.
Aprovado em: 18 de novembro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14498>

RESUMO: O presente texto tem o objetivo de relatar a breve trajetória do grupo de artistas travestis que se apresentou no Rio de Janeiro nos anos 1960. O relato apresenta um rápido histórico dos shows e espetáculos de grupos de travestis realizados no Rio de Janeiro no início dos anos 1960 e enfoca com mais detalhes o percurso de *Les Girls*, referência central da arte de montação.

ABSTRACT: This text aims to report the brief trajectory of the group of transvestite artists who performed in Rio de Janeiro in the 1960s. The report presents a brief history of the shows and performances of transvestite groups held in Rio de Janeiro in the early 1960s and focuses in more detail on the path of *Les Girls*, a central reference in the art of montage.

Palavras-chave: Les Girls, travesti, montação, teatro década 1960.

Keywords: Les Girls, transvestite, montagem, 1960s theater.

¹ Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (Habilitação Português-Francês - 1989), mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e doutorado em Estudos Literários - Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Atuou como professor em um curso de Letras no ensino privado em Belo Horizonte entre agosto/1999 e dezembro/2020, Brasil. Curador do Museu Bajubá, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1454722009462064>. E-mail: luizmorando@gmail.com

Um campo cuja extensão parece ser bastante ampla e tem aparência de incógnita pela pequena quantidade de fatos, indícios, vestígios, traços e sinais levantados é o das formas de sociabilidade e circulação de pessoas travestis e trans ao longo do século XX no Brasil. É mais habitual que esse público ganhe visibilidade, quase sempre distorcida, por meio das páginas policiais dos periódicos, bem como dos discursos médico, forense, jurídico, policial, da Segurança Pública. Nesse sentido, é sempre enquadrado por uma lente ajustada pelo foco da anormalidade, degeneração, marginalidade, abjeção. Simultâneo a esse campo que converge para a criminalização das formas de expressão da sexualidade, há outro campo de ação ainda menos pesquisado, voltado para as práticas de montação, de uma maneira geral. Tais práticas convergem para eventos de natureza diversa, como concursos de miss travesti, shows em casas noturnas, desfiles, apresentações teatrais, performances públicas. Se, desde o início do século XX, as apresentações teatrais de transformistas “imitadores do belo sexo” já eram relativamente comuns, atraindo grande público e dando notabilidade a artistas como Darwin, Aymond, Fátima Miris, a partir da década de 1950 essas atrações vão se diversificar e se multiplicar.

Antes de avançar no desenvolvimento deste artigo, cabe esclarecer com qual sentido o termo montação é usado para abranger as diferentes práticas de apresentação performática artística. A formulação adotada por Juliana Bentes Nascimento (2020, p. 232) delimita o seguinte: “A mudança de função de um objeto/acessório/indumentária e sua mutação em atributo artístico (conversão semiótica) representa o processo de montação. Muitas vezes, esse processo passa por dentro do sistema de gêneros e sexualidades, pois, afinal, tudo entra no redemoinho das identificações”. A esse dado, Antonio de Lion (2020) acrescenta que “as práticas de montação, ou seja, aquelas práticas artísticas em que um/a ator/atriz ‘se monta’ constituindo uma nova forma para performar uma persona *in drag* (como chamado atualmente), eram associadas ao deboche e à paródia artística”. Desse modo, podemos considerar que a montação se constitui em uma forma de emular o sexo oposto por meio de uma operação de conversão e transformação estético-artística da qual resulta uma personagem de caráter paródico associado a um tom de humor (deboche, sarcasmo, galhofa, ironia...) e ludismo.

A essas duas concepções, ainda podemos reunir a perspectiva de Djalma Thürler e Beatrice Mathieu (2021, p. 4) sobre o termo travesti como “adjetivo que qualificava determinada cena artística com inúmeras variações durante a história”. Os dois autores se propõem a categorizar as manifestações dessa atividade artística usando a metáfora de ondas: a primeira onda, equivalente às décadas de 1920 a 1950; a segunda onda corresponde às décadas de 1960-1980; a terceira recobre de 1990 a 2009; a quarta onda se inicia a partir de 2010.

Por sua vez, Thiago Soliva (2016) chama a atenção para o fato de que o tom de glamour associado a imagens de cosmopolitismo e modernidade permitiu que indivíduos fora da norma heterocentrada se inserissem em espaços normativos. Desenvolvendo um estudo cujo caráter de glamour nas montações se torna centro da análise, Soliva (2016, p. 16) acrescenta que o glamour se torna um “tipo de agência entre esses indivíduos, permitindo que habitassem o mundo, reivindicando existência dentro da norma hetero”.

Portanto, é importante colocar em perspectiva o termo “travesti” e a expressão “fazer o

travesti". Nas décadas de 1950-1960, a designação travesti não estava ligada a formas de pensar uma identidade de gênero ou de fazer representar uma expressão da sexualidade, como fazemos hoje. A ciência médica, especialmente a endocrinologia, associava a travestilidade a um desvio da saúde psíquica/sexual de "homens" que se faziam passar por "mulheres". Ou seja, adotavam vestimentas, expressões, acessórios, gestos, comportamentos atribuídos ao sexo feminino. Sendo assim, estavam reunidos a um conjunto considerado marginal de pessoas que não correspondiam a um padrão cisheteronormativo, como nos referimos hoje. Assim, Remom Bortolozzi (2015, p. 25) trabalha com a percepção de que a cena travesti não está vinculada à ideia de uma "identidade social, independente de trajetórias profissionais, localizando sujeitos políticos com demandas sociais identificáveis a partir da vivência de uma identidade de gênero específica". Dessa forma, fica bem demarcado que essa cena não nasce articulada com a noção e a vivência social de uma identidade de gênero.

A intenção neste texto é remontar uma breve história, por meio da imprensa, do show *Les Girls*, que criou a fama para um grupo de travestis no Rio de Janeiro nos anos 1960 e fixou um formato de espetáculo que se tornou, com as consecutivas adaptações, referência pelas décadas seguintes.

No Brasil, desde o século XIX, essa forma de exposição artística foi praticada, mas se intensificou ao longo do século XX (por exemplo, nos anos 1920 e 30, como referido anteriormente, Darwin e Aymond eram os grandes artistas do travesti). A partir de 1953, Ivaná se tornou a grande referência para o que ficou conhecido como 'travesti artístico' (para se dissociar do travesti como identidade de gênero — assim mesmo, no masculino, como foi utilizado até o início dos anos 1990 —, amplamente relacionado a diversas formas de suposto desregramento: prostituição, criminalidade, marginalização social, exploração sexual).

A escalada de sucesso de Ivaná não é solitária, embora tenha sido a mais relevante. Vale a pena apontar aqui pelo menos alguns outros artistas. Em 1950, Carlos Gil, que estará mais à frente em *Les Girls*, já era anunciado como "caricaturista do belo sexo" em um anúncio de divulgação de carnaval na boate Acapulco, no Rio de Janeiro (**A Noite**, 3 fev. 1950, p. 13); como transformista no espetáculo teatral *Banana não tem caroço* (**A Noite**, 8 jun. 1952, p. 6) e como um dos mais perfeitos imitadores de Carmem Miranda (**A Noite**, 25 fev. 1955, p. 4). O bailarino carioca Ronaldo Crespo excursionava pelo país e aportou, em Belo Horizonte, em diversos momentos a partir de 1952. Ou ainda o pernambucano Mendez, que se fixou no Rio de Janeiro, na segunda metade dos anos 1950, fazendo imitação da cantora Leny Eversong.

Figura 1 — Mendez em uma apresentação de 1962

Fonte: Revista do Rádio, 17 fev. 1962, p. 25.

É inegável o destaque que Ivaná tem sobre os artistas mencionados na composição dos atributos que se tornaram requisitos mínimos para a prática de montação com sucesso: o glamour, o requinte, a elegância, andar e vestir-se “bem à feminina”, homenagens às divas da música, do teatro e do cinema — enfim, uma emulação que leva à ambiguidade, ao jogo, ao engano, ao estímulo à curiosidade. Esses artistas ainda têm em comum o fato de se apresentarem individualmente e construírem uma carreira em formato solo.

Figura 2 — Uma das performances de Ivaná

Fonte: Última Hora, 23 jul. 1957, p. 12.

Na virada dos anos 1950 para 1960, começam a surgir espetáculos que reúnem travestis. O primeiro a congregar mais de uma pessoa em travesti (cujos título e elenco não foram localizados em jornais) foi apresentado antes de junho de 1960 na boate Rafinée, tendo sido transferido naquele mês para a boate Favela. Maurício de Paiva (1961, p. 17), que mantinha a coluna "A noite no Diário" no jornal **Diário da Noite**, informou o seguinte: "Rafinée, na rua Sá Ferreira, iniciou como restaurante de classe; apresentou (pela primeira vez no Rio) um show todo na base do 'travesti'; a polícia não gostou dos shows extras e agora é salão de cabeleireiros". A curta nota resume claramente o contexto dos shows de travesti: começam a ser realizados em espaços "de classe" que se tornam mal-afamados, com escândalos e polêmicas decorrentes do público frequentador ou dos artistas que se apresentam; a vigilância policial; o fechamento da casa em decorrência da movimentação e da associação entre espaço degradado, frequentadores supostamente marginais e desordens.

O primeiro evento a ganhar grande visibilidade (não necessariamente o primeiro a ser apresentado nessa modalidade) foi o **Favela em 3-D**, que ficou em cartaz na boate Favela, na avenida Atlântica, 1.212, no Posto 2, a partir de dezembro de 1960, tendo sido anunciado pelo **Diário da Noite** como o "novo show de travesti". Quatro travestis compuseram seu elenco: Nádia Kendall (em algumas ocasiões anunciada como Nadja Kendall), Manon Lascaut, Sofia Loren e Bijou Blanche. O colunista D'Ezequiel (1960, p. 10), que assinava a coluna Night-Club no **Jornal dos Sports**, avaliou assim o espetáculo:

A música, o guarda-roupa e o "script" do little-show são, igualmente, bem jogados: música suave, de acordo com o ambiente e o "chic" do espetáculo; guarda-roupa discreto e bem; "script" ligeiro, destituído de frases ou piadas pornográficas ou de dúvida interpretação, mantendo o xiste (*sic*) e a comicidade através da mímica dos intérpretes e suas próprias caracterizações.

A opinião de D'Ezequiel dá bem a tônica do processo de transformações pelo qual esses shows passarão, culminando com **Les Girls**: sofisticação musical, requinte do figurino e um tom mais malicioso no texto. **Favela em 3-D** mereceu uma reportagem da **Revista do Rádio** (1960) com o título "Aqui está o show que a TV não pôde mostrar". Do quarteto mencionado, não se sabe o motivo pelo qual Bijou Blanche se afastou, possibilitando a formação do trio que se tornou conhecido como as Coccinelles brésiliennes. A referência a Coccinelle era uma tentativa clara de dar destaque à qualidade e desenvoltura dos artistas travestis do grupo. A artista transexual Jacqueline Dufresnoy, a conhecida Coccinelle, iniciara sua carreira na França, em 1953, e imediatamente obteve retumbante sucesso. Em 1958, ela se submeteu à cirurgia de redesignação sexual no Marrocos. Assim, atribuir esse título a um pequeno grupo de artistas era uma forma inequívoca de valorizá-lo artisticamente, ao mesmo tempo que o marcava com certo grau de exotismo, extravagância e anormalidade. Porém, como veremos adiante, o mesmo título será dado a um outro grupo de travestis.

Nádia, Manon e Sofia participaram de uma revista de carnaval intitulada **Rei Momo em travesti**, que ficou em cartaz no Teatro Recreio entre 5 de janeiro e 5 de março de 1961. O

espetáculo contava com texto de Mário Meira Guimarães, Walter Pinto e Gomes Leal. A peça de divulgação nos jornais anunciava, junto aos nomes de outras atrizes e atores cisgêneros, “a surpresa: Les Coccinelles brésiliennes iguais aos do Nouvelle Eve”. Em sua coluna de crítica teatral, Carlos Perez (1961, p. 3), do jornal **Tribuna da Imprensa**, fez um único registro irônico sobre nossas Coccinelles: “[...] O resto é apenas pitoresco, digno de ser observado por um sociólogo. Pitoresco são os ‘travestis’, lançando um drama hamletiano sobre o público do Recreio, que passa a indagar, em voz alta: ‘É ou não é homem?’”

O espetáculo era apresentado às 21 horas, o que permitiu que as Coccinelles brasileiras encenassem também, a uma hora da madrugada, na boate Favela, o show **A noite é delas**, que se manteve simultaneamente a **Rei Momo em travesti** entre janeiro e abril de 1961. O sucesso de público foi tão grande que a direção da boate resgatou e contratou Ivaná para se apresentar junto com Sofia durante o período final, em abril.

Figura 3 — Anúncio do show **A noite é delas.**



Fonte: **Diário da Noite**, 17 mar. 1961, p. 12.

Ainda a respeito das nossas três Coccinelles, A. Accioly Netto (1961, p. 20), da revista **O Cruzeiro**, emitiu a seguinte opinião na resenha “Os ‘travestis’ iniciam carreira no Recreio”:

No caso das “Coccinelles brésiliennes” (Sophia Loren, Nadja e Manon), nada ficam a dever aos transformistas parisienses. São três elementos que imitam perfeitamente o chamado “sexo frágil”, em roupas elegantes, voz e andar [...] como um dos pontos mais curiosos do espetáculo.

Sofia Loren ainda terá participação especial no espetáculo **Vive les femmes**, com texto de Mário Meira Guimarães, direção musical de Jean Louis d’Arco, produção e direção de Carlos Machado. O show estreou na prestigiada boate Night and Day, em 27 de abril de 1961, e permaneceu em cartaz até setembro daquele ano. Na peça de divulgação anunciada em jornais constaram os nomes dos seguintes artistas: “Grande Othelo, Consuelo Leandro, Iris Bruzzi, Rui Cavalcanti, Amparito e Sophia

Loren". O show não era exclusivo de travestis, mas Sofia teve destaque garantido, comprovando que já era uma artista com certo grau de atração de público pelo exótico que continha. Tanto foi assim que, com quinze dias de apresentação, Sofia estampava a capa da revista **Manchete**, de 13 de maio de 1961, e ganhava espaço significativo na reportagem sobre o evento. Observem que Sofia atuou em quatro espetáculos, sendo dois deles — **Rei Momo em travesti** e **A noite é delas** — encenados simultaneamente: o primeiro às 21 horas e o segundo a uma hora da madrugada.

Em 1961, shows que não ganharam tanta expressividade nos jornais também foram apresentados. Dois exemplos disso, cuja divulgação utilizou apenas a expressão "show travesti" em jornais, ocorreram no Key Bar, na rua Rodolfo Dantas, 91-B, entre 21 de janeiro e 25 de março de 1961, e outro na boate Bolero, em Copacabana, em março de 1961.

É possível que alguns outros shows tenham ocorrido entre 1962 e 1964, mas não chegaram a ganhar destaque na imprensa do período. É certo que, em 1964, espetáculos cujos carros-chefes eram promovidos por travestis ganharam uma força extraordinária. Essa nova onda é marcada pela iniciativa do empresário espanhol Francisco Bouzas, que havia arrendado a boate Stop, na Galeria Alaska, na avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1.241. Desde a década anterior, Copacabana já era um bairro com vida noturna bastante efervescente. A Galeria Alaska, desde 1958, era alvo de campanhas policiais de moralização, estimuladas por moradores, contra a presença de um público boêmio diversificado constituído também por pessoas dissidentes de sexo e gênero. Na reportagem "Portaria no Edifício Alaska para acabar com os apartamentos escusos" do jornal **Última Hora** (3 abr. 1958, p. 6), a inspetora eleita dos dois blocos de apartamentos reclamou da "intolerável promiscuidade que reina aqui", onde residiam "famílias respeitabilíssimas e gente de bem, obrigadas a conviver com marginais e rameiras da pior espécie".

É oportuno ainda reconhecer que, em 1957, estreava nos cinemas brasileiros o musical **Les Girls**, com direção de George Cukor e estrelado pelo trio de atrizes Mitzi Gaynor, Kay Kendall, Taina Elg e por Gene Kelly. O filme tinha a seguinte sinopse:

Depois de escrever um livro escancarando seus dias de dançarina na trupe 'Barry Nichols and Les Girls', Sybil Wren (Kay Kendall) é processada por difamar sua antiga companheira de palco Angele (Taina Elg). Assim como no clássico **Rashomon**, de Kurosawa, aqui a narrativa se desdobra em três episódios para contar três pontos de vista. Sybil acusa Angele de ter tido um caso com Barry (Gene Kelly); Angele, em seguida, diz que foi a amiga quem se enroscou com o sedutor dançarino; mas Barry entra na história para dar a sua versão dos fatos. (LES GIRLS)

Tratava-se de uma narrativa simples, com franco apelo sentimental ao público sustentado por histórias de encontros e desencontros amorosos. Mas, certamente, foi a amizade do trio de personagens femininas — embalado pelas relações de enganos/desenganos, por coreografias sumtuosas, composições musicais preparadas por Cole Porter e um figurino glamoroso — o ponto de partida para a criação do show brasileiro.

Ainda no final dos anos 1950, essa ideia central de três amigas que compartilham venturas e desventuras serviu de base para, em Paris, se realizar espetáculos com travestis, explorando e dramatizando situações cotidianas no palco.

No Brasil, uma espécie de pré-**Les Girls** foi apresentado entre junho e agosto de 1964, na

boate Stop Club, na Galeria Alaska. O espetáculo chamou-se **International Set** e contava a história dos amores internacionais de mulheres diferentes. O texto era de Mário Meira Guimarães, direção de Luís Haroldo, música de João Roberto Kelly, coreografia de Djalma Brasil e iluminação de Josemá. O show mereceu duas páginas na edição da revista **Manchete** de 8 de agosto e era composto pelo seguinte elenco de travestis: Bijou Blanche, Brigitte de Búzios, Manon Lascault, Rogéria, Cravo e Pilhéria, Marquesa, Gigi Saint Cyr, Nádia Kendall e Mamália Rodrigues. Ainda integravam o elenco Carlos Gil e Jerry di Marco.

Uma legenda da reportagem “Assim é... se lhe parece”, de **Manchete** (8 ago. 1964, p. 99), comentou o seguinte: “Embora alguns dos travestis trabalhem em ateliers de costura, nem sempre os seus figurinos primam pelo bom-gosto. Em compensação, as perucas com que se apresentam no show são impecáveis”. A **Revista do Rádio** antecipou em um mês **Manchete** e publicou uma reportagem de Atílio Cerino (1964) sob o título “Eles imitam elas...” na qual são informados alguns dados sobre as atrizes. É possível saber então as idades e profissões da maior parte do elenco: Rogéria é maquiadora e tem 21 anos; Manon é comerciária e tem 25 anos; Marquesa é cabeleireira com 19 anos; Brigitte é estudante e conta 19 anos; Bijou Blanche, a veterana da turma, tem 35 anos e é vitrinista.

Em determinado momento do período em que **International Set** estivera em cartaz, Bijou Blanche se desentendeu com a produção, tendo sido substituída por Valéria, marcando a estreia da trajetória artística dessa travesti (CAMARERO; OLIVEIRA, 2021).

Uma observação interessante sobre **International Set** é que o show também foi divulgado em alguns jornais, sem o uso de seu título, por meio de um anúncio com o seguinte texto: “Eles ou elas? / Você não vai acreditar / Uma verdadeira revolução nas noites cariocas o show de / TRAVESTTIS / da Boite Stop / ‘As verdadeiras vedetes do 3º sexo’”.

Ainda no mesmo período em que **International Set** esteve em cartaz, outros dois shows se apresentaram, estabelecendo uma concorrência comum a esse início da década de 1960, como já tivemos a oportunidade de salientar rapidamente. A boate Pigalle apresentou, entre julho e setembro, o show **Chez Madame Arthur** (cujo título contém explícita referência à famosa casa parisiense de espetáculos com travestis) com as seguintes estrelas: Valeria Dietrich, Fabelle Schiller, Eloína, Vanda de Windsor e Lígia Belin.

O outro show estreou em 31 de julho na boate Lidô, a uma hora da madrugada. Tratava-se de **La Belle Ronde**, criado e dirigido por Carlos Martinez. Os jornais informam que Renata e Eloína eram as travestis presentes no elenco, dando a entender que existiam outras. A peça de divulgação tinha o seguinte texto: “Lidô / apresenta à 1 hora o show das ‘bonecas’ / La Belle Ronde / TRAVESTTI em bossa nova / (as mulheres vão dizer: ‘Não é possível!’ / Os homens vão exclamar: ‘Como é que pode?’”. Desse modo, vê-se que já havia uma dinâmica própria na criação e montagem de shows de travestis; na busca por artistas para montar elencos; na tentativa de caracterizar e sugerir uma qualidade internacional aos shows (pelo menos nos títulos); no grande número de artistas presentes no elenco; no estímulo à curiosidade e à ambiguidade, baseado nas opiniões ou termos do senso comum.

No final de julho de 1964, surgiram as primeiras notas na imprensa carioca que anunciavam a

preparação de **Les Girls**. No dia 29, Eli Halfoun, no jornal **Última Hora**, noticiava o trio responsável pela criação do show: roteiro a cargo de Mário Meira Guimarães; criação musical de João Roberto Kelly e direção de Luís Haroldo.

Mais à frente, a data inicialmente anunciada para estreia foi 27 de novembro. No entanto, apenas uma semana depois, em 5 de dezembro, a estreia se consumou, conforme anúncio estampado no jornal **O Globo**. Ainda no dia 5, houve uma jogada de marketing inteligente: o **Jornal do Brasil** publicou pequena reportagem divulgando que a renda obtida na noite de estreia seria revertida para as ações das Irmãs Vicentinas, como de fato aconteceu. Inteligente porque associou o trabalho artístico de oito travestis a uma ação benéfica direcionada a um asilo mantido por aquela ordem religiosa.

Figura 4 — Anúncio de estreia de Les Girls



Fonte: **O Globo**, 5 dez. 1964, p. 4.

O show, que se tornaria sucesso ao longo dos onze meses seguintes, foi composto pelas travestis Rogéria, Valéria, Marquesa, Brigitte de Búzios, Manon, Nadja Kendall, Wanda e Carmen. Ainda atuavam os atores Jean-Jacques, Carlos Gil, Jerry di Marco e Jardel Mello. O espetáculo era aberto com uma música iniciada com estes versos: "Les Girls, oh, Les Girls / ôôô, Les Girls / Les Girls é ter charme / Touché / Se pôr de bem todo dia / Les Girls é amar, é beber / É ser sexy, sexymania / Sou Les Girls / Sou Les Girls."

Um mês após sua estreia, o espetáculo **Les Girls** obteve reconhecimento público. O jornalista Eli Halfoun (1965, p. 2), do **Última Hora**, publicou esta crítica:

Les Girls: Meira acertou em cheio e mostrou talento de Jerri de Marco

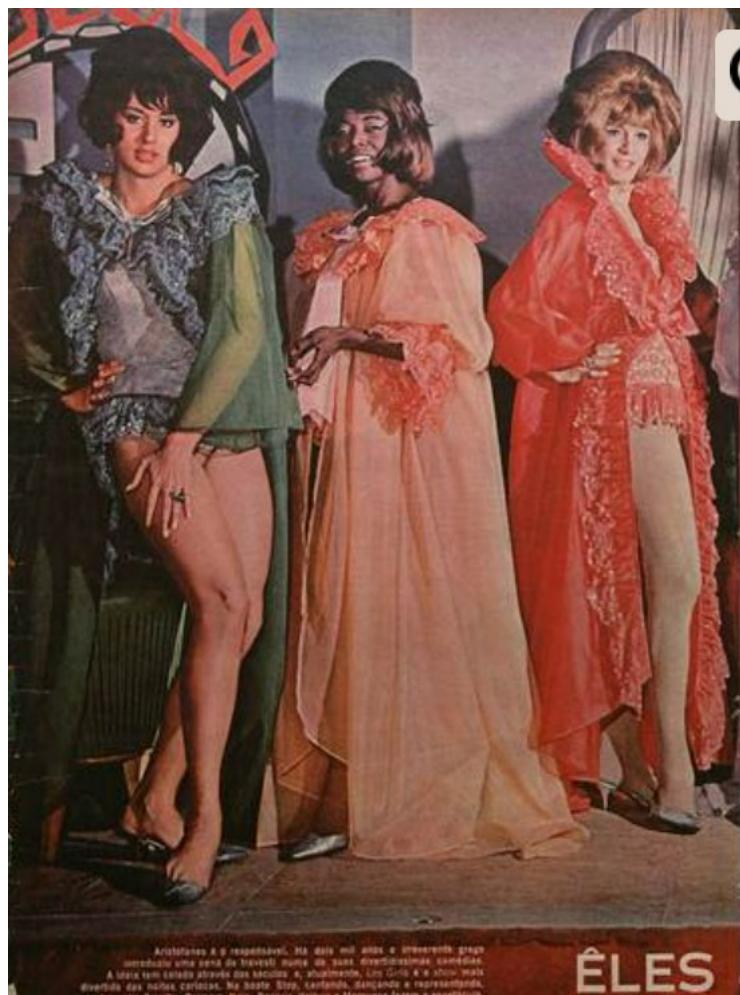
Montar espetáculo para travestis é tarefa das mais perigosas. Tão perigosa que nem em Paris, onde nasceu este tipo de espetáculo, fizeram um show de “bonecas” com roteiro. Mas Meira Guimarães conseguiu não só escrever um espetáculo picante, sem ser imoral, mas captar, principalmente, a intimidade de cada “boneca”. Para isto, Meira passou dias reunido com Hugo Freitas, idealizador deste show no Stop Club, que lhe transmitiu a personalidade de cada “artista”. E o resultado foi dos melhores: **Les Girls** é, no momento, sem dúvida, o melhor e o mais luxuoso (os figurinos são belíssimos) espetáculo da noite. E mais: serviu para mostrar que as “meninas” têm talento. Os quadros estão bem bolados e a imitação das **Intelectuais** da TV-Rio é perfeita. Grande mérito do sucesso do espetáculo (ontem a casa estava superlotada, principalmente de turistas, entre os quais o norte-americano casado com a brasileira Vera de Almeida, que aplaudiu o show de pé e dando vivas) cabe ao pulso do diretor Luís Haroldo, que conseguiu incutir um pouco de profissionalidade nas “meninas” que nunca haviam pisado num palco. Jardel Melo sai-se muito bem como o “psicanalista”. Jean Jacques, como “Irma La Marga” consegue arrancar gargalhada, só superadas pela entrada de Jerri di Marco, que no papel do enfermeiro refrigerado mostra o quanto é capaz de fazer. Seu papel parece muito com o de Paulo Araújo em **Como vencer na vida sem fazer força**. Ainda como Paulo, Jerri rouba o espetáculo. Carlos Gil não precisa de comentários: conhece o palco como a palma de sua mão. Destaquem-se ainda a atuação de Rogéria e a de Valéria, que, imitando Elizete Cardoso, arranca os maiores aplausos do espetáculo.

Em 15 de março de 1965, **Les Girls** completou a centésima apresentação.

Desde o início, os colunistas que cobriam a cena cultural da noite carioca publicavam pequenas notas informando sobre as apresentações, o retorno do público, pequenas fofocas sobre as integrantes da trupe e os planos futuros para a atração. Em 1º de abril de 1965, Eli Halfoun (1965, p. 2) publicou:

Sonia Mamede e Jerri di Marco serão as principais figuras da próxima revista de Gomes Leal para o Teatro Rival. Mas a grande atração da peça, ainda sem nome, será a participação dos travestis do Stop, Rogéria, Marquesa, Brigitte, Nádia e Valéria. ‘Elas’ serão apresentadas no espetáculo como ‘Les Coccinelles brésiliens’ (sic). E depois não acreditam quando digo que este mundo está cada vez mais doido.

Novamente, o título Coccinelles brasileiras seria atribuído a um grupo de travestis, naquele momento reforçado pela então recente, polêmica e atribulada passagem da própria Coccinelle pelo Brasil em 1963.

Figura 5 — Reportagem "Eles fazem o espetáculo"

Fonte: Manchete, 20 fev. 65, p. 56.

Em 6 de maio de 1965, era a vez de Jorge Villar (1965, p. 4), de **O Jornal**, anunciar as intenções futuras do proprietário da Stop:

LES GIRLS, o show travestido do Stop, continua em cartaz e ainda desperta curiosidade do público do Rio. O espetáculo com script de Meira Guimarães e música de João Roberto Kelly é dos melhores, no seu gênero, sendo mesmo, na opinião de muita gente viajada, superior a alguns do estrangeiro. O sr. [Francisco] Bouzas [dono da Stop] está satisfeito com o movimento de sua casa, mas já tem no 'bolso do colete' um novo espetáculo para as 'bonecas'.

Entre 1º de dezembro de 1965 e 27 de fevereiro de 1966, o **Jornal do Brasil** divulgou diariamente a peça publicitária de **As cortesãs**, anunciando para data próxima o novo show de travestis que substituiria **Les Girls** na Stop. Além de Carlos Gil, foi anunciada a contratação de três travestis: a japonesa Akiko, Bia de Carlo e Mona Lisa. No entanto, este show nunca estreou.

Figura 6 — Anúncio do show As cortesãs

Fonte: **Jornal do Brasil**, 29 dez. 1965, Caderno B, p. 6.

A partir de junho de 1965, **Les Girls** começou a se apresentar fora do Rio de Janeiro. De um lado, o sucesso e a novidade foram muito grandes, o que estimulava uma demanda de público em outros centros; de outro lado, em abril, o proprietário da Stop Club, Francisco Bouzas, começou a ter problemas financeiros e a não honrar os compromissos com a equipe. Tanto foi assim que em agosto do mesmo ano a boate estava na iminência de fechar as portas. Em São Paulo, a trupe esteve, nos meses de julho e agosto, nas boates Oásis e Ela, Cravo e Canela; em setembro, no Teatro Paramount; em outubro, no Teatro Esplanada; e ainda retornaram em fevereiro de 1966, no Teatro Natal.

Em junho de 1966, o ápice do sucesso: uma viagem internacional ao Uruguai, onde o grupo se apresentou em Montevidéu e Punta del Este.

Mas nem tudo foi harmonia e boa receptividade. Houve censura também por onde andaram! À medida que o sucesso era irradiado pelo país e shows eram programados em outras cidades, a reação conservadora começou a operar.

Em novembro de 1965, próximo de uma possível estreia do grupo em Santos, uma sessão na Câmara Municipal foi encerrada com confusão. Em sua pauta, houve uma tentativa de votar o requerimento do vereador Dirceu de Souza Lima proibindo a realização de espetáculos com travestis na cidade.

Em abril de 1966, em uma possível apresentação do grupo em Porto Alegre, o "juiz Honorino Batelli, da 2ª Vara da Fazenda, denegou mandado de segurança de um teatro local contra a Censura gaúcha, que proibiu o espetáculo das bicharocas conhecido como **Les Girls**", de acordo com Stanislaw Ponte Preta (1966, p. 3).

Em novembro de 1966, a cidade do Recife também aderiu à censura a **Les Girls**: o vereador Wandenkolk Wanderley iniciou articulação para impedir a apresentação do show no Teatro Santa Isabel.

O sucesso é bom e todos gostam, ao mesmo tempo que desperta a concorrência. A crescente fama provocada por **Les Girls** não demorou a estimular o aparecimento de outros shows, aproveitando a curiosidade e o interesse do público. Entre maio e setembro de 1965, o Teatro Rival apresentou uma revista com texto de Luiz Filipe Magalhães intitulada **Boas em liquidação**. Entre as várias atrações, havia quadros com as travestis Fabette, Eloína, Renata, Jacqueline e Sarita

Lamarque.

Em 26 de julho de 1965, estreou na boate Top Club, na praça do Lido, o espetáculo **Very, very sexy**. Na ficha técnica, constavam a produção de Hugo de Freitas, direção de Alberto Perez, música de Jean d'Arco, cenografia de Peter Gasper e figurino de Viriato Ferreira. No elenco de travestis, estavam Bijou Blanche, Monique, Suzy Wong, Georgia Bengston, Renée Rial, Lorena, Sofia Loren (não é a mesma de **Vive les femmes**), Milá, Cassandra, Gigi Saint Cyr, Darla Mendes, Bellah Barrière, Jane Angel. O show ficou em cartaz até outubro, na Top Club, transferindo-se em dezembro para o Teatro Dulcina, onde ficaram em curta temporada.

O sucesso do primeiro **Les Girls** abriu passagem para algumas integrantes do grupo iniciar carreira individual, sobretudo fora do país. Ainda em agosto de 1965, Valéria gravou um compacto pela indústria fonográfica Mocambo. Após o cumprimento das diversas agendas em outras cidades no segundo semestre de 1965 e início de 1966, algumas delas foram para a Europa, como aconteceu, primeiro, com a própria Valéria e, mais tarde, com Rogéria (convidada por Valéria) e Brigitte de Búzios.

Fazia-se necessário suprir o público carioca com um novo espetáculo de **Les Girls**. A equipe original que criou o primeiro show, desta vez desligada da boate Stop e do contrato formal com Francisco Bouzas, voltou a se reunir para um segundo. Com roteiro de Mário Meira Guimarães; criação musical de João Roberto Kelly; direção de Luís Haroldo e figurino de Viriato Ferreira, nasceu **Les Girls em Op Art**, cuja estreia se deu no Teatro Dulcina, em 17 de março de 1966. Um destaque deve ser feito para Viriato, que causou excelente impressão com o figurino inspirado em Courrèges (e eu diria também em Mondrian por meio de Yves Saint-Laurent). Este show foi estrelado por Georgia Bengston, Jane di Castro, Bellah Barrière, Wanda, Vera, Cassandra, Fanny, Cristine, Chanel e Monique (que substituiu Jane di Castro, como será visto mais adiante no depoimento dela).

Figura 7 — Reportagem “Op girls”

Fonte: **Manchete**, 9 abr. 1966, p. 78-79.

Também em março de 1966, um show concorrente ao novo **Les Girls** foi estrelado, demarcando com muita clareza que os shows de travestis já haviam se tornado um grande filão comercial na noite carioca, constituindo-se claramente como referência nas formas de sociabilidade LGBTQIA+ em um momento político no país que começava a se tornar nevrálgico em função do acirramento da ditadura civil-militar.

No final do mesmo mês, a boate Stop estreava **Alô, bonecas**, com uma tendência a se tornar sucesso dada a reunião de parte da equipe criadora: roteiro de Mário Meira Guimarães; criação musical de Célio Felício; figurino de Mário Henrique e direção de Luís Haroldo. O corpo de artistas era formado por Desirée, Monique, Bijou Blanche, Gisela, Bellah Barrière, Mona Lisa, Sofia, Brigitte de Búzios, Vera e Georgia Bengston. No entanto, para alcançar o sucesso esperado, o espetáculo precisou passar por diversas alterações ao longo do período em que ficou em cartaz.

Ainda vale a pena registrar um show concorrente a **Les Girls**, montado com travestis, intitulado **Les Boys de Copacabana**. Claramente definido como contraponto a **Les Girls**, o show trazia no título a mesma ironia misturada a certa zombaria ao lidar com a incerteza e a dúvida do “terceiro sexo”. O texto do show era de Luiz Filipe Magalhães e o anúncio em jornais registrava o seguinte: “Brigite Blair apresenta o show de travestis Les Boys de Copacabana / com as mais desvairadas bonecas da madrugada!”. O espetáculo ficou em cartaz entre 5 de agosto e 7 de

outubro de 1966, no Teatro Miguel Lemos, com apresentações à meia-noite. O elenco era formado por Ronaldo Crespo, Sarita Lamarque, Marize, Fabelle, Eloína, Liza Belini, Lucrécia e Suzi.

Motivada pelo sucesso de **Les Girls em Op Art**, a revista **O Cruzeiro** produziu uma reportagem ousada para a época, testando o que hoje chamamos de passabilidade. A equipe da reportagem combinou com um grupo de *girls* do elenco um passeio pelas ruas do Leme e observou que, aparentemente, os transeuntes não percebiam que se tratava de travestis. Participaram da experiência Monique, Vera, Bellah Barrière, Wanda, Cassandra e Geórgia Bengston.

Figura 8 — Reportagem “As girls saem às compras”



Fonte: **O Cruzeiro**, 23 jun. 1966, p. 53.

A saudosa Jane Di Castro, falecida em outubro de 2020, relatou para mim que a produção do ensaio não foi tão tranquila quanto as imagens sugerem. Em dado momento, os transeuntes perceberam que eram travestis que circulavam à luz do dia e começaram a constranger as meninas. Imediatamente, elas entraram em uma Kombi que as esperava em um local combinado!

Aquela matéria foi no Leme e elas se arrumaram num bar, num restaurante que tem na Atlântica, La Fiorentina.² Elas tiveram que correr porque chamaram a polícia. Aquilo ali também deu muito babado porque foi em plena ditadura militar e a revista quis fazer aquilo pra confrontar, porque **O Cruzeiro**, ele era contra o regime, então foi lá, o texto era muito... **O Cruzeiro** era muito censurado, né, naquela época, muito perseguido. Então botaram elas, usaram elas, elas foram usadas. Graças a Deus eu não fiz, porque nessa confusão toda a Cassandra quebrou um dedinho porque ela correu pela rua, entrou numa van, porque elas tavam andando e uma van acompanhando elas, porque se acontecesse alguma coisa, de quererem bater nelas, elas tinham que correr pra van. Nem segurança tinha, nem policiamento tinha. E elas nem passavam por mulheres porque a gente via que aquilo tudo era travesti na época, né. Mas elas quiseram fazer escândalo mesmo. Foi uma matéria que eu, graças a Deus, eu não fiz. Mas eu estava no elenco ainda. A Monique entrou [na reportagem] porque ela já ia entrar no meu lugar. Ela ficou lá um mês me assistindo pra fazer igual o número. Eu fazia uma entrada no prólogo, eu fazia intelectuais, eu fazia uma chique com a Geórgia Bengston, porque a Geórgia Bengston fazia uma pau de arara. E eu era a irmã dela, muito chique, porque era o papel que a Marquesa fazia no Stop, e ele me escolheu por causa da beleza, porque eu era muito jovem também, eu tinha 19 anos por aí, e bonita. Eu fui escolhida num baile de carnaval. Eu fiz um teste, passei e eu fazia a chique, depois eu fazia... Eu tinha umas três entradas, fazia prólogo e final, intelectuais e esse número com a Geórgia Bengston e tinha mais um outro número que eu não lembro... Um dos pufes... tem muito tempo isso. Mas era muito bonito. Naquela matéria que tem a Geórgia Bengston ali e a Cassandra, eu também estou.³ Eu não sei se você tem ela. Não sei se foi **Fatos & Fotos** ou a revista **Manchete**, porque nós fizemos duas revistas; três, né... várias. Fizemos **Manchete**, **Fatos & Fotos**... jornais, então... foi muita matéria... nós tivemos publicidade igual no Stop porque foi um escândalo, porque foi o primeiro musical só com travestis no teatro. Até então só tinha atrações, um no Carlos Gomes, eram só atrações, duas... Mas um elenco assim, um espetáculo para o público, popular... Eu fui a pioneira, meu amor, eu sou uma das pioneiras. Porque elas fizeram boate e foram para São Paulo fazer boate, depois foram para Porto Alegre e de Porto Alegre foram pro Uruguai, Montevidéu, porque a Rogéria voltou.⁴ A Rogéria voltou e nós já távamos terminando o **Les Girls**. A Rogéria estreou acho que era **Elas por elas** e depois foi logo pro Carlos Machado, estrear no Carlos Machado. Em 67 nós estreamos em março no Teatro Rival na peça **Vem quente que estou fervendo**⁵ e que a Rogéria fazia o Machado e fazia o Rival, que foi minha segunda peça. Eu estreei **Les Girls** e minha segunda peça foi o Rival. Aí depois eu fiquei até 1970.

Por razões que ainda necessitam ser melhor esclarecidas, a partir de 1967, dois produtores de **Les Girls** — Carlos Gil e Jerry di Marco — se apropriam do nome. Eles montaram outros espetáculos e começaram a circular pelas capitais do país, com corpos artísticos diferentes. Assim, os espetáculos foram se moldando, adaptando-se às necessidades, à demanda do público, às mudanças culturais e políticas que ocorriam no país, ao mesmo tempo em que perderam em qualidade, suntuosidade de figurinos e se tornaram mais escrachados.

Foi também Jane di Castro quem deixou um depoimento para mim sobre a dissolução de **Les Girls**.

2 Jane se refere à reportagem “As ‘girls’ saem às compras” publicada em **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, Ano XXXVIII, n. 38, p. 52-55, 23 jun. 1966.

3 Jane ainda se refere à mesma reportagem, onde há uma foto com Geórgia Bengston interpretando seu personagem no palco.

4 Rogéria deixou a *tournée* de **Les Girls** em Pelotas (RS). Em seu retorno ao Rio, entrou no elenco de **Alô bonecas**, que estava em cartaz no Stop, tendo ganhado dois quadros para si na peça.

5 Estreou no Teatro Rival em abril de 1967.

Querido, deixa eu te falar uma coisa pra você. Existiu em 1964 **Les Girls**, na boate Stop, com aquele elenco da Rogéria, Valéria, aquela turma toda, né? Aí elas pararam em... final de 65 para 66, elas foram pra São Paulo pra fazer boate e nós fizemos, estreamos em março... ou abril, sei lá, no Teatro Dulcina, que foi o primeiro espetáculo de travestis, era um grupo de travestis, liberado pela Censura em teatro, porque até então elas faziam em boate prum grupo muito reservado para 60, 50 pessoas, a boate era muito pequeninha. Mas foi um sucesso de grande... de imprensa e de frequência... que Ibrahim Sued, alta sociedade... Era um glamour, entendeu? Aí depois do Teatro Dulcina, elas tavam viajando, aí elas voltaram, a Valéria foi pra Montevidéu, a Rogéria não quis ir, voltou e estreou no Teatro Dulcina **Elas por elas**. Em 66, nós estávamos no Teatro Dulcina fazendo **Les Girls Op Art**, substituindo elas, mas com a mesma equipe: produção, direção, texto, tudo original. Aí depois que elas pararam de viajar, o Jerry di Marco e o Carlos Gil começaram a inventar **Les Girls** por conta deles, viajando pelo Norte, Nordeste, tudo escondido, escondido porque naquela época não tinha internet e ninguém ficava sabendo aqui. Então elas fizeram muito, viajaram muito. Depois que o Luís Haroldo descobriu, foi a maior confusão! Aí começaram a botar **Vivre Les Girls**, não sei o que lá **Les Girls**, sempre usando o segundo **Les Girls**, mas não foi mais sucesso. Fizeram **Les Girls** até em São Paulo, Teatro das Nações, a estrela era a Lorena, mas tudo com Carlos Gil, era tudo fake. Elas usavam a abertura que era uma música assim, quer ver: [cantarola] "Les Girls, ô Les Girls, / ôôôô Les Girls, / Les Girls é ter charme, touché / se pôr de bem todo dia / Les Girls é amar, beber / é ser sexy, sexymania / sou Les Girls, sou Les Girls, sou Les Girls". Essa era a música da abertura que nós fazíamos e de final, e que elas preservaram só a abertura, o resto mudou tudo: eles não tinham texto, eles não tinham os personagens. Eles não usavam... eles inventaram músicas, dublagens, uma fazia strip, a outra fazia um número de plateia, tudo que não tinha nada a ver com o original, entendeu? Então usaram muito, mas depois deu um babado de processo, teve brigas com o Carlos Gil, com o Jerry di Marco e dissolveram, né? Aí o Jerry foi com uma turma prum lado, Carlos Gil pro outro, era uma confusão danada. Mas uma coisa é certa: só teve dois originais — boate Stop e Teatro Dulcina. Eu falo original porque foi tudo ao pé da letra: música, texto, direção, só mudou o figurino, foi pra Op Art, porque foi uma homenagem, eu lembro que foi ao Courrèges, que foi o Viriato Ferreira que fez, que fazia parte do elenco e depois saiu e entrou a Fanny. Depois eu saí, porque eu não pude viajar pro Nordeste, Norte, porque eu tinha um emprego fora aqui e botaram a Monique no meu lugar. Quando a Monique fez aquela matéria ela ainda não estava em **Les Girls**, mas ela tava entrando, então não me botaram na matéria, botaram ela porque eu já tava de aviso prévio, com um mês, pra sair antes, entendeu? A história é por aí. Então as pessoas confundem muito.

A história de **Les Girls** merece ser resgatada com mais detalhes. Em um momento em que várias forças de coerção — policial, judiciária, moral, religiosa, familiar — agiam para oprimir e reprimir as travestis, proibindo-as de sair ou de se apresentar em público, aquele grupo inicial, de dezembro de 1964, tomou para si a tarefa de comprovar suas habilidades e versatilidade artísticas.

Fica aqui um sincero agradecimento a Divina Valéria e, em memória, a Rogéria, Marquesa, Brigitte de Búzios, Manon Lascaut, Nádia Kendall, Wanda, Carmen e Jane Di Castro.

Referências

ACCIOLY NETTO, A. Os “travestis” iniciam carreira no Recreio. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 18, p. 20, 12 dez. 1961. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20196&pesq=Recreio&pagfis=134947>. Acesso em: 20 set. 2021.

AQUI está o show que a tv não pôde mostrar. **Revista do Rádio**, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 587, p. 14-17, 17 dez. 1960. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=144428&pasta=ano%20196&pesq=Ezequiel&pagfis=33881>. Acesso em: 20 set. 2021.

ASSIM é... Se lhe parece. **Manchete**, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 642, p. 98-99, 8 ago. 1964. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20196&pesq=Ezequiel&pagfis=57905>. Acesso em: 19 set. 2021.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. A arte transformista brasileira: rotas para uma genealogia decolonial. **Quaderns de Psicología**, Barcelona, v. 17, n. 3, p. 123-134, 2015. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-bortolozzi>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CAMARERO, Alberto; OLIVEIRA, Alberto de. **Divina Valéria**. São Paulo: Editora Campos, 2021.

CERINO, Atílio. Eles imitam elas... **Revista do Rádio**, Rio de Janeiro, Ano XVII, n. 773, p. 12-13, 11 jul. 1964. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=144428&pasta=ano%20196&pesq=Recreio&pagfis=43515>. Acesso em: 19 set. 2021.

D'EZEQUIEL. Favela em 3-D. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 9.596, 16 dez. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=Ezequiel&pagfis=4182. Acesso em: 19 set. 2021.

HALFOUN, Eli. **Les Girls**: Meira acertou em cheio e mostrou talento de Jerri de Marco. **Última Hora**, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 1.456, Matutino, 2º Caderno, p. 2, 4 jan. 1965. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=apartamentos%20escusos&pagfis=106158>. Acesso em: 21 set. 2021.

HALFOUN, Eli. **Última Hora**, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4.725, Vespertino, 2º Caderno, p. 2. 1º abr. 1965. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=apartamentos%20escusos&pagfis=108361>. Acesso em: 20 set. 2021.

LES GIRLS. Ficha técnica completa. Disponível em: <https://filmow.com/les-girls-t6956/ficha-tecnica/>. Acesso em: 19 set. 2021.

LION, Antonio Ricardo Calori de. Corporeidades dos femininos no teatro de revista na década de 1950. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 25., 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1601315755_ARQUIVO_90968ffc779a718ae92fd997cc2ee06e.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

NASCIMENTO, Juliana Bentes. Identidades em trânsito: revisitações acerca da arte da montação. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; LION, Antonio Ricardo Calori de (org.). **Corpos em trânsito**: existências, subjetividades e representatividades. Salvador: Devires, 2020. p. 228-242.

PAIVA, Maurício de. Anoite no **Diário. Diário da Noite**, Rio de Janeiro, Ano XXXII, n. 11.961, 20 dez. 1961. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_04&pasta=ano%201961_04&pesq=Diario_da_Noite&pagfis=134947.

[196&pesq=maur%C3%ADcio%20de%20paiva&pagfis=16921](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=%22voc%C3%AA%20n%C3%A3o%20emplaca%2061%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=16921). Acesso em: 20 set. 2021.

PEREZ, Carlos. Rei Momo em travesti. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2.345, p. 3, 13 jan. 1961. 2º Caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=%22voc%C3%AA%20n%C3%A3o%20emplaca%2061%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=4260. Acesso em: 23 set. 2021.

PONTE PRETA, Stanislaw. **Última Hora**, Rio de Janeiro, Ano XV, n. 1.829, Matutino, p. 3, 13 abr. 1966. Caderno 2.

PORTARIA no edifício alaska para acabar com os apartamentos escusos. **Última Hora**, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 2.376, p. 6, 03 abr. 1958. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=apartamentos%20escusos&pagfis=46737>. Acesso em: 19 set. 2021.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **Sob o símbolo do glamour**: um estudo sobre homossexualidades, resistência e mudança social. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

THÜRLER, Djalma; MATHIEU, Beatrice. A primeira onda da cena travesti no Brasil: a centralidade do “corpo em movimento”. **Urdimento**, Florianópolis, v. 2, n. 41, p. 1-28, set. 2021.

VILLAR, Jorge. “Arco-íris” adiando sine die. **O Jornal**, Rio de Janeiro, Ano XLVI, n. 13.376, p. 4, 6 maio 1965. 2º Caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_06&pasta=ano%20196&pesq=Recreio&pagfis=43654. Acesso em: 19 set. 2021.



DESAFIOS PARA UMA ABORDAGEM EFETIVAMENTE MULTIMODAL DOS GÊNEROS DISCURSIVOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CHALLENGES FOR AN EFFECTIVELY MULTIMODAL APPROACH TO DISCURSIVE GENRES IN PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOKS

Peterson José de Oliveira¹

Recebido em: 19 de setembro de 2021.

Revisão final: 14 de novembro de 2021.

Aprovado em: 15 de novembro de 2021.



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14477>

RESUMO: Esse artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tentou entender como duas coleções didáticas de Língua Portuguesa, utilizadas em 2018, exploraram o material visual na abordagem dos gêneros multimodais. Nesse trabalho tentamos entender quais foram os gêneros multimodais mais usados nas coleções analisadas, e como os autores relacionaram a semiose do visual com o verbal. Nossas observações nos levaram a uma conclusão preocupante: A multimodalidade dos gêneros é tratada como algo acessório à construção do sentido.

ABSTRACT: This article is the result of a bibliographical research that tried to understand how two didactic collections of Portuguese Language, used in 2018, explored the visual material in the approach of multimodal genres. In this work, we tried to understand which were the most used multimodal genres in the analyzed collections, and how the authors related visual and verbal semiosis. Our observations lead us to a disturbing conclusion: The multimodality of genres is treated as an accessory to the construction of meaning.

Palavras-chave: livro didático, multimodalidade, ensino, Língua Portuguesa, gêneros textuais.

Keywords: teaching book, multimodality, teaching, Portuguese Language, textual genders.

¹ Possui graduação em Licenciatura em Língua e Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Uberlândia (2000), Brasil, e Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), Brasil. Professor do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU), Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4424176374837628>. E-mail: petersonoliveira@ufu.br

A aula de Língua Portuguesa, no Brasil, passou por muitas transformações metodológicas desde o início do século XX. Durante um longo período, que vinha desde o século XIX, avançando aproximadamente até meados do século XX, as aulas de Língua Portuguesa eram de leitura, de ditado, de declamações de poemas, da escrita à mão, da oratória, da caligrafia. Estavam orientadas para a leitura e escrita de textos escolares ou literários, na sua maioria, e também pela análise gramatical de cunho normativista e metalinguística, com a memorização de classes e termos da oração, regras do bem falar e escrever. A lição de Língua Portuguesa era quase sempre inspirada nas palavras dos grandes mestres gramáticos que, por sua vez, fundamentavam seus julgamentos e análises no método filológico e em exemplos literários ou filosófico-morais.

Como apontam Soares (2004) e Bunzen (2011), os principais instrumentos do professor eram a cartilha (ou antologia de textos) e um compêndio gramatical. As lições de português compunham-se de leitura oral e silenciosa de textos considerados canônicos (literários ou moralizantes), com a análise sintática servindo de instrumento básico da análise das produções escritas. Nada de pluralismo de registros ou variedades linguísticas. O português era um só: o dos grandes escritores portugueses e brasileiros, e a imitação desses mestres era o único modo de acessar o conhecimento do bem falar e do bem escrever. É só depois da década de 1940 que começam aparecer as “lições”, isto é, o texto acompanhado por questões. Antes disso, cabia ao professor selecionar o texto e elaborar questões sobre o mesmo.

Dessa limitação de fontes e métodos, pouco restou. Hoje as aulas de Língua Portuguesa vivem a influência e a afluência de um novo modo de ver o ensino da língua materna. O ensino da nomenclatura gramatical, ainda que presente, divide espaço com reflexões sobre a pluralidade de usos e a legitimidade de falares e manifestações linguísticas até bem pouco tempo ignoradas, como a abordagem sociointeracionista dos gêneros discursivos, e ferramentas pedagógicas que vão muito além do quadro-negro e dos livros escolares.

No entanto, mesmo que tenham aparecido na escola o rádio e a TV, o videocassete, a internet e os celulares, o livro didático² continua sendo o instrumento fundamental para o professor nas aulas de Língua Portuguesa. Ainda que divida espaço com outros meios ou materiais, como Datashow, aparelhos de som, televisões e computadores pessoais, na rede pública brasileira o LD continua sendo o eixo em torno do qual gira a rotina do ensinar e aprender português no ensino fundamental e médio.

Com todas as limitações e com todas as transformações por que passou, desde o projeto gráfico, com mais imagens do que nunca, até a inclusão de gêneros multimodais modernos, como reportagens, notícias, música popular, videoclipes, podcasts, blogs, entre outros, a lição de Língua Portuguesa ainda se fundamenta, basicamente em todas as escolas públicas, no modo como o LD a estrutura.

Não se trata aqui de defender que o LD deva orientar a abordagem do professor de forma hegemônica, ou seja, o principal ou único material usado nas aulas. Estamos cientes da rica bibliografia que tem se constituído em torno de uma pedagogia do português voltada a projetos, muitas vezes intra e transdisciplinares. Há muitas e boas pesquisas, que deram fruto a livros em que

2 De agora em diante, LD.

pesquisadores propõem projetos e intervenções escolares e rompem com o LD de português como única ferramenta de ensino aprendizagem. Ainda assim, em nossa experiência com professores atuantes nas redes públicas e privadas, vemos o LD (ou na forma de apostilas) sendo amplamente utilizado como o principal material pedagógico e que orienta o curso de português nos ensinos fundamental e médio³.

Desde a adoção do PNLD⁴, pelo governo brasileiro em 1985 (mas até mesmo um pouco antes disso), os professores de Língua Portuguesa podem construir suas aulas em torno do LD. Apesar das suas limitações e da inclusão pelas escolas de outras formas de ensino, como os projetos, os livros didáticos, quando bem escolhidos e bem utilizados, são uma inestimável fonte de ideias, exercícios, práticas e reflexões sobre a língua em uso. Num país em que o acesso a fontes escritas impressas de informação e lazer é escasso, ter acesso a um bom material impresso é, muitas vezes, a única possibilidade de informação sobre o assunto de que disporão nossos aprendizes, mesmo se levarmos em conta o fato de que, pela internet (via computadores pessoais ou celulares), uma parte considerável dos estudantes possa ter acesso a outras formas de informação e lazer escrito.

Nesse artigo pretendemos avaliar como essa preciosa ferramenta de ensino vem trabalhando a linguagem visual ou a imagem na aula de Língua Portuguesa. Isto é, verificar como os autores das duas coleções de livros didáticos que analisamos abordam o aspecto visual dos gêneros multimodais e de que forma a leitura da imagem é utilizada em conjunto com a expressão verbal, para a aquisição e o aperfeiçoamento de práticas de linguagem modernas. Interessa-nos, principalmente, compreender se o trabalho nesses livros com a imagem existe, é sistemático e se contribui decisivamente para a expressão verbal, para a compreensão do gênero estudado e para sua produção. Também buscaremos entender quais são os fundamentos teóricos – implícitos e explícitos – envolvidos nessa abordagem.

Sabemos que os livros didáticos de Língua Portuguesa⁵ vêm incorporando uma miríade de

3 Para um breve olhar sobre novas propostas de ensino de gêneros discursivos na aula de Língua Portuguesa, que trazem projetos e intervenções, ver: BUNZEN; MENDONÇA (2013), ROJO; MOURA (2012), DIONISIO; MACHADO; BEZERRA (2010).

4 Em que pesem os critérios exigidos aos autores de LDs por esse programa, nosso trabalho parte da seguinte pressuposto: se os livros não cumprissem de alguma maneira os critérios do PNLD, não teriam sido escolhidos como coleção para o ensino público. Interessa-nos, acima de tudo, saber **como** os livros tratam os gêneros multimodais em seus exercícios ou lições, já que os elementos mínimos (abordagem do visual ou outras linguagens além da verbal) com o trabalho multimodal aparecem nos LDs analisados. Sabemos que o Programa Nacional do Livro Didático e do material didático, ou PNLD, nas palavras do site oficial do governo, “compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita.” (Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 25 jan. 2012). Constituído desde 1985, o PNLD apresenta uma democratização ao acesso de um material didático de qualidade de modo amplo e gratuito, mesmo que isso implique também o império de oligopólios editoriais e de capital estrangeiros (mais atualmente) na elaboração de materiais e livros com maior apelo comercial. Ver a dissertação de Katia Paulilo Mantovani, **O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD: impactos na qualidade do ensino público**, de 2009 e a tese de Célia Cristina de Figueiredo Cassiano, **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**, defendida em 2007.

5 De agora em diante, LDLP.

gêneros multimodais, além daqueles que já apareciam em LDLP desde as décadas de 1960/1970, como o publicitário e jornalístico, notícias, etc. Praticamente qualquer LDLP hoje fará referência à mídia digital, que é multimodal, por excelência, e se empenhará no letramento digital dos estudantes.

No entanto, os LDLPs incorporaram metodologicamente esses novos gêneros ou continuaram a tratar os elementos visuais destes da mesma forma como o faziam há 50 anos? Será que, ao lado de um olhar mais democrático para novas formas artísticas ou informativas de comunicação e uso da língua portuguesa, a atenção ao letramento visual (como parte dos gêneros multimodais) sofreu alterações, modernizou-se ou aprofundou-se?

Essas questões fundamentaram um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da instituição onde atuo. Meu interesse e encanto por essa ferramenta pedagógico-metodológica, o livro didático, me fez questionar se as aulas de Língua Portuguesa têm se beneficiado dessa grande abertura para outros gêneros textuais discursivos.

Ao trabalhar com estagiários de Língua Portuguesa, pude perceber o quanto nossos futuros professores demandavam uma formação no aspecto propriamente visual dos gêneros multimodais que apareciam nos livros didáticos ou nas aulas de Língua Portuguesa. Observei uma carência de conhecimento teórico-prático sobre essas questões, e os livros didáticos, onipresentes nas aulas analisadas por meus estagiários e usados em suas aulas simuladas, não eram satisfatórios. Desse modo, no intuito de trazer uma compreensão melhor sobre o visual e o multimodal, propus um projeto para analisar os livros didáticos usados na cidade onde moro.

Corpora da pesquisa e critérios de análise

Durante o ano de 2018 visitamos de 25 escolas públicas, geridas pelo município ou pelo governo estadual. O objetivo das visitas era simplesmente saber quais livros didáticos de Língua Portuguesa estavam sendo usados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, para daí selecionar para análise as coleções ou autores mais usados e, posteriormente, escolher quais coleções abordar primeiro. Como a cidade escolhida como amostra tem cerca de 70 instituições públicas de ensino fundamental, pensamos que a amostragem fosse suficientemente expressiva para entendermos quais LDLP eram os mais utilizados. Além disso, nossa pesquisa não tem a pretensão de ser exaustiva do ponto de visto numérico. Nosso interesse em visitar várias escolas era uma tentativa de não escolher para análise coleções pouco conhecidas pelos professores da cidade.

Apesar de que tais coleções possam ter sido substituídas por outras ou por versões mais novas das mesmas desde que iniciamos esse trabalho⁶, acreditamos que nossa análise poderá iluminar pontos interessantes sobre o letramento multimodal, em especial nos aspectos propriamente visuais dos gêneros multimodais. Além do mais, em estudos posteriores iremos comparar essas coleções com as novas dos mesmos autores, quando forem se adaptando à Base Nacional Comum Curricular

⁶ Iniciamos o levantamento dos LDLP mais usados em 2018. Logo, várias coleções usadas, ainda eram de edições anteriores a essa data. Havia uma consulta em andamento para escolha dos livros do ensino fundamental II para o ano de 2020.

(BNCC). Assim, nossa análise tenta entender como a imagem é abordada nos gêneros multimodais nesse momento e nessas coleções.

As coleções mais usadas pelos professores nas escolas da cidade à época (2018) foram diferentes coleções de William R. Cereja e Thereza C. Magalhães, para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio⁷. É preciso ainda esclarecer que uma escola que possuísse ambos os níveis de ensino (Ensino Fundamental II e Médio) poderia usar duas coleções diferentes. Desse modo, decidimos analisar, desses mesmos autores, os volumes 1 e 3 da coleção **Português: linguagens** do Ensino Médio e dois volumes, 6 e 9, da coleção **Se liga na língua**, de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi, do Ensino Fundamental, para comparar as abordagens dos recursos visuais na exploração de gêneros multimodais.

Como o objetivo não é, nesse momento, proceder a uma análise exaustiva de todas as coleções e autores usados, mas obter um instantâneo de como os autores de livros didáticos mais conhecidos e usados tratam a questão da imagem, escolhemos nos deter em duas coleções, de editoras muito tradicionais e conhecidas que, em geral, são as mais requisitadas. Por isso decidimos fazer uma análise comparativa de uma coleção de William Cereja e Thereza Magalhães para o Ensino Médio e uma coleção de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi para o Fundamental. Desse modo, apesar de partirmos de uma amostragem ampla, nossa pesquisa tem caráter fundamentalmente qualitativo, não pretendendo um olhar exaustivo de todas as coleções escolhidas pelos professores nesse momento.

Analizar o aspecto visual dos livros didáticos envolve uma gama muita variada de elementos: pode-se partir de aspectos mais técnicos – como tamanho do livro, da cor base do papel e de sua gramatura, se ele é encerado ou não –, já que interferem na intensidade e acuidade do material impresso, sejam letras ou imagens. É possível falar da variedade de tipos, cores, tamanhos das imagens e da palavra impressa utilizadas, do espaçamento ou mancha textual, da quantidade de ilustrações, seus tipos, o lugar em que aparecem. Podemos, também, abordar dos gêneros textuais multimodais: quantos e quais tipos de gêneros multimodais aparecem; quais são objeto específico e detalhado de leitura, análise e produção, ou quais apenas ilustram um tópico gramatical ou assunto. Dentro da análise do material especificamente visual dos gêneros multimodais, pode-se eleger elementos para analisar, como a dimensão da(s) imagem(ns), o formato, a cor, o peso visual dos elementos visuais e dos verbais, o modo como se relacionam. E, ao final, escolhidos os elementos visuais que interessam ao analista (já que é praticamente impossível analisar um “visual” sob todos os pontos de vista possíveis), pode-se procurar entender como os autores dos livros didáticos os abordam, como verbalizam tais elementos, como os relacionam a tópicos como gêneros textuais, aspectos enunciativos e discursivos, análise linguística e semiótica.

Enfim, a análise da visualidade de qualquer LDLP abrange uma série muito ampla de critérios que certamente extrapolam os aspectos mais propriamente “linguísticos”. A leitura de imagens e sua relação com os gêneros multimodais é objeto de múltiplas abordagens e áreas, além de envolver

⁷ Como utilizaremos volumes diferentes dos mesmos autores e anos, vamos usar um sistema de referência com o nome do Livro didático e autores, por nos parecer mais um modo mais claro de leitura. As referências completas estarão no final do artigo.

debates históricos, sociológicos, filosóficos, artísticos, técnicos⁸. Impossível para um estudioso aprofundar-se em todos eles. No nosso caso, partiremos de um pressuposto mais simples. Tendo em vista o espaço de que dispomos nesse artigo, vamos abordar os seguintes elementos dos gêneros visuais encontrados nos LDs analisados: que tipos de gêneros visuais (ilustrações) ou multimodais são os mais frequentes; se elementos especificamente da semióse visual dos gêneros multimodais são trabalhados de forma sistemática e explícita ou não, e de que forma integram-se a um projeto de construção de um letramento visual integrado ao verbal.

Evidentemente faremos referência de modo mais superficial a outros elementos da visualidade do livro como, por exemplo, a proporção de um gênero em relação a outros, a proporção de elementos não semióticos com os semióticos (especificamente verbais) trabalhados pelos autores. Também aparecerá de forma pontual a relação desses elementos às sugestões de abordagem encontradas na BNCC, que podem ter orientado uma das coleções, **Se liga na língua**, mas não a outra – **Português: linguagens**, de publicação anterior à BNCC.

A escolha das coleções de LDLP partiu basicamente do fato de serem livros/coleções muito populares na cidade naquele momento de coleta de dados. A pesquisa não revelou uma hegemonia absoluta dessas coleções, apenas que, em pelo menos 6 escolas das 25 visitadas, essas coleções apareciam como a escolha dos professores de Português. Nenhuma coleção ou autores obteve uma escolha mais expressiva. Também é interessante observar que existem várias coleções diferentes assinadas por William Roberto Cereja e Thereza Cochard Magalhães, usadas nas escolas visitadas, o que os constitui como os autores mais populares há anos. Ainda assim, há pelo menos seis coleções de autores diferentes em uso na cidade. Acreditamos que, ao usar como amostra dois volumes da coleção **Português: linguagens** e dois da coleção **Se língua na língua**, conseguiremos capturar um panorama razoável, sem a pretensão de sermos exaustivos, do tipo de material visual muito popular nas escolas da cidade. É nossa intenção, ao dar continuidade a essa pesquisa, analisar parte das coleções disponibilizadas para escolha no ano de 2020 pelo PNLD. Assim, teríamos já coleções em tese alinhadas com a BNCC, inclusive a do Ensino Médio que acabou de ser instituída.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que alimentamos um profundo respeito pelo trabalho dos autores estudados e estamos conscientes dos desafios que o suporte Livro Didático (para alguns autores, trata-se de um gênero discursivo) oferece a quem precisa encontrar um espaço para falar de tantos gêneros e tantas habilidades e objetos de conhecimento. Entram aí dificuldades adicionais com o formato do suporte, o tamanho, a questão dos direitos autorais de imagens que podem encarecer sobremaneira o material.

Em cada volume de cada coleção escolhida, buscamos, inicialmente, obter um apanhado panorâmico e enumerar quais e quantos **visuais**⁹ cada volume trazia de cada uma das seguintes

8 Os estudos da **imagem** em geral podem ser objeto da história da arte, sociologia da imagem, análise de discurso, estudos visuais, da semiótica, da semiologia, semântica estrutural greimasiana, da antropologia, da comunicação visual. Isso sem falar aspectos específicos de cada gênero, como pintura, escultura, design visual gráfico, histórias em quadrinhos, publicidade, ilustração, etc.

9 Chamaremos **visuais** os elementos visuais presentes nos LDLP, a partir da noção presente em Kress e Leeuwen (2006). Para nós, visuais seriam quaisquer elementos que não sejam puramente verbais, isto é, nos quais a presença de elementos como cor, forma, perspectiva, plano, tom, posição, sejam fundamentais para sua leitura. Seria o campo da imagem *lato sensu*. Nesse campo entram ilustrações, fotos, publicidade, gráficos, entre outros. Evidentemente, alguns visuais são

categorias: ilustração, fotos puramente ilustrativas, anúncios publicitários, cartazes (reproduções de) pinturas, esculturas, grafites, charges, tiras e gráficos. Depois, procuramos compreender quantos e como são abordados os gêneros mais usados para o ensino de tópicos de Língua Portuguesa: se são utilizados elementos de análise linguística, semiótica ou de elementos de gênero, ou se contam com atividades de compreensão temática ou puramente interpretativa.

Inicialmente, fizemos um levantamento numérico de quantos e quais “gêneros” visuais ou multimodais aparecem nos livros analisados. Diante de tais dados, tentamos refletir sobre os tipos de visuais e a proporção. Num segundo momento, elegemos três visuais mais usados nos livros e procedemos a uma análise preliminar: quantos de cada um deles são abordados explicitamente em seus aspectos visuais. Em uma análise preliminar, percebemos que, nas duas coleções analisadas (**Português: linguagens e Se liga na língua**) os mesmos três visuais se destacam: ilustrações, quadrinhos/charges e anúncios publicitários. Assim, nossas reflexões enfatizarão tais elementos, mesmo que possamos nos referir a outros visuais presentes nas coleções.

Preferimos abordar apenas os visuais contidos nas unidades-capítulos, e desconsideramos materiais como apêndices, resumos, capas, sumários e índices, por entender que as aulas e planejamentos se concentram no trabalho dos capítulos.

Ilustração: elemento visual predominante e subalternizado do LDLP

Os dois livros da coleção **Se liga na língua** (volumes 6 e 9) mostraram praticamente o mesmo perfil percentual na divisão dos visuais: o principal visual utilizado é a ilustração, correspondendo a 60% (vol. 6) e 75% (vol. 9) dos visuais; as tirinhas ou charges representando 25% (vol. 6) e 17% (vol. 9); anúncios publicitários, 10% (vol. 6) e 4% (vol. 9). Esses dois últimos visuais estão, na maioria das vezes, associados ao ensino do gênero, à análise linguística e à interpretação geral. Os demais visuais restantes correspondem a 6% (vol. 6) e 3% (vol. 9) e são compostos por cartazes, gráficos, poemas ilustrados, fotos (usados como elemento para interpretação, não como pura ilustração), reproduções fotográficas de pinturas e esculturas, xilogravuras, infográficos, storyboards¹⁰, e aparecem, na maioria absoluta das ocasiões, como exemplo para a teoria gramatical em foco.

Como ponto positivo, observamos que as ilustrações artísticas *strictu sensu* (desenhadas especialmente para os volumes, uma vez que há fotos e outras imagens prontas que foram utilizadas como ilustração) aparecem muito mais e oferecem uma identidade visual à coleção; além disso, esse tipo de ilustração possibilita a apreciação estética junto do (juntamente com o) texto que as acompanha. Cada um dos volumes, por exemplo, conta com um artista específico: Galvão

gêneros textuais discursivos em si mesmos - tirinhas, charges, cartuns, anúncios publicitários, cartazes, fotografias, etc. No entanto, outros como a ilustração, a fotografia ilustrativa, etc. estão em relação de dependência mais estreita com o texto verbal, não aparecendo isoladas. Desse modo, o conceito de visual é mais abrangente do que o de gênero e, para fins de nossa análise, mais produtivo. Não deixaremos, entretanto, de usar o termo gênero textual-discursivo em casos em que ele se aplica, como ao abordarmos as tirinhas e os cartuns e os anúncios publicitários.

10 Storyboards são roteiros visuais feitos para orientar a execução de um filme. Servem como ponto de apoio para escolher as tomadas de câmeras, os cortes, etc.

Bertazzi para o volume 9 e Lassmar para o volume 6; tal cuidado, em contratar artistas plásticos especialmente para a coleção, revela um investimento na sua qualidade artístico-visual. No entanto, ainda permaneceu intacta toda uma gama de possibilidades de reflexão oral e escrita sobre o visual ilustrativo. Como visualizamos também na outra coleção analisada (**Português: linguagens**), a ilustração ocupa/compreende pelo menos 75% de todo o material visual (imagético)¹¹ do LD e por isso pensamos que é um tanto subaproveitada.

Na coleção **Se liga na língua**, a ilustração ocupa, na maior parte dos casos, um aspecto marginal se levarmos em conta a posição que ocupa na página: a grande maioria das ilustrações vem na extrema direita ou esquerda da página, deixando ao texto a centralidade. Abaixo temos um leiaute típico dessa forma de uso da ilustração.

Figura 1 - Uso da ilustração na coleção Se liga na língua

Fonte: ORMUNDO; SINISCALCHI, 2017, p. 158.

Nessa imagem, a ilustração não tem uma relação óbvia com o texto verbal, mas é sugestiva e pede uma leitura mais atenta que a ilumine. Temos a seguinte frase: "É necessária a existência da arte", colocada como exemplo de um tipo de predicado. A ilustração, por sua vez, mostra um desenho de contornos claros, linhas espessas, aproximando a imagem da linguagem dos quadrinhos, com cores chapadas e pouca sugestão de volume. A garota representada mostra seu trabalho artístico com uma atitude de orgulho, mesmo que vejamos manchas por todo o lado, nas telas e no chão. A arte vale a 'bagunça' feita. É uma boa ilustração, porque evita a redundância, acrescenta ao verbal algo não presente no exemplo de predicado. Embora sempre possamos questionar se esse posicionamento à margem estimule o olhar mais atento à ilustração.

Talvez isso se deva simplesmente à tomada de decisão de autores/editores sobre o que é mais importante num LDLP, a imagem ou a palavra. Ou simplesmente por acreditarem que a ilustração é feita como um mero complemento do texto verbal, na maior parte das vezes, dispensável para a compreensão do mesmo. Se nossa interpretação for correta, tal postura denotaria um ponto de

145

albuquerque: revista de história, vol. 13, n. 26, jul. - dez. de 2021 | e-issn: 2526-7280

vista conservador sobre o ensino de Português, tendo em vista o número de gêneros multimodais presentes na BNCC¹² de 2017 que podem ser objeto de ensino-aprendizagem. Ainda assim, sabemos que num LDLP as explicações teóricas são imprescindíveis, e os textos verbais de diversos gêneros, igualmente. Embora acreditemos ainda na necessidade de os autores e editoras repensarem o papel da ilustração nessa coleção.

Na coleção **Português: linguagens**, a ilustração permanece como o visual mais utilizado em termos numéricos: 75% no volume 1 e 85% no volume 3. Os outros visuais mais frequentes, anúncios publicitários e tirinhas ou charges, são em geral colocados (usados) para compor lições de análise linguística e ou de gênero, como na coleção **Se liga na língua**¹³. No volume 1, a ilustração artística ainda aparece, mesmo que em menor número do que outras fontes de ilustração, como fotos de pinturas, capas de livros e pessoas. Como aspecto fundamental da ilustração dessa coleção, chama a atenção que ela tenha um papel ainda mais subalterno em relação ao verbal do que na coleção **Se língua na língua**. A maioria das imagens ilustrativas é muito pequena; em geral, são reproduções de pinturas, esculturas, caricaturas e fotos de pessoas, colocadas à margem direita ou esquerda do texto, o que impede, no caso das reproduções de obras de arte, a mínima leitura estilística ou apreciação estética. Dão a impressão que foram colocadas ali como uma necessidade editorial. Como a coleção traz a Literatura em capítulos separados, as páginas iniciais desses capítulos são abertas com um recorte de obra de arte no topo da página e com uma pequena legenda sobre a mesma. Cabe ressaltar o aspecto insuficiente e pouco produtivo de se colocar um “pedaço” de uma pintura como ilustração de um movimento artístico. Pouquíssimas obras ocupam um espaço proporcional ou nobre em relação ao texto verbal.

No mais, as ilustrações consistem em pequenos quadros, à esquerda ou à direita, com fotos dos autores-artistas do movimento e capas de livros ou fotogramas de cenas de adaptações cinematográficas de obras literárias. As dimensões dessas ilustrações são muito reduzidas, não chegando a 5% da área visual da página. Certamente isso tem a ver com os custos de se colocar imagens em formatos maiores, o que aumentaria as já numerosas 400 presentes. Sabemos que os LD não podem ser muito volumosos, já que os estudantes têm mais de um livro didático e os carregam o tempo todo.

Ainda assim, esse fato/o tamanho minúsculo das imagens construiu um sentido de que a ilustração não é importante e, por isso, a leitura de imagens ou textos multimodais acaba tornando-se meramente a leitura do aspecto verbal mesmo do LD. Como gênero multimodal ou suporte de gêneros, o LDLP tem o desafio de apresentar e ensinar uma multiplicidade de gêneros e isso acarreta certa banalização da ilustração que se percebe quando não há praticamente nenhuma referência ao suporte, à dimensão, à técnica usada pelos artistas nas legendas das obras de arte, que trazem praticamente apenas o título da obra, nome do autor e ano. Em outras vezes, a legenda simplesmente faz a ponte entre essa ilustração visual e o tema da explicação teórica.

12 Uma das marcas da BNCC, no que tange ao ensino de Língua Portuguesa, é a profusão de gêneros discursivos que podem ser trabalhados. Não se trata de uma série fechada, isto é, além das dezenas gêneros multimodais apresentados, o documento traz a possibilidade de os professores incorporarem os novos gêneros (principalmente digitais) que forem sendo criados.

13 Falaremos sobre as tirinhas e os anúncios publicitários nas próximas seções.

O sentido de se elaborar um LD ilustrado se perde em parte, talvez pela noção já apontada por Kress e Leeuwen (2006) segundo a qual nossa sociedade acredita que a leitura do verbal seja mais complexa que a do visual e que à medida que as crianças tornam-se adolescentes e adultos, vão dependendo menos do visual para compreender os conteúdos escolares, científicos ou artísticos. Assim é que nessa mesma coleção, do primeiro volume para o terceiro, as ilustrações tornam-se cada vez menores e há menos ilustrações artísticas, aquelas desenhadas para a obra. Essa semelhança de perfil de distribuição percentual e até mesmo o número de visuais (em torno de 230) se deve, acreditamos, ao perfil da coleção, a uma tomada de decisão editorial, e diz respeito a uma negociação entre autores, editoras, pré-requisitos do PNLD, entre outros motivos. No entanto, sem dúvida, tais essas escolhas implicam impactos importantes na metodologia e revelam deixam subentendidos pontos de vista pedagógicos específicos sobre a importância de letramento visual para os gêneros no LDLP.

Por exemplo, a quantidade de material visual do tipo ilustração¹⁴ já representa uma inflexão importante no ensino de Português de uns 40 anos para cá. À medida que fica mais barata a impressão/reprodução de materiais visuais, devido à evolução das técnicas de offset, de diagramação computadorizada, do acesso a um banco de dados de imagens livres de direitos autorais (final dos anos 1999) na internet, o texto verbal vem perdendo espaço para o visual. É como se houvesse uma demanda por um livro mais “atraente”, se com isso se entende o livro com menos textos; ou que o texto ocupe na página espaço menor, disputado por toda sorte de quadros, recortes, títulos e subtítulos de atividades, etc. A afluência do material ilustrativo em termos quantitativos, sem dúvida alguma, diz respeito à pressão dos media audiovisuais, cada vez mais influentes em dizer o que atrai as crianças e adolescentes. Assim, os LDLP apresentam muitas fotos e menos ilustrações artísticas assinadas por um ilustrador, para contar com todo o acervo visual disponibilizado sem custo na rede mundial de computadores. Com isso, o LDLP perdeu texto e ganhou mais “brancos” entre colunas de palavras e mais imagens entre textos. Além do que, as imagens usadas para ilustrar certos tópicos ou exercícios, por serem colhidas na internet, nem sempre representam situações e personagens brasileiros.

Nada disso é prejudicial em si: sabemos que há teóricos defendendo que, quando a informação é transmitida por meio de mais de um recurso semiótico (palavra e imagem, por exemplo), a memorização, a compreensão se potencializam. Em artigo sobre o aprendizado multimodal, Dionísio e Vasconcelos (2013) mostram o quanto a ilustração pode ser uma aliada à aprendizagem, enriquecendo o verbal ou mesmo trazendo informações não disponibilizadas na parte verbal de um exercício, e também exemplos de usos irrelevantes ou mesmo contraproducente da utilização de dois recursos semióticos ao mesmo tempo (BUNZEN, 2003).

Acontece que, nos livros analisados, a maior parte da informação visual, as ilustrações, não tem qualquer importância para o que se deseja ensinar. Por exemplo, em um texto que serve de

14 Aqui chamamos ilustração qualquer elemento visual (fotos ou desenhos) que não seja objeto de análise detalhada, isto é, qualquer elemento visual que esteja em relação de complementação do verbal. A ilustração em nosso ponto de vista, teria um papel acessório se comparado com gêneros multimodais que são usados como textos-base de unidades didáticas, para serem objeto de análise enquanto gêneros discursivos e/ou para exercícios de interpretação ou análise linguístico-semiótica.

base para um exercício de análise linguística, que tematizava dinossauros, vemos uma ilustração de um dinossauro. Tal modo é típico: ou a ilustração é meramente lúdica (para apreciação estética) ou redundante. Não se trata da ilustração como é feita nos livros de ficção ou de poesia para o público infantil. Ali o trabalho do artista ilustrador é feito para dialogar criticamente com o verbal, para neste introduzir sentidos, reforçar os sentidos da história contada, e assim por diante.

Pensamos que é uma espécie de desperdício de espaço da página a presença de informações visuais que pouco ou nada dialogam com as lições dadas. O trabalho de abordar a ilustração fica a critério do professor e possivelmente nem se abordam as imagens por sua redundância ou irrelevância para o tema da aula. Não estamos dizendo que LDs não devam trazer ilustrações, só questionamos se a onipresença da ilustração em cada página do livro não acaba levando a uma banalização visual, em que o olhar desliza sobre a figura sem sequer se questionar por que ela foi utilizada e nem reparar em seus elementos estéticos (quando feita exclusivamente para a coleção), no humor e na subjetividade (e em traços de humor e subjetividade).

Por conta de todos esses pontos levantados sobre a ilustração, acreditamos que os autores e editores precisam repensar a relação quantidade/qualidade da ilustração usada, reestabelecendo para esse visual a dignidade e importância que ele possui como ferramenta pedagógica, como formação de um leitor que possa fruir e aprender com as imagens, sem mimetizar o olhar distraído – padrão nas sociedades capitalistas ocidentalizadas, repletas de imagens que são consumidas sem serem “lidas” ou pensadas. O LDLP pode ajudar a recuperar a potência significante das imagens e isso começa pela valorização da ilustração, seu recurso visual mais usado. Como fazer isso? Aludindo, por exemplo, nos momentos em que a ilustração aparece, ao modo como a ilustração dialoga com o assunto trabalhado, chamando a atenção para elementos especificamente visuais: cor, tamanho, luz, forma, proporção, etc.

A tirinha, a charge e o cartum: abordagem *unimodal* de um gênero multimodal

Para nossa análise, devido a suas semelhanças formais/temático-enunciativas (como o uso da linguagem verbal e visual, do humor e da ironia, tipo de suporte, público-alvo etc.), decidimos considerar os três gêneros – tirinhas (HQs), cartum e charge – como o mesmo tipo de visual, mesmo sabendo que se trata de gêneros diferentes. Estamos, nesse momento, mais interessados em reconhecer os elementos não exclusivamente verbais do LDLP que mais são usados como recurso pedagógico.

Na coleção **Se liga na língua**, esses visuais apontados acima representam 25% (vol. 6) e 17% (vol. 9) de todos os visuais considerados para análise. É o segundo tipo de gênero mais usado nas lições de Língua Portuguesa. E, apesar de estar em segundo lugar em termos numéricos, do ponto de vista de sua utilização, é possível perceber que esses gêneros são muito mais importantes do que as ilustrações, que contabilizam de 70 a 85% de todos os visuais.

Isso se deve ao fato de que as tirinhas, as charges e os cartuns são objetos de reflexão explícita: exemplificam tópicos de análise linguística, são tratados em termos de gêneros, são até mesmo objeto de análise semiótica em alguns casos. O que não ocorre com as ilustrações dessa

coleção que, na maioria das vezes, são realizadas na forma de desenhos que acompanham as lições ou textos mais como um complemento, ainda que sua expressividade criativa instigue o olhar da criança/adolescente, elemento extremamente importante para a qualidade de um livro que se queira ilustrado.

No caso do uso das tirinhas, charges e cartuns, tais gêneros praticamente “carregam” os tópicos gramaticais (análise linguística), seguidos de perto do anúncio publicitário. Em quase todas as unidades temos tirinhas ou charges como recurso explicativo de algum tópico de análise linguística. Tal fato é curioso, porque, junto com os textos do universo jornalístico e literário, correspondem a pelo menos 90% de todos os gêneros usados no LDLP. Os outros 10% são divididos em gêneros digitais, gêneros de outras formas de arte como dança, música, grafite, textos injuntivos como receitas, manuais, ou outros como infográficos, cartazes, roteiros, etc.

Como já dissemos, o modelo usado para ensino de Língua Portuguesa até a década de 1950 recorria a textos da tradição literária e, raramente, a textos filosóficos, religiosos ou ensaísticos como modelos de bem escrever ou de ensino de tópicos gramaticais puros. Na virada da década de 1950 para 1960, a influência do modelo comunicativo¹⁵ trouxe uma lufada de ar fresco aos materiais didáticos que começaram a utilizar anúncios publicitários, textos literários mais modernos e textos jornalísticos. O escopo da comunicação em língua escrita deixou de ser tão burocrático e passou a incorporar situações comunicativas outras que não as literárias, científicas ou jurídicas. Na década de 1970 tal modelo se ampliou até que, na década de 1980, já teríamos canções populares, tirinhas, entre outras formas de comunicação verbal e não verbal mais ligadas à modernidade. Evidentemente, tais marcos temporais são amplos e genéricos, não fazem parte de um levantamento exaustivo de todos os livros publicados ano a ano. O fato, que pode ser conferido mais facilmente por qualquer professor mais experiente de Língua Portuguesa, é que agora esses gêneros multimodais (tirinhas, canções, anúncios publicitários) estão sedimentados nas aulas de Língua Portuguesa pela ocorrência cada vez maior nos LDs. A “última fronteira” tem sido a incorporação dos gêneros digitais e em rede, que amplia ainda mais a necessidade de uma abordagem multimodal dos gêneros.

Embora extremamente utilizada, é preciso se perguntar de que modo, nessas coleções, a tirinha é lida e usada em lições de Língua Portuguesa. Na coleção **Se liga na língua**, a tirinha e a charge são objetos de estudo sistemático em dois capítulos do volume 6. Nesses capítulos, as características desses gêneros são abordadas primeiramente do ponto de vista de sua compreensão para depois servirem como subsídios em atividades de produção textual. Elementos não verbais são trabalhados, ainda que de modo um pouco elementar, pois se trata de um volume para o 6º ano de escolaridade, com estudantes em torno de 10/11 anos. Apesar disso, especificamente nesses dois capítulos, a coleção vai além da abordagem do sentido dos balões de fala, uma característica importante da linguagem dos quadrinhos. Usando um método mais indutivo, com exemplos alavancando os conceitos e características gerais do gênero, os autores chamam a atenção para vários elementos visuais das tirinhas, para seus objetivos comunicativos, para a questão do desenho (do modo de representar os personagens) etc. O aspecto visual é trazido com relativa completude.

15 Nessa época, em especial na década de 1970, populariza-se nos LDLP o uso do esquema comunicativo de origem em Roman Jakobson, com as chamadas “funções da linguagem. (Cf. JAKOBSON, 2010, p. 150-207)

Faltou, a nosso ver, elencar a importância e o sentido do espaço entre os quadrinhos – a sarjeta – e um trabalho melhor com a noção de caricatura, que ajudaria na composição do efeito de humor. O capítulo se encerra com atividades muito bem orientadas e detalhadas de produção de uma tirinha pelos estudantes.

No entanto, ao longo do volume 6 e em praticamente todo o volume 9 dessa coleção, quando as tirinhas aparecem para exemplificar tópicos de análise linguística, na parte teórica ou nos exercícios, o aspecto visual da tirinha e da charge quase nunca é mencionado, a não ser por referências muito vagas ao que “acontece” na tira. Talvez isso se deva ao fato de que os autores, por pressão do próprio espaço disponível para abordar o tópico, tenham priorizado os elementos verbais do gênero. A nosso ver, isso acaba por transformar um gênero multimodal em um gênero unimodal (no caso, verbal) ao longo dos quatro anos do Ensino Fundamental II e nos três do Ensino Médio. No exemplo abaixo, temos um típico modelo de uso da tirinha.

Figura 2 - Uso da tirinha na coleção *Se liga na língua*

Oração e período

► Leia a tirinha.

Niquel Náusea
AVESTRUS NÃO PODE VOAR!

Fernando Gonsales
PAGUEI A PASSAGEM, TENHO PASSAPORTE, TOMEI AS VACINAS!
SEM EXCEÇÃO!

1 O que o leitor provavelmente imagina quando lê o primeiro quadrinho?
O leitor imagina que o personagem está fazendo uma declaração sobre a capacidade ou não de o avestruz voar como as demais aves.

2 O humor se constrói pela quebra de expectativa. O que levou, de fato, o personagem a fazer aquela afirmação? O personagem estava contestando um avestruz que sonhava voar?

3 Por que as três falas da tira podem ser consideradas frases? Porque apresentam sentido completo.

4 Essas três frases são de um único tipo. Qual? O que explica essa predominância?

5 Quais são as formas ou locuções verbais presentes em cada fala?

1ª fala: pode voar (locução); 2ª fala: pagou, tenho, tomei; 3ª fala: não há verbo nem locução verbal.

São frases exclamativas. Essa predominância é explicada pelo fato de os dois personagens estarem discutindo: um contesta o outro, e ambos parecem exaltados.

Além da classificação em tipos, que considera o objetivo da frase e sua entonação, existe uma classificação que leva em conta sua estrutura. Acompanhe a análise das frases da tira.

"Sem exceção!" Classifica-se como frase nominal, porque não apresenta verbo.

"Avestruz não pode voar!" Classifica-se como oração, porque apresenta um único verbo; no caso, uma locução verbal. Também é chamada de período simples.

"Paguei a passagem, tenho passaporte, tomeias vacinas!" Classifica-se como período composto, porque é formado por mais de uma oração.

As orações podem ser constituídas por uma ou duas unidades. O **predicado** é a unidade que contém o verbo e seus complementos e é obrigatório em qualquer oração. O **sujeito** é a unidade que contém o ser ou objeto sobre o qual o verbo declara algo e nem sempre está presente. Veja.

"Avestruz não pode voar!"
sujeito predicado
(eu) Paguei a passagem.
predicado

O sujeito existe, mas está oculto.

Chovia demais naquele instante.
predicado

Não há um sujeito ao qual se possa atribuir o processo verbal.

239

Fonte: ORMUNDO; SINISCALCHI, 2017, p. 239.

No enunciado do exercício, segundo os autores, o humor se dá pela quebra de expectativa em relação ao interlocutor do quadrinho. Para que houvesse essa possibilidade de equívoco, o artista enquadrhou o homem de frente, olhando para o leitor. Essa forma de composição visual é o que possibilita a confusão e, consequentemente, o humor. Bem como o aspecto caricatural das figuras representadas, típicos das tirinhas de Fernando Gonzales. O homem é representado de óculos, aparentemente mais velho, assumindo um lugar “professoral”, de quem dá uma aula (as mãos na mesa sugerem que o personagem esteja dando palestra ou aula), leva o leitor a imaginar um contexto da frase que não se realiza no segundo quadrinho. Assim, não é apenas o que é dito, mas o quê e como é mostrado e não mostrado no primeiro quadrinho.

Nesse caso, os autores não exploraram tal construção da cena comunicativa na pergunta e na explicação. Observe-se a insistência no verbo “ler” – que não é exclusiva dessa coleção – na instrução do enunciado “Leia a tirinha” e na primeira questão “O que o leitor provavelmente imagina quando lê o primeiro quadrinho?”. Como sabemos, ler pode ser uma produção de sentido a partir de textos visuais, sonoros, multimodais. No entanto, é comum que os exercícios insistam no conteúdo dos balões e menosprezem os elementos visuais.

Como iremos mostrar na coleção **Português: linguagens**, a leitura da tirinha vai se tornando praticamente um gênero em que a menção ao verbal predomina, a julgarmos pelas atividades propostas nos exercícios, ou nas reflexões teórico-metalingüísticas de análise linguística. O universo da tirinha, enquanto gênero, é claramente muito dependente do verbal, porque, do ponto de vista do visual, do espaço que podiam ocupar num jornal no qual originalmente aparecem as primeiras tiras, o que interessa é a rapidez comunicativa. Pelas pressões do espaço em que ocupavam e ainda ocupam na página do jornal, o aspecto visual não pode ser tão elaborado em detalhes quanto em outras gêneros multimodais. Por exemplo, um livro ilustrado reserva à ilustração um lugar de destaque e, por isso, o artista pode usar elementos visuais mais detalhados e sutis. Ainda que o visual seja importante, na tirinha, o visual fica no primeiro plano.

Nas HQs mais modernas, publicadas independentemente do suporte jornalístico¹⁶, isso não acontece. Ali, o desenho e a estruturação ousada são muito mais importantes que as falas. A tirinha é como uma piada verbo-visual: tem que ser econômica em recursos, rápida, para obter o efeito de humor. Ela possui requinte visual de que outros gêneros multimodais, mesmo que o desenho de cada autor, o personagem, seja o que conecte fortemente ao leitor. Tudo o que foi apontado sobre a importância do verbal no universo da tirinha sugere o motivo que a levou a se tornar a “estrela” dos livros didáticos. Gera empatia com o estudante que, muitas vezes, já conhece os personagens de desenhos animados.

Entretanto, a onipresença da animação no mundo moderno não quer dizer que os estudantes não precisem de um espaço para reflexão sistemática sobre o aspecto visual das tirinhas. O trabalho de autoria, de estilo pessoal, de uso da cor, forma, linha, exagero ou realismo da representação carregam sentidos importantes e precisam ser objeto de debate e aprendizagem, para que o gênero

16 Nesse caso, temos as histórias em quadrinhos propriamente ditas (não apenas tiras), muitas vezes chamadas de arte sequencial, temos os *animes* e um universo artístico complexo.

não seja excessivamente “escolarizado”, conforme apontam Dolz e Schnewly (2011)¹⁷, isto é, não transformarmos a leitura de tirinha numa atividade puramente escolar, despida do encanto que nos traz fora desse contexto. Não custa lembrar que há muitos exemplos de tirinhas, charges, cartuns em que o verbal não aparece. O que nos leva a inferir que: se o verbal pode desaparecer na tirinha ou charge, mas o visual, não, então a linguagem visual é mais fundamental ao gênero do que a linguagem verbal.

Na coleção **Português: linguagens**, a tirinha mantém destaque como segundo visual mais usado depois da ilustração: 10% no volume 1 e 7% no volume 3. Notamos que há uma diminuição numérica expressiva se compararmos com seu uso nos livros didáticos para o Ensino Fundamental II. O que pode ser entendido da seguinte maneira: ainda que haja muita ilustração – em praticamente toda página temos pelo menos uma –, as ilustrações e mesmo outros visuais e gêneros aparecem em tamanho bastante reduzido, impedindo, por vezes, a simples identificação de elementos verbais ou visuais, e comprometendo a leitura pelo estudante. É como se o visual perdesse importância para a habilidade de leitura do verbal, que agora domina a mancha da página, que possui menos espaços brancos para descanso de leitura.

Nessa coleção, na maioria absoluta dos casos, a tirinha é usada para exemplificar tópicos de análise linguística. Os autores, durante a explicação de um tópico gramatical, como colocação pronominal, registro linguístico, ortografia, linguagem figurada ou literal, etc., fazem referência aos elementos verbais da tira praticamente todas às vezes em que aparecem tirinhas ou charges. No primeiro volume da coleção, destinado ao 1º ano do Ensino Médio, há um capítulo que discorre sobre a diferença entre linguagem verbal e não verbal. Nesse capítulo, há uma referência ao fato de que a imagem compõe o sentido de textos multimodais (sem que se use tal nomenclatura). Aparecem alguns exemplos de textos multimodais (basicamente, anúncios publicitários e quadrinho), nos quais elementos visuais diversos são responsáveis pela construção do sentido do texto. Talvez aí seja o único momento em que, nas atividades, o estudante seja orientado a prestar atenção aos gestos dos personagens do quadrinho para construir hipóteses que orientarão a leitura e a resposta.

Depois, em todas as outras vezes que as tirinhas, charges e cartuns são utilizados, a referência ao visual praticamente desaparece. Em alguns casos, porém, os autores pedem que o estudante responda algo a partir da observação geral do que acontece na tira, sem entrar em detalhes sobre a forma como os personagens são representados, como o ambiente em que estão é representado, como pequenos elementos visuais compõem o sentido de maneira fundamental para a compreensão do humor da tira. Aliás, o humor é o efeito de sentido básico esperado em uma tirinha e a instrução mais colocada nas atividades de leitura, bem como seu “conteúdo temático”. Na concepção de gênero bakhtiniana, “todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e os outros participantes da interação” (RODRIGUES, 2005, p.167), ou seja, todo gênero possui sua intenção comunicativa.

Os exercícios dessa coleção frequentemente fazem referência ao “humor” da tira. Mas também é muito comum o uso da tirinha orientando o estudante a prestar atenção e “ler” apenas as palavras

17 Os autores nos lembram que, ao trabalhar as sequências didáticas dos gêneros, os professores devem tentar reproduzir as necessidades comunicativas a que tais gêneros respondem no contexto real de uso onde aparecem. Por isso, faz-se necessário um cuidado muito grande em construir na escola situações comunicativas em que os gêneros ensinados sejam fundamentais.

do texto multimodal que é a tira. Os exercícios que usam tirinhas como texto-base para interpretação praticamente; começam com o enunciado “Leia a tirinha abaixo” e daí segue-se uma referência às falas dos personagens nos balões: o que esses dizem, como podem ser entendidas as expressões usadas, etc. Temos também exercícios em que os autores retiram palavras do balão e pedem ao estudante para completar de acordo com as instruções. Embora os autores elaborem exercícios ou usem a tirinha como base para exercícios de análise linguística, com ênfase na instrução de sentido que o termo ou tópico gramatical trazem à compreensão global do texto, em muitos casos, a abordagem mantém-se fiel ao paradigma tradicional de ensino da gramática, como podemos ver no exemplo abaixo.

Figura 3 - Uso da tirinha para o ensino de gramática

2. Na tira abaixo, de Fernando Gonsales, que letras completam, de acordo com as normas ortográficas, as palavras com lacunas?

3. Fazendo as adaptações necessárias, forme adjetivos acrescentando -oso ao final destes substantivos: preconceito, número, mistério, capricho, sabedoria, valor, assombro, malícia. Em seguida, escreva um adjetivo ou um substantivo e forme uma frase.

4. Se você □ a mesa enquanto eu preparamos os sanduíches, poderemos lanchar imediatamente (pôr).

5. Fazendo as adaptações necessárias, acrescente os sufixos -or ou -izar às palavras a seguir. Atenção: emprega-se o sufixo -or nos verbos derivados de palavras cujo radical contém -s. Caso contrário, emprega-se -izar. Por exemplo: eterno → eternizar.

6. No texto a seguir faltam certas letras de algumas palavras. Reescreva essas palavras, completando-as com ss, ç, ch, x, ã ou z, de acordo com as normas ortográficas da língua portuguesa.

270

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 270.

Observe-se como a tirinha é um mero pretexto para um exercício de ortografia. Não podemos dizer que isso seja compatível com uma abordagem do ensino de gramática enquanto análise linguística, isto é, em que o conhecimento das estruturas da língua, de seus componentes tem papel relevante para a construção de sentido do gênero Mendonça (2005, p. 196, 226) traça um quadro mais detalhado e explicita as diferenças entre um ensino gramatical tradicional, calcado na nomenclatura, na classificação metalingüística e a análise linguística, mais voltada ao funcional, ao epilingüístico, entre outros elementos metodológicos.

O anúncio publicitário: consumir ou reconstruir sentidos e representações?

Nas duas coleções observadas nesse estudo, percebemos que o uso de anúncios publicitários é bastante expressivo. Apesar de muito popular como objeto de conhecimento, esse gênero ainda é trabalhado de maneira bastante irregular nos LDLPs. As abordagens vão desde o uso para a pura

exemplificação de tópicos de análise linguística, até um estudo mais aprofundado sobre os objetivos do anúncio, a relação texto verbal e visual, etc.

No volume 6 da coleção **Se liga na língua**, há 13 anúncios publicitários¹⁸. Inclusive existe um capítulo que trata do anúncio como gênero, com atividades de explicação teórica, exercícios de leitura e produção de anúncio. Ali, os autores têm um cuidado especial em tratar também de aspectos enunciativos, como público-alvo, produtor do anúncio etc. Em praticamente todos os enunciados, encontramos reflexões ou perguntas sobre a imagem ou montagem visual, o que ou quem é representado na imagem e que relação isso tem com a parte verbal ou com a construção do sentido do texto publicitário como um todo. Poucas são as ocorrências de uso do texto publicitário apenas para exemplificar um tópico teórico (geralmente gramatical) ou que não aborde o visual.

Em geral, as atividades (questionários que abrem um tópico teórico ou na seção de fixação ou exercícios) enfatizam o verbal, já que apenas em alguns casos há um equilíbrio entre a reflexão sobre o visual e o verbal. Em raras ocasiões, os autores abordaram exclusivamente a linguagem visual do cartaz. Ainda é comum a presença de questões muito genéricas do tipo “qual a relação entre a imagem e o texto/parte verbal do anúncio?”, que não orientam o estudante para alguns aspectos importantes do anúncio. Os anúncios escolhidos como ponto de partida tratam de temas importantes como violência, poluição, entre outros problemas sociais; ainda assim, encontramos pouca reflexão crítica sobre o consumismo, sobre a influência, às vezes deletéria, da publicidade em reforçar estereótipos, hábitos alimentares ruins, exagerar qualidades ou disfarçar problemas com o consumo.

Em nenhuma das vezes em que esse gênero apareceu, foi possível encontrar referência ao “suporte” do gênero, isto é, se o anúncio está numa revista, jornal, outdoor ou outro suporte. E isso tem implicações importantes na composição do anúncio, no tamanho e registro linguístico do texto verbal e no uso das imagens, como tamanho, disposição, cor, etc. Entendemos que o suporte carrega sentidos importantes para a leitura.

No volume 9 dessa coleção, tal perfil de utilização se mantém: dos 9 anúncios usados, apenas dois não trazem nenhuma referência ao aspecto visual do texto. Em geral, predomina ainda a orientação ou atividade genérica que pede “a relação entre a imagem e o texto”, sem explorar os elementos visuais em seus aspectos propriamente semióticos: cor, posição, dimensão, etc., ou técnicas de representação fotografia, caricatura, desenho, entre outras. Impera uma menção que toca de modo um tanto superficial: a questão do gênero textual. Como aconteceu no volume 6, o fato de ser um texto multimodal, este não é explorado em toda a sua potencialidade de sentido. Por fim, um problema que aparece nos dois volumes, ainda que em menor frequência, é o tamanho de algumas reproduções de anúncios que, de tão diminutas, impossibilita aos estudantes a simples identificação das figuras ou imagens do anúncio. Embora a maioria dos anúncios da coleção possua um tamanho adequado para uma leitura mais minuciosa.

Na coleção **Português: linguagens**, nos volumes 1 e 3, utilizados no início e no fim do

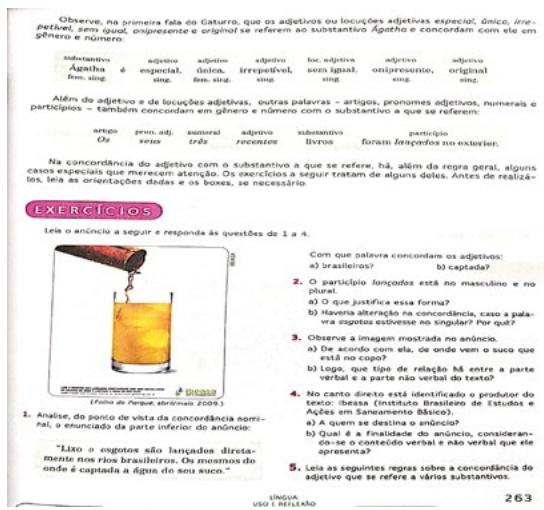
18 Desconsideramos o uso de cartazes de filmes, que têm objetivo publicitário, mas são tratados no livro de modo diferente, sem referência ao seu caráter de divulgação publicitária nem de sua composição; quase sempre aparecem como ilustração.

primeiro e o último ano do Ensino Médio, encontramos uma abordagem dos anúncios publicitários bastante parecida. Esse é o terceiro gênero multimodal mais utilizado, depois da ilustração e da HQ. Em ambos os volumes, há em torno de 20 anúncios publicitários como ponto de partida de exercício ou como base para explanação teórica. Destes, cerca de 50% não abordam de modo algum as imagens do texto, desprezando totalmente a mutlissemiose ou multimodalidade do gênero escolhido. Também como na outra coleção, boa parte dos anúncios é reproduzida em fotos tão pequenas que é impossível ler e, às vezes, identificar pelas imagens ou palavras o que é anunciado.

Por um lado, quando o anúncio publicitário aparece como texto-base para uma atividade de fixação da teoria gramatical, há um trabalho mais orgânico entre aspectos metalingüísticos e epilingüísticos. E um ponto bastante positivo nessa coleção é a abordagem frequente das questões enunciativas do gênero, como por exemplo, menções ou perguntas quanto à finalidade do texto, ao público-alvo, ao anunciante, etc. Essas questões denotam a incorporação da abordagem a partir do gênero discursivo, de teorias de cunho bakhtiniano que estão presentes nos documentos oficiais desde os PCNs¹⁹ e agora completamente desenvolvidos na BNCC.

Poe outro lado, são muito raros os exercícios ou atividades em que o texto publicitário é usado como pretexto para nomenclatura gramatical, pura e simplesmente. Em geral, predomina a menção ao tópico de análise linguística associada ao sentido e à função que possui naquele texto específico. Falta, contudo, a referência ao suporte em que os anúncios aparecem. Raramente (em apenas dois casos nos livros analisados) isso foi colocado. Sabemos o quanto o suporte interfere na composição, na relação linguagem verbal e visual, no registro linguístico usado, na quantidade de informação verbal usada, etc. Desse modo, a própria opção dos autores/editores em utilizarem tantos anúncios publicitários com reproduções diminutas e sem muita referência aos veículos onde circulam comprometem fortemente a compreensão do texto. MARCUSCHI (2008), em obra já clássica sobre gêneros, faz importante reflexão sobre a o locus físico em que o gênero se manifesta e de que modo o suporte interfere decisivamente na sua estruturação. Também aponta a complexidade e o aspecto controverso da delimitação do suporte e de, às vezes, ser complicado separar suporte do próprio gênero. Nessas páginas o autor defende a posição que também assumimos de tratar o livro didático como suporte de gêneros. (Ver: MARCUSCHI, 2008, p. 173-186) O exercício abaixo mostra um tratamento bastante frequente na coleção no que tange ao tema e quantidade de exercícios sobre um anúncio publicitário.

19 PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Figura 4 - Uso do anúncio publicitário na coleção Português:linguagens

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2013, p. 263, v. 3.

O tamanho reduzido do anúncio no conjunto da página obriga os autores a reproduzir a parte verbal no enunciado dos exercícios. As questões 1 e 2 são de nomenclatura gramatical, sobre concordância nominal. Não trazem qualquer contribuição para a compreensão da função comunicativa do anúncio, que é alertar para a poluição dos rios, que nos oferecem água para viver. A questão 3 trata da imagem, mas o faz de modo muito vago, com a questão “que tipo de relação há entre a parte verbal e não verbal”. Sabemos que a imagem serve para enfatizar, exagerar, impactar o leitor. E, no caso em questão, a cor amarela do líquido no copo remete ao simultaneamente à palavra suco e à água suja, uma vez que sai de um cano enferrujado (assim pensamos, porque a imagem é um pouco confusa). Essa pergunta (“qual a relação entre o verbal e o não verbal?”) aparece na coleção como uma fórmula usada em muitíssimos exemplos.

Dificilmente o estudante teria condições de abordar o visual dos anúncios, se a ele quase nunca é pedido para reparar no tamanho da imagem em relação à área ocupada pelo texto, à posição que imagem e texto ocupam, à simbologia das cores; à textura, ao contraste, etc. Os elementos fundamentais de uma sintaxe visual não são objeto explícito de reflexão. Também são muito ocasionais as referências às cores usadas nas figuras ou textos, dimensões e posições relativas das figuras, o tipo de técnica (naturalismo representativo, estilização, caricatura, técnicas mistas de composição, etc.). O que predomina são descrições muito vagas ou amplas das figuras representadas (quem ou o quê aparece na parte visual) e perguntas vagas como “qual a relação com o verbal”, deixando ao estudante a tarefa da analisar a parte visual sozinha e relacioná-la ao verbal.

Conclusão

Ao longo de nossa análise procuramos identificar quais tipos de “visuais” e/ou gêneros multimodais incorporaram o visual e são mais usados nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Os LDLPs analisados ainda não haviam incorporado as instruções da BNCC, por serem de elaboração

anterior ao documento, mas já apresentavam algum tipo de abordagem dos elementos visuais de determinados gêneros, ainda que de forma não muito sistemática ou satisfatória. Também mostraram certo padrão comum: a ilustração ainda reina absoluta como o visual mais frequente, mesmo que pouco seja explorada nas atividades ou incorporada à “leitura”, servindo como descanso visual da escrita, ou para deleite. Em todo caso, mesmo nos livros em que artistas compõem muitas ilustrações (como na coleção **Se liga na língua**) dando-lhes uma identidade visual, a sensação é a de que a ilustração é puramente acessória, não se integra ao desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual. Raramente são mencionadas e, se têm o papel de instigar a leitura, isso não aparece como parte das atividades.

A onipresente tirinha (bem como charges e cartuns) e o anúncio publicitários são os gêneros multimodais preferidos em ambas as coleções, talvez tal fato tenha ocorrido porque, ao contrário das ilustrações, são objetos de ensino-aprendizagem específicos e também usados para trazer exemplos de outros tópicos de análise linguística.

Acreditamos que contribuiu para esse uso maciço da tirinha e do anúncio o fato de serem muitas vezes divertidos e atuais, muito conhecidos dos estudantes e poderem ser colocados integralmente, sem recorte (já que são curtos). O lamentável é que, apesar de algumas unidades ou capítulos das coleções trazerem esses gêneros em detalhes, como gênero a ser lido e produzido, o aproveitamento ou menção ao visual se restringe quase sempre a esses capítulos; no restante dos livros, as tirinhas e anúncios aparecem praticamente como textos verbais, sendo muito esparso e superficial o trabalho com a semiose visual. Seguindo essa abordagem, a multimodalidade dos chamados gêneros virtuais ou das TICs²⁰ – que aparecem pouco nas coleções – certamente não é trabalhada também de maneira apropriada.

A nosso ver, o grande desafio para os autores e editores de LDLP continua sendo encontrar um meio de trazer a multimodalidade de modo mais efetivo para o campo da leitura e produção textual e da análise linguístico-semiótica. Na BNCC encontramos a referência ao letramento multisemiótico em praticamente todos os campos de atuação, do literário ao jornalístico-publicitário, seja nas partes sobre leitura ou sobre produção textual. A escolha por separar a análise linguística e semiótica das partes de leitura e produção pode não ter sido ainda assimilada como os autores do documento desejaram e explicitaram: que a análise linguística e semiótica atravesse todos os campos, gêneros e atividades do currículo escolar. O fato de a BNCC separar graficamente, em campos específicos, a análise linguístico-semiótica da leitura e a produção não implica que essa análise deva ser desprezada ou considerada acessória. Se os LDLP não trouxerem a leitura multissemiótica para o centro das atividades, continuaremos a ver os mesmos gêneros multimodais terem seus elementos visuais tratados de modo subalternizado, acessório ou mesmo desprezado.

O desafio parece maior se pensarmos que as novas coleções certamente irão incorporar gêneros das TICs, que possuem multissemioses ainda mais complexas (por misturarem imagem em movimento, música e linguagem verbal) do que as dos gêneros encontradas nas coleções analisadas. O letramento visual é direito de todos e não tem nada de intuitivo ou especificamente artístico, por isso não é atribuição dos professores de Arte. Como ressalta Dondis (2003, p. 17), em

20 TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação.

obra seminal sobre letramento visual,

A abordagem visual do ensino carece de rigor e objetivos bem definidos. Em muitos casos, os alunos são bombardeados com recursos visuais – dispositivos, filmes slides, projeções audiovisuais –, mas trata-se de apresentações que reforçam sua experiência passiva de consumidores de televisão.

O letramento visual é urgente nos cursos de formação de professores de Letras para que o tratamento da multimodalidade aconteça efetivamente e com sistematicidade. Sabemos que o a semiose visual participa de modo central, e não auxiliar, na construção do sentido nesses e em outros gêneros multimodais. Caso contrário, estaremos antenados com as novas formas de comunicação social contemporâneas apenas na aparência e na teoria.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BUNZEN, Clécio. A fabricação da disciplina curricular Português. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 885-911, set./dez. 2011.

BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo: Parábola, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochard. **Português: linguagens**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1 e 3.

DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

DIONISIO, Ângela Paiva; VASCONCELOS, Leila Janot de. Multimodalidade, gênero textual e leitura. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.). **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 19-42.

DOLZ, Joaquim; SCHNEWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. 3. ed. Tradução Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2. ed. Tradução Luiz Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22. ed. Tradução Izidoro Bilkenstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010. p. 150-207.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading imagem**: the gramar of visual design. 2. ed. London: New York: Routledge, 2006.

MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD:** impactos na qualidade do ensino público. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua:** leitura, produção de texto e linguagem. São Paulo: Moderna, 2017. v. 6 e 9.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2004. p. 155-177.

Linn da Quebrada¹

Recebido em: 19 de outubro de 2020.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2020.

<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12359>

RESUMO: A convite da editoria de *albuquerque: revista de história* Linn da Quebrada compôs um ensaio sobre corpo e gênero. Neste trabalho, Linn em um giro poético capta questões sobre cisgeneridade e ativismo centrada na crítica à binariedade.

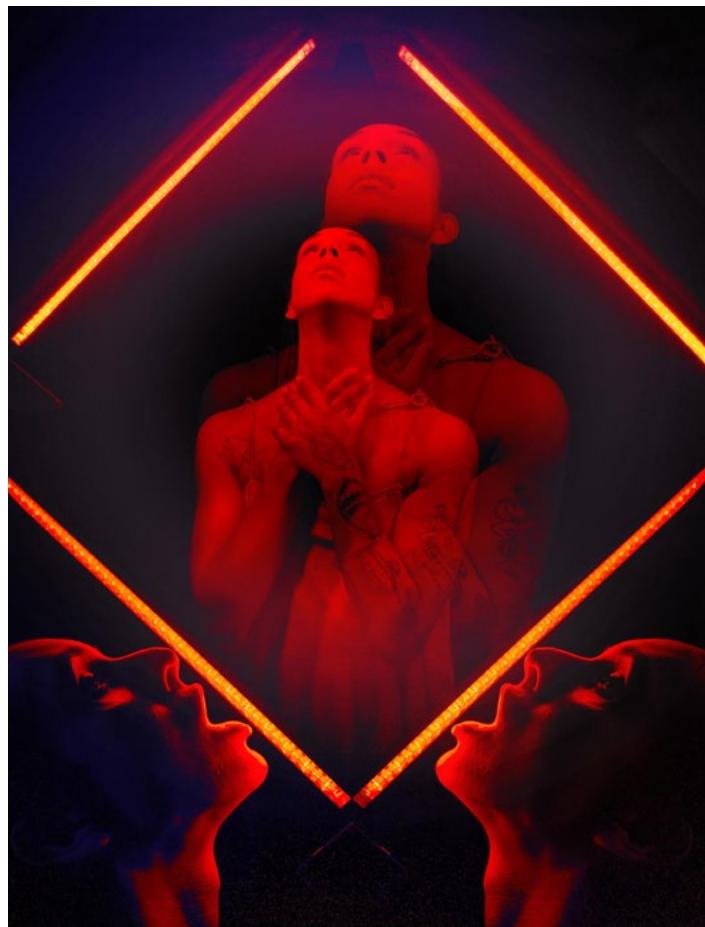
ABSTRACT: At the invitation of the editors of *albuquerque: journal of history* Linn da Quebrada composed an essay on body and gender. In this work, Linn in a poetic turn captures questions about cisgenerosity and activism centered on criticism of binarity.

Palavras-chave: ativismo, queer, crítica, corpo.

Keywords: activism, queer, criticism, body.

¹ Cantora brasileira, que é também atriz, roteirista e apresentadora, rodou o Brasil e o mundo com seus *shows* potentes e dançantes. Médica e monstra de si mesma, a artista faz uma investigação sobre sua própria corporalidade e potências narrativas, a partir de performances ora inspiradas em seu repertório. Linn da Quebrada tem se destacado na cena brasileira de música eletrônica e experimental a partir de uma mistura musical indecifrável. Feita de pop, funk, global gueto e muito mais, essa experimentação sonora também alavancou sua presença em outros países. Site: <https://www.linndaquebrada.com/>. E-mail: [contato@linndaquebrada.com](mailto: contato@linndaquebrada.com)

Foto: Gabriel Renné (@gabrielrenne).



Fonte: divulgação.

no centro de tudo, ou quase tudo, o corpo,

um enigma. um
mistério. uma situação.
e/ou

um cruzamento de marcas e marcadores, uma encruzilhada de dúvidas e dívidas que
percorrem nossas veias e nosso sistema circulatório, econômico e afetivo?

há muito tempo me vejo confrontando esse tema. e também esse cistema. esse sistema
cisheteronormativo, dentre todas as suas especulações imobiliárias e imobilizantes. de agora
e desde muito antes.

diante disso, me vejo mais do que impelida a falar desse tema tão falado. e
tantas vezes mal falado.

o corpo.

nesse caso, o meu.

que entre acasos e ocasos me trouxeram até mim.

enfim. falar do meu corpo é falar da trama e da rede emaranhada de tesão e tensão que

opera entre nós.

já falar de artivismo é no mínimo curioso, complexo e contraditório. acredito que toda arte e cada gesto, cada gasto, que fazemos e ecoamos com nosso corpo, por si só e em conjunto, seja no mínimo político. ou patético. ou ambos. e por isso exige e denota um tanto quanto de responsabilidade. artivismo não é uma ação individual e isolada, é uma relação. um compromisso coletivo.

outro aspecto importante de ser trazido à tona aqui é que quando falo de arte quero evocar o nosso imaginário à perspectiva de que ser artista não significa, necessariamente, estar ou star na frente das câmeras, sob os holofotes, em cima de um palco ou segurando um microfone. ser artista pra mim não é ter a passabilidade do mercado, mas sim, ter a possibilidade de criar sobre a própria existência.

principalmente quando falamos de um status quo onde sobreviver aos mecanismos cotidianos que nos querem mortas, dóceis e obedientes, já é a mais sofisticada e cara obra de arte.

o corpo é um risco.

é ao mesmo tempo pergunta e resposta.

não venho da academia. de nenhuma delas.

mas passeio por entre seus pensamentos pra formar e deformar os meus.

ambas as academias constroem e formam corpos e pensamentos sociais e coletivos. imaginários. nem sempre imaginantes. mas essas são apenas algumas das tantas ferramentas de formatação das corporalidades presentes e ancestrais. ferramentas de construção de memórias.

toda minha produção de saberes se dá pelas minhas experiências. sabores empíricos advindos de uma trajetória em movimento e inacabada.

fragmentos de. televisores, revistas, novelas, músicas, videogames, pornografia & também cartografias de afeto.

em cada célula viva há uma válvula de escape sem saída de emergência. que urge.

o corpo é um ponto de partida & não meu objetivo final. às vezes, objeto e noutras tantas, abjeto. então lhes pergunto, se dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço, é possível que um corpo ocupe dois espaços, duas posições, ao mesmo tempo?

o corpo não tem finalidade.

é linguagem. a minha é o pajubá, um trava línguas. babylônia, em sua menor grandeza. um

corpo em trânsito intransitivo direto e indiretamente. é um processo.

meu corpo se debate desesperada, cotidiana e ordinariamente para salvar sua própria vida. e se artivismo é compromisso, esse é o meu. mas eu não acredito em salvação. tbm não tenho compromisso algum com a manutenção da realidade e suas instituições.

ao mesmo tempo que noto a importância de nossos corpos ocuparem lugares de referência, de representação & apresentação, - principalmente em espaços que até então nunca estivemos, "dona" de nossa própria narrativa - deslocando e construindo outras redes de imaginário coletivo; percebo também quanto o mercado, na tentativa de nos capturar, controlar e prever nossos movimentos, nos posiciona de forma calculista & estratégica. artivistas. um espaço especial para nossas manifestações artísticas e/ou políticas. conduzindo e orientando também o olhar & corpo do público para que se relacione com o que estamos produzindo dessa mesma forma. formatando assim nossa relação.

já nas minhas primeiras performances entendi que, quando vemos algo e já sabemos, ou imaginamos que sabemos o que é, tratamos esse material da maneira que imaginamos que deve ser tratado; nos moldes e molduras que fomos ensinadas. nos mínimos gestos, gostos & gastos que apreendemos. já quando não sabemos, há um estranhamento, que nos mantém conectadas com a obra até entender, ou não, do que se trata aquilo. é nesse tempo que se constrói a relação. nesse entre. como um convite a conhecer, dividido entre todas as partes que ativam a obra: quem propõe & produz, assim como quem consome. durante o tempo em que a obra estiver sendo proposta, onde a cada nova apresentação uma nova relação se efetiva. nada é dado. tudo se constrói na experiência. primeiro se vive & durante o processo se comprehende o que está sendo feito. pelo menos comigo foi assim.

o artivismo não nasce, pelo menos em mim & comigo, como objetivo ou finalidade. nem ao menos fui eu quem me disse artivista pela primeira vez. mas é bem provável que em alguns momentos eu tenha me reconhecido e, vez ou outra, ainda me reconheça como tal. ou pelo menos entenda o porquê muitas veem meu trabalho assim. como eu mesma já enunciei algumas vezes: eu não canto para ser cantora. eu canto para ser ouvida.

para salvar minha própria vida & tornar minha existência possível.

porém, quando eu me desloco, esse movimento é também coletivo. nem sempre. pelo menos não na mesma proporção ou velocidade. e assim, de alguma maneira, nos tornamos a diferença na repetição. mas que precisa que a repetição aconteça para que possa se fazer diferente. de um mesmo jeito. ou não.

nesse mercado iconoclasta, branco, cisgênero, estreito. straight.

que busca incessantemente representar a si mesmo. apegado ao próprio reflexo no espelho, narcisista, violento, calculista e destrutivo; quando esse mercado nos lê e nos

orienta social e coletivamente como artivistas, percebo como isso pode soar também perigoso, pois então somos lidas e lidam com nosso trabalho e atuação dessa forma: definida. com fim e finalidade específica.

com espaço e também campo de acesso delimitados. previsíveis. com fronteiras invisíveis porém muito materiais, concretas e virtuais. onde circundam os efeitos e afetos do nosso trabalho. e assim ocorre também uma institucionalização do artivismo. como se ser artivista em alguma medida, passe a ser também uma categoria mercadológica que nos garanta algum acesso e consumo entre essas prateleiras & vitrines, salões, varejos; atacadas. porém o que na maioria das vezes é consumido e esvaziado, esgotado, somos nós mesmas. é nesse mesmo movimento, não instantaneamente, mas no seu desenvolvimento que, possivelmente, somos reconhecidas & capturadas. e assim, circulamos. corremos incansavelmente atrás dos nossos próprios rabos. nos tornando quase que invariavelmente, corpos-mercadoria. mas não só. sob as leis de oferta e demanda, piratas e clandestinas nesse mercado negro. porém branco.

com tudo isso, onde quero chegar? exatamente onde estou. no cruzamento de todos esses marcadores e mercadores sociais. o corpo objeto abjeto sujeito predicado substantivo indeterminado que cambia, circula e transita dentre todas essas situações e negociações. e que tem entendido que, se artivismo for tudo isso & mais um pouco, sendo também o ato de se manter consciente de seu fazer artístico, comprometendo-se com o presente & engajado no combate às opressões para conseguir realizar-se, então sim, eu também sou artivista. mas esse é o caminho que temos traçado como estratégia para inserir nossa obra e dialogar com nosso tempo. em espiral. dentro e fora das nossas possibilidades, com nossas necessidades e desejos. como canal. que nos conecta & nos leva além de nós. desatando.

nós quem?

eu & vcs. que silenciosas e paulatinamente, sem nem mesmo saber, selamos o contrato de, dia a dia, consciente ou inconscientemente construir aquilo que chamamos e evocamos como cultura. naquilo que cultivamos e cultuamos, e assim edificamos enquanto povo e nação. onde nem tudo que vende, vem de mim ou vende nós.

mas pulsa. sangra. vive. & morre.

como tem de ser. ou não.

Agradecimentos

Os editores e as organizadoras do dossiê agradecem à Izabela Raphael Costa pela mediação e assessoria entre a revista e Linn da Quebrada para que este ensaio fosse possível.

GÊNERO E TEORIA QUEER¹

GENDER AND QUEER THEORY

Teresa de Lauretis²

Tradução de Gabriel Bosco Vaz da Silva³



<https://orcid.org/0000-0001-8920-1500>

Revisão de Leonardo Lemos de Souza⁴



<https://orcid.org/0000-0002-3331-1847>

Recebido em: 11 de novembro de 2020.

Primeira Revisão: 07 de janeiro de 2021.

Segunda Revisão: 20 de março de 2021.

Aprovado em: 03 de agosto de 2021.



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12446>

¹ Esta conferência, pronunciada no dia 29 de abril de 2014, no **Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini**, na cidade de Buenos Aires, é uma versão de outras intervenções anteriores. Parte das seções dedicadas ao “Gênero”, formaram parte da conferência magistral sucedida na Universidad Nacional de Córdoba, no dia 24 de abril de 2014, com o título “Os equívocos da identidade”. As seções centradas na teoria queer provêm de uma conferência ocorrida na Espanha, em 2011, e logo depois publicada em Lauretis (2011, p. 298- 311).

*Tradução do original em espanhol sob o título **Género y teoría queer**, publicado no dossiê “Teresa de Lauretis en Buenos Aires” da revista **Mora** (e-ISSN: 1853-001x), Buenos Aires, n. 21, p. 107-118, 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filc.uba.ar/index.php/mora/article/view/2402>. A conferência em que este texto foi apresentado (em espanhol) pode ser conferida no YouTube, canal **culturalcoop**, publicada em 29 de abril de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SY_5x0Bd1Fk. Uma versão de um texto anterior da autora fora publicado em **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, organizado por Heloisa Buarque de Holanda (Editora Bazar do Tempo, 2019), traduzido por Pê Moreira. (Nota do Editor)

² Doutora em Línguas Modernas e Literaturas pela Universidade Bocconi (Milão/Itália). Professora Emérita no History of Consciousness Department, Universidade da Califórnia (Santa Cruz), Estados Unidos.

³ Graduado em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/ Assis); mestrando em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: gabriel.silva29@estudante.ufla.br

⁴ Psicólogo e Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Realizou estágio pós-doutoral e visitas técnicas na Universitat de Barcelona (2013-2016), Universidad Complutense de Madrid (2017) e na Universitat Autònoma de Barcelona (2018). Foi professor visitante na Universidad de Santiago de Chile (2019) e na Universidad Alberto Hurtado (2019). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual Paulista - UNESP atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Campus de Assis) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Campus de Marília). E-mail: leonardo.lemos@unesp.br

RESUMO: Este artigo trata sobre o percurso da teoria queer, desde os anos 1990, e o atual debate sobre a política antisocial da teoria queer. Abordando o pensamento interdisciplinar do qual o debate sobre gênero iniciou a discussão acerca de uma teoria de gênero queer, a crítica da autora está, sobretudo, no cerne do significado do pensamento queer enquanto uma teoria da prática, contanto que a sua relação com as práticas - através do debate - possa traduzir com êxito as pretensões desse pensamento, ou seja, que gênero e sexualidade são coisas distintas. A partir do confronto de ideias entre Estudos Culturais, Ciências Sociais e Psicanálise, a autora busca criticar o estabelecimento do queer como mais uma identidade no espectro do gênero. Dessa forma, comprehende-se que o debate ainda está em devir.

Palavras-chave: estudos de gênero; teoria queer; feminismo, sexo.

ABSTRACT: This article deals with the course of queer theory, since the 1990s, and the current debate about queer theory's antisocial policy. By the interdisciplinary thinking from which the debate on gender initiated the discussion about a queer gender theory, the author's criticism is, above all, at the heart of the meaning of queer thinking as a theory of practice, as long as its relation with practices - through debate - can successfully translate the claims of that thought, that is, that gender and sexuality are different things. Based on the confrontation of ideas between Cultural Studies, Social Sciences and Psychoanalysis, the author seeks to criticize the establishment of queer as another identity on the gender spectrum.

Keywords: gender studies; queer theory; feminism; sex.

Fui educada formalmente na Itália, mas a maior parte de minha pesquisa foi realizada nos Estados Unidos, em um terreno cultural e político, às vezes, cruzado por eventos na Europa (como, por exemplo, os movimentos estudantis e de mulheres no final dos anos 1960 e início dos anos 1970). Foram momentos abertos às transformações, inovações e, em particular, aos discursos institucionais e às práticas de gênero.

Nos Estados Unidos, na década de 1960 e princípios da década de 1970, o ativismo político entrou nos campi universitários com os movimentos da contracultura (o movimento pela liberdade de expressão "Free Speech Movement", os movimentos feministas, o movimento dos Panteras Negras), o protesto massivo de estudantes e professores contra a guerra do Vietnã, assim como a invasão de Camboja pelos Estados Unidos. Nesse cenário, os estudantes se politizaram e exigiram cursos com conteúdos então não considerados acadêmicos, por um lado; por outro, estavam relacionados com os movimentos sociais que agitavam a esfera pública na época. Pelo fato das universidades estatais americanas seguirem as regras do mercado capitalista, apareceram, rapidamente, programas de graduação em estudos da mulher (*Women's Studies*), em cultura popular, em estudos afro-americanos, americanos nativos, chicanos e latinos.

O conceito de gênero foi introduzido e articulado por pesquisadoras feministas em diversos campos disciplinares, no âmbito do *Women's Studies*; e era o eixo central, o elemento coeso da crítica feminista ao patriarcado ocidental. Gênero ou “sistema sexo-gênero”, como o chamavam as antropólogas feministas, foi o quadro em que as feministas analisaram a definição sócio-sexual da Mulher como divergente do padrão universal que o Homem era. Em outras palavras, gênero não pertencia ao homem, gênero era a marca da mulher, a marca de uma diferença que implica a condição de subordinação das mulheres à família e à sociedade, devido a um conjunto de características relacionados à sua constituição anatômica e fisiológica – características tais como a inclinação ao cuidado, à maleabilidade e ao fisiológico... Não seria necessário prosseguir, vocês sabem o que quero dizer. Gênero, como o entendiam as pesquisadoras feministas, era a soma dessas características, quer tivessem alguma base na natureza ou que fossem inteiramente impostas por condicionamento cultural e social. Em relação a esse tema, houve muitos debates e divisão no movimento, mas em ambos os casos, naquela época, gênero significava uma estrutura social opressiva para as mulheres.

Os chamados *Gender Studies*, ou estudos de gênero, foram desenvolvidos mais tarde, em parte como uma crítica ao feminismo e à ênfase separatista que os estudos sobre mulheres tinham naquela época. Certamente, não foi uma coincidência que o estudo dos homens e das masculinidades foi e segue sendo uma preocupação importante dos estudos de gênero. Os estudos lésbicos e gay aconteceram posteriormente aos programas universitários, provavelmente devido ao seu interesse pela sexualidade, e os estudos queer não apareceram até meados da década de 1990.

Foi nesse contexto que, em meados da década de 1980, propus a ideia de uma “tecnologia de gênero”⁵. Eu me perguntava: se o gênero não é uma simples derivação do sexo anatômico, mas uma construção sociocultural: como se realiza aquela construção? Parecia-me que o gênero era uma construção semiótica, uma representação ou, melhor dito, um efeito composto de representações discursivas e visuais que, segundo Michel Foucault e Louis Althusser, vi emanar de várias instituições – a família, a religião, o sistema educacional, os meios, a medicina, o direito, porém, também, de fontes menos óbvias: a língua, a arte, a literatura, o cinema, dentre outras. No entanto, o fato de ser uma representação não impede de ter efeitos reais, concretos, ambos sociais e subjetivos, na vida material dos indivíduos. Pelo contrário, a realidade do gênero consiste precisamente nos efeitos de sua representação: o gênero se “real-iza”, se torna real, quando essa representação se converte em autorrepresentação, quando se assume individualmente como forma de sua própria identidade subjetiva e social. Ou seja, o gênero é tanto uma atribuição como uma apropriação: outros me atribuem um gênero e eu o assumo como meu – ou não.

Sabemos sobre isso na atualidade. Mas gostaria de retornar brevemente a esses anos para ressaltar que o entendimento atual do conceito de gênero possui suas origens no movimento das mulheres e os estudos feministas, muito antes da mudança institucional aos estudos de gêneros propriamente. Quero destacá-lo porque essa história está desaparecendo: em uma década ou mais, talvez ninguém se lembre de que o conceito crítico de gênero - a ideia de que os indivíduos são de fato constituídos como sujeitos por gênero - não existia antes que a teoria feminista o elaborasse como uma nova forma de saber, uma prática epistêmica que surgiu no quadro de um movimento político de oposição radical.

Talvez o ensaio mais influente sobre gênero tenha sido ***The Traffic in Women***⁶, de Gayle Rubin,

5 Teresa De Lauretis publicou uma série de ensaios sobre o tema “Tecnologias de Gênero” que estão reunidos no livro DE LAURETIS, Teresa. ***Technologies of Gender***. Indianapolis: Indiana University Press, 1987. O primeiro texto ***Gender Techology***, foi traduzido em língua portuguesa para a coletânea: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. ***Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura***. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (Nota do Revisor)

6 Este ensaio, assim como o ensaio “Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade”, foram traduzidos por Jamille Pinheiro Dias para a língua portuguesa e reunidos em: RUBIN, Gayle. ***Políticas do Sexo***. São Paulo: Ubu Editora, 2017. (Nota do Revisor)

que definiu a implicação mútua de sexo e gênero no conceito do sistema sexo-gênero. O ensaio foi publicado em 1975 em uma coletânea que tem o sugestivo título **Toward an Anthropology of Women**. Rubin, antropóloga feminista, inicia seu ensaio afirmando que “Um ‘sistema sexo-gênero’ é o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975). Após estabelecer um debate entre Claude Lévi-Strauss e Jacques Lacan, algo virtualmente sem precedentes nos escritos feministas da época, Rubin conclui em sua sinopse do relato de Freud sobre a sexualidade feminina com a afirmação – um tanto surpreendente – que “psicanálise é uma teoria do gênero” (RUBIN, 1975). Supreendentemente, primeiro, porque Freud quase nunca falou de gênero (a palavra alemã *Geschlecht* não distingue gênero de sexo) e, seguidamente, porque a mesma Rubin, dez anos depois, drasticamente, separou o gênero do sexo.

Em um ensaio intitulado **Pensando sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade**, Rubin (1989) afirma que “uma teoria autônoma e uma política específica da sexualidade devem ser desenvolvidas separadamente da crítica feminista do gênero”, visto que o gênero é a estrutura social de opressão das mulheres. Por sexualidade, Rubin claramente quer dizer atos sexuais ou comportamento sexual, em particular práticas sadomasoquistas entre homens, os quais a autora devia pensar que não tinham relação com a psicanálise... Seu equívoco é ilustrativo de como a precoce crítica feminista lia Freud de maneira altamente seletiva e reduzida (não sendo diferente, nesse sentido, da cultura americana em geral).

No entanto, a ideia de Rubin que gênero e sexualidade devem ser diferenciados conceitualmente segue sendo fundamental para o estudo dos processos sociais, por exemplo, as relações entre política e teoria. Isso é o que vou expor, nesta apresentação, tomando como exemplo o atual debate sobre a política antissocial da teoria queer.

A expressão “teoria queer” nasceu em 1990 como tema de um workshop que organizei na Universidade de Califórnia, em Santa Cruz. O termo queer possui uma longa história, em inglês existe desde mais de quatro séculos, e sempre com denotações e conotações negativas: estranho, esquisito, excêntrico, de caráter duvidoso ou questionável, vulgar⁷. Nos romances de Charles Dickens, Queer street denominava uma parte de Londres em que vivia gente pobre, doente e endividada. No século passado, depois do celebre juízo e posterior aprisionamento de Oscar Wilde, a palavra queer se associou principalmente com a homossexualidade como estigma. Foi o movimento de liberação gay da década de 1970 que converteu o termo em uma palavra de orgulho e um signo de resistência política. Igualmente aos termos gay e lésbica, queer designou, em primeiro lugar, um protesto social, e somente em segundo lugar uma identidade pessoal.

Quando organizei o workshop (working conference) intitulado “Queer Theory”, para mim a teoria queer era um projeto crítico, cujo objetivo era desfazer ou resistir à homogeneização cultural e sexual no âmbito acadêmico dos “estudos lésbicos e gay”, assim chamados, que se consideravam como um único campo de pesquisa. Mas é claro que não era assim: gays e lésbicas tinham histórias diferentes, maneiras diferentes de se relacionar e práticas sexuais diferentes. As lésbicas não eram, naquele tempo, os principais objetivos das estratégias de comercialização de “um estilo de vida” gay (saunas abertas 24h horas por dia, cruzeiros e pacotes de férias, moda). Além disso, as lésbicas tinham uma forte relação com o movimento feminista,

⁷ Etimologia provável: da raiz ‘t (w) erk’, que dá no alemão moderno *quer* (*qwer* em alemão antigo), que significa oblíquo, diagonal, inclinado; em neerlandês *dwar*; em inglês (*to*) *thwart*, em latim *torcere*. **Teoria torta:** preconceitos e discursos em torno “da homossexualidade” é o título de livro publicado em Madri, em 1998, pelo editor Siglo Veintiuno, citado por Sáez, Javier (2004). **Teoria queer e psicanálise**, Madri, Síntesis.

ainda que às vezes fosse conflituosa. Certamente, as questões das diferenças raciais e éticas, explanadas pelos coletivos de lésbicas negras, chicanas e latinas em sua crítica ao feminismo branco, moldariam o feminismo da década de 1980 e das próximas décadas.

Meu projeto de “teoria queer” consistia em iniciar um diálogo entre lésbicas e homens gays acerca da sexualidade e nossas respectivas histórias sexuais. Esperara que, juntos, quebrássemos os silêncios que se haviam construídos nos estudos lésbicos/gay em torno da sexualidade e sua relação com o sexo/raça (por exemplo, o silêncio em torno das relações interraciais ou interétnicas). As duas palavras, teoria e queer reuniam a crítica social, o trabalho conceitual e especulativo que implica a produção do discurso. Contava com esse trabalho coletivo para poder “construir outro horizonte discursivo, outra maneira de pensar o sexual” (LAURETIS, 1991, p. 11).⁸ Embora não fosse um projeto utópico, naquele momento eu ainda imaginava que as práticas teóricas e as práticas políticas eram compatíveis. Pensando na evolução subsequente da teoria queer, já não tenho mais certeza.

O diálogo que eu esperava não ocorreu, ainda que fossem publicados trabalhos individuais sobre sexualidade gay e lésbica, em particular o livro **Homos** (BERSANI, 1996) e meu próprio livro **The Practice of Love: Lesbian Sexuality and Perverse Desire** (LAURENTIS, 1994). Ao longo dos anos de 1990, a alarmante propagação da epidemia de AIDS solicitou a atenção dos movimentos sociais e da mídia. O trabalho de grupos como, por exemplo, *AIDS Coalition to Unleash Power*⁹ (ACT UP) e Queer Nation tornaram a importância da prevenção espetacularmente visível em todos os setores sociais, ampliando o leque de identidades性uais não normativas. A política da sexualidade que Rubin (na década de 1970) e eu (na década de 1990) esperávamos passou a ser uma política das identidades de gênero: os termos que surgiram em relação às práticas de disputa, desconstrução ou ressignificação de gênero colocam o gênero como a medida da identidade da pessoa.

Atualmente, o discurso de gênero ofuscou ou negligenciou a problemática da sexualidade e a dimensão sexual da identidade, a qual era tão importante para a geração de Stonewall, nas décadas de 1970 e 1980. Paradoxalmente, isso acontece mesmo que a sigla usada em muitas partes do mundo, LGBTI (lésbica, gay, bissexual, transexual e intersexual), faça referência a identidades性uais não normativas. Além disso, o atual termo queer, embora retenha parte de sua conotação histórica de desvio sexual, tornou-se uma identidade de gênero, ou seja, fica aquém do que é específico da sexualidade, o polimorfo perverso de Freud, que Mario Mieli na Itália e Guy Hocquenghem na França voltaram a teorizar durante a radical e visionária da década de 1970.¹⁰

Por que o gênero se tornou uma marca privilegiada de identidade? Por que as políticas de gênero substituíram as políticas性uais? Acho que a resposta a essa questão tem a ver com sexualidade no sentido freudiano, a copresença de pulsões conflitantes na psique individual, com seu caráter obstinado e, muitas vezes, destrutivo, e as dificuldades que isso causa tanto ao indivíduo quanto à sociedade.

Se a primeira contribuição de Freud para a epistemologia moderna é o conceito de inconsciente (das *Unbewusste*), o segundo deve ser o da sexualidade infantil, ou seja, uma sexualidade de pulsões parciais, polimórficas, auto-eróticas, não reprodutivas e sem normas.

É um lugar-comum dizer que a sexualidade infantil se desenvolve em duas fases sucessivas, a fase oral e a fase anal, que precedem o desenvolvimento de órgãos性uais e o surgimento de certos hormônios na puberdade. O lugar-comum implica que apenas o último realmente conta, ou seja, a sexualidade é a sexualidade genital adulta. Mas esse ponto de vista popular e médico é contradito por considerações óbvias: as manifestações infantis de prazer sexual, oral e anal permanecem totalmente ativas na sexualidade adulta; além disso, esses e outros chamados impulsos parciais podem realmente ser mais poderosos do que a

atividade genital. É o caso, por exemplo, do que Freud chama de perversões e a psiquiatria atual chama de parafilias: fetichismo, exibicionismo, voyeurismo, sadismo, masoquismo, pedofilia, zoofilia, necrofilia, coprofilia e urofilia, para citar alguns. Portanto, entre os comportamentos sexuais conhecidos, há vários que remontam claramente aos prazeres da infância e produzem satisfação sexual, mesmo independentemente da atividade genital.

O termo parafilia foi adotado pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (DSM III) em 1980, relata John Money:

No momento de sua fundação, no final do século XIX, a sexologia fez a sua entrada no sistema de justiça criminal através da psiquiatria forense, notavelmente sob a tutela de Richard von Krafft-Ebing (1886-1931). A psiquiatria forense tomou emprestada a nomenclatura do direito para classificar os agressores sexuais como desviados sexuais e pervertidos sexuais. A psiquiatria forense também usou do controle do código penal para a sua lista oficial de perversões. Mais tarde, os termos perversão e desvio resultaria no termo parafilia. (MONEY, 1999, p. 55)¹¹

A parafilia pode soar mais neutra, menos “patologizante” do que a perversão, mas ainda nomeia comportamentos sexuais que são considerados anormais. O normal não é tema de debate em direito penal ou psiquiatria forense. E talvez nos lembremos que o próprio John Money iniciou a prática clínica, agora comum em muitos países do ocidente, para tratar crianças intersexos, nascidas com múltiplos órgãos genitais ou com genitais que a medicina considere indeterminados¹² – tratá-los com cirurgia ou hormônios para “normalizar” os seus corpos, quer como corpos femininos, quer como corpos masculinos¹³.

Ao contrário da psiquiatria, a psicanálise não se preocupa com a normalidade, a normalidade sexual. Ao contrário, para Freud, a sexualidade é a dimensão mais complexa de vida humana, variando da perversão à neurose e até à sublimação; é compulsiva, não contingente e não incurável. Com a psicanálise, a teoria queer poderia alargar o seu leque de preocupações a todas as formas de comportamento sexual; não classificar ou criminalizar, não “proteger a sociedade” ou para apoiar os laços sociais, mas para compreender as suas condições de possibilidade. Isso é assim porque a sociedade – todas as sociedades – contém tanto força negativa quanto positiva. Ao teorizarmos sobre sociabilidade e afetividade em comunidades queer local e globalmente, os aspectos compulsivos, perversos e ingovernáveis da sexualidade que nos confrontam na esfera pública, na família e também em nós mesmos não podem ser ignorados. O problema está em como levantar uma sociabilidade queer feita de vínculos afetivos e, ao mesmo tempo, impulsos contrassociais? Como podemos pensar juntos, por exemplo, os casamentos de pessoas do mesmo sexo e a prática masculina desprotegida de sexo anal (*barebacking*) ou o assassinato em série e a busca de comunidade espiritual?

A teoria freudiana da sexualidade levanta a hipótese da presença de duas pulsões ou forças psíquicas

11 Agradeço por esta referência a Timothy N. Koths, doutorado em History of Consciousness, Universidade da Califórnia, Santa Cruz.

12 Apesar de ser uns dos primeiros a cunhar e trabalhar com o conceito de identidade de gênero, bem como desenvolver processos e técnicas para resignação de gênero, John Money teve seu trabalho amplamente criticado pela comunidade científica em razão das intervenções que realizava sem a participação dos pacientes no processo e dada a sua ênfase no sexo como base de definição do gênero. O caso David Reimer é o mais famoso de seus pacientes, que ainda bebê perdeu o pênis em uma cirurgia de circuncisão, fora submetido por Money a terapias hormonais e cirurgias de adequação genital e corporal para o gênero feminino. Isso levou David Reimer, anos mais tarde, a cometer suicídio. Para mais detalhes sobre o debate das relações entre sexo e gênero ver FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the Body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000. (Nota do Revisor)

13 A noção médica do gênero, distinguido do sexo, aconteceu em 1915 a partir do britânico Blair Bell, um especialista em pessoas intersexuais. Ver: Dreger (1998) e Castel (2003).

opostas, coexistindo e agindo juntas, mas de forma diversamente combinadas em diferentes momentos da vida psíquica de cada indivíduo. Os impulsos de vida são energias psíquicas ligadas a objetos (pessoas, ideias, até ideais) e, portanto, são apego, vínculo social, criatividade. Nesse sentido, Freud os nomeou usando o termo platônico *Eros* e especificou: “o *Eros* dos poetas e filósofos” (FREUD, 1978). A pulsão de morte, por outro lado, é pura negatividade, é a energia psíquica desvinculada de qualquer objeto, inclusive do mesmo eu, que diminui coerência e, portanto, a coesão do social. Freud, certamente, não era otimista. Sua teoria não oferece soluções práticas – e essa não era sua intenção – mas, precisamente, porque sua teoria é especulativa, não sistemática e até mesmo contraditória, permanece aberta para o novo. E assim, por exemplo, no que diz respeito à questão de gênero e sua complexa relação sexual.

Ao contrário da psicologia, a psicanálise não lidou com o conceito de gênero. No entanto, recentemente, Jean Laplanche, psicanalista e professor de psicanálise na Universidade de Paris, leitor atento de Freud, introduziu a questão do gênero na psicanálise no contexto de sua própria teoria da sexualidade (ou sedução generalizada). Colocando de forma muito simples, Laplanche sustenta que a sexualidade não é inata, não está presente no corpo quando nascemos, mas vem do outro, dos adultos, e é um efeito de sedução. A sexualidade é implantada no recém-nascido, o bebê – um ser sem linguagem (*in-fans*) e inicialmente sem eu – para as ações necessárias de cuidados maternos: alimentação, cuidados com a higiene, etc.; ações que são necessárias por causa da prematuridade do ser humano recém-nascido, que não pode sobreviver sem um adulto para alimentá-lo, mantê-lo aquecido, saudável e confortável. Na mãe e em outros cuidadores adultos, esses atos são acompanhados por investimentos emocionais conscientes e também por fantasias inconscientes que são transmitidas ao bebê como mensagens enigmáticas ou significantes enigmáticos; enigmático não só porque o bebê é incapaz de traduzi-los, mas porque estão imbuídos das fantasias sexuais conscientes e inconscientes dos adultos, pais ou cuidadores. No bebê, esses significantes enigmáticos intraduzíveis são sujeitos à repressão primária e constituem o primeiro núcleo do inconsciente da criança.

Com o crescimento da criança, o eu é formado e desenvolvido, produzindo traduções parciais, mas há também resíduos sem traduções, os quais permanecem inscritos no aparato psíquico do indivíduo como pegadas mnêmicas ou memória não recordável de excitações e prazeres corporais. Tais resíduos enigmáticos atuam, diz Laplanche (1992), “como uma lasca na pele” ou poderíamos dizer, como um software ou vírus instalado em um computador: ainda estão vivos, embora não detectados, e são reativados na sexualidade adulta, às vezes, em formas que nos parecem vergonhosas ou inaceitáveis. É daí que vêm os conflitos, morais ou neuróticos, que todos vivemos em nossa vida sexual.

O gênero, por outro lado, é uma manifestação do eu consciente ou pré-consciente. Ainda que venha do outro, pois é atribuído pelos pais ou médicos, muitas vezes antes do nascimento. O gênero não é, como a sexualidade, o implante somático de uma excitação psicofísica particularmente insistente nas chamadas zonas erógenas; não é implantado de maneiras que a criança não possa compreender e às quais ela possa apenas reagir. O gênero requer ação por parte do menino ou da menina; ele ou ela tem algum papel a desempenhar na construção do gênero, o qual eles devem assumir, isto é, eles devem torná-lo seu por meio de um processo de identificação. A identificação como menina ou menino – uma vez que nenhuma outra alternativa é oferecida na infância – geralmente ocorre muito cedo, mesmo antes da descoberta das diferenças anatômicas. Nos anos subsequentes, essa identificação pode ser confirmada e se tornar uma identidade de gênero ou pode ser desafiada, rejeitado ou transferido para outro sexo.

Sem dúvida, as fantasias conscientes e inconscientes de pais, irmãos e outros membros da família desempenham um papel, de fato um papel determinante, nas identificações e não-identificações de gênero do menino ou da menina e, portanto, nas múltiplas articulações da identidade de gênero na vida adulta. Mas em todos os casos, as identificações iniciais e posteriores identidades de gênero requerem a participação do

eu, ainda que seja apenas um eu infantil. Em suma, enquanto a sexualidade é implantada no recém-nascido como uma excitação psicofísica que o bebê não pode controlar ou metabolizar e, portanto, permanece inconsciente, a identificação de gênero é um processo consciente ou pré-consciente no qual a criança participa ativa e alegremente.

Laplanche foi o primeiro, possivelmente o único teórico psicanalítico, a abordar a questão de gênero diretamente. Em primeiro lugar, ele aponta que o gênero é múltiplo, uma vez que diferentes identificações de gênero podem coexistir na mesma pessoa, porém a categoria social de gênero é binária, masculino ou feminino, porque o gênero é atribuído com base no sexo anatômico ou, melhor, na percepção de que os adultos têm dele que, por sua vez, é baseado na visibilidade do órgão genital externo. Por esse motivo, a categoria de gênero como a categoria de sexo cai sob a lógica binária do falo – com ou sem, masculino ou feminino – uma lógica que, em seu binarismo rígido e viés genital, apagam ou negam o polimorfismo e, acima de tudo, dimensões inconscientes da sexualidade.

Em segundo lugar, Laplanche destaca a tendência de privilegiar o gênero em discursos ocidentais sobre identidade e postulam que o deslocamento da questão da identidade sexual à identidade de gênero é um sinal de repressão (*refoulement*), a repressão da sexualidade infantil e sua substituição por gênero como uma categoria mais aceitável para adultos e sua autocompreensão. “Eu acho”, ele escreve, “Que mesmo em nosso tempo, a sexualidade infantil é o mais repugnante para a visão adulta. Ainda hoje, o que é mais difícil de aceitar [para os adultos] são os chamados ‘maus hábitos’ da infância”¹⁴ (LAPLANCHE, 2007, p. 157). (Pense no filme de Almodóvar, *La mala educación* e seu engenhoso jogo de palavras, precisamente sobre os maus hábitos aprendidos na escola).

A importância do trabalho de Laplanche para a teoria queer é que ela articula as relações entre a sexualidade e gênero como resultado da interação de três fatores: o gênero, o sexo (anatômico-fisiológico) e o propriamente sexual, isto é, sexualidade como um efeito de repressão, fantasia e o inconsciente. Laplanche está de acordo com os pesquisadores que dizem que a identidade de gênero é anterior à identidade sexual, mas discorda da conclusão de que o gênero organiza a sexualidade¹⁵. Laplanche argumenta que, ao contrário, enquanto o gênero é adquirido muito cedo, seus significados só são claros para o menino ou menina com a percepção do sexo, ou seja, com a diferença anatômica sexual e, portanto, com a entrada em jogo do complexo de castração. Ele ressalta que, embora muitas questões e dúvidas tenham sido levantadas sobre a universalidade do complexo de castração, a lógica binária predominante na cultura ocidental, também, parece reinar no nível do indivíduo, visto que as memórias que surgem durante a análise estão ligadas a esse complexo.

Aqui Laplanche acrescenta algo que, vindo de um psicanalista, me parece bastante excepcional: “O que o sexo e seu braço secular, poderia dizer, o complexo de castração, tendem a reprimir, é o sexual infantil. Reprimi-lo é precisamente criá-lo reprimindo-o”¹⁶ (LAPLANCHE, 2007, p. 173). Parafraseando: tanto a instituição social do sexo-gênero quanto o conceito psicanalítico de complexo de castração que a justifica e a faz cumprir (tanto que é “seu braço secular”) têm o efeito de reprimir, conter ou restringir o sexual que foi a descoberta fundamental de Freud: a sexualidade perversa e polimorfa que é oral, anal, para-genital, não reprodutiva; uma sexualidade que antecede a percepção das

14 “Je crois que, même de nos jours, la sexualité infantile proprement dite est ce qui répugne le plus à la vision de l'adulte. Encore aujourd’hui, le plus difficilement accepté, ce sont les ‘mauvaises habitudes’, comme on dit”.

15 Cf. Person e Ovesey (1984).

16 “Ce que le sexe et son bras séculier, pourrait-on-dire, le complexe de castration, tendent à refouler, c'est le sexuel infantile. Le refouler, c'est-à-dire précisément le créer en le refoulant”.

diferenças de sexo e gênero e que, em última instância, é irreprimível por eles. Irreprimível porque ela é reprimida, isto é, inconsciente, fora do âmbito do eu, e ainda assim capaz de ser reativada. Essa sexualidade, então, não termina com a puberdade, mas persiste na vida adulta de várias maneiras.

Para destacar essa concepção específica de sexualidade, Laplanche cunha o neologismo francês *le sexual* (com ‘a’ em vez de ‘e’, sexual em vez de sexuel) da palavra *Sexualtheorie*, que Freud usa em sua obra inaugural **Três ensaios de teoria sexual** (1905). Freud pontua: sexual distingue o propriamente sexual de *Geschlecht*, a palavra alemã que significa “sexo/gênero”, e não brinca dizendo: “Seria impensável para Freud intitular sua obra ‘Três ensaios de teoria do gênero’”.

Laplanche argumenta que os conceitos de complexo de castração, como, por exemplo, o de Édipo e o assassinato mítico do pai, são esquemas narrativos pré-formados, códigos mítico-simbólicos transmitidos e modificados pelas culturas, que ajudam “o pequeno sujeito humano a ligar e simbolizar, ou “[...] traduzir, as mensagens enigmáticas e traumáticas do outro adulto”¹⁷ (LAPLANCHE, 2007, p. 212). Isso ajuda a criança a encontrar um lugar na família, na comunidade, o *socius*. Embora Laplanche indique ironicamente que nada é menos sexual do que o mito de Édipo ou a tragédia de Sófocles. Essas estruturas narrativas coletivas, assim como outras estruturas semelhantes em outras culturas, não estão inscritas no aparelho psíquico do lado do reprimido, como comumente se supõe, mas do lado do que reprime (*non pas du côté du refoulé, mais du refoulant*). Em outras palavras, elas se inscrevem não do lado do sexual, se não do lado que reprime o sexual, dando origem à neurose ou, no melhor dos casos, do lado do que freia o sexual, o contém, organiza e, em última análise, o dessexualiza em nome do apego, do laço social, da família, da procriação, do futuro.

A ironia dessa proposta de um teórico psicanalítico é evidente, uma vez que os conceitos de falo e complexo de castração são os alicerces de todo discurso psicanalítico, mesmo o de Freud, por exemplo, como em seus escritos posteriores sobre a sexualidade feminina. Parece, portanto, que essas noções psicanalíticas infames – infames para feministas e outros estudiosos do gênero – não são inimigas, mas aliadas do gênero; são instrumentais na construção do gênero, afirmado-o e reafirmando-o quando necessário. Se o complexo de castração e o complexo de Édipo são instrumentais na construção do gênero e, por isso, eles produzem mulheres e homens, identidades, comportamentos e hierarquias sociais ao reprimir o sexual, o sexual reprimido deve ser levado em conta como um componente problemático e não reconhecido da identidade e da sociedade.

Deixe-me colocar desta forma: podemos privilegiar o gênero e podemos refutá-lo, ressignificá-lo ou transcendê-lo, mas o que cria perturbação é o sexual – suas dimensões reprimidas e inconscientes, suas dimensões perversas, infantis, vergonhosas, nojentas, destrutivas e autodestrutiva – que a identidade pessoal raramente admite e que o discurso político sobre gênero deve se esquivar completamente, a fim de alcançar aceitação social e reconhecimento legal de novas identidades de gênero ou em mudança.

O discurso das identidades sexuais ou de gênero tem sido político desde o seu início, seja conservador nos estudos “cientificamente neutros” de Money e Stoller, ou explicitamente rebelde, na crítica feminista das décadas de 1960 e 1970, que apresentou o gênero, pela primeira vez, como uma estrutura social opressiva. Essa compreensão crítica de gênero, alcançada no contexto de um movimento feminista inicialmente radical em oposição à sociedade patriarcal, foi a base de todas as práticas de desconstrução de gênero e dos discursos que se seguiram em seu rastro. Hoje, temos muitas identidades de gênero, LGBTIQ, mas a questão

¹⁷ “[...] le petit sujet humain à traiter, c'est-à-dire à lier et symboliser, ou encore à traduire, les messages énigmatiques traumatisants qui lui viennent de l'autre adulte.”

política das identidades sexuais, especialmente aquelas estigmatizadas como parafiliais ou distúrbios de identidade, ainda ficam presas no sexual.

O mal-estar da civilização, na visão de Freud, consiste em um paradoxo fundamental: as instituições da sociedade civil, a família, a educação laica e a religião têm por objetivo coibir ou conter o sexual e canalizá-lo para o vínculo social e o bem comum. O tabu do incesto serve para realizar o parentesco e criar o vínculo social; o complexo de Édipo para unir o apego à reprodução sexual e social; e o complexo de castração para organizar o gênero e garantir uma articulação fluida do trabalho reprodutivo. O paradoxo é que a contenção do sexual, o que Freud chamou de repressão, também produz a sexualidade como algo mais do que sexo, como sintoma, compulsão, agressão. Freud também mostrou como o eu realiza a repressão psíquica com mais eficiência do que o estado realiza a repressão política.

A negatividade inerente a esta visão da sociedade humana está em conflito com a política das identidades ou, na verdade, com qualquer política, se entendermos por política uma ação destinada a atingir um objetivo social, seja o bem comum ou o bem de alguns. O conflito entre sexualidade e política está no cerne do que chamei de equívocos de gênero, a confusão entre gênero e sexualidade. Acredito que esse mesmo conflito permeia o debate atual sobre a política antissocial da teoria queer.

"A tese antissocial na teoria queer" (CASERIO, 2006, p. 819-828) foi associada pela primeira vez à teorização feita por Leo Bersani em **Homos** (1996) das práticas sexuais gays como "anticomunitárias, anti-identidade e autodissolução". Nos últimos quatro ou cinco anos, a tese antissocial da teoria queer foi identificada com um livro polêmico de Lee Edelman intitulado **No Future** (2008) e subtítulo **Teoria Queer e a pulsão de morte**. Edelman propõe o queer ("queerness" ou queerdade) como a figura de uma postura ética contra o "futurismo reprodutivo" da sociedade atual, representado pela imagem mediada da Criança (*Child*), que representa a possibilidade do futuro, de um mundo melhor, a sobrevivência da humanidade e da própria vida. Sua antítese é que o queer, principalmente o gay, os homossexuais que não se reproduzem, representados na cultura como narcisistas, antissociais e portadores da morte.

No Future (2008) estimula que as pessoas queer rejeitem a ordem social heteronormativa, na qual a violência e o assassinato são realizados em nome dessa Criança (*Child*) e, de modo desafiador, estimula a abraçar uma identificação com a pulsão de morte como uma figura do desmantelamento da identidade individual e da ordem social em que vivemos. Para Edelman, em uma perspectiva psicanalítica inspirada em Lacan, o queer (queerdade) denomina a negatividade da pulsão, o antissocial que está na sexualidade ou, em suas palavras, "a pulsão de morte que sempre informa a ordem simbólica" como inerente a cada sujeito individual (EDELMAN, 2008, p. 25). Embora os termos de Edelman sejam de Lacan, não de Freud, seu argumento segue o que acabo de descrever como o paradoxo da visão de sociedade de Freud: a estagnação da civilização, a obstrução ao progresso que a própria civilização produz ao reprimir o sexual. Paradoxalmente, o sexual, excluído pelo vínculo social, permanece no social como excesso indomável e irreprimível, força de conflito, desprendimento e desagregação. Essa é a negatividade da pulsão de morte. O livro de Edelman, ao ligar a teoria queer e a pulsão de morte, primeiro reivindica a sexualidade para a teoria queer e, em seguida, empurra os limites conceituais do pensamento queer para além da zona de conforto do princípio do prazer.

A controvérsia sobre esse livro aumentou as apostas políticas na comunidade queer. Por um lado, há quem propõe uma utopia queer, que imagina queer como a possibilidade de um futuro coletivo melhor ou escreve sobre "otimismo queer" e sobre como "pensar para se sentir melhor" no presente¹⁸. Por outro lado, há quem pense que o livro de Edelman não é suficientemente político e prefere "uma formulação política mais explícita do projeto antissocial", que articula as formas de "uma negatividade política explícita"

18 Cf. Muñoz (2009) e Snediker (2008).

(HALBERSTAM, 2006, p. 823). A frase “negatividade política” aponta para outro equívoco: a política não é negativa, mas positiva em sua essência e, mais ainda, quando é de oposição. O confronto, oposição ou antagonismo político é tudo menos antissocial; na verdade, é constitutivo de uma sociedade democrática. O que é antissocial ou contrassocial é a sexualidade, o princípio do prazer e, sobretudo, a pulsão de morte.

Em relação ao livro de Edelman, pode-se fazer a pergunta que Judith Halberstam levanta brevemente sobre **Homos** (BERSANI, 1996): pode-se “identificar uma trajetória política em um projeto radicalmente não teleológico”? (HALBERSTAM, 2006, p. 823). Essa questão é tão relevante para **No Future** (2008) quanto para a teoria queer em geral. Na medida em que é teoria, isto é, uma visão conceitual, uma visão crítica ou especulativa do lugar da sexualidade no social, a teoria queer não é um mapa ou um programa de ação política. Isso não quer dizer que não possa existir uma política queer não teleológica; ao invés disso, é necessário algum tipo de tradução de um para o outro, uma tradução é necessária da abstração da teoria ou filosofia para a ação concreta da política.

Não tenho uma tradução a oferecer sobre a teoria queer, mas sei que isso foi feito, em outro período histórico, com pelo menos uma outra teoria. Como observa Stuart Hall, Antonio Gramsci rearticulou ou traduziu conceitos marxistas como o dos modos de produção ou o das forças e relações de produção, de seu “nível mais geral de abstração” na formulação de Karl Marx, a um nível de concreção e especificidade adequado para uma determinada conjuntura histórica. Os conceitos de Gramsci, portanto, embora derivados dos de Marx, foram projetados para funcionar em um nível de concretude histórica e ainda assim eles continuam a “trabalhar dentro de seu campo de referência” (HALL, 1996, p. 414-415).

Stuart Hall argumenta em seu ensaio que o trabalho de Gramsci foi relevante não apenas para a política dos operários de fábrica italianos nas primeiras décadas do século XX, mas também “para o estudo de raça e etnia” nas últimas décadas desse século. Espero que a teoria queer encontre tradutores de semelhante magnitude.

Referências

- BERSANI, Leo. **Homos**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- CASERIO, Robert. The Antisocial Thesis in Queer Theory. **Modern Language Association of America**, v. 121, n. 3, p. 819-828, 2006.
- CASTEL, Pierre-Henri. **La métamorphose impensable**. Essai sur le transsexualisme et l’identité personnelle. Paris: Gallimard, 2003.
- LAURENTIS, Teresa de. **The Practice of Love**: Lesbian Sexuality and Perverse Desire. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- LAURENTIS, Teresa de. Identidad de género, malos hábitos y teoría queer. In: ZURÍAN, Francisco A. (Ed.). **Imágenes del Eros**: género, sexualidad, estética y cultura audiovisual. Madrid: OCHO Y MEDIO, 2011.
- LAURENTIS, Teresa de. Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities: An Introduction. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 3, n. 2, p. 11, 1991.
- DREGER, Alice Domurat. **Hermaphrodites and the Medical Invention of Sex**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- FREUD, Sigmund. Más allá del principio del placer. In: FREUD, Sigmund. **Más allá del principio de placer, Psicología de las masas y análisis del yo, y otras obras (1920-1922)**. Buenos Aires: Amorrortu. v. 18.

HALBERSTAM, Judith. The Politics of Negativity in Recent Queer Theory. **Modern Language Association of America**, v. 121, n. 3, 2006.

HALL, Stuart. Gramsci's Relevance for the Study of Race and Ethnicity. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Eds.). **Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies**. London: Routledge, 1996).

HOCQUENGHEM, Guy. **Le Désir homosexuel**. Paris: Fayard, 1972.

LAPLANCHE, Jean. **Masochisme et théorie de la séduction généralisée, en La révolution copernicienne inachevée: travaux 1967-1992**. Paris: Aubier, 1992.

LAPLANCHE, Jean. Le genre, le sexe, le sexual. In: LAPLANCHE, Jean. **Sexual: La sexualité élargie au sens freudien**: 2000-2006. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

EDELMAN, Lee. **No Future**: Queer Theory and the Death Drive. Durham: Duke University Press, 2008.

LIST REYES, Mauricio; TEUTLE LÓPEZ, Alberto (Coords.). Teoría queer. Sexualidades lesbiana y gay. In: SÁENZ RAMÍREZ, Mauricio (Trad.). **Florilegio de deseos**: Nuevos enfoques, estudios y escenarios de la disidencia sexual y genérica. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.

LLAMAS, Ricardo. **Teoría torcida**: prejuicios y discursos en torno a "la homosexualidad". Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.

MIELI, Mario. Elementi di critica omosessuale. Milan: Feltrinelli, 2002.

MONEY, John. **The Lovemap Guidebook**: A Definitive Statement. New York: Continuum, 1999.

MUÑOZ, José. **Cruising Utopia**: The Politics and Performance of Queer Futurity. New York: New York University Press, 2009.

PERSON, Ethel; OVESEY, Lionel. Psychoanalytic Theories of Gender Identity. **Journal of the American Academy of Psychoanalysis**, v. 11, n. 2, p. 203-226, 1983.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VAN, Carole (Ed.). **Placer y peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución, 1989.

SÁEZ, Javier. **Teoría queer y psicoanálisis**. Madrid: Síntesis, 2004.

SNEDIKER, Michael. **Queer Optimism**: Lyric Personhood and Other Felicitous Persuasions. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

GÊNERO: AINDA É UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE?¹

GENDER: STILL A USEFUL CATEGORY OF ANALYSIS?

Joan Wallach Scott²

Tradução de Graziela Schneider Urso³

<https://orcid.org/0000-0002-9933-2886>

Recebido em: 15 de setembro de 2021.
 Primeira revisão: 22 de novembro de 2021.
 Revisão final: 27 de novembro de 2021.
 Aprovado em: 29 de novembro de 2021.

<http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14704>

RESUMO: Este artigo traça a história dos usos da palavra “gênero”. Isso sugere que, embora o conceito “gênero” tenha sido recuperado e se tornado comum, muitas questões persistem em torno da forma como “mulheres” e “homens”, e as relações de poder entre eles, são definidas e estão evoluindo. Desde que ainda nos permita questionar os significados atribuídos aos sexos, como eles se estabelecem e em que contextos gênero continua a ser uma categoria útil, crítica e analítica.

ABSTRACT: This paper traces the history of uses of the word “gender”. It suggests that though “gender” has been recuperated and become commonplace, many issues persist around the way “women” and “men”, and the power relations between them, are defined and are evolving. Provided it still allows us to question the meanings attached to the sexes, how they are established and in what contexts, gender remains a useful, because critical, analytical category.

Palavras-chave: Gênero, história, crítica.

Keywords: activism, queer, criticism, body.

¹ Tradução do original em inglês publicado na revista **Diogenes**, Paris, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0392192110369316>

² Graduada em História pela Universidade Brandeis (B.A.), EUA. Mestre e doutora em História pela Universidade de Wisconsin, EUA. Professora Emérita da Escola de Ciências Sociais do Instituto para Estudos Avançados, Princeton, New Jersey, Estados Unidos. Website: <https://www.ias.edu/ssss/faculty/scott>. E-mail: jws@ias.edu

³ Possui graduação em Russo e Português (2004), mestrado em Literatura e Cultura Russa (2010) e doutorado na mesma área pela Universidade de São Paulo (2016), Brasil. Suas principais áreas de atuação são línguas, literaturas e culturas estrangeiras modernas, com ênfase em estudos russos e gregos modernos; Estudos da Tradução; Literatura Comparada e Teoria Literária; Linguística; Estudos Culturais; História das Mulheres; Gênero; estudos autobiográficos. Membro de Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124080708548291>. E-mail: graziela@hotmail.com

Em 1986, quando escrevi o artigo **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**^{45*}, que, aparentemente, tornou-se um clássico, comecei com uma citação do **Fowler's Dictionary of Modern English Usage/Dicionário Fowler de uso do inglês moderno**: “Gênero. n. tão somente um termo gramatical. Falar de pessoas ou criaturas do gênero masculino ou feminino, com o sentido de serem do sexo masculino ou feminino, ou é um ato jocoso (admissível ou não de acordo com o contexto) ou um engano.”

Eu defendia, então, que o termo não podia ser controlado pela polícia linguística; o gênero havia sido apropriado de forma útil pelas feministas para se falar sobre o modo em que as diferenças no que se refere a sexo anatômico passaram a denotar coisas diferentes em momentos diferentes. Naquela época, usávamos muito o termo construção cultural, com o qual tínhamos a intenção de dizer que sentidos eram atribuídos, e não inerentes a corpos, e que havia uma história e uma política para essas atribuições de sentido. A ideia de construção cultural baseava-se na noção de que era possível distinguir sexo e gênero com cautela, um se referindo à biologia, o outro à cultura. Algumas críticas (Judith Butler, Donna Haraway) apontaram que a distinção era falsa, uma vez que, se o gênero podia ser algo construído culturalmente, o mesmo podia acontecer com os sentidos biológicos de sexo. De fato, era o gênero que atribuía à biologia seu significado supostamente inerente.

Mas, mesmo sem os escritos de teóricas/os (ou, talvez, em parte por causa deles), o limite entre gênero e sexo tornou-se confuso no uso popular. Assim, o verbete “gênero”, na edição de 1992 (3^a) do **American Heritage Dictionary of English Language**, diz o seguinte:

tradicionalmente, gênero tem sido usado principalmente para se referir às categorias gramaticais de “masculino” e “feminino”, e “neutro”; mas, nos últimos anos, a palavra tornou-se bem estabelecida em seu uso para se referir a categorias baseadas em sexo, como nas frases diferença de gênero e a política de gênero. Esse uso é apoiado pela prática de muitas/os antropólogas/os, que reservam sexo para se referir a categorias biológicas, ao passo que usam gênero para se referir a categorias sociais ou culturais. De acordo com esta regra, diríamos a eficácia da medicação parece depender do sexo (não gênero) do paciente, mas, nas sociedades camponesas, os papéis de gênero (não sexo) tendem a ser definidos de forma mais evidente. Em princípio, essa distinção é útil, mas não é, de modo algum, amplamente seguida, e ocorre uma variação considerável no uso, em todos os âmbitos. (p. 754)

De fato, para algumas pessoas, gênero tornou-se uma forma respeitosa de se referir a qualquer coisa que tivesse a ver com sexo, ao passo que sexo ficou reservado para atos físicos

4 Cf. a discussão sobre este artigo em **American Historical Review**, 113, dezembro de 2008.

5^o Artigo traduzido para o português por Guacira Lopes Louro com revisão de Tomaz Tadeu da Silva em **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 28 nov. 2021. (Nota do Editor)

de se fazer amor e/ou copular. Mas, para outras pessoas, gênero tinha implicações radicais, que precisavam ser impedidas. Foi o que aconteceu nos eventos que precederam a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, China, em 1995. Nas semanas anteriores à reunião, uma subcomissão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (1996) realizou audiências nas quais congressistas republicanas/os e delegadas/os de grupos de direito à vida apontaram as implicações subversivas do “gênero”. As/os palestrantes alertaram que os valores morais e familiares estavam sendo atacados por aquelas que acreditavam que podia haver até cinco gêneros (homens, mulheres, homossexuais, bissexuais e transexuais). E essas pessoas insistiam que o programa da ONU para a Conferência de Pequim havia sido sequestrado por “feministas do gênero, que acreditavam que tudo o que consideramos natural, inclusive condição de homem e condição de mulher, feminilidade e masculinidade, maternidade e paternidade, heterossexualidade, casamento e família são apenas ‘marcas’ criadas culturalmente, engendradas por homens para oprimir as mulheres. Essas feministas professam que tais papéis foram socialmente construídos e, portanto, estão sujeitos a mudanças” (UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1995, p. 43). Dentro da ONU, havia tanta controvérsia que a Comissão sobre a Situação da Mulher havia criado um grupo de contatos que buscasse chegar a um acordo sobre o “sentido comum do que se entendia por ‘gênero’”, e transmitisse suas conclusões “diretamente para a Conferência em Pequim”. A discordância entre as pessoas que insistiam em uma definição estritamente biológica e as que desejavam se referir aos “papéis socialmente construtivos [sic] de homens e mulheres” (UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1995, p. 107) levou a uma resolução totalmente confusa, que suscitava desinformação, e que foi incluída como um apêndice ao Programa de Ação da conferência. A “Declaração sobre o sentido comum do que se entendia pelo termo ‘gênero’” diz o seguinte:

<pi> Depois de considerar a questão minuciosamente, o grupo de contato observou que 1) a palavra “gênero” tinha uma utilização e entendimento comum em seu uso corrente e geralmente aceito em vários outros fóruns e conferências das Nações Unidas; (2) não havia indicação de que se pretendesse, na Plataforma de Ação, dar qualquer novo sentido ou conotação do termo, diferente do uso anterior aceito. ... Consequentemente, o grupo de contato reafirmou que se pretendia que a palavra “gênero”, conforme usada na Plataforma de Ação, fosse interpretada e entendida como era no uso corrente e geralmente aceito. (UNITED NATIONS COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN, 1996, p. 229)

O que é surpreendente sobre essa tentativa de elucidação é que não há explicação para “uso aceito de forma geral”. Era como se o sentido fosse evidente por si mesmo, livre de ambiguidades e de todos as possíveis interpretações equivocadas. A formulação textual da declaração tentou resolver a controvérsia por meio da negação de que ela existisse.

Ainda assim, algumas/alguns participantes da conferência se sentiram pressionadas/os a explicar como entendiam o termo. A pessoa que representava a Guatemala, por exemplo, escreveu que “em conformidade com os critérios éticos, morais, legais, culturais e naturais do povo guatemalteco, a Guatemala interpreta o conceito de gênero tão somente como gênero feminino e masculino, referindo-se a mulheres e homens” (UNITED NATIONS, 1995, v. 11). O Paraguai fez

uma declaração semelhante. O Peru levou a questão mais a fundo, antecipando as implicações perigosas que “gênero” parecia ter, ao insistir que “os direitos sexuais se referem tão somente às relações heterossexuais” (UNITED NATIONS, 1995, v. 28). E a pessoa que representava o Vaticano interpretou o sentido comum de “gênero” como algo “fundamentado em identidade sexual biológica, masculina ou feminina [...]. A Santa Sé, portanto, exclui interpretações dúbias baseadas em visões de mundo que afirmam que a identidade sexual pode ser adaptada indefinidamente para satisfazer novos e diferentes propósitos” (UNITED NATIONS, 1995, v. 12: “Declaração de interpretação do termo ‘gênero’”). Não que a biologia determinasse papéis sexuais de forma estática. O Papa foi totalmente a favor de “uma certa diversidade de papéis... contanto que essa diversidade não fosse resultado de uma imposição arbitrária, mas sim uma expressão do que é específico de ser homem e mulher” (UNITED NATIONS, 1995, v. 12: “Declaração de interpretação do termo ‘gênero’”). A mensagem implícita era que a homossexualidade não era apenas intolerável por ser antinatural, mas que representava uma corrupção da ordem natural das coisas na qual se considerava que a ordem social fosse baseada.

Embora esses debates tenham demonstrado quão profundo foi o efeito que o pensamento feminista teve nos anos anteriores a Pequim — “gênero” era um termo que parecia carregar ameaças de ruptura e subversão feminista — eles também mostraram o quanto ele foi reestabelecido, privado de seu significado como um desafio radical ao *status quo*. Como o **American Heritage Dictionary** apontara muitos anos antes, no uso corrente, “gênero” tornara-se simplesmente um sinônimo das diferenças entre os性os, tanto as atribuídas quanto as “naturais”. Ainda podia provocar um debate acalorado, é verdade, como sugerem as deliberações preparatórias de Pequim, mas, na maioria das vezes, no relatório final de Pequim, era um termo inócuo, muitas vezes simplesmente um substituto de “mulheres”.

Não há dúvida de que, até 1995, “gênero” dera às defensoras da igualdade entre as mulheres uma maneira de defender que os papéis sociais eram “construídos culturalmente” e, portanto, abertos a mudanças, mas seu questionamento mais abrangente parecia ter sido desviado ou domado. Nas décadas de 1970 e 1980, “gênero” representou um importante trabalho teórico para feministas; proporcionou uma maneira de os determinantes das relações entre os性os serem repensados; não havia “uso aceito de forma geral” para o termo. “Gênero” abriu todo um conjunto de questões analíticas sobre como e em que condições diferentes papéis e funções haviam sido definidos para cada sexo; como os próprios sentidos das categorias “homem” e “mulher” variavam de acordo com a época, o contexto e o local; como as normas regulatórias de comportamento sexual foram criadas e impostas; como questões de poder e direitos representaram definições de masculinidade e feminilidade; como as estruturas simbólicas afetaram as vidas e práticas de pessoas comuns; como as identidades sexuais foram forjadas dentro de prescrições sociais e contra elas.

Meu ensaio de 1986 foi escrito com essas questões em mente. Foi, para mim, uma forma de fazer questões, que associei à influência de Michel Foucault, sobre como se estabeleceu a certeza do conhecimento acerca da diferença sexual “natural”, e sobre como e quando um “regime de verdade” foi substituído por outro. O gênero proporcionou uma forma de serem investigadas as formas específicas adotadas pela organização social sobre a diferença sexual; ele não as tratou

como variações de um tema imutável de dominação patriarcal. Em vez disso, exigia-se uma leitura cuidadosa das manifestações concretas, uma atenção aos diferentes sentidos que as mesmas palavras podiam ter. “Gênero” pode sempre se referir às formas como as relações entre homens e mulheres foram concebidas, mas nem as relações nem os “homens” e “mulheres” foram levados em consideração para serem iguais em todas as instâncias. O objetivo era questionar todos os termos e, assim, historicizá-los.

Até meados da década de 1990, ao menos nos Estados Unidos, parecia-me que o termo gênero havia perdido seu propósito crítico justamente porque era como se seu sentido já estivesse apto para ser considerado fato consumado, que não precisava mais ser discutido. A palavra não era mais desconcertante, não representava um desafio ao uso gramatical fixo; em vez disso, era mais um termo entendido por todas as pessoas, de forma comum, no léxico feminista. Comecei a questionar se ela havia perdido sua eficácia e utilidade para o pensamento feminista. Não foi o que aconteceu, é claro, em outras partes do mundo onde não se fala inglês. Nesses lugares, a própria dificuldade de se traduzir a palavra proporcionou aquele tipo de questionamento radical associado ao feminismo. Também ocasionou a recusa inflexível de autoridades, que condenaram a palavra, considerando-a inadequada, inaceitável, até mesmo grosseira, porque extrapolava os limites nacionais do “uso corrente”. Assim, a **Commission générale de terminologie et de néologie** (2005) julgou que “gênero” não era uma palavra francesa; isso tudo apesar de sua crescente frequência em títulos de livros e artigos. Poucos anos depois, um comentário sobre a impotência dessa proibição apareceu como um manual de estudos de gênero — em francês — o primeiro desse tipo.⁶

A questão sobre se o gênero continua ou não a ser uma categoria útil de análise — histórica, entre outras — parece-me não se basear na palavra em si, mas nos usos críticos que continuamos a fazer dela. Com muita frequência, “gênero” conota um enfoque programático ou metodológico, em que os significados de “homens” e “mulheres” são considerados fixos; o objetivo é descrever papéis diferentes, não os questionar. Acredito que gênero continua a ser útil apenas se superar esse enfoque, se for considerado um convite para se pensar de forma crítica sobre como os sentidos de corpos determinados sexualmente são produzidos uns em relação com os outros, como esses sentidos são empregados e modificados. O foco deve estar não nos papéis atribuídos a mulheres e homens, mas na própria construção da diferença sexual.

No meu campo de história, existem demasiados livros que consideram o sentido de “mulheres” fato consumado, que não precisa mais ser discutido — o que as mulheres compartilham fisicamente é um sinônimo para uma entidade coletiva designada como “mulheres”. Diz-se que gênero alude à relação entre mulheres e homens, presumida não apenas como hierárquica, mas invariavelmente hierárquica; os termos particulares usados para descrever a relação são aparentemente menos importantes do que a própria assimetria. E, apesar de muitas pesquisas inovadoras sobre sexualidade, gênero — ao menos no discurso histórico — na maioria das vezes se refere a uma persistente oposição entre homem/mulher, uma formação de casal heterossexual normativo (caso não seja distintamente biológico), mesmo quando a homossexualidade é o tópico a ser discutido. Não se trata de que não concedam uma história às mulheres, é claro que concedem. Diz-se que as ideias sobre

⁶ Para um importante panorama sobre o tema, Cf. BERENI *et al.*, 2008.

elas mudam, assim como suas experiências; estas variam de acordo com a época, e com a classe, etnia, cultura, religião e geografia. A profusão de bibliografia sobre a história social das mulheres é repleta de distinções importantes que insistem na particularidade de mulheres trabalhadoras, camponesas, lésbicas, medievais, judias, afro-americanas, muçulmanas, latinas, do Leste Europeu ou africanas. Mas, por mais que acompanhem a vida cotidiana de populações diversas, essas diferenças pressupõem uma “continuidade subjacente de mulheres reais, e acima de seus corpos constantes dançam cambiantes descrições aéreas” (RILEY, 1988, p. 7). Paradoxalmente, a história das mulheres manteve as “mulheres” fora da história. E o resultado é que as “mulheres” como fenômeno natural são reescritas, mesmo quando afirmamos que elas são construídas discursivamente. Em outras palavras, o binarismo sexo/gênero, que definiu gênero como a atribuição social de sentido às diferenças sexuais determinadas biologicamente, permanece em vigor, apesar de uma geração de estudos que visam desconstruir essa oposição. (Como já mencionei, a desconstrução insistia que sexo, assim como gênero, deveria ser entendido como um sistema de sentidos imputados; nenhum deles era questão de natureza, ambos eram produtos da cultura. Sexo não era um fenômeno transparente; adquiria seu status natural retrospectivamente, como justificativa para a atribuição de papéis de gênero). Enquanto “mulheres” continuarem a “constituir um pano de fundo passivo para a concepções de gênero mutáveis”, (RILEY, 1988, p. 7) nossa história se baseará em um fundamento biológico que as feministas — ao menos teoricamente — desejam contestar.

A obra de Denise Riley, **“Am I That Name?” Feminism and the Category of “Women” in History**, já há duas décadas defendia isso. O livro foi publicado em 1988, mesmo ano de meu **Gender and the Politics of History** (SCOTT, 1988). Ambos os livros compartilham uma preocupação semelhante com o feminismo e a história; ambos se voltam para a teoria pós-estruturalista em busca de apoio; um conversa com o outro. Enquanto meu livro discute a questão do gênero como uma categoria analítica, o de Riley assume a tarefa de tratar “mulheres” da mesma maneira. Ela propicia uma genealogia foucaultiana de “mulheres” — um termo tratado com maior frequência como uma descrição transparente. Mesmo quando ela distingue “pessoas femininas” de “mulheres”, sua leitura muitas vezes foi mal interpretada como “uma espécie de enfoque da Mulher através dos Tempos” — algo que ela particularmente desejava evitar (RILEY, 1988, p. 7). O fato de isso ter ocorrido faz com que se tenha uma noção de como a história como disciplina tem sido resistente em relação ao desafio epistemológico radical de Foucault e também de como as filhas aparentemente rebeldes da história se revelaram muito bem disciplinadas.

O livro de Riley é voltado para as feministas e a dificuldade que se apresenta para nós pela necessidade de, ao mesmo tempo, insistir na identidade “mulheres” e recusá-la. Isso, afirma ela, não é uma desvantagem, mas a condição que dá suscita o feminismo. “‘Mulheres’ é de fato uma categoria instável, ... essa instabilidade tem um fundamento histórico, e ... o feminismo é o local da luta sistemática contra essa instabilidade ...” (RILEY, 1988, p. 5). Não se trata apenas de que haja diferentes tipos de mulheres reunidas sob o termo, mas também de que a identidade coletiva significa coisas diferentes em épocas diferentes. Mesmo para indivíduos, nem sempre se tem consciência de “ser mulher”. A identidade, diz Riley, não nos atravessa e por isso é “inconstante e não pode proporcionar um fundamento ontológico” (RILEY, 1988, p. 2). “O corpo” também não

proporciona esse fundamento, uma vez que é, em si, um conceito que deve ser “lido em relação a tudo o que o sustenta e o circunda” (RILEY, 1988, p. 104). “Apesar de toda a sua corporeidade,” aponta Riley, o corpo não é “um ponto de origem e nem mesmo um termo; é um resultado ou um efeito” (RILEY, 1988, p. 102).

A ausência de um fundamento ontológico pode sugerir a futilidade da história das mulheres; se não há mulheres, algumas/alguns de suas críticas/os se queixaram, como pode haver história das mulheres ou, nesse sentido, como pode haver feminismo?⁷ Na realidade, Riley faz de “mulheres” um objeto de investigação histórica. Ela pergunta quando a categoria entra em discussão e em que condições, e aponta para os modos em que, em diferentes momentos históricos, houve diferentes tipos de aberturas criadas para reivindicações feministas. “As disposições de pessoas sob as bandeiras de ‘homens’ ou ‘mulheres’ estão enredadas nas histórias de outros conceitos também, incluindo ‘o social’ e ‘o corpo’. E isso tem profundas repercussões para o feminismo” (RILEY, 1988, p. 7). Riley mostra como, nos primórdios da Europa moderna, noções da alma androgina definiam um tipo de relação de “mulheres” para com a humanidade, enquanto até o século XVIII, a atenção à natureza e ao corpo levou a uma ênfase crescente em mulheres como “o sexo”. Conforme, no século XIX, “o social” encontrou um lugar entre “o doméstico” e “político”, ele “estabeleceu ‘mulheres’ como um novo tipo de coletividade sociológica” (RILEY, 1988, p. 50). E, é claro, até que os indivíduos fossem definidos como sujeitos políticos, não poderia haver nenhuma reivindicação de cidadania ou direitos políticos para mulheres. Não se trata apenas de as mulheres terem diferentes tipos de possibilidades em sua vida, mas que “mulheres” é algo diferente em cada um desses momentos. Não há essência alguma do que é feminilidade (ou masculinidade) que proporcione um sujeito estável para nossas histórias; existem somente sucessivas iterações de uma palavra que não tem um referente fixo e, portanto, nem sempre significa a mesma coisa.

Foi a política feminista que deu visibilidade a “mulheres” como um objeto de investigação histórica. Mas, ironicamente, o projeto de criar um sujeito para o feminismo contemporâneo (uma coletividade ativa, que protesta, afirma seus direitos, busca a emancipação da opressão) tendeu a confundir os limites da diferença, fossem temporais, culturais ou sociais. “Gênero” pretendia historicizar e relativizar as mulheres e concebê-las como íntegras na história, não como simples agentes, mas como “mulheres”. A questão era que o sujeito atual do feminismo (nossa coletividade) não podia ser projetado de forma retrospectiva ou lateral. O feminismo global é uma unidade imaginária, uma visão política, não uma entidade que antecede sua articulação. O “gênero” sugeria que devíamos problematizar a própria noção de como passamos a pensar sobre nós da maneira que o fizemos. Não era evidente por si mesmo que as mulheres tivessem consciência de si mesmas como “mulheres”, não estava nem um pouco claro que “nossos corpos” definiam “nós mesmas”. Não havia “falsa conscientização” sobre o que significava ser mulher (mesmo que o despertar para a conscientização fosse uma técnica de mobilização). Em vez disso, houve convocatórias a experiências e interesses específicos que, em um momento específico, organizaram-se sob o signo de “mulheres”. As questões eram como e quando isso aconteceu e em que condições? Para compreender o feminismo (em suas manifestações atuais e históricas), era necessário pensar sobre

⁷ Cf., por exemplo, MODELESKI (1991).

ele como uma intervenção estratégica em um conjunto de discursos que não se restringiam a “mulheres”.

Embora houvesse uma grande preocupação manifesta sobre se o gênero, somado a ou substituído por mulheres (em títulos de livros e ementas de cursos), enfraqueceria as reivindicações feministas, na realidade o gênero sinalizou um aprofundamento do compromisso com a história tanto das mulheres quanto de “mulheres.” Estou defendendo agora que nenhuma história das mulheres é completa sem uma história de “mulheres”. “Gênero” foi uma convocatória para ser uma ruptura da poderosa atração da biologia, por meio de uma abertura de todos os aspectos de identidades sexuadas a questionamentos, incluindo-se a indagação sobre se homem/mulher, masculino/feminino era ou não o contraste sendo invocado. Riley nos recorda que a insistência na fixidez dessa oposição (na “verdade” essencial da diferença sexual) é, ela mesma, o produto de uma certa história e não uma história que devamos considerar inviolável.

Talvez seja a diferença sexual que precise agora ser problematizada para que o gênero possa ser libertado para fazer seu trabalho crítico. Para isso, achei útil recorrer à teoria psicanalítica, não às suas articulações conservadoras (que, entre outras coisas, foram usadas para sustentar a família heterossexual como a chave para psiques normais e culturas estáveis), mas quando trata das dificuldades associadas ao estabelecimento de limites e significados de identidades sexuadas. Por um lado, “o conhecimento psíquico da diferença sexual ... é algo sobre o que não se pode não saber” (WEED, 2007, p. 6). Por outro lado, não há conhecimento certo do que isso significa. Seus sentidos são oferecidos nos domínios da fantasia individual e do mito coletivo e estes não estão necessariamente em sincronia entre si, nem são eles que determinam as formas como os sujeitos se relacionam com a masculinidade ou a feminilidade (assumindo-a, recusando-a, rejeitando a divisão entre elas). A psicanálise não vê nenhuma correspondência necessária entre as posições psíquicas de masculinidade e feminilidade e um corpo físico; de fato, é “o corpo que passa a representar a percepção psíquica da diferença sexual e não o contrário” (WEED, 2007, p. 6). A teoria não postula nenhuma definição fixa para masculino/feminino ou para as diferenças entre elas; em vez disso, requer análise para chegar ao que elas significam.

Claro, a análise visa descobrir os sentidos idiossincráticos desenvolvidos por psiques individuais, mas eles não são forjados de forma independente da percepção consciente de categorias normativas e de sua aplicação. Tampouco as categorias normativas são simplesmente afirmações racionais de uma identificação desejável. São tentativas (muitas vezes ineficazes) de se eliminar a confusão psíquica gerada pela diferença sexual, de coadunar fantasia individual com mito cultural e organização social. O gênero é, eu defendo, o estudo da conflituosa relação (em torno da sexualidade) entre o normativo e o psíquico, a tentativa de ao mesmo tempo coletivizar a fantasia e usá-la para algum fim político ou social, seja esse fim a construção de nação ou a estrutura familiar. Nesse processo, é o gênero que produz sentidos para o sexo e a diferença sexual, e não o sexo que determina os sentidos do gênero. Se for assim, então (como algumas feministas insistem há muito tempo) não apenas não há nenhuma distinção entre sexo e gênero, mas o gênero é a chave do sexo. E, se for assim, gênero é uma categoria útil de análise porque requer que historicizemos as maneiras como o sexo e a diferença sexual foram concebidos.

A “linguagem de gênero” não pode ser codificada em dicionários, nem seus sentidos podem

ser facilmente presumidos ou traduzidos. Não se reduz a uma quantidade conhecida de masculino ou feminino, homem ou mulher. São justamente os sentidos específicos que precisam ser extraídos dos materiais que examinamos. Quando gênero é uma questão em aberto sobre como esses sentidos são estabelecidos, o que eles significam e em quais contextos, então continua sendo uma categoria de análise útil — porque é crítica.

Referências

BERENI, L. et al. **Introduction aux Gender Studies**: Manuel des études sur le genre. Bruxelles: De Boeck, 2008.

BUTLER, J. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

COMMISSION GÉNÉRALE DE TERMINOLOGIE ET DE NÉOLOGIE. Recommandation sur les équivalents français du mot *gender*. **Journal Officiel de la République Française**: Avis et communications, Paris, n. 0169, p. 107-115, 22 juil. 2005. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/download/pdf?id=NFP-zF-1mggwV16GnVpmayHCZJvBzlJkaMjHxnIJ-uE=>. Acesso em: 27 nov. 2021

HARAWAY, D. J. "Gender" for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word. In: CASTELLI, E. A. (ed.). **Women, Gender, Religion**: A Reader. New York: Palgrave Macmillan, 2001. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-137-04830-1_6. Acesso em: 27 nov. 2021.

HARAWAY, D. J. **Simians, Cyborgs, and Women**: The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1991.

MODELESKI, T. **Feminism Without Women**: Culture and Criticism in a Postfeminist Age. New York: Routledge, 1991.

RILEY, D. **"Am I That Name?"** Feminism and the Category of "Women" in History. London: Macmillan, 1988.

SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **American Historical Review**, v. 91, issue 5, p. 1053–1075, Dec. 1986. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/91/5/1053/155166?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SCOTT, J. W. Gender: still a useful category of analysis? **Diogenes**, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0392192110369316>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia UP, 1988.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 27 nov. 2021.

THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW. Oxford: Oxford University Press; Bloomington: American Historical Association, v. 113, issue 5, Dec. 2008. (AHR Forum: Revisiting "Gender: a useful category of historical analysis"). Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/issue/113/5>. Acesso em: 27 nov. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Fourth World Conference on Women.** Beijing, 4-15 September 1995. New York: United Nations, 1996. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

UNITED NATIONS COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN. **Report of the United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II).** Istanbul: United Nations, 1996. (Annexe v: "Statement on the Commonly Understood Meaning of the Term 'Gender'"). Disponível em: <https://www.un.orgeruleoflaw/wp-content/uploads/2015/10/istanbul-declaration.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES. **United Nations Fourth World Conference on Women. Hearings Before the Subcommittee on International Operations and Human Rights, July 18 and August 2, 1995.** Washington, DC: US Government Printing Office, 1996. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=pst.000025251692&view=1up&seq=1>. Acesso em: 27 nov. 2021.

WEED, E. Joan W. Scott's Useful Category of Analysis. In: CONFERENCE IN TERMS OF GENDER, Madison, 2007. Madison: Center for 21st Century Studies; University of Wisconsin, 2007. (Unpublished paper)



ENTREVISTA COM JAQUELINE GOMES DE JESUS

INTERVIEW WITH JAQUELINE GOMES DE JESUS

Jaqueline Gomes de Jesus¹ <https://orcid.org/0000-0002-2459-0135>Antonio Ricardo Calori de Lion² <https://orcid.org/0000-0001-6746-2240>Graziela Schneider Urso³ <https://orcid.org/0000-0002-9933-2886><http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14717>

Recebido em: 30 de novembro de 2020.
Primeira revisão: 29 de março de 2021.
Revisão final: 26 de novembro de 2021.
Aprovado em: 28 de novembro de 2021.

1 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0121194567584126>. E-mail: jaqueline.jesus@ifrj.edu.br

2 Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso — Câmpus de Rondonópolis, Brasil. Mestre em História pela UNESP/Assis, Brasil, onde atualmente cursa seu doutoramento em História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do LEDLin - Laboratório de Estudos em Diferenças e Linguagens (UFMS/Aquidauana). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8651248987276573>. E-mail: antonio.lion@unesp.br

3 Possui graduação em Russo e Português (2004), mestrado em Literatura e Cultura Russa (2010) e doutorado na mesma área pela Universidade de São Paulo (2016), Brasil. Suas principais áreas de atuação são línguas, literaturas e culturas estrangeiras modernas, com ênfase em estudos russos e gregos modernos; Estudos da Tradução; Literatura Comparada e Teoria Literária; Linguística; Estudos Culturais; História das Mulheres; Gênero; estudos autobiográficos. Membro de Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124080708548291>. E-mail: graziela.u@hotmail.com



Foto: Divulgação.

A professora, pesquisadora e ativista transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus é graduada e mestra em Psicologia e Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Tem se consolidado como uma das maiores referências brasileiras para o transfeminismo e interseccionalidade, sendo pesquisadora-líder do ODARA — Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade. Sua atuação técnico-militante perpassou a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas e o Centro de Convivência Negra da UnB (2004-2008). Também foi membro do Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Ministério do Planejamento (2008-2010) e foi Assessora Técnica da Presidência da República (2011). Contribuiu com o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (gestão 2013-2016) e atualmente é professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Convidamos Jaqueline Gomes de Jesus para esta entrevista que abrange sua atuação profissional docente, técnica e também sua produção acadêmica, voltada — sobretudo — para as questões de gênero da população transgênera brasileira. Esta entrevista foi realizada via WhatsApp no segundo semestre de 2020.

Pergunta: Olá Jaqueline. Obrigada por nos conceder esta entrevista em meio a quarentena e todo o peso que tem tido o nosso cotidiano. Primeiramente, gostaríamos que você falasse sobre sua trajetória educacional, desde o Ensino Básico até a pós-graduação, entre a relação das instituições com a sua identidade de gênero e você mesma com essas instituições. E, ainda neste sentido, como você vê, no que diz respeito a políticas públicas, o que é imprescindível fazer na educação como um todo, em termos de matérias, materiais, leituras, por exemplo, por meio de uma lei de inclusão, no currículo oficial das redes de Ensino, da obrigatoriedade de temáticas sobre a transgeneridade, nos moldes das leis 10639/03 e 11465/08?

Resposta: Eu sempre tive muito apoio da minha família para os estudos — minha mãe era professora e meu pai é operador de computadores — minha mãe foi a primeira pessoa [da família] a ter acesso ao Ensino Superior, ela se formou em Pedagogia no mesmo ano em que eu nasci, pela Universidade de Brasília; meu pai se tornou operador de computadores nesta mesma Universidade, então como uma família negra que teve uma origem... uma ascensão a partir da educação fui muito estimulada desde pequena. Na escola em que minha mãe dava aula ela também cuidava da biblioteca a noite

então eu tive bastante acesso a livros. Grandes desafios sempre por ser uma criança e adolescente negro, sempre tive muita experiência... contato com a subestimação do meu conhecimento, da minha capacidade, apesar de meu alto desempenho educacional. Enfrentei muitos desafios na escola por ser uma criança não-conforme de gênero, no caso conhecida como uma criança gay na época, uma criança viada — vamos falar assim —, e eu sofria muito *bullying* na minha escola, onde eu estudava, mas eu consegui terminar o Ensino Fundamental, apesar de sofrer discriminação, violências todos os dias com a anuência dos professores, brincadeiras mais agressivas dos outros alunos. E no Ensino Médio eu mudei para uma escola em que eu tive muito mais mobilidade. No acesso à universidade, apesar de ser uma das pouquíssimas pessoas negras estudando no curso de... primeiro entrei em Química e resolvi fazer o vestibular depois para... — Química eu entrei em 1996, depois Psicologia em 1997 — eu resolvi mudar para Psicologia e estou na Psicologia desde então e tenho desenvolvido meus trabalhos nesta área. Eu foquei muito em Gestão da Diversidade que sempre me interessou, desde a graduação, onde eu tive acesso as teorias e modelos dessa área que é multidisciplinar e tive o conhecimento do movimento LGBT, em 1997. Então, desde então eu tenho aliado a pesquisa acadêmica com o ativismo. Atualmente não estou mais ligada a nenhuma instituição de militância, nenhuma Organização Não Governamental, atuo enquanto professora, pesquisadora, mas tive uma longa trajetória nos dois campos, tanto que em 2000 eu fundei uma ONG — a Ações Cidadãs em Orientação Sexual — durante minha graduação ainda para pesquisa, recebendo os financiamentos de uma entidade internacional. E depois, tive a oportunidade no período que comecei meu mestrado, nós aprovamos em 2003, na Universidade de Brasília, o Sistema de Cotas para negras e negros, apresentei um Projeto de Gestão de Sistema e assim eu me tornei a primeira gestora, assessora de Diversidade e Apoio aos Cotistas e coordenadora do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília. Em torno de 2009 eu vou começar minha transição, eu vou me reconhecer como uma mulher trans e eu já estava no doutorado, e aí eu vou focar minha pesquisa muito nesse sentido das questões de gênero, eu ainda não pesquisava especificamente sobre pessoas trans. Eu trabalhei com a questão de gênero de forma geral incluindo pessoas trans, mas eu resolvi desenvolver alguns trabalhos considerando essa minha... esse momento mais pessoal de percepção de que havia pouca reflexão sobre transgeneridade e as questões de gênero e sociedade e publiquei alguns livros que estão por aí... como o e-book **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** (2012) que é referenciado por algumas entidades que usam em sua formação, como a Polícia Civil de São Paulo; e o livro **Transfeminismo: teorias & práticas** (2014) e daí foi meu foco mais nas questões trans, participando também da construção de algumas normativas como a portaria do nome social, ligada ao Ministério do Planejamento, onde eu trabalhava cedida na época em que eu participei da construção da Política Nacional de Atenção aos Servidores. Nesse sentido, na minha transição eu tive muito apoio da minha família, dos amigos, no trabalho e também na Academia. E desde então eu tenho nos últimos três anos focado mais no tema da saúde mental e das minorias sexuais e de gênero no planeta.

P. Nos últimos anos vimos a discussão sobre a patologização e despatologização da transgeneridade ganhar novos contornos no debate com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no CID-11. Em que grau você considera que as teorias de gênero têm algum efeito nestas discussões dos grupos da OMS que tem discutido sobre a questão da transexualidade?

R. É uma questão complexa. Nós partimos de perspectivas... nós que somos críticos enquanto pesquisadores profissionais ativistas no campo da Saúde voltada às identidades trans nós temos, a partir de perspectivas sobre a cidadania, sobre o direito de existência de pessoas trans, então obviamente, as teorias mais atuais de gênero que atentam para a diversidade de gênero e para as questões ligadas à identidade de gênero obviamente foram fundamentais para nominar as populações. Existe acima de tudo, na verdade, na minha compreensão nesse debate uma questão política da saúde global. São diferentes contextos nacionais, uma coisa — por exemplo, falar do sistema de saúde do Brasil que é totalmente diferente do Norte Americano — e o nosso Sistema Único de Saúde nós temos acesso universal à saúde e o sentido de patologia não funciona, não é útil, apesar de ser utilizado por questão de preconceito, mas não é, porque nós somos guiados

no SUS pelos princípios de integralidade e da humanização. É diferente, por exemplo, do serviço de saúde Norte Americano que não é universal e que eles dependem da patologização para terem acesso a serviços de saúde, por exemplo, para população trans. Então o debate é muito mais político, de política global, do que parece.

P. A invenção do conceito de cisgeneridez enquanto um marcador de diferença de quem não é trans pode significar um marcador “às avessas” e estigmatizar ainda mais a população trans? Neste sentido, você acredita que as teorias de gênero, notoriamente as teorias queer, podem contribuir para que as experiências e vivências de identidades de gênero e sexuais sejam somente um “laboratório” de estudo e não um processo de emancipação e dever ético perante um “cistema” que exclui e apaga estas/es sujeitas/os?

R. Ele não é um marcador às avessas, não estigmatiza ainda mais a população trans. Não sei de onde veio essa pergunta, mas... Quando foi criado o conceito de cisgeneridez foi uma resposta para identificação desse lugar que não era nominado antes das pessoas que não são trans, era muito comum se colocar que a pessoa que não era trans era “pessoa” — como se pessoas trans não fossem pessoas —, eram homens e mulheres como se pessoas trans binárias não fossem homens e mulheres na sociedade binária, isso ainda tem algumas confusões hoje nessa discussão, como se não houvesse uma identidade de gênero relacionada as pessoas que não são trans, como se fossem simplesmente pessoas e isso é um discurso ideológico. É fundamental visibilizar essa ideologia da cisgeneridez quando o movimento transfeminista — as transfeministas que criaram o conceito, não é só um termo é um conceito — elas fundamentaram nessa ideia de localizar as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram. Então, nesse sentido, é fundamental localizar para que a gente saiba como enfrentar esse privilégio que não é nominado, por isso permanece.

P. Com relação a esta pergunta, ainda, de que modo você vê e se relaciona ao pensamento feminista brasileiro progressista da atualidade?

R. O que eu posso falar é com relação ao feminismo de forma geral. No Brasil nós temos tido grandes avanços, principalmente o feminismo feito na internet. O transfeminismo tem muitas ligações e debates com o feminismo negro principalmente, tanto na Academia que é mais o meu campo, mas principalmente nos movimentos sociais o que eu vejo é... nos movimentos sociais trans um empoderamento deles também pela adoção de discursos e reflexões do transfeminismo e uma contextualização mesmo do transfeminismo as realidades do Brasil. Então é um contexto bem rico de debates, reflexões e de alguns confrontamentos que não são de hoje, mas estão presentes.

P. A política no Brasil foi levada a um limite bem perigoso nos últimos anos, principalmente com a eleição de Bolsonaro à Presidência da República, em 2018. As ditas “pautas identitárias” ganharam um imenso e pejorativo jargão de “doutrinação” das crianças e “destruição” das famílias pela mentirosa “ideologia de gênero”. Porém, mais à esquerda também notamos um discurso que indica crítica severa às lutas pela equidade de gênero, transição de gênero e LGBTfobia. Ícones políticos como Ciro Gomes têm dito e repetido que essas não são questões tão importantes para o Brasil, neste momento. Nas últimas eleições você se candidatou a Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Como você vê o transfeminismo no ativismo político como um todo, e de que modo sua militância e visões de mundo foram/são recebidas e abraçadas pelos partidos de esquerda no Brasil? Ao mesmo tempo, você acredita que exista um transfeminismo liberal, que um transfeminismo desassociado da luta anticapitalista seria possível?

R. Eu vejo como um elemento como toda a luta para nós que somos candidatas feministas, sejamos nós feministas negras ou feministas de qualquer natureza, eu como feminista negra, transfeminista, feminista marxista... Esse é um problema da visão limitada que as pessoas têm hoje, elas tendem a

categorizar, mas vem também da experiência dos novos movimentos sociais frente aos novíssimos de entender a quebra dessas categorias que buscam... e aí quem faz uma crítica ao identitarismo tem razão no uso político das identidades e pensamentos para colocar dentro de caixinhas e não entender que elas existem enquanto identidades para que sejam colocadas no cenário global e isso acaba isolando de forma geral. Então é fundamental o feminismo no debate político, ele tem sido extraordinário para inclusão de mulheres, negros, LGBTs e o feminismo que fale em todas as suas expressões seja ele o feminismo negro, o transfeminismo... a gente viu a ascensão do número de candidatas e candidatos trans e o que falta é apoio dos partidos com relação a isso. E obviamente que existe — como existe feminismo liberal — existe obviamente transfeminismo liberal, porque é um feminismo. O transfeminismo não é um feminismo dissociado dos outros feminismos, é um feminismo como os outros com suas particularidades e diferenças.

P. O conceito de “lugar de fala” e os desdobramentos dele no ambiente do diálogo democrático hoje tem sido um debate longo e pouco proveitoso nas redes sociais entre tópicos identitários, antirracistas e também sociais no recorte de classe. A partir de questões étnico-raciais no transfeminismo, de que modo você comprehende este conceito, o seu significado mais efetivo para a discussão coletiva e também seus limites?

R. Eu não comprehendo o conceito a partir de questões étnico-raciais no transfeminismo. O conceito de lugar de fala ele cabe para qualquer população e isso, às vezes, as pessoas criam uma... querem fazer uma marca específica que, às vezes, fica meio estranha. “O que é o lugar de fala x? O que é o lugar de fala y?”. É entender o que vai haver já é do pressuposto do conceito de lugar de fala que vão ter diferentes lugares de fala e o que significa eles no campo das relações de poder, no colonialismo, é disso que a gente está falando. Então, fica um pouco confusa a pergunta porque o conceito eu vou compreender a partir dessa base que tem uma base histórica sociológica, que tem uma base histórica que o feminismo negro principalmente trouxe para se pensar os problemas da nossa existência afrodiáspórica na contemporaneidade e aí eu posso encontrar esse ponto de que, obviamente, nesses lugares que nós nos encontramos, complexos, enquanto... por exemplo, vou pensar num lugar de mulher trans negra que vai ter um contexto particular de fala sendo acadêmica, servidora pública estável, produtora de conhecimento, que vai ter interlocuções internacionais, que vai ter um trabalho político nacional e vai ter interlocução com o movimento social, então é muito complexo isso. Muitas vezes o que é interessante é pensar em um lugar de fala do sujeito considerado universal, que já falei, do homem cisgênero branco que não se coloca como tal, e como mudar essa lógica para que nós ocupemos esse espaço também que é ocupado por ele que, inclusive fala de nós, geralmente nos meios de comunicação e na Academia e que nós não podemos falar do mundo, não podemos nos colocar na nossa perspectiva de mundo, esse é o grande debate... esse é o grande debate, como trazer a partir de nossas diferentes perspectivas essa leitura de mundo. E aí, obviamente, que esse olhar que terceccionaliza o olhar da população trans — que não é um único olhar — e da população afro-brasileira — que não é um único olhar — para trazê-lo para esse debate é fundamental para se perceber a realidade como um todo, é essa a grande questão do lugar de fala.

P. No país que mais mata pessoas trans no mundo, como você entende as diferentes formas de transfobia — seja a de extrema direita, seja a social, institucional, sistêmica — e a transfobia dispensada a você mesma? Ainda, neste sentido, como você vê a representatividade, em seu sentido mais profundo, de inclusão, na cultura como um todo — TV, cinema, teatro, literatura, mídia, e também nos esportes?

R. A transfobia, como o racismo e o machismo são estruturais da cultura brasileira. O que significa ser estrutural? É falar que as instituições elas vão reproduzir, as relações sociais vão reproduzir transfobia e que existe um lugar para as pessoas trans na sociedade brasileira que é da marginalização e, como a gente sabe, da restrição laboral ao trabalho sexual, da exploração e aí também do abuso, da objetificação como objeto sexual e da violência, do assassinato quando se lê e se trata como

ameaça a pessoa trans que já é marginalizada, principalmente as mulheres trans e travestis, nós temos um feminicídio trans no Brasil. Então esse é o desafio, de mudar essa estrutura e como estrutura não é simples de mudar. O grande desafio é mudar a própria mentalidade das pessoas e seu comportamento que é transfóbico a partir de sua própria identidade aliada a diferentes opressões que também compõe as identidades, como eu falei, o racismo e o machismo. As experiências que eu particularmente vivo é principalmente da dificuldade de divulgação de minha produção científica, da falta de leitura da minha produção científica, as pessoas se interessam muito mais em ler enquanto personagem do que ler minha produção e conhecimento — que também não se restringe a população trans — então tem essa tendência de estereotipia que também é transfobia, só que na sua expressão cultural e faz parte do epistemicídio que a Sueli Carneiro tanto fala. Representatividade, ela é exatamente a ideia do protagonismo das pessoas sobre as quais se fala, é isso. Não tem muito mistério. Ela é mais do que visibilidade, não é só você ver um sujeito ou ter esse sujeito como um assunto interessante e saímos da perspectiva individualizadora ver o sujeito no seu contexto. É representatividade que esses sujeitos, sobre os quais se falam, sejam protagonistas, sejam os atores, sejam os pesquisadores, sejam os roteiristas, sejam os diretores. E a cultura de forma geral, não só os campos da produção artística que você citou ou dos esportes, eles tem uma tendência a — principalmente o esporte — a repulsar os corpos trans desse lugar de protagonismo. Então o grande desafio é incluir nesses lugares para gente quebrar essa lógica do apagamento que só retroalimenta a marginalização das pessoas trans e esse epistemicídio sobre o qual eu falei. Principalmente nos esportes, aí tem um diálogo profundo com a própria ideia de gênero das pessoas que é bastante estigmatizada dentro dos esportes. Então, pessoas trans nos esportes representam quebrar essa própria hegemonia de uma determinada construção de gênero que permanece nos esportes que é extremamente sexista, nos esportes, e que prejudica não só homens e mulheres trans, pessoas trans não-binárias, mas prejudica as próprias pessoas cisgêneras, homens e mulheres que ainda ficam enquadradas em modelos biologicistas de diferenças sexuais atribuídas aos gêneros.

P. De qual modo você acredita que o transfeminismo pode lançar luzes para um direcionamento ético, estético e dialógico para a sociedade contemporânea?

R. Para isso, eu recomendo a leitura do livro que eu sou autora e organizei, **Transfeminismo: teorias & práticas** (2014), é um livro inteiro, tem vários artigos, mas recomendo o livro em que nós, autores, falamos disso. Na minha compreensão, simplificando, como qualquer outro feminismo, o transfeminismo é uma forma de olhar o mundo, mas ele contribui, particularmente, no campo da ação quando você percebe que as contribuições de pessoas trans ao longo da história, das travestis das diferentes culturas, dos diferentes nomes que se deram a pessoas trans ao longo das diferentes culturas, nos mostram de forma mais didática essa perspectiva do gênero na sua complexidade, que muitas vezes não vendo também se tenta criar — e essa é realmente uma característica da própria categoria gênero — criar uma idealização de quem nós somos a partir de um coletivo que não existe, que é uma idealização e que se torna real — essa é a grande discussão da Judith Butler e outros autores das teorias queer — se torna real a partir da performatividade. Então é repensar isso, não dizer que nós deixamos de ser quem somos instantaneamente e aí demandaria um debate mais profundo sobre psicologia, sobre sociologia que as pessoas, às vezes, vulgarizam. Recomendo a leitura, e essa reflexão a partir desse olhar as pessoas vão perceber que estão usando óculos para ver o mundo, que são os estereótipos de gênero, e que elas não sabem que estão usando um óculos. Quando as pessoas entenderem que estão usando um óculos elas podem pensar como ter outras visões ou se querem manter essa visão, mas cientes que estão usando uma perspectiva específica de visão de mundo. É essa a contribuição do transfeminismo para o mundo contemporâneo.

Referências

- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília: [S. I.], 2012. 42 p. E-book. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo:** teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 p.



O AMOR É UMA CONSTRUÇÃO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE “TUDO SOBRE O AMOR: NOVAS PERSPECTIVAS” (2020), DE BELL HOOKS

LOVE IS A CONTRUSCTION: CONSIDERATIONS ABOUT “ALL ABOUT LOVE: NEW PERSPECTIVES” (2020), BY BELL HOOKS

Grace Campos Costa¹

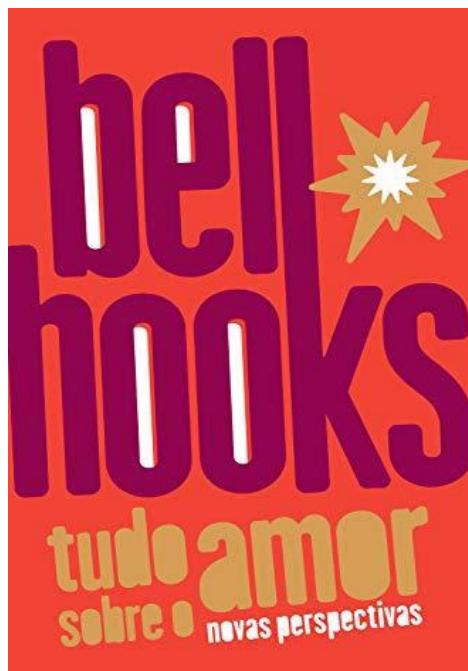
Leilane Oliveira²

Recebido em: 23 de outubro de 2021.
Primeira revisão: 26 de outubro de 2021.
Revisão final: 12 de novembro de 2021.
Aprovado em: 13 de novembro de 2021.



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14600>

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.



Porque eu, só por ter tido carinho, pensei que amar é fácil.

(Clarice Lispector)

Um dos temas mais recorrentes no campo das artes é o amor. Músicas, filmes, livros, por exemplo, quando falam sobre o amor, na maior parte das vezes, é em tom ficcional, especialmente, sobre as possibilidades de um amor romântico que se desenvolve quase como uma fantasia para aqueles que desfrutam do trabalho artístico.

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil, na linha Linguagem, Estética e Hermenêutica. Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (Nehac). Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3230047528753742>. E-mail: gracecamposcosta@gmail.com

² Graduada, mestre e doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil. Atualmente é professora concursada da Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Uberlândia, atuando nesta última como Gestora Escolar. É pesquisadora no Núcleo de Estudos em História Social da Arte da Cultura (NEHAC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4712467144718875>. E-mail: leilaneoap@gmail.com

É sobre o amor que a autora norte-americana bell hooks se propõe a refletir na obra **Tudo Sobre o Amor: novas perspectivas** (2020), livro publicado pela Editora Elefante. Trata-se de um convite à compreensão sobre o tema, para além do que os homens são capazes de falar sobre ele. Sim, bell hooks assumidamente em letras minúsculas. Uma das grandes vozes na contemporaneidade sobre questões como raça, gênero, educação e cultura contemporânea. Ela rompe com a ideia do amor romântico, semelhante a uma fantasia, o qual grande parte das pessoas almejam viver um dia, pautado pela atração física e ao sentimentalismo, o que é denominado de “caxetia”, segundo a escritora. O que hooks quer abordar ao longo do livro é a ideia de amor real, que evoque tanto o crescimento espiritual do indivíduo quanto o do próximo. O amor enquanto ação transformadora, permeando todo e qualquer relacionamento humano, desde a infância. O que ela chama de uma ética amorosa. Quando o indivíduo entende esse pressuposto, ele entende verdadeiramente o amor.

Logo na introdução, a crítica que é levantada recai sobre a falácia desse amor romântico, exigindo um debate mais profundo sobre o significado do amor nas nossas práticas e ações, contra “o cinismo [que] é uma grande máscara para um coração decepcionado e traído.” (hooks, 2020, p. 32). Dessa forma, a dor da decepção já nos torna cínicos em potencial, em relação ao amor.

Pensando sobre o amor no campo teórico, bell hooks nos chama a atenção para a falta de mulheres que se dedicam a essa análise, no campo não-ficcional. Mesmo consumindo mais esse tipo de leitura, elas tendem a ouvir o que os homens tem a dizer sobre o amor. Partindo desse pressuposto, uma das figuras mais conhecidas em fazer uma abordagem sociológica sobre o amor é o filósofo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**, publicado no Brasil em 2003. O seu lugar de fala é privilegiado: um homem branco, europeu e acadêmico. Sua perspectiva é completamente diferente de bell hooks, cuja escritora parte de suas experiências pessoais para construir a sua obra: uma mulher negra, teórica feminista e ativista antirracista. Mesmo sendo norte-americana, o livro de hooks comprehende os anseios da mulher contemporânea ocidental sobre as pautas amorosas.

Em **Tudo Sobre o Amor: novas perspectivas**, bell hooks dividiu sua obra em treze capítulos: 1) “Clareza: pôr o amor em palavras”; 2) “Justiça: lições de amor na infância”; 3) “Honestidade: seja verdadeira com o amor”; 4) “Compromisso: que o amor seja o amor-próprio”; 5) “Espiritualidade: o amor divino”; 6) “Valores: viver segundo uma ética amorosa”; 7) “Ganância: simplesmente ame”; 8) “Comunidade: uma comunhão amorosa”; 9) “Reciprocidade: o coração do amor”; 10) “Romance: o doce amor”; 11) “Perda: amar na vida e na morte”; 12) “Cura: o amor redentor”; 13) “Destino: quando os anjos falam de amor”. Vamos analisar brevemente sobre cada um dos capítulos, apontando as ideias centrais proposta pelas autoras.

No primeiro capítulo o eixo central é sobre a necessidade de se falar sobre o amor e do que se entende sobre ele, cujas práticas ainda são aprendidas no núcleo familiar durante a infância, quase sempre recheada de abusos e negligências por agentes dessa instituição. Destarte, o significado usual do amor, em especial na sua prática, passa a coexistir com esses tipos de desvalorização do outro e de si mesmo. hooks fala sobre as suas próprias vivências, sobretudo, afirma que “recebia o que estava acostumada a receber – carinho e afeição, geralmente misturados com algum grau de grosseria, negligência e, em algumas ocasiões, franca crueldade” (hooks, 2020, p. 52).

Criamos uma noção de amor deformada, a partir do momento em que a nossa família se comporta de modo abusivo. A palavra amor se torna banalizada, uma vez que a prática violenta se esconde em detrimento do excesso de sentimentalismo.

A família se transforma na primeira escola do amor, onde as punições duras são aplicadas e naturalizadas pelos adultos, criando sentimentos confusos que oscilam entre a recompensa e a punição. Amor e violência, nesse sentido caminham lado a lado, em atos que se perpetuam por toda a vida dos indivíduos. Nesse sentido, a autora aponta para o processo terapêutico da compreensão e aprendizagem acerca do significado do amor, questiona ainda, a literatura que, segundo ela, “encoraja todo mundo a se adaptar às circunstâncias em que falta amor” (hooks, 2020, p. 52).

No segundo capítulo, hooks retoma o assunto inicial, das relações familiares que, através das negligências, prejudicam as experiências amorosas até a vida adulta. A intelectual chama a atenção dos pais que não oferecem uma disciplina totalmente amorosa aos seus filhos, em especial aos homens³ que são feridos durante a infância e ensinados a reprimir os seus sentimentos e os dos outros. Nesta parte da obra, a autora toca em outra questão de extrema relevância, para pensarmos na abordagem da própria infância, a construção da ideia de amor, a partir de uma disciplina positiva, não àquela baseada no modelo de educação voltado para a punição. Reconhecer nossas ações, por intermédio do amor, garante os direitos das próprias crianças, pois segundo hooks: “sem justiça, não pode haver amor” (hooks, 2020, p. 72).

Não apenas as questões familiares são um grande empecilho para desenvolver as práticas amorosas, como também a importância das relações de gênero que a autora aborda ao longo de todo o seu livro, nos mostrando que o problema tem um vínculo com o histórico do patriarcado e, consequentemente, com a cultura machista.

Ainda sobre as práticas familiares, no capítulo “Honestidade: seja verdadeira com o amor”, as mentiras que aprendemos desde a infância, como uma forma de nos safarmos de problemas, também são praticadas na vida adulta, sobretudo nas relações amorosas. A mentira é encarada como uma forma de escapar da dor e obter poder, além de ser erroneamente visto como uma forma de não ferir o outro. Mais uma vez os homens são os principais prejudicados nessa relação, em que geralmente são pressionados a esconder e mentir sobre os seus sentimentos. Segundo a autora:

[...] A partir do momento em que os meninos pequenos são que não devem chorar nem expressar mágoa, solidão ou dor, que devem ser duros, eles aprendem a mascarar seus sentimentos verdadeiros. Na pior das hipóteses, aprendem a nunca sentir nada. Essas lições muitas vezes são ensinadas a meninos por outros homens e por mães machistas. (hooks, 2020, p. 80)

Entretanto, não é só para esconder as suas vulnerabilidades que os homens são ensinados

3 A participação da mídia, através de programas de televisão e filmes, reforça a ideia de amor e punição nas relações familiares, atesta bell hooks, em seu segundo capítulo. A autora afirma que esse vínculo ressalta um modelo de comportamento inapropriado. Entretanto, a título de curiosidade, citamos aqui um documentário produzido pela Netflix, chamado *The Mask You Live In* (2015), dirigido por Jennifer Siebel Newsom. O enredo da série exibe a toxicidade presente na sociedade patriarcal, seja através das relações familiares, nas vivências escolares e com os amigos. Esse tipo de vínculo e seus desdobramentos são prejudiciais nas formações sociais dos homens, sobretudo no tocante ao psicológico e a capacidade em lidar com os próprios sentimentos.

a mentir. Ter domínio sobre o outro, sobretudo mulheres, também é pautada pela mentira, onde se revela os privilégios masculinos, cujas mentiras são toleradas pela sociedade patriarcal. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, nas últimas décadas, o homem se apropriou da mentira dentro dos relacionamentos como uma forma de dominação e omissão de suas responsabilidades, segundo a autora. Todavia, o ato de mentir na relação não é uma característica predominantemente masculina. As mulheres se utilizam da mentira como forma de manipulação ou elevar a autoestima masculina, cuja prática bell hooks chama de “feminilidade patriarcal”:

Os homens sempre mentiram para evitar confrontos ou ter que assumir as suas responsabilidades por comportamentos inadequados. [...] Homens aprendem a mentir como forma de obter poder, e mulheres não apenas fazem o mesmo como também mentem para fingir que não têm poder. (hooks, 2020, p. 78-79)

Dessa forma, a mentira é prejudicial para ambos os sexos, e é tratada pela autora como um problema de gênero, uma vez que reforçamos velhos estereótipos e práticas machistas, além de que a mentira nos afasta cada vez mais do amor. bell hooks finaliza o capítulo chamando a atenção para as mulheres que na teoria não querem mentiras nos relacionamentos, mas, que na prática se recusam a escutar a verdade para se sentirem melhores, ao passo que encaram o amor como uma grande fantasia. Ou seja, aprendemos a mentir para agradar aos outros e quando a verdade se faz presente é vista como punição.

No próximo capítulo, a autora se debruça em um dos temas mais tratados no mundo contemporâneo: a busca pelo amor próprio que, segundo hooks, é uma junção de “confiança, compromisso, cuidado, responsabilidade, conhecimento e responsabilidade” (hooks, 2020, p. 94). Sobretudo, o amor próprio não se desvincilha do compromisso de se dizer a verdade.

Partindo dos pressupostos acima, só recuperamos o nosso amor-próprio se vivermos conscientemente e de modo crítico, a fim de bloquear a desvalorização e os pensamentos negativos. Essa é uma tarefa árdua, uma vez que o machismo mina as mulheres perante a sua autoafirmação para garantir a dos homens. A autora inclusive traz a questão do amor para o mundo do trabalho e como ele deve estar presente em todas as esferas de vida das pessoas, fortalecendo o amor-próprio. Ambientes de trabalho pautados em abusos de ordem moral são capazes de minar esse amor-próprio e, por isso, se estende para a vida particular do indivíduo. Assim, ela cita a violência doméstica, como uma espécie de compensação dos homens à exploração, desumanização e dominação a que são submetidos no mundo do trabalho, esperando que também nas relações íntimas lhes restaurem a equiparação do senso de poder com a noção de masculinidade, esse debate também se encontra no capítulo 09, da obra **Teoria Feminista: da margem ao centro** (Perspectiva, 2019).

No quinto capítulo, de **Tudo sobre o amor**, Espiritualidade: o amor divino - bell hooks nos alerta para a prática do new age e dos livros de autoajuda. Nesse processo de construção do amor, essas ferramentas devem ser adotadas criticamente uma vez que tanto no processo de autoestima quanto no crescimento espiritual, o foco adotado é sempre a individualidade. E o amor precisa florescer nas práticas coletivas.

Outro aspecto importante, quando se fala sobre o crescimento espiritual, é o fanatismo religioso

que muitas vezes corrobora com a manutenção de práticas machistas, racistas e homofóbicas. Para a autora, a vida espiritual é a força interna que nos guia e nos direciona, além de partir do pressuposto de que o amor é tudo e, na condição de construção, não se desmancha no ar.

Nesse aspecto, o amor também é uma ética livre de obsessões e dominações, conforme a autora prega em “Valores: viver segundo a ética amorosa.” Nesse sexto capítulo, que é a chave central do livro, a ética amorosa combate a falsidade e alimenta a vida espiritual, cujas culturas de dominação nos faz sentir medos o tempo todo. A autora começa dizendo que “Despertar para o amor só pode acontecer se nos despegarmos da obsessão pelo poder e pela dominação” (hooks, 2020, p. 123). Como isso seria possível na atual sociedade em que vivemos? A autora aponta para um esforço coletivo de mudança, citando Eric Fromm, quando ele diz que são necessárias mudanças em nossa estrutura social para que o amor se torne um fenômeno social e não individualista. Neste capítulo, ela faz um breve apontamento sobre a questão racial, como um problema a ser enfrentado sob a égide do amor, que possibilita aos indivíduos o enfrentamento da uma vida a serviço da justiça e da liberdade. Ainda sobre a violência doméstica, sobretudo contra as mulheres, hooks traz uma questão importante, levantando o fato de que é fácil se dizer contra a violência doméstica, porém é preciso agir além dessa posição, hooks afirma que, para lutar contra essa dimensão da violência, é necessário desafiar o patriarcado, apontando sempre que homens não devem ter mais direitos e privilégios que as mulheres, especialmente por fatores calcados em justificativas biológicas. Sim, é preciso quebrar a ideia de dominação e controle para compreender a ética amorosa. Pois, o medo vem como forma de dominação e controle, e devemos ser resistentes para poder nos conectar ao outro. Somente o amor é capaz de aniquilar o dominado e o denominador, para minimizar e extinguir os danos de uma sociedade patriarcal.

Em “Ganância: simplesmente ame”, um dos capítulos mais importantes da obra, a autora trata do narcisismo e do materialismo como impossibilidades de se chegar até o amor. Este último é substituído pelas práticas de posse, como uma forma de satisfação imediata, em que somos subjugados à própria ética do consumo.

Para compreender esse imbróglio, hooks percebe que a sociedade norte-americana teve uma mudança de percepção e de valores na passagem da década de 1960 para a de 1970. O movimento hippie pregaria a harmonia das relações, a coletividade e a atmosfera de paz e amor em um caráter efêmero e hedonista. Além disso, começam a eclodir os movimentos feministas, negros e dos homossexuais para subverter a ordem patriarcal da sociedade, porém, muitas vezes, sem discutir o amor como instrumento de emancipação e promotor da justiça social. Contudo, com a abundância econômica e o fim da Guerra do Vietnã e dos movimentos hippies, fortaleceram a adoração do materialismo e o sentimento de posse. O amor passa se reafirmar fragmentado e instrumento da fugacidade e do consumo: é necessário possuir o outro e se satisfazer rapidamente:

Essa mesma política da ganância está em jogo quando as pessoas buscam o amor. Com frequência, elas querem satisfação imediata. O amor verdadeiro raramente é um espaço emocional em que as necessidades são recompensadas instantaneamente. Para conhecer o amor verdadeiro, temos que investir tempo e compromisso. (hooks, 2020, p. 147)

A ganância nos faz encarar o amor como algo rápido, sem precisar em investir tempo e compromisso. Na prática capitalista ninguém quer se doar para o amor, queremos satisfação imediata, além de desumanizar o outro, uma vez que se o relacionamento está com problemas é melhor buscar um outro parceiro do que procurar entender o que está acontecendo. Fazemos parte então, em especial mulheres, de uma cultura de trocas.

Este capítulo se aproxima do texto de Bauman, em **Amor Líquido**, ao pensar em como lidamos com o amor na modernidade. A liquidez das relações se sobrepõe à solidez das instituições amorosas: as incertezas, o hedonismo e o prazer rápido pautam as relações contemporâneas:

Compromissos do tipo “até que a morte nos separe” se transformam em contratos do tipo “enquanto durar a satisfação”, temporais e transitórios por definição, por projeto e por impacto pragmático – e assim passíveis de ruptura unilateral, sempre que um dos parceiros perceba melhores oportunidades e maior valor fora da parceria do que em tentar salvá-la a qualquer – incalculável – custo. [...] laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem consumidas e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo. (BAUMAN, 2003, p. 187)

Bauman também enxerga o capitalismo como responsável pela fluidez das relações, assim como acontece com bens e mercadorias. É a satisfação do “eu” que importa nas relações gananciosas, onde existe a substituição do narcisismo saudável (construção e valorização do amor-próprio) para o narcisismo patológico, segundo bell hooks.

Esse narcisismo patológico, a satisfação cega e facilmente obtida na descaracterização e alienação do outro, e a extrema valorização individual esfarela o senso de comunidade, aspecto este que é fundamental para se criar uma cultura amorosa, conforme trabalhado no capítulo “Comunidade: uma comunhão amorosa”. A autora afirma que no âmbito familiar todos devem desempenhar um papel importante, mas o que ocorre é que as famílias são autocráticas, espaço social no qual o protagonismo recai sobre a figura masculina.

Não só a família representa a noção de comunidade, mas as nossas amizades também são terrenos férteis para a prática do amor. Contudo, esses laços de amizade são enfraquecidos sobretudo com a chegada de um parceiro amoroso, que é erroneamente considerado como a forma mais importante das relações. Para hooks, isso é danoso para a prática do amor, pois temos mais facilidade de perdoar o parceiro amoroso, mas não temos a mesma atitude com as nossas amizades. Por fim, a ideia de amar deveria ser além das relações românticas.

Nos dois próximos capítulos, intitulados de “Reciprocidade: o coração do amor” e “Romance: o doce amor”, a autora analisa o amor no campo da fantasia, já criticado na introdução do livro. O primeiro capítulo se dedica a falar sobre a “Síndrome Peter Pan”, ou seja, a recusa do homem em crescer e adotar um relacionamento que a parceira faz o papel de mãe. Nesse caso, o sujeito também é fruto de práticas machistas, pois estes não recebem o apoio do patriarcado, carregando até mesmo problemas durante a infância, por supostamente demonstrar fraqueza quando decidem não esconder os seus sentimentos.

A autora nos convoca a concentrarmos nossa atenção a um dos elementos essenciais do amor: a reciprocidade, que consiste na capacidade de escutar o outro, o que favorece a conexão.

Também devemos entrar em contato com a nossas próprias dores e saber expressá-las.

Sobre a fantasia do amor romântico, ela ocorre justamente porque construímos nosso self durante a vida adulta, como ressonância de uma infância problemática, conforme explica bell hooks:

Muitas pessoas que buscam o amor foram ensinadas na infância a se sentirem indignas, a sentirem que ninguém poderia amá-las como realmente eram, construíram um falso self. Na vida adulta, elas conheceram pessoas que se apaixonam por esse falso self. (hooks, 2020, p. 199)

Portanto, não criamos fantasias apenas no amor. A construção desse self acaba gerando decepções entre os parceiros, quando a verdadeira construção de si aparece com o tempo. Reside-se assim a diferença entre paixão e amor, sobretudo quando levamos em conta o velho clichê do “amor à primeira vista”, onde a atração física é confundida com sentimentos mais profundos e se transformam em um catalizador de conexões íntimas.

Em “Perda: amar na vida e na morte”, o luto é encarado como tragédia, mas na prática do amor deveria ser uma celebração, pois “o amor nos empodera para viver plenamente e morrer bem” (hooks, 2020, p. 227), ou seja, o luto visto como categoria ético-política, para além da dimensão clínica (cf. RODRIGUES, 2021). O luto é usualmente visto como um sentimento negativo, onde se arrepende por aquilo que não foi feito em vida, porém, o luto nos prepara para a despossessão, amor não é posse.

hooks nos mostra que as possibilidades do amor são amplas e se estendem não só na morte, mas pela cura. O amor vem da comunhão. Este afeto, de construção progressiva, não pode se constituir de forma solitária que nos transforma em pessoas egoístas e narcisistas. Se o medo de amar nos torna cínicos em relação ao assunto, a fé e a esperança podem nos livrar desse sentimento e que impede a traçarmos o caminho do amor. Temos que desfazer a naturalização social que nos faz sentir medo, tormento e angústia. Além de almejar sempre ter o controle sobre os nossos sentimentos e sobre o outro. A vulnerabilidade não deve ser tratada de forma vergonhosa. Essas questões são tratadas no penúltimo capítulo “Cura: o amor redentor”.

Para encerrar o seu percurso do enfrentamento acerca do tema do amor, a autora fala sobre a ideia do anjo na nossa sociedade, cuja imagem criada é de um ser inocente e que não carrega culpa, além de nos entregar notícias que acalentam o coração. Os anjos são ligados nos sentimentos de amor, pois nos auxiliam do crescimento espiritual e estimula a nossa fé. Os anjos, conforme hooks explica, não estão apenas ligados às figuras religiosas. Eles são encontradas em livros, amizades e até mesmos nas nossas vozes internas que falam ao coração. O amor é o nosso verdadeiro destino e não devemos nos considerar indignos para vivenciar esse sentimento.

Tudo sobre o amor atinge um público mais amplo e não tem nenhum capítulo destinado exclusivamente a relação do amor e a negritude, onde este último tema é intrínseco as obras de bell hooks. Entretanto, a autora já dedicou um artigo que parece ser uma continuação do livro, para trabalhar essa questão. Em **Vivendo de Amor**, a escritora fala sobre a distância da mulher negra com as práticas amorosas e que elas acontecem desde o período colonial, através da agressão e da dominação que dificulta o processo de crescimento espiritual:

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar. (hooks, 2010, p.1)

Durante o próprio processo colonial as mulheres negras passaram por violências que as fizeram resistir ao amor, o que ressoa até os dias de hoje. Esse artifício, a repressão emocional, foi por elas apropriado, como uma forma de resistência. A busca por suprir as necessidades materiais colocou em segundo plano a dimensão emocional.

Vivendo de amor se transforma em uma espécie de capítulo de **Tudo sobre o amor**. Não existe formulas e tampouco segredos para se conhecer os caminhos do amor. O que precisa ser feito é subverter certas dinâmicas sociais extremamente danosas, como o patriarcado, o capitalismo e o racismo. O caminho é árduo. E o amor, conforme bell hooks nos mostra, é uma construção longa e coletiva, que deve ser pensado criticamente, pois ele, o amor, é sim uma arma poderosa capaz de transformar todos os aspectos da vida, seja no âmbito coletivo, da comunidade, político, social, o mundo do trabalho, e mesmo na vida privadas, das relações familiares, domésticas e as relações mais íntimas. Sim, "O amor é o que o amor faz", se partirmos, conforme ela demonstra em todo o livro da ideia de liberdade e justiça. Lutemos!

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. Vivendo de Amor. Portal Geledés, São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 20 out. 2021.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre a clínica e a política**: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MELANCOLIA URBANA: O POETA MALDITO VAGA PELA PARIS OITICENTISTA

URBAN MELANCHOLY: THE CURSED POET WANDERS THROUGH TH-CENTURY PARIS

Marcos Antonio de Menezes¹

<https://orcid.org/0000-0001-8472-8186>

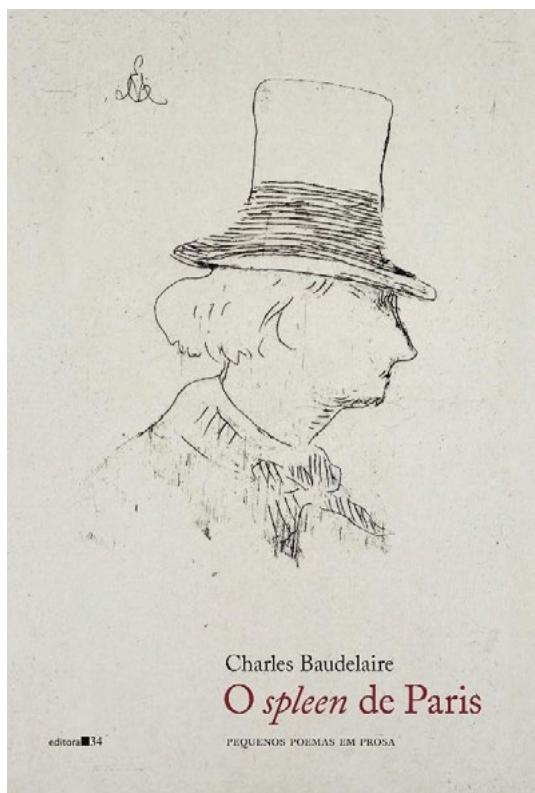
Recebido em: 21 de outubro de 2021.

Revisão final: 24 de outubro 2021.

Aprovado em: 25 de outubro de 2021.

<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14587>

BAUDELAIE, Charles. **O spleen de Paris**: pequenos poemas em prosa. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Editora 34, 2020. 128 p.



Qual de nós que, em seus dias de ambição, não sonhou o milagre de uma prosa poética, musical, sem ritmo e sem rimas, tão macia e maleável para se adaptar aos movimentos líricos da alma, às ondulações do devaneio, aos sobressaltos da consciência. É, sobretudo, da frequentaçāo das enormes cidades e do crescimento de suas inumeráveis relações que nasce esse ideal obsessivo (BAUDELAIRE, 2020, p. 7).

No final de 2020, a Editora 34 lançou **O spleen de Paris**, que reúne anedotas, reflexões e epifanias (pequenos poemas em prosa) do francês Charles Baudelaire (1821-1866). O volume conta com tradução primorosa de Samuel Titan Junior e texto de apresentação do escritor e cineasta argentino Edgardo Cozarinsky. Esta obra, do poeta maldito, já recebeu mais de dez edições no Brasil — a primeira em 1937 — e com certeza outras virão, mas esta tem todo um charme especial, a começar pela capa que traz o autorretrato de Baudelaire. **Petits**

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (1996), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Franca (1999) e doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2004). Estágio Pós-doutoral pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2016). É professor associado da Universidade Federal de Jataí, atuando no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Goiás - UFG, em Goiânia, desde 2005. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5906542748941462>. E-mail: pitymenezes.ufg@gmail.com

poèmes en prose (Le spleen de Paris) apareceu pela primeira vez, como edição póstuma, no quarto volume das **Obras completas** (1869) do poeta, organizadas por Théodore de Banville (1823-1891) e Charles Asselineau (1820-874) e editadas pela Gallimard.

Baudelaire lançou, em 1857, **As flores do mal**, livro de poesias líricas que deveria ter recebido o título de **Les lesbianas** por conter poemas que narravam o amor entre mulheres. A obra é considerada por críticos literários (AUERBACH, 2007) como percussora do decadentismo e do simbolismo — o decadentismo é a forma ancestral do simbolismo e tem raízes profundas no romantismo. Em poemas da série **Spleen**, o poeta mostra o sentimento de tédio existencial que aprisionava os humanos. Ao fim laborioso de preparo de seu único livro de poesia e de ter passado pelo estresse de ver a obra condenada pela Sexta Vara do Tribunal Correcional do Sena, em Paris, sob a acusação de insulto à moral pública e religiosa — O mesmo promotor, Ernest Pinard (1822-1909), que acusara Gustave Flaubert (1821-1880) e sua obra **Madame Bovary** (1856) também de “ofensas à moral pública e à religião” — , Baudelaire se dedicou à realização de seu sonho de criar “uma prosa poética, musical, sem ritmo e sem rimas” (BAUDELAIRE, 2020, p. 7).

Ele admitiu, na dedicatória de **O Spleen de Paris** a Arsène Houssaye (1815-1896), que a inspiração para escrever poemas em prosa veio da leitura da obra **Gaspar de la Nuit** (1842), de Aloysius Bertrand (1807-1841), considerado hoje por muitos estudiosos como inventor do poema em prosa.

Foi folheando, pela vigésima vez ao menos, o famoso **Gaspard de la Nuit** de Aloysius Bertrand [...] que me veio a ideia de tentar algo de análogo, e de aplicar à descrição da vida moderna, ou sobretudo de uma vida moderna e mais abstrata, o procedimento que ele aplicara à pintura da vida antiga, tão estranhamente pitoresco (BAUDELAIRE, 2020, p. 7).

Deambulando pelas ruas da metrópole Paris, que a cada dia se transformava, por força das reformas impostas por Napoleão III, o poeta retrata com cumplicidade, para usar uma expressão de Machado de Assis (2015), as “coisas miúdas” da cena urbana que, muitas vezes, demostram desolação, obscuridade, alienação e desintegração. Ele criou uma “galeria de criaturas em que palpita a matéria romanesca” (COZARINSKY, 2020, n. p.) em 50 textos curtos. Charles Baudelaire “desposa a multidão” das ruas da cidade, buscando nelas a matéria de sua prosa poética.

Pequenos poemas em prosa é uma obra “que não tem pé nem cabeça, uma vez que tudo nela é, ao mesmo tempo, pé e cabeça” (BAUDELAIRE, 2020, p. 7). Então, pode-se ler um poema na primeira página e outro na última que se entende sem a necessidade de apreender o todo da obra. Não há unidade que exija uma leitura sequenciada dos poemas. Há, sim, uma unidade temática, pois todos os poemas exprimem a agustia do homem moderno em meio às multidões das grandes cidades. Uma estética, que reivindica inovações formais que rompem com padrões estabelecidos, é inaugurada com os pequenos poemas em prosa. A liberdade criadora é reivindicada do primeiro ao último poema.

O spleen de Paris é também uma galeria de criaturas em que palpita uma matéria romanesca, quase sempre em estado de esboço, volta e meia já como personagens delineados: a mãe do menino que pede, como recordação, o prego e um pedaço da corda que serviram à morte de seu filho; numa feira de atrações, um homem que exibe numa jaula de ferro a própria mulher, disfarçada de orangotango, arranca-lhe dos dentes um animal vivo e a castiga com “uma boa pancada”; chegada a noite e finda a brincadeira, uns meninos que se separam para, sem sabê-lo, “amadurecer seu destino, escandalizar os seus e gravitar rumo à glória ou à desonra”. (COZARINSKY, 2020, n. p.)

A polaridade que mais ilustrou a vida de Baudelaire foi, talvez, seu dandismo e sua boemia: do vapor à água em um único movimento. Difundia o seu “eu” em todos os meios. Viver todas as experiências parecia ser sua meta, inclusive a experiência com drogas. Em Baudelaire, houve sempre a busca pelo verso perfeito: o poeta chegava a refazer, dezenas de vezes, um só poema. Os artistas mais admirados por ele eram, também, modelos de concentração e disciplina: Delacroix (1798-1863), Gautier (1811-1872) e Constantin Guys (1802-1892). Aliás, Baudelaire sempre buscou combater a visão burguesa de que o fazer artístico era algo menor e desorganizado (cf. MENEZES, 2020).

A vida moderna, que os novos espaços urbanos fizeram surgir, tinha, por excelência, a marca do eu; o indivíduo era o centro das atenções. Para esse homem se voltaram todas as estratégias do mercado. A arte moderna também tinha de nascer daí, da experiência individual. O indivíduo deveria — ele mesmo — participar diretamente da vida e fazê-la transcender-se.

O spleen (melancolia), que anula o interesse e a receptividade, era uma das características marcantes do homem do século XIX, e era preciso tentar salvar sua personalidade da degradação provocada pela nova cidade. O melancólico se isola e o mundo passa por ele como um filme em preto e branco: nada o toca ou tem sentido. O indivíduo tenta preservar seu “eu” ante a massificação.

Em Baudelaire, o melancólico encontra seu correspondente no sujeito *blasé*, de Simmel (1858-1918): ambos lutam para preservar a autonomia perante as esmagadoras forças do mundo objetivo. Suas personalidades são arrastadas para uma sensação de inutilidade. Parece não restar a eles outra saída contra a planificação de suas vidas.

No poema em prosa “As multidões”, Baudelaire nos ensina que “multidão, solidão, são termos iguais e conversíveis para o poeta ativo e fecundo” (BAUDELAIRE, 2020, p. 26). Desgarrado deste mundo, o poeta não deixa que os prazeres lhe obscureçam a iluminação estética. Essa multidão só pode ser vista e sentida por alguém que sabe “povoar a sua solidão” (Ibidem, p. 26). “Aquilo que os homens chamam amor é muito pequeno, muito limitado e muito frágil, comparado a essa inefável orgia, a essa sagrada prostituição da alma que se dá inteira, poesia e caridade, ao imprevisto que surge, ao desconhecido que passa” (Ibidem, p. 26).

Baudelaire é mostrado como o artista que não se furtou das experiências com as novas técnicas e maneiras de sentir a realidade ao redor. Se experimentou drogas, o fez para buscar uma nova percepção das coisas. O poeta se embriagou com álcool e haxixe na tentativa de abrir a percepção para capturar a atmosfera que o envolvia — mundo novo que deveria, também, fazer parte da nova arte.

“É preciso estar sempre ébrio. Essa é toda, essa é a única questão. Se não quiserdes mais sentir o terrível fardo do Tempo que vos dobra as costas e vos curva ao chão, é preciso que vos

embriagueis sem trégua" (BAUDELAIRE, 2020, p. 81). É este o convite do poeta no poema em prosa: "Embriaguem-se". Aquele que vaga solto, embriagado, consegue sentir melhor as formas e os contornos do urbano, e era essa a pretensão de Baudelaire: ele queria ver e sentir a cidade para melhor traduzi-la em poesia.

Já no poema em prosa "Os olhos dos pobres", o poeta nos conta a história de uma família de pobres que observava um casal através da vidraça de um belo café em um desses novos boulevards.

Bem diante de nós, na calçada, estava plantado um bom homem de uns quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, segurando com um das mão um menino e carregando no outro braço uma criaturinha fraca demais para caminhar. Fazia as vezes da babá e levava os filhos para respirar a fresca da noite. Todos em farrapos. Aqueles três rostos eram extraordinariamente sérios, e aqueles seis olhos contemplavam fixamente o novo café com igual admiração, mas com nuances diversas, segundo a idade. (BAUDELAIRE, 2020, p. 58-59)

Vários outros poetas, contemporâneos de Baudelaire, falavam desse cenário. Victor Hugo (1082-1885) talvez tenha sido o mais eloquente em **Os miseráveis** (1862). Mas essa não era só uma ideia literária, mas, antes, a mais brutal realidade. As mudanças sociais provocadas pelo novo modo de produção fizeram com que as cidades inchassem e aqueles que não encontravam emprego no mercado estavam fadados a viverem nas ruas e praças.

Nesse cenário, não só o poeta não tinha o que fazer, como também milhares de pessoas perambulavam em busca de pão. Mas no poeta a dor era maior. Não se tratava apenas de vender sua força de trabalho a outrem, mas sua produção intelectual. Afinal, o artista, mensageiro dos deuses, como podia, agora, ver-se obrigado a se entregar a tão vil "amante"?

Há um misto de dor e prazer nessa entrega; em um momento ele a recusa, mas no outro se vê obrigado ao ato. Afinal, a burguesia consegue despojar da auréola, como reclamava Marx (1818-1883), todas as profissões liberais. Transformou também o artista em trabalhador assalariado. Se não há mais o mecenas, existe o gosto geral e particular que deve ser agradado.

No poema "A perda do halo", Baudelaire, na opinião de Marshall Berman (1940-2013) (1986), apresenta-nos cenas arquetípicas da vida moderna. Um poeta atravessa um boulevard, espaço construído em Paris durante as reformas urbanas do Barão Haussmann (1809-1891), quando seu halo vai ao chão em meio ao lamaçal da rua. Não é uma rua qualquer; é antes, a nova rua que nasce na cidade reurbanizada, rua larga, em linha reta que corta a metrópole. Quando essas ruas foram projetadas, pensava Napoleão III, que elas não só poderiam servir o tráfego rápido, mas também facilitar a locomoção dos exércitos de sua majestade para conter eventuais revoltas populares (cf. MENEZES, 2013).

No poema, acontece o encontro entre dois homens; antes, porém, acontece o encontro entre o poeta e as forças dispersas na rua: tráfego, animais, pessoas. O diálogo entre o homem do povo e o poeta acontece em um *mauvais lieu*, um bordel. O homem se espanta em ver ali um poeta: "O que!? Você aqui, meu caro? Você, num lugar desses!" (BAUDELAIRE, 2020, p. 100).

O homem, que via no artista um santo, alguém acima do bem e do mal, fica escandalizado. O halo representa isto: o sagrado na arte. Não só Baudelaire, mas muitos de sua época, viam a arte e o artista como algo puro. O que cai é o sagrado. O divino é a morte de Deus na arte que caminha

para o grande mercado capitalista. A imagem lembra o **Manifesto Comunista** (1848).

— Mas como? Você por aqui, meu caro? Você, num lugar de má fama! Você, sorvedor de quintessência, você, um degustador de ambrosia! Vamos e venhamos, é de surpreender!

— Meu caro, você sabe do meu terror aos cavalos e às carroagens. Ainda há pouco, quando vinha atravessando o bulevar com a maior pressa, saltitando sobre a lama, através daquele caos movente em que a morte chega a galope, de todos os lados, a um só tempo, minha auréola, por conta de um movimento brusco, deslizou da minha cabeça e caiu no lodo do macadame. Não tive coragem de pegá-la de volta. Achei menos desagradável perder minhas insígnias do que ter os ossos rebentados. E, depois, eu me dizia, há males que vêm para bem. Agora posso passear incógnito, cometer atos vis e me entregar à devassidão, como os simples mortais. E cá estou, perfeitamente semelhante a você, como vê! (BAUDELAIRE, 2020, p. 100)

O herói de Baudelaire é aqui o anti-herói. O encontro entre o homem e o poeta acontece em um lugar onde não há o que esconder. Um surpreende o outro, e o véu se rompe. Não há desculpas a serem dadas, são o que são. É esta a grande contribuição desses novos espaços urbanos: para se livrar da morte no tráfego, você tem de se despir de medos, preconceitos e se vê obrigado a lutar com as armas que possui. É neste momento, nu, que percebemos que somos todos iguais, feitos do mesmo “tecido”. Lançado no turbilhão do trânsito da cidade, o poeta é o arquétipo do homem moderno, perdido no tráfego da grande metrópole do século XX.

O poema mostra como, nessa cidade moderna, cada pessoa tem de aprender a se arranjar, ou morre debaixo da roda das carroças. Mas, ao mesmo tempo, esta nova experiência vai mostrar a este homem como ele pode ser livre e vagar por toda a cidade, fazer dela seu ninho, seu quase paraíso. O poeta de Baudelaire sabe agora que a arte não é santa e que ela pode nascer em qualquer lugar, até mesmo na sarjeta.

Um dos paradoxos da modernidade, como Baudelaire a vê aqui, é que seus poetas se tornarão mais profunda e autenticamente poéticos quanto mais se tornarem homens comuns. Lançando-se no caos da vida cotidiana do mundo moderno — uma vida de que o novo tráfego é o símbolo primordial — o poeta pode apropriar-se dessa vida para a arte. (BERMAN, 1986, p. 155)

A modernidade de Baudelaire traz em si o seu contrário: a resistência à modernidade. O “novo” do poeta é desesperado, que é justamente uma possibilidade de sentido do francês spleen. Ele se torna ambivalente a essa modernidade cuja invenção lhe é atribuída. A visão alegórica de Baudelaire transforma a cidade em ruínas.

Baudelaire se entregou a tudo com muita paixão. Mergulhou nas ruas de Paris em busca de experiências que pudessem ser agregadas ao seu fazer poético: ele amava toda a vida que florescia nos submundos da metrópole. Paradoxal, com uma insólita capacidade de mudar substancialmente de direção, Baudelaire quis viver todas as experiências, mas, ao mesmo tempo, sabia que não se podia perder a disciplina. Confira estes debates expostos de forma poética na nova edição de **O spleen de Paris**, lançada pela Editora 34. Boa leitura!

Referências

- AUERBACH, Erich. **Ensaios de literatura ocidental**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- BAUDELAIE, Charles. **O spleen de Paris**: pequenos poemas em prosa. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Editora 34, 2020.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia de Letras, 1986.
- COZARINSKY, Edgardo. In: BAUDELAIE, Charles. **O spleen de Paris**: pequenos poemas em prosa. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Editora 34, 2020.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MENEZES, Marcos Antonio de. **O poeta da vida moderna**: história e literatura em Baudelaire. Curitiba, CRV, 2013.
- MENEZES, Marcos Antonio de. **Um flâneur perdido na metrópole do século XIX**: história e literatura em Baudelaire. Curitiba: CRV, 2020.

Uma viagem pelo sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás

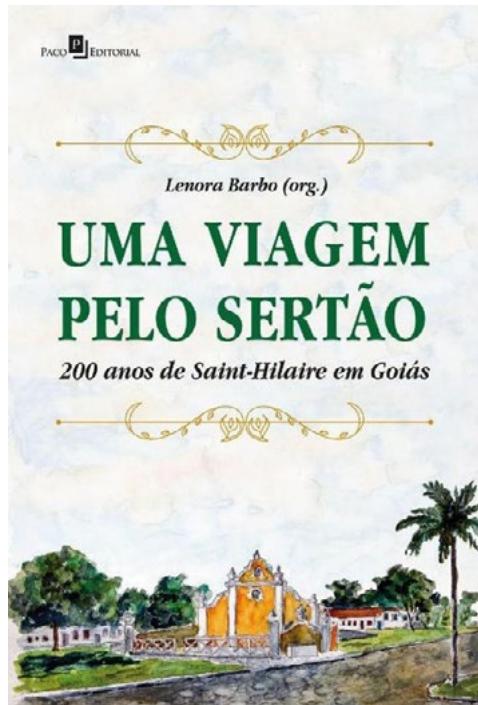
A travel through the sertão: 200 years of Saint-Hilaire in Goiás

Rafael Alves Pinto Junior¹

Recebido em: 30 de agosto de 2021.
 Primeira revisão: 01 de novembro de 2021.
 Revisão final: 12 de novembro de 2021.
 Aprovado em: 13 de novembro de 2021.



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.13913>



"Gosto deste velhinho". Declarou o poeta Carlos Drummond de Andrade em uma crônica publicada em homenagem ao bicentenário do nascimento de Saint-Hilaire (1979, p. 5). Para o escritor mineiro era "um caso de simpatia pessoal e também de gratidão. Entre os viajantes estrangeiros do começo do século 19, ele me interessou mais do que qualquer outro, pelo que viu e contou de Minas. E não só de Minas: do Espírito Santo, de Goiás, de São Paulo, do Sul do Brasil. Graças a ele viajei por essas terras, conheci seus moradores, seus costumes, plantas, animais e minerais sem precisão de sair de casa." Às suas palavras, o poeta viajou, imaginariamente, apoiado nas narrativas do naturalista.

Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire nasceu na cidade francesa de Orleans em 4 de outubro de 1779. Sua biografia é conhecida: nascido de uma família

¹ Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Católica de Goiás (1991), Brasil, mestrado em Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (2008), Brasil, e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2011), Brasil. Foi Chefe do Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura de Jataí (GO) onde teve a oportunidade de desenvolver projetos no âmbito municipal além de coordenar o processo de Planejamento e Implantação do Plano Diretor local. Atualmente é professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Jataí, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208712284117352>. E-mail: rafael.junior@ifg.edu.br

nobre, teve uma formação inicial no Colégio Militar de Pontlevéz. Após a Revolução Francesa esteve fora da França e retornou em 1802 onde estudou botânica no Museu de Ciências Naturais. Devido a um convite do então embaixador da França na Coroa Portuguesa veio para o Brasil em 1816.

Adentrando nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Saint-Hilaire penetrou na grande nebulosa formada pelos sertões do Brasil. Uma palavra prenhe, desde os primórdios da colonização, de pesada carga semântica social e histórica. Sertão era o gentio, o desconhecido, o nada a ser conquistado e domado. Pelos caminhos rumo ao sertão Saint-Hilaire partiu a (re)descobrir o Brasil. Como herdeiro do Iluminismo de seu tempo se desdobrou para registrar, catalogar, sistematizar e hierarquizar o que viu. Evidentemente, não lhe era possível desembaraçarem-se de convicções pessoais, formações acadêmicas e cargas simbólicas pessoais europeias. No complexo jogo das alteridades – como os demais viajantes a olhar o Brasil no século XIX - as diferentes biografias produziram diferentes narrativas: olhares sempre deslocados, ainda que portadores *a priori* de uma intenção científica, objetiva e de acordo com seus próprios princípios de coerência e consistência analítica. Como os demais, os registros de Saint-Hilaire são registro do que suas culturas permitiam-lhes ver.

Dos viajantes europeus que passaram por Goiás Saint-Hilaire talvez tenha sido o que emitiu os julgamentos que podem ser inscritos entre os mais ácidos. Logo no prefácio do seu relato à **Viagem à Província de Goiás**, ele deixou claro que não de se devia julgar o interior da América segundo padrões europeus. Feita esta observação, em seguida ele se contradiz e avisa ao leitor, que a avaliação de Goiás não seria favorável. O território de Goiás, se comparado com o da província vizinha de Minas Gerais, era uma infelizmente entregue por longos anos a uma administração quase sempre imprevidente. O francês viu em toda parte indolência, desânimo e preguiça que levava os fazendeiros à situação de penúria e miséria que os embrutecia. Sobre todos pesava uma apatia em relação a tudo e a todos. Nem mesmo as pessoas de alguma instrução escapavam e a única exceção seria o Comendador Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851) e sua propriedade denominada por ele de *fazenda modelo*.

Saint-Hilaire estava imbuído do sentido civilizatório como muitos cientistas viajantes de sua época. Diversas são suas colocações no sentido a “melhorar” as situações que ele identificava como decadentes. Não deixou escacar nada: economia, propriedade, estradas, relações humanas, hábitos e costumes passaram por seu escrutínio. Seu relato termina reforçando o papel da missão civilizatória da qual ele se via como partícipe. Estava convicto de que a divulgação dos relatos de suas viagens e suas impressões sobre o sertão – divulgando as mazelas, as dificuldades e as potencialidades – poderia mover alguém rumo a alguma ação propositiva. Estava convicto igualmente da relevância de sua sistemática coleta e registro do mundo natural: ao menos registrava exemplares que ele identificou como passíveis de extinção. Neste sentido Saint-Hilaire estava certo. Não são poucos os exemplares da fauna e da flora extintos ou comprovadamente em vias de extinção.

Consciente disto, um grupo organizado pela pesquisadora Lenora Barbo se propôs a revisitar a região explorada por Saint-Hilaire em termos sociais, culturais, históricos, econômicos e ambientais. Através de diversos “olhares” contemporâneos, estudiosos de diversos campos do conhecimento, pretendeu-se revisitá-los “olhares” desencadeados pela viagem no século XIX. A

partir daí o grupo principiou a refazer, simbolicamente, a viagem por Goiás.

A publicação do livro **Uma Viagem pelo Sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás** não foi o único resultado desta iniciativa. Foi localizado um mapa que serviu de base cartográfica para a sistematização das informações sobre o percurso. **Itinéraire des Cinq Voyages accomplis dans l'interior du Brésil 1816-1822 par Aug. de Saint-Hilaire** seria um documento à leitura e interpretação das observações feitas pelo naturalista. Em 2020 foi realizado, na Universidade Federal de Goiás, o seminário Os Caminhos de Saint-Hilaire em Goiás: rotas e roteiros de pesquisa. Após isto os diversos pesquisadores debruçaram-se à elaboração de ensaios em suas respectivas áreas.

A coletânea é composta em cinco partes, reunindo textos de 24 autores. A apresentação, feita por Marc Pignal, pesquisador do Museu Nacional de História Natural de Paris, coloca que, mesmo passados duzentos anos de sua estadia em Goiás, existem perguntas não de todo respondidas. A primeira parte, está dedicada aos traços biográficos, aos itinerários na cartografia oitocentista, ao percurso de Minas até Goiás e às expedições no início do século XIX. A segunda, dedicada à arquitetura e aos povoados, inclui ensaios observando as narrativas sobre as cidades goianas, as observações referentes à produção arquitetônica, os arraiais da Picada de Goiás e as contribuições que subsidiaram o reconhecimento do patrimônio cultural goiano. A terceira parte, dedicada às paisagens culturais, inclui análises a entender a música, o imaginário que formavam o ambiente onde o naturalista esteve e as paisagens de Ouro Fino a embasar o que se pode entender como “goianidade”. A quarta parte, analisa a presença dos indígenas, as possibilidades alimentares e as releituras do desenvolvimento urbano a partir das observações do francês no Engenho São Joaquim. A quinta parte analisa o cerrado, as análises da vegetação, o gado, as paisagens campestres no século XIX e a geodiversidade do cerrado goiano.

Como obra coletiva, a análise dos argumentos do livro é plural. Só pode ser feita à luz de cada autor. Diversas são as linhas argumentativas que seguem às temáticas agrupadas na obra. Mas o fio condutor que costura os grupos temáticos é claro. Este fio principia da visão ampla ancorada na geografia e na cartografia para, a partir daí reduzir o foco das observações. Parte da definição do trajeto, ao trajeto e aos objetos deste percurso. Podemos dizer que reproduzem de maneira análoga o procedimento que Saint-Hilaire se propôs a fazer, partindo de um mapa e estabelecendo um percurso, um itinerário, fazer o percurso, ver as paisagens e identificar os objetos. Como ele os autores partiram de uma cartografia e chegaram, por exemplo, à arquitetura e à música produzida naqueles locais.

Cada uma das partes da coletânea recebeu a delicadeza de incluir ilustrações do artista goiano Elder Rocha Lima. Um enriquecimento visual do texto a permitir ao leitor algumas imagens dos locais que Saint-Hilaire viu.

Para um dos autores da coletânea, o Doutor em religião Rafael Lino Rosa, usando nossa imaginação e tendo como base o imaginário que moveram viajantes como Saint-Hilaire, podemos imaginá-lo vendo as terras do sertão. Podemos perceber seu olhar de estranhamento diante de um lugar que talvez fosse o mais distante de sua terra natal. Podemos perceber as energias que o moveram a atravessar o Atlântico rumo a um regiões que ele pouco, ou nada, sabia.

Depois de passados duzentos anos a viagem de Saint-Hilaire por Goiás ainda suscita investigações, permite abordagens, leituras. Permite abordagens a serem inscritas em outras bases e confrontações com outras fontes. Processo contínuo de se rever e (re)fazer História.

Como Saint-Hilaire, os autores realizaram uma viagem pelo sertão onde o percurso é mais relevante que a chegada a algum lugar. Como ele, percebem que os lugares aparecem como um objeto científico, estético e sensível que comporta modelos de seleção a analisar as camadas de significados constituintes do próprio objeto. O grupo de pesquisadores reunidos sob a coordenação da pesquisadora Lenora Barbo certamente gosta – como Carlos Drummond de Andrade - do “velhinho” francês que passou pelo sertão.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Meu amigo Saint-Hilaire. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 16 out. 1979. Caderno B. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/206977. Acesso em: 20 ago. 2021.

BARBO, Lenora (org.). **Uma viagem pelo Sertão:** 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

MORAL DA HISTÓRIA? NÃO HÁ

MORAL OF THE STORY? THERE IS NOT

João Pedro Rosa Ferreira¹
 <https://orcid.org/0000-0003-0860-2471>

Recebido em: 30 de outubro de 2021.
Revisão final: 13 de novembro de 2021.
Aprovado em: 15 de novembro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14793>

Por Maria Ana, viscondessa de Alco Furado.²

Está muito calor esta noite, no Rio de Janeiro. O sono tarda a chegar e, enquanto Morfeu não me abraça, embalam-me as memórias. De gente, de lugares, de cheiros – adoro cheiros –, sons e cores. Nunca sonhei vir aqui parar... e posso dizer que viajei muito ao longo da vida, sobretudo desde que meu Pai decidiu casar-me com o visconde, meu falecido marido. Os negócios do Estado levaram o meu esposo às principais cortes europeias – e eu, obediente, segui-o nessas missões diplomáticas. Recordo com particular enlevo as permanências mais prolongadas em Turim e, sobretudo, em Viena, durante os meses em que se desenrolou (alguém menos diplomata diria “arrastou”) o Congresso que decidiu os destinos da Europa, isto é, do mundo. Mas, embora mais curtas, as passagens por Madrid, Paris, Londres e Roma contribuíram de forma significativa para a minha educação sentimental.

Li muito, desde menina, quando aprendi as primeiras letras com as freiras do convento das Trinas, ali entre a Lapa e a Madragoa, a que muitos ainda chamam o Mocambo, em Lisboa,

¹ Doutor em História e Teoria das Ideias (*Castigar a rir. O humor na imprensa periódica portuguesa 1797-1835*). Pesquisador do Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CHAM/NOVA), Portugal. É autor de *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense (1808-1822)* e de vários livros de divulgação, incluindo *Histórias Rocambolescas da História de Portugal* (2010; 10^a edição, 2016). Membro da Sociedade Internacional de Estudo do Humor Luso-Hispânico e da SHARP – Society for the History of Authorship, Reading and Publishing. Foi bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. Como jornalista, desempenhou funções de coordenação editorial e de direção em revistas e jornais diários e semanários. Colaborou com as revistas brasileiras História Viva e Entre Livros. Curriculum do autor: <https://cham.fcsh.unl.pt/investigador-perfil.php?p=583>. E-mail: jprosaferreira@gmail.com

² Pseudónimo de João Pedro Rosa Ferreira, historiador e jornalista português, pesquisador em história cultural do humor.

terra de muitas e desvairadas gentes, como dizia o cronista. Ao contrário da maior parte das minhas condiscípulas não me perdi de amores pelo meu professor de latim e música. Nas minhas fantasias, desde as mais pueris, as protagonistas eram sempre as minhas companheiras. Mais tarde, quando me vieram parar às mãos livros narrando histórias de amores infelizes – que alguns literatos contemporâneos, sempre a par do último grito da moda, chamam romances – nunca suspirei por Páris, Abelardo, Tristão ou Romeu... Em contrapartida, ruborescia sempre que pensava em Helena, Heloísa, Isolda ou Julieta.

A iniciação carnal, com meu marido – noblesse oblige – não me entusiasmou. Cumprir religiosamente as minhas obrigações conjugais, mas excitação mesmo só a conheci com a leitura de **Fanny Hill**, que subrepticiamente me ofereceram em Londres. O regresso ao Continente, que nos levou até Paris, abriu-me toda uma nova perspectiva de vida. Suspirei até ao desfalecimento com as páginas de **A Religiosa, do philosophe** Diderot, e fiquei perturbada com uns escritos que me disseram ser da pena do marquês de Sade, que morreu não há muito tempo no manicómio de Charenton. Estremeci com os infortúnios de Justine e as descrições d'**A Filosofia na Alcova**. Mas não consegui evitar a vontade de experimentar as práticas imaginadas pelo espírito tresloucado de Donatien Alphonse. Devorei as **Ligações Perigosas** do Senhor de Laclos e lembro-me até que me apontaram o visconde de Valmont e a marquesa de Merteuil, já bastante envelhecidos, quando meu marido foi recebido em Versailles por Suas infelizes e martirizadas Majestades, Luís XVI e Maria Antonieta. Nunca esquecerei o olhar inseguro da tia da princesa Leopoldina, que Nosso Senhor avivente e santifique. Equilíbrio e tranquilidade só os encontrei nas páginas dedicadas por Montaigne à amizade nos seus **Ensaios**.

Regressei a Lisboa e, entre duas missões diplomáticas do meu marido ao serviço da Coroa de Portugal, ainda fui convidada para uma estranha função que teve lugar no Palácio dos Sousas, ao Calhariz. O convidado de honra, conde de Cagliostro, fez uma demonstração da moderníssima técnica de mesmerização, que dizem ser remédio para todos os males do espírito e alguns do corpo. A verdade é que senti-me adormecer e não me lembro do que sucedeu a seguir, mas quando recuperei a consciência estava toda afogueada e com as roupas em desalinho.

Pouco depois partimos para as cortes italianas. Em Turim perdi-me de amores por uma azougada piemontesa, ainda apparentada da Casa Real de Sabóia, que me recitou versos da poetisa grega Sapho e me desvendou os segredos do prazer entre mulheres. Já em Roma, tive de fugir de dois cardeais, um no Vaticano, outro em S. João de Latrão. Em Nápoles coube-me em sorte cair nas boas graças da rainha Maria Carolina, que me permitiu visitar o inferno da sua galeria de arte. Ali estão cuidadosamente conservados, longe da vista do povo, os achados que ultimamente têm sido trazidos das ruínas de Pompeia, incluindo pinturas de frescos e estatuetas com cenas vergonhosas e representações exageradas das dimensões do órgão masculino, referidas nos textos como alfaias do culto ao deus romano Príapo. Gostei muito. Já não gostei foi da severidade, a meu ver excessiva e nada cristã, com que Maria Carolina justiçou os infelizes revolucionários derrotados – como acabam por ser todos os revolucionários – do Reino das Duas Sicílias.

Partimos em seguida para a Áustria. O Congresso de Viena, que repôs a ordem do Trono e do Altar, devolvendo os estados europeus aos seus legítimos monarcas, na ressaca da aventura do

Buonaparte, reuniu durante longos meses na capital dos Habsburgo os representantes das principais potências. Enquanto o meu marido assessorava o conde de Palmela, chefe da missão portuguesa, nas intrincadas negociações (ele estava sempre a falar na troca de Olivença pela Cayenne, e sobre os nossos interesses na Banda Oriental do Rio da Prata), eu e as mulheres de outros diplomatas líamos as memórias de Casanova, onde o libertino conta ter apanhado sífilis com uma portuguesa em Londres. À noite assistíamos à ópera. Impressionou-me particularmente **Don Giovanni**, embora achasse a tão celebrada lista de Leporello – *Madamina, il cattalogo è questo...* – uma boutade para esconder alguma insuficiência de Mozart: **È in Spagna mille e tre!**... Por outro lado, pareceu-me muito apropriado o subtítulo: **O Libertino Castigado**.

Em Viena diverti-me muito, gozei muito. Aprendi as diferenças de feitio, trato, cultura e costumes entre inglesas, francesas, espanholas, prussianas, bávaras, russas, polacas venezianas ou sicilianas. Aprendi mais: que cada pessoa é uma pessoa, não um exemplar de um país ou de uma raça – latina, germânica, celta ou eslava. Só não tive oportunidade de conhecer nenhuma das esposas do embaixador da Sublime Porta. Infelizmente, os vassalos do sultão não deixam as mulheres sair da zona que lhes está reservada nos palácios. Costumes maometanos...

Por fim, o meu marido recebeu ordens para vir para a actual capital do Império lusitano. Em Portugal já se queixam amargamente de que o Reino se tornou uma colónia da antiga colónia, mas é a vida. E a vida aqui no Rio de Janeiro nem me corre mal. Sobretudo desde que enviuvei e deixei de ter de cumprir certas obrigações.

As damas da Corte vão passando o tempo conforme os respectivos gostos, que os há para tudo. Todas lêem e comentam as últimas notícias de Lisboa, trazidas pelo paquete de Londres no **Correio Braziliense**. Há uns tempos, o motivo de conversa geral era o escândalo, relatado naquele jornal, da relação adúltera – pública e notória – da condessa da Ega, Juliana de Oyenhausen, com o comandante francês invasor, o general Junot, com quem se pavoneava pela cidade. Mostrava-se com ele todas as noites no camarote do Teatro de S. Carlos e recebia-o no palácio da família, perante a mansidão do marido. O jornal fazia até uma piada com as excrescências córneas que teriam surgido e passado a adornar o elmo no brasão dos condes da Ega. O escândalo não ficou por aí: depois da Feliz Restauração e da retirada dos franceses, a jovem condessa seguiu o marido, acusado de traição e colaboracionismo, no exílio para Espanha. Mal chegou a Madrid, enrolou-se com o embaixador russo, o barão Strogonoff, e fugiu com ele para a Suécia... Uma aflição e uma vergonha para a mãe dela, a minha querida amiga Leonor, marquesa de Alorna, a divina poetisa Alcipe.

Além da intriga, o ambiente aqui é propício à busca dos prazeres da carne. O calor convida a aligeirar o vestuário. Os corpos mostram mais pele, a volúpia instala-se e, dizem, não existe pecado do lado de baixo do equador. Mesmo que exista, não é nada que não seja absolvido pelo confessor em troca de umas penitências ligeiras. Se bem que já vi algumas senhoras ficarem na igreja dias inteiros a debitar padres nossos e ave-marias por atacado...

Algumas das minhas amigas consolam-se sozinhas ou em grupo. Eu já participei em algumas sessões em que as carícias e as frases murmuradas em surdina, sopradas mesmo junto ao lóbulo da orelha, despertam os sentidos e humedecem as partes pudibundas. Acabamos por nos consolarmos

umas às outras, com a ajuda de brinquedos apropriados que, pela simples maneira como são nomeados, denunciam logo as predilecções políticas das damas: as parciais do conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, que foi até morrer chefe da facção que baptizaram como o *partido francês*, chamam-lhes *godemichets*; por outro lado, as que simpatizam com os sucessores políticos do conde de Linhares, o falecido D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que encabeçava o *partido inglês*, preferem designá-los por *dildos*. Vi muitos e usei alguns, de vários tamanhos e feitios, pelas cortes dessa Europa fora. Deram-me sempre alegrias, ao contrário do meu marido...

O que também ajuda a excitar os sentidos e despertar pensamentos libidinosos são os doces, confeccionados e consumidos em grandes quantidades, dada a abundância de açúcar nestas paragens. Do que mais gosto é da goiabada, que me lembra a marmelada da minha terra. Há tempos, fui à cozinha e fiquei pasmada com a formosura da escrava que estava a preparar as goiabas. Era uma linda mocubal, vinda de Angola, e não consegui resistir à tentação de desfrutar dos seus encantos. Chamei-a à alcova e ela, obediente, veio logo. Mandei-a despir-se, o que fez sem hesitar. Não esboçou um gesto de resistência, mas não me encorajou nem mostrou satisfação. Não disse uma palavra. Quando a mandei embora, voltou ao trabalho. A goiabada ficou pronta nessa tarde. Mas não voltei a ver a negra. No dia seguinte informaram-me de que tinha fugido. Não mandei os homens atrás dela. Soube mais tarde que tinha ido para um quilombo, no sertão.

Talvez o mesmo assentamento onde se refugiou o escravo preferido da minha vizinha, a condessa. Durante semanas, ela andou de cabeça perdida com um mandinca da Guiné (lembro-me de que, em Londres, as inglesas falavam sempre em tom elogioso dos *mandoingos*, parece que os achavam particularmente dotados para certos serviços domésticos). Mandava-lhe servir ração melhorada, dava-lhe roupa usada, até um chapéu e uns sapatos do marido. Mas de um momento para o outro surtou, como dizem aqui. Começou a castigá-lo e ele acabou por fugir. Isto de haver escravos é aquilo a que mais me custa habituar no Brasil. Em Lisboa há muitos negros e negras, com as mais diversas ocupações e mesteres, mas já não há escravos há mais de meio século, graças à lei libertadora da governação ilustrada do marquês de Pombal, em 1761.

Moro numa casa digna do meu estatuto, na Quinta da Boa Vista, perto do Paço real, e tenho a honra e o privilégio de ser convidada com frequência para as orações, cerimónias e ocasiões de convívio com Suas Majestades e Altezas.

A minha vida é um mar de rosas? Certamente que não. De vez em quando surge um ou outro espinho irritante. Por exemplo, o senhor infante D. Miguel, tão novinho, quase menino ainda, e já tão acanalhado. Ainda ontem voltou a acontecer: num recanto mais escondido, saiu-me ao caminho, apalpou-me as mamas sem cerimónia e, com a mesma brutalidade, agarrou-me a passarinha e apertou com toda a força. Até me doeu. Um bruto é o que ele é. Um escroto, como dizem aqui. Absolutamente.

Já o príncipe D. Pedro usa outras tácticas para alcançar o mesmo objectivo estratégico. Há dias, passeando pela quinta, procurava eu a sombra de um jacarandá para descansar, saltou ele de trás de um arbusto, tirou o bicório, aguardou que eu lhe fizesse a vénia, mas logo em seguida agarrou-me, virou-me de costas, empurrou-me contra o tronco da árvore e começou a levantar-me o vestido. Como eu fizesse tenção de resistir e lhe lembrasse o respeito devido a Sua Alteza a

princesa D. Leopoldina, sua esposa, virou-me de frente outra vez, olhou-me muito sério e disse: "Mulher, não me obrigue a empregar a força para te fazer gozar!"

Eu percebi que estava ferrada, como se diz por cá, e deixei-o dar largas à lascívia. Mas de tão nervosa que fiquei, quando ele me sodomizou eu expeli uma ventosidade que não era só vento e... deixei borrado o principesco órgão, que ainda assim deu boa conta de si, merecendo receber ali mesmo o tratamento de imperial e real. O príncipe não se mostrou incomodado, antes pelo contrário. Quando se deu por satisfeito, deixou-me naquele mesmo lugar, descomposta e humilhada, e foi-se embora dizendo para os botões do seu uniforme: "Tenho de usar aquela fala outra vez..."³

Sua Majestade, El-rei D. João VI Nosso Senhor, é muito diferente. Também me faz esperas, também abusa de mim, mas não é tão violento, o velho sátiro. Apalpa-me toda, dá-me beliscões que me deixam nódoas negras no rabo. Mas benze-se antes de me agarrar. Quando me faz deitar no real leito, levanta-me as saias e o saiote, mexe e remexe, lambe e chupa, mas raramente penetra. Do nada, pára o que está a fazer para rezar e benzer-se e logo volta ao mesmo até dar por concluído o real cunnilingus. Beija-me muito e a língua dele sabe sempre a frango assado. Quando acaba, sai do aposento a trautear um hino religioso em cantochão.

Todos me deixam insatisfeita... menos Sua Majestade, a rainha. Agrada-me aquela mulher. O que lhe falta em beleza, compensa-o D. Carlota Joaquina em fogosidade. Acaricia-me sabiamente, mete os dedos onde deve e como eu gosto. Excita-me quando diz com voz rouca, em portuñol: "Me corro, cariño! Me corro!" Fico sempre cansada depois de estar com ela. Quando me fala das suas ambições e projectos para se tornar rainha da América Espanhola, perante a inépcia do irmão Fernando VII, a quem despreza profundamente, deixa-me cheia de tesão. Molhada e com vontade de voltar a ir para a cama com ela.

Quem também me chama a atenção é a infanta D. Isabel Maria. Muito jovem ainda, mas atilada e promissora. Calada a maior parte do tempo, quando abre a boca percebe-se que é uma mulher a quem a cabeça serve para bem mais do que usar o toucado. Não me parece que venha a casar.

Ultimamente, desde a chegada do paquete que trouxe a notícia da revolução no Porto e da formação do novo governo em Lisboa, não se fala noutra coisa senão no regresso da Família Real à Europa. El-rei tem tido muitas conversas sigilosas com o príncipe D. Pedro, mas a rainha diz a quem a quiser ouvir: "Quando voltar hei-de bater os pés no chão antes de embarcar. Desta terra não quero levar nem o pó nos sapatos."

Acordei febril. Tive um sonho estranho. Olho o retrato da minha quinta avó, de quem herdei o nome e o título de nobreza (oficioso porque a República Portuguesa não os reconhece), na parede do quarto. Acho que ela entrava no sonho... ou que eu era ela... ou...

Chove em Lisboa, o outono está cada vez mais fresco. "Winter is coming." A cama está desfeita, os lençóis, manchados e quebradiços, revelam vestígios recentes de troca de fluidos

³ "Portugueses, não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!" Proclamação de D. Pedro ao desembarcar na praia de Pampelido, a 8 de julho de 1832, dando início à guerra civil no território de Portugal continental. Cf. FERREIRA, João. *Histórias Rocambolescas da História de Portugal*. 10. ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2016. p. 282.

corporais. Cordas de sisal e de nylon, um chicote de couro, um par de algemas no chão, brinquedos sexuais com as pilhas gastas jazem espalhados pelo quarto do apartamento. Levanto-me e vou até à sala, que encontro num caos. A pouco e pouco vou-me recordando. A noite passada convidei uns amigos para uma partouze de despedida, antes do início do recolher obrigatório. Fiz, mais por gentileza do que por vontade, um *fellatio* ao professor X., da equipa reitoral. Ciente das minhas obrigações de anfitriã, não me esqueci de comprar na farmácia uma embalagem de KY mentol, para limpar o palato a seguir. Eu sabia que depois do dever vinha o prazer: um *ménage à trois* com A., aluna de pós-graduação da faculdade onde lecciono (mas de um curso com o qual nada tenho a ver – rejo-me pela máxima: “trabalho é trabalho, cognac é cognac”), e com a minha querida Z., médica intensivista, que estava mesmo a precisar de relaxar depois de vários dias de trabalho ininterrupto no hospital. Agora me lembro... estava a meio de um *cunnilingus* quando deixei de distinguir as nuances dos sabores a amêijoia ou a ostra daquelas minhas duas amigas e amantes. Só me lembro que uma estava depilada integralmente e a outra exibia um tufo farfalhudo. Receio ter perdido o paladar.

Será que fui infectada pela covid?

Referências

FERREIRA, João. **Histórias Rocambolescas da História de Portugal**. 10. ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2016. p. 282.

SEM MAIS

NO FURTHER

Thaís Leão Vieira¹ <https://orcid.org/0000-0001-8439-266X>

Recebido em: 30 de outubro de 2021.

Revisão final: 13 de novembro de 2021.

Aprovado em: 15 de novembro de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14792>

O corpo noutro corpo entrelaçado, fundido, dissolvido, volta à origem

- DRUMMUND

Agora ela se lembrava bem. Na noite de 12 de março Luiza ouviu no rádio a notícia da primeira morte de covid-19 no Brasil. “O que virá depois?” Sem discernir ao certo as imagens em sua cabeça, levantou os vidros do carro e murmurou algo para o chofer do táxi. Algo que a reconfortasse. Decidiu parar em um restaurante antes de ir para casa. Quem sabe comida japonesa para lembrar a última vez em que jantaram juntos. Engraçado como até aquele momento nunca havia pensado em comida japonesa e sexo; a única vez foi naquele dia em que, enquanto ela comia sushi, Caio passava as mãos nas suas coxas. Não sabia o que dizer, apenas levantou a cabeça e sorriu incrédula. O impulso de sorrir revelava uma intimidade do desejo. Agora se lembrava e via o quanto, sendo consumido cru, tinha o poder fálico do gosto umedecido da água do mar. “Talvez por isso os japoneses tenham tantos fetiches... Bobagem”. Lembrava-se de cada detalhe. Os jantares, a saliva dele misturando com a sua, o quarto apertado de hotel, a baga de baunilha ao lado da cama e o peso do corpo. “E agora?” Que tolice, ir comer comida japonesa no dia em que ouviu sobre o cenário catastrófico que estava anunciado para ficar perto de Caio. Era como se, exausta,

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil. Professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil. Autora de “Allegro Ma Non Troppo: ambiguidades do riso na dramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho” e “Vianinha no Centro Popular de Cultura (CPC da UNE): nacionalismo e militância política em Brasil-Versão Brasileira (1962)”, ambos pela editora Verona. Foi coordenadora do XVI Congresso da Sociedade Internacional dos Estudos de Humor Luso-Hispânico que ocorreu pela primeira vez no Brasil em 2015 em Cuiabá-MT, sendo membro dessa Sociedade. Organizadora, juntamente com João Ferreira (Portugal), Lucía Aranda (EUA) e Louis Imperiale (EUA), de três volumes sobre estudos do humor, publicados respectivamente em 2015, 2016 e 2017, tributários dos congressos internacionais da International Society for Luso-Hispanic Humor Studies/Sociedade Internacional de Estudo do Humor Luso-Hispânico. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4604071943987756>. E-mail: thaisleovieira@gmail.com

não suportasse a terra ruir. Precisava da beleza flamejante da carne crua, marinha, deslizando umedecida no céu da boca. Daquele dia, Luiza guardou um bilhete que escreveu em pedacinho de papel no restaurante — “lágrima, mar, êxtase”.

Agora tudo era diferente. As dores cotidianas, as incertezas, o sentimento do medo, tudo fez Caio ligar dois dias depois. Nunca fazia isso.

Luiza atendeu dizendo qualquer coisa, com ar de preocupada.

— Tá tudo bem?

— Sabe... eu gosto de você. Eu gosto muito de você.

— Você tá bem? — ela insistiu.

— Estou sufocado, Luiza. Não saberia dizer se pela crise sanitária-política-existencial que estou metido. Esse país é uma merda. Nós estamos fodidos e eu quero ficar perto de você.

— Sim, tá tudo muito difícil. Mas, você tem a mim.

— Como é que você tem tanta certeza?

— É que transar e estar junto não é a mesma coisa. Você nunca leu **A insustentável leveza do ser?**

— Você vem?

— Pra onde?

— Morar comigo?

— Olha, esses dias eu ouvi que a gente não sabe se está fazendo escolhas nesse momento porque quer ficar junto ou porque está na Arca de Noé. Sabe? Você tá na arca e não tem outra opção.

Riam baixinho.

— Você consegue rir disso, Luiza!? Estou falando sério.

— Tá bem, eu vou. Mas, com uma condição.

— Qual, jaguatirica?

— A gente vai dançar todas as noites e viver a noite-dos-monturos se amando.

— Vem logo!

Dias depois, estavam andando nus pela casa. Às vezes só da cintura pra baixo. Na mesa de café havia livros espalhados e um post-it que ela havia colado escrito: “O mundo pode acabar amanhã. Transem!” Caio ria-se sempre que ela levantava lasciva, tirava toda a roupa e dizia apontando pra mesa: transa comigo? Devastidão e expansão da pandemia eram lembradas na casa por um vaso de flores murchas que deixavam no canto da sala para se lembrarem de que a morte é um ente e tinha um cheiro mais fétido. Ante tamanho horror, choraram juntos algumas vezes. Mortos de sede, provaram um do outro. Na amargura dos tempos, aprenderam que não existe o lado de fora. Era assim que, às vezes menos românticos, às vezes mais eróticos, a ponta dos dedos serviram-se, sorveram-se. Aquela expressão de gozo próximo toda vez que Caio sugava sua vulva. A língua em brasa...levantava a cabeça.

— Eu amo seu cheiro.

— Me beija.

— Cem beijos.

— Gosto do meu gosto na sua boca. Posso te pedir uma coisa?

— Agora? Todas.

— “Me faz gozar até morrer de rir até chorar e mais me faz tremer morder e pedir mais e engasgar de rir”.

O volume da música se confundia com os gemidos. Foi obsceno. Como era de costume.

— Como essa música. Exatamente “como dois animais”.

Restavam a vida e o desejo que viveram. Uma vez mais ajudaram a construir uma trincheira entre a hecatombe e a gota-de-mel trazida por Oxum. Axé. Axé. Axé.

— Senta aqui ao meu lado?



PARECERISTAS DESTA EDIÇÃO

REVIEWERS OF THIS ISSUE



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14812>

albuquerque: revista de história. Aquidauana, v. 13, n. 26, jul. - dez. 2021.

Colaboraram com este periódico nos pareceres dos manuscritos submetidos pelo sistema de avaliação revisão por pares duplo-cego (Double-Blind Peer Review):

Collaborated with this journal in the manuscripts reviews by Double-Blind Peer Review:

Camila Soares López – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

Carla Lisboa Porto (*ad hoc*) – Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Cristiane de Paula Ribeiro (*ad hoc*) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Everton Vieira Barbosa (*ad hoc*) - Université Paris 8-Vincennes-Saint-Denis, França

Flávio Vilas-Bôas Trovão – Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Brasil

Janete Leiko Tanno (*ad hoc*) - Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Brasil

Jaqueleine Gomes de Jesus (*ad hoc*) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Brasil

Lidia Maria Vianna Possas (*ad hoc*) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

Lúcia Helena Oliveira Silva – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

Maria de Fátima Araújo (*ad hoc*) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil

Marina Silva Duarte (*ad hoc*) - Université Paris 8-Vincennes-Saint-Denis, França

Miguel Rodrigues de Sousa Neto – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Mírian Cristina de Moura Garrido (*ad hoc*) - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil

Rafael França Gonçalves dos Santos (*ad hoc*) - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Brasil

Rafael Morato Zanatto (*ad hoc*) – Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Raquel Gonçalves Salgado - Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Brasil

Robson Pereira da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Brasil

Victor Santos Vigneron de La Jousselinière (*ad hoc*) – Universidade de São Paulo (USP), Brasil